

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CAROLINE APARECIDA GUEBERT

DA INTELLECTUALIDADE PRINCESINA, O CORAÇÃO DO BRASIL:
TRAJETÓRIA, SOCIABILIDADES CÍVICO-LETRADAS E A PLASTICIDADE DO
SERTÃO IMAGINADO NO CÍRCULO EUCLIDIANO (PARANÁ, MEADOS DO
SÉCULO XX)

CURITIBA

2018

CAROLINE APARECIDA GUEBERT

DA INTELLECTUALIDADE PRINCESINA, O CORAÇÃO DO BRASIL:
TRAJETÓRIA, SOCIABILIDADES CÍVICO-LETRADAS E A PLASTICIDADE DO
SERTÃO IMAGINADO NO CÍRCULO EUCLIDIANO (PARANÁ, MEADOS DO
SÉCULO XX)

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em História, no Programa
de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências
Humanas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Faraco Benthien.

CURITIBA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR -
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS , MARIA TERESA ALVES GONZATI, CRB 9/1584
COM OS DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Guebert, Caroline Aparecida

Da intelectualidade princesina, o coração do Brasil: trajetória, sociabilidades
cívico-letradas e a plasticidade do sertão imaginado no círculo euclidiano
(Paraná, meados do Século XX) / Caroline Aparecida Guebert. - Curitiba, 2018.
300 p.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História.
Orientador: Prof. Dr. Rafael Faraco Benthien

1. Literatura brasileira - Paraná. 2. Centros de arte - Paraná. 3. Difusão
cultural - Paraná. I. Benthien, Rafael Faraco. II. Título. III. Universidade
Federal do Paraná.

CDD 725.8042



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **CAROLINE APARECIDA GUEBERT**, intitulada: **DA INTELLECTUALIDADE PRINCESINA, O CORAÇÃO DO BRASIL: TRAJETÓRIA, SOCIABILIDADES CÍVICO-LETRADAS E A PLASTICIDADE DO SERTÃO IMAGINADO NO CÍRCULO EUCLIDIANO (PARANÁ, MEADOS DO SÉCULO XX)**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 07 de Março de 2018.


RAFAEL FARACO BENTHIEN (UFPR)
(Presidente da Banca Examinadora)


ERIVAN CASSIANO KARVAT (UEPG)


LETÍCIA BORGES NEDEL (UFSC)



Ao Vô Darcy
In memoriam.

AGRADECIMENTOS

Da confecção do projeto à elaboração do texto final, este estudo deve muito aos interlocutores com os quais pude contar. Dentre essas pessoas, gostaria de deixar um agradecimento especial a três historiadores. Ao amigo Bruno Zorek, que generosamente criou pontes e sempre se mostrou disposto a ajudar, dentro e fora da academia. Ao caríssimo Erivan Karvat, detentor de saber e de companhia inestimáveis, que vem acompanhando e contribuindo com a pesquisa desde que me orientou na Graduação. Ao querido orientador Rafael Benthien, por dedicar confiança e tamanha atenção e sensibilidade às questões que eu carregava dos corredores ao seu gabinete, dos cafês à sua casa, dos emails às versões de texto várias vezes reimpressas.

Agradeço, também, aos professores que se dispuseram a ler e a comentar a dissertação em etapas específicas de sua construção: Joseli Mendonça e Flávio Heinz, no âmbito do Seminário de Espaço e Sociabilidades I; Miguel Palmeira e Raquel Weiss, nos intervalos de lançamento da Coleção Durkheimiana e, sobretudo, Leticia Nedel, que nos ofereceu uma rica leitura e participação nas bancas de qualificação e de defesa final. Tampouco poderia me esquecer das aulas de Sérgio Nadalin e de Ana Paula Martins no PPGH; de Renato Perissonoto na Ciência Política e dos GTs de Pensamento Social (Seminário Nacional de Sociologia e Política) e de Intelectuais e História (ANPUH-Nacional). Cada momento desses foi um lócus importante de encontro, aprendizado, debate e divertimento, sem os quais o trabalho não avançaria.

Sou muito grata às instituições de guarda documental – o Museu Campos Gerais, o Colégio Regente Feijó, o Arquivo e o Centro de Documentação e Pesquisa em História (UEPG) – e aos sujeitos que trabalham nesses espaços, principalmente pela ajuda de Josélia em torno do Acervo do CCEC e de Rita no Arquivo do RH da Universidade. Aos professores da UEPG que ficaram na torcida, registro, também, o meu carinho: todas as vezes que retornei em busca de documentação ou de auxílio fui recebida de portas abertas.

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, busquei conciliar a intensidade dos saltos de conhecimento e das cobranças que o Mestrado nos impõe, à solidão que é própria a pessoas que se ocupam dos mortos. Muitas vezes isso implicou em não ser uma amiga muito presente na vida dos que me rodeiam, mas posso lhes garantir que os pontos mais iluminadores desse percurso foram os encontros que tive com gente de

carne e osso! Com os colegas de pós-graduação e amigos de diferentes contextos eu pude compartilhar dificuldades e entusiasmos e fui levada a buscar ampliar minhas visões de mundo. As trocas com os amigos, colegas e professores reafirmaram a convicção de que a produção de conhecimento só pode se realizar de modo coletivo.

O conjunto dessa experiência de estudos, de pesquisa e de vida em Curitiba representou, em vários sentidos, um marco em minha trajetória. Mas ele provavelmente não teria acontecido se eu não contasse com o apoio da minha família: Darcy e Tânia, meus pais, Elaine, a irmã mais velha e mais responsável e a Vózinha Romilda acompanharam a jornada em “História” de longe, enfrentando suas próprias barras e abraçaram minhas escolhas, mesmo quando estas lhes soavam completamente estranhas. Infelizmente, no segundo semestre de 2017, tivemos de lidar com a perda de um grande amigo, um dos que mais nos fazia sorrir nesse mundo. Não pude mais encontrar o vô Darcy em frente ao fogão à lenha, ou recebê-lo animada no portão mostrando as páginas que escrevi nos últimos meses, como eu sempre fazia. Mas é da sua memória e do carinho desses familiares que vieram as forças para me dedicar à etapa final.

Por fim, Krichina, minha irmã de coração, obrigada por ofertar a mais bela das amizades e iluminar o caminho por onde passa. E Eduardo, meu companheiro, como eu poderia agradecer em palavras cada gesto seu que reinventa, dia após dia, tantas formas de apoio quanto se possam imaginar? Que essas simples letras sejam lidas envoltas de amor, como me senti ao lado de vocês.

Nos últimos dois anos eu vivenciei uma cidade e uma Universidade novas que foram bastante acolhedoras. Esse tempo de Mestrado foi inevitavelmente rico e angustiante. Sempre serei grata à oportunidade que tive de estudar e pesquisar com dedicação exclusiva. Contudo, isso se deu em meio a dolorosas perdas na democracia e nos campos educacional e científico brasileiros. Tendo em vista a conjuntura atual, eu agradeço ao CNPq pela Bolsa de Mestrado, sem a qual a pesquisa e o curso em si não poderiam ter sido realizados, ao menos não da maneira como o foram. Enquanto parte da população que pode frequentar uma Universidade Estadual e depois uma Federal graças à gratuidade do ensino superior e ao fomento público à pesquisa e à extensão, gostaria, enfim, de deixar um apelo em nome da Universidade pública, gratuita e de qualidade.

Qualquer um que conheça ao menos um pouco os rigores da escrita não precisará que a história lhe seja contada em detalhe; como escrevia, e aquilo lhe parecia bom; lia, e achava ruim; corrigia e rasgava; eliminava e acrescentava; ficava em êxtase, em desespero; tinha noites boas, e péssimas manhãs; apreendia certas ideias com esforço, e as perdia; via claramente o livro à sua frente, e ele desaparecia; desempenhava o papel de seus personagens enquanto comia; reproduzia suas falas enquanto caminhava; ora chorava, ora ria; vacilava entre um estilo e outro; num momento preferia o heroico e o pomposo; no outro, o simples e direto; agora os vales do Tempe, logo depois os campos de Kent ou da Cornualha; e não tinha como decidir se era o mais divino dos gênios ou o maior idiota do mundo. Foi para resolver esta última questão que ele decidiu, depois de muitos meses de trabalho febril, romper a solidão de vários anos e se comunicar com o mundo exterior.

(Virginia Woolf).

RESUMO

O objeto deste estudo é o círculo de homens de letras que se autointitulavam euclidianos e que atuaram na institucionalização do Centro Cultural Euclides da Cunha, no fim dos anos 1940, na cidade de Ponta Grossa (Paraná). Buscando circunscrever suas relações entre si e com as condições sociais de produção mais amplas da “configuração intelectual princesina”, investiga-se parte da obra escrita e das trajetórias desses agentes, entendidas como mutuamente interdependentes. Fazendo um uso do método prosopográfico, destacamos disposições, espaços e redes que podem ser pensados como elementos de uma trajetória coletiva. O Colégio Regente Feijó e alguns espaços de sociabilidades de elite são explorados como lócus importantes na conformação histórica do grupo: a partir deles, desvelamos sociabilidades cívico-letradas, práticas e ideias compartilhadas no processo de construção da sua agenda de interpretação do Brasil. A produção coletiva dos euclidianos, notabilizada, sobretudo, no jornal *Tapejara* na década de 1950, é então interpretada a partir de um léxico de categorias encadeadas em torno do que consideravam “o coração do Brasil”: o sertão, o rural, o caboclo. Essas categorias podem ser lidas como tomadas de posição, a um só tempo, em embates disciplinares que marcaram a institucionalização das ciências sociais no país, e em torno da preocupação com a mediação cultural da identidade nacional/regional legítima. Com uma poética do espaço que ressignificava os Campos Gerais e a “capital cívica” do Paraná, os articulistas que representam o “núcleo duro” do Centro Cultural Euclides da Cunha, operaram diálogos com uma série de grupos e autores identificados com signos do Euclidianismo, do Indianismo e do Bandeirantismo. Compreendidas de um ponto de vista relacional, essas questões permitiram mapear as maneiras pelas quais esses agentes se aproximaram de uma literatura romântica, histórica, sociológica e folclórica, conforme a inserção do grupo (como ele se lançou) no contexto político e letrado paranaense de meados do século passado. Ao falar na plasticidade do sertão imaginado nesse círculo, estamos nos refetindo a usos, anseios, afetos e disputas específicas que nos parecem envolvidas na reunião e na produção dos euclidianos princesinos.

Palavras-chave: Euclidianos, Trajetória, Sociabilidades Cívico-letradas, Centro Cultural Euclides da Cunha, Tapejara.

ABSTRACT

The object of this study is the circle of men of letters who called themselves euclidianos and who worked in the institutionalization of the Centro Cultural Euclides da Cunha, in the late 1940s, in the city of Ponta Grossa (Paraná). Seeking to circumscribe their relations with each other and with the broader social conditions of production of the "princesina intellectual configuration", we investigated part of the written work and the trajectories of these agents, understood as mutually interdependent. Making use of the prosopographic method, we emphasize dispositions, spaces and networks that can be thought like elements of a collective trajectory. The "Colégio Regente Feijó" and some spaces of elite sociabilities are explored as important locus in the historical conformation of the group: from them, we unveil civic-literate sociabilities, shared practices and ideas in the process of constructing their agenda of interpretation of Brazil. The collective production of the Euclidianos, especially noted in the newspaper *Tapejara* in the 1950s, is then interpreted from a lexicon of categories linked around what they considered "the heart of Brazil": the hinterland, the rural and the caboclo. These categories can be read as positions taken at the same time in disciplinary conflicts that marked the institutionalization of the social sciences in the country and around the concern for cultural mediation of the legitimate national/regional identity. With a poetics of space which reaffirmed the Campos Gerais and the "civic capital" of Paraná, the writers representing the "hard core" of the Centro Cultural Euclides da Cunha, operated dialogues with a series of groups and authors identified with signs of Euclidianism, Indianism and Bandeirantism. From a relational point of view, these questions allowed us to map the ways in which these agents approached a romantic, historical, sociological and folkloric literature, according to the insertion of the group (as it was launched) in the political and literary context of Paraná from the middle of the last century. When the present work speaks on the plasticity of the sertão imagined in this circle, we are referring to specific uses, yearnings, affections and disputes that seem to us involved in the meeting and production of the euclidianos princesinos.

Keywords: Euclidianos; Trajectory; Civic-literate Sociabilities; Centro Cultural Euclides da Cunha; Tapejara.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Detalhe de correspondência do Grêmio Euclides da Cunha (SP), 1950.....	46
FIGURA 2 – Vitrine da Semana Euclidiana em São José do Rio Pardo, 1952.....	61
FIGURA 3 – <i>Independence Day</i> no Centro Cultural Inter-Americano, Ponta Grossa, 1949.....	103
FIGURA 4 – Sala dos Professores do Colégio “Regente Feijó”, s.d.....	114
FIGURA 5 – Euclidianos na casa de Faris Michaelle, anos 1950a.....	116
FIGURA 6 – Euclidianos na casa de Faris Michaelle, anos 1950b.....	117
FIGURA 7 – Exposição de pintura e escultura de José Daros em Ponta Grossa, anos 1930.....	120
FIGURA 8 – Jantar de Celebração do Aniversário do Colégio Regente Feijó, 01/04/1953.....	124
FIGURA 9 – Lançamento do livro de Ribas Silveira no CCEC, novembro de 1960.....	152
FIGURA 10 – Ribas Silveira autografa sua antologia no CCEC, novembro de 1960.....	152
FIGURA 11 – Índios Guarani do Paraná e os professores S. Nascimento e F. Michaelle, anos 1950.....	191
FIGURA 12 – Projeto “Brasileiros Ilustres de Sangue Indígena”.....	192
FIGURA 13 – “Caboclo” aponta para o livro de Euclides da Cunha nas mãos de Faris Michaelle, anos 1950.....	194
FIGURA 14 – Faris Michaelle com uma turma de alunas/professoras no Museu Campos Gerais.....	258

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Elementos para a leitura de uma trajetória coletiva dos euclidianos princesinos.....	74
QUADRO 2 – Trajetórias que se cruzam no Colégio Regente Feijó (1927-1967).....	122
QUADRO 3 – Recorte Indianista das Transcrições (<i>Tapejara</i> , década de 1950).....	137
QUADRO 4 – Demonstrativo dos textos e da autoria por edição (<i>Tapejara</i> , 1950- 1976).....	138
QUADRO 5 – Demonstrativo das contribuições estrangeiras ao <i>Tapejara</i> (1950- 1976).....	140

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Morfologia do Periódico <i>Tapejara</i> (1950-1976).....	135
--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA – Associação Brasileira de Antropologia

AIB – Ação Integralista Brasileira

CCEC – Centro Cultural Euclides da Cunha

CEB – Círculo de Estudos Bandeirantes

CNFL – Comissão Nacional de Folclore

FFCL – Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras (Ponta Grossa)

FFCL-PR – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Curitiba)

IHGPR – Instituto Histórico e Geográfico do Paraná

IHGSP – Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

PG – Ponta Grossa

PSD - Partido Social Democrático

SPI - Serviço de Proteção ao Índio

UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1: Euclidianos na Princesa dos Campos ou Da institucionalização do Centro Cultural Euclides da Cunha: trajetória, sociabilidades e práticas cívico-letradas.....	31
1.1 PERCURSOS, ARTICULAÇÕES E USOS DO EUCLIDIANISMO NO BRASIL.....	33
1.1.1 O monumento à luz do Grêmio carioca e das relíquias de Rio Pardo.....	36
1.1.2 “Abraços Euclidianos” do Paraná.....	51
1.2 O CÍRCULO REUNIDO NO CCEC: ELEMENTOS PARA A LEITURA DE UMA TRAJETÓRIA COLETIVA.....	65
1.2.1 Rumo à casa de Faris Michaelae.....	65
1.2.2 Experiência e Possibilidades no Plural: os homens de letras do <i>Centro</i>	70
1.2.3 <i>Para além do Métier</i>	93
1.3 ENTRE O CCEC E O COLÉGIO REGENTE FEIJÓ: AFINIDADES ELETIVAS.....	106
1.3.1 (Auto) Imagens de uma elite letrada, sintomas de uma rede.....	111
1.3.2 A Presença do Colégio Regente Feijó no “fazer-se intelectual” em PG.....	118
CAPÍTULO 2: Da Rua Quinze a um sertão imaginado: formas e categorias de uma agenda de interpretação do Brasil.....	130
2.1 LINGUAGEM DO SERTÃO E ESTRATÉGIAS DE CONSAGRAÇÃO: UMA MORFOLOGIA DOS TEXTOS.....	133
2.1.1 A escrita “falada” dos <i>Jagunços do Pitangui</i>	140
2.1.2 As edições da Casa e a Biografia não autorizada de Faris Michaelae.....	150
2.2 TAREFAS ANTROPOLÓGICAS E COMBATES PELA HISTÓRIA NO <i>TAPEJARA</i>	162
2.2.1 Indianismo e Bandeirantismo revisitados.....	164
2.2.2 O (entre) lugar de Gilberto Freyre e "o cúmulo de nos classificarem de nação africana" na agenda euclidiana.....	174
2.2.3 Sobre um sentimento temporal: o <i>topos</i> do Brasil cindido em dois em meados do século XX.....	193

CAPÍTULO 3: Poéticas do espaço: categorias regionais em tensão no Paraná e as relíquias dos Campos Gerais eleitas pelos euclidianos	202
3.1 A INSERÇÃO DO CCEC NO PARANÁ: APROXIMAÇÕES E AFASTAMENTOS COM O PARANISMO.....	206
3.1.1 Confrades de espírito.....	222
3.2 A RESSEMANTIZAÇÃO E A MEMÓRIA DO “PARANÁ TRADICIONAL”.....	229
3.2.1 Categorias em construção, categorias em jogo.....	231
3.3 OS BENS REGIONAIS ELEITOS DA ESCRITA À COLEÇÃO.....	249
3.3.1 O Museu do CCEC: Museu dos Campos Gerais.....	251
CONSIDERAÇÕES FINAIS	265
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	274
Fontes	284
Anexo A.....	295
Anexo B.....	296
Anexo C.....	297
Anexo D.....	298
Anexo E.....	299
Anexo F.....	300

INTRODUÇÃO

Tema, Problema e Justificativa

O tema da identidade nacional figura como uma espécie de obsessão dos intelectuais brasileiros ao longo da história (OLIVEN, 2002; ORTIZ, 2013; VILHENA, 1997; SCHWARCZ, 2013). Suas diversas expressões convergem no que poderíamos chamar de uma forte ensaística de auto-interpretação e auto-definição, que nasceu, no seio das nossas elites, associada à própria preocupação com a construção de uma ordem política num país “recém-independente”. Conforme o historiador Carlos Altamirano (2007), esse fenômeno marca a reflexão político-intelectual latino-americana de modo geral no século XIX e permite uma série de sondagens em nossa “literatura das ideias”.

Desse ângulo, paralelamente e mesmo se confundindo com as preocupações políticas do momento, foram se cristalizando outros núcleos de reflexão que se expandem e chegam a dominar os demais tópicos dos escritos, especialmente aqueles em torno da demanda por uma identidade coletiva¹. “Quem somos nós, latino-americanos?” “Quem somos nós, argentinos?” “Quem somos nós, brasileiros?” e assim por diante, conduziram à indagação sobre o passado e a linguagem, com voltas aos costumes e tradições próprias de cada país, que foram representadas nos textos, geralmente, em termos de um núcleo vivo, mas oculto (neste caso, de brasilidade).

Podemos afirmar que, no século XX, a tradição de subordinar a arte de escrever à arte política sustentou-se apenas parcialmente, mesmo no campo do ensaio. De qualquer modo, a veia do ensaio social e político não se esgotou e conseguiu sobreviver ao fato que parecia condená-la ao desaparecimento há quarenta anos: a implantação das ciências sociais, com sua aspiração a substituir a *doxa* do ensaísmo pela *episteme* científica. Vamos além: lidos sob a perspectiva do tempo transcorrido, muitos dos textos que nasceram desse novo espírito científico podem ser colocados na prateleira dos ensaios de interpretação da realidade de nossos países, inaugurada em grande estilo pelo *Facundo* de Sarmiento. Em outras palavras, podem ser lidos como seus grandes ancestrais, ou seja, também como textos de

¹ Altamirano (2007) destaca que questões como “o que é a autoridade legítima e como instaurá-la sem a presença do rei?” ou “que ordem legítima é uma ordem possível?” aparecem sucessivamente em diversos autores e textos de nossas elites associadas a dificuldades práticas. A partir daí, a tarefa de definir “quem somos” foi oportunidade para o diagnóstico de nossos males, para a denúncia de causas de deficiências coletivas, para responder, inclusive, “por que não somos de uma determinada maneira”. Leticia Nedel (2005, p. 43-44) nos lembra, em sentido semelhante, que “no domínio extenso (e ainda indistinto) dos panfletos políticos, dos ensaios históricos e dos chamados populares, o ‘resgate’ dos costumes locais aparecia então como manifestação ao mesmo tempo de uma vontade de memória e de uma necessidade política, participando da invenção das partilhas ‘de origem’ que fundamentam a eternidade da Nação e a legitimidade política do Estado moderno”.

imaginação social e política das elites intelectuais (ALTAMIRANO, 2007, p. 16).

As considerações de Altamirano são elucidativas, na medida em que esse trabalho lida com uma instituição que agregou indivíduos de elite, que imaginaram o Brasil e reclamaram pra si atributos de brasilidade recuperando Euclides da Cunha como “a viga mestra da literatura nacional” (MICHAELE, 1950, p.1) para trabalharem a sua própria identidade como intelectuais e *Os Sertões* como “obra [que] resiste e resistirá ao tempo” (WAMBIER, 1950, p. 4). Trata-se do grupo reunido em torno do Centro Cultural Euclides da Cunha (CCEC), agremiação cívico-letrada que existiu na cidade de Ponta Grossa, no Paraná, por mais de três décadas (1947-1985) e cujos fundadores se auto-representavam como agentes no plano de uma “Redescoberta do Brasil interior”, veiculando-se o interior não só como espaço rural, mas também como “o coração do Brasil”.

Quando o CCEC foi criado, *Os Sertões* (cuja primeira edição datava de 1902) se encontrava em sua 20ª edição. Ao contrário de Manoel Bonfim ou Monteiro Lobato, por exemplo, autores que foram censurados no Brasil, Euclides da Cunha não figurou no índice de nenhum de nossos governos e, do ponto de vista da materialidade da obra, esteve presente nas livrarias em todo o século XX. O longo percurso de constituição do lugar ocupado por Euclides da Cunha no cânone literário, bem como de uma memória que o celebra como expoente literário de um despertar da identidade nacional tem sido objeto de trabalhos acadêmicos nas duas últimas décadas. A antropóloga Regina Abreu (1998), expondo as condições sócio-culturais através das quais “o livro que abalou o Brasil” se transformou ao longo dos anos num (ou no) “grande livro nacional”, retomou tanto a trajetória de Euclides da Cunha quanto uma constelação de escritos, rituais e efemérides que banharam a figura do escritor, sobretudo *post mortem*, convertendo-a, junto à sua obra, em emblema da nacionalidade.

Neste trabalho, interessa explorar esse segundo fenômeno, partindo-se de um recorte temporal e espacial específico: a atuação do Centro Cultural Euclides da Cunha em Ponta Grossa (PR) nos anos 1950, momento auge da produção desse agrupamento.

Esse período representa uma intensa movimentação nas rodas intelectuais pelo país, marcando novas facetas na recepção de Euclides da Cunha. Entre elas, podemos destacar as traduções de *Os Sertões* para outras línguas, a promoção de comemorações do cinquentenário de lançamento do livro, a fundação de centros e casas culturais que se autodenominavam euclidianos (incluído aí o CCEC), as releituras promovidas mediante

a difusão das ciências sociais e dos estudos de folclore, a descoberta dos índios Xetá no Paraná quando da promoção de estudos de comunidade, a expansão editorial que marcou uma onda de novas publicações nas chamadas coleções “brasilianas” e as tensões entre as elites de cada estado em torno de uma demarcação regionalizada do patrimônio artístico e histórico nacional. Acontecimentos diversos nesses terrenos foram atravessados pelo Euclidianismo. Isto é, pelas *falas autorizadas* veiculadas do interior de um movimento cívico-letrado de produção e mediação em torno da figura e da obra de Euclides da Cunha. A rede de agentes articulados que se autointitulavam euclidianos encontrava-se então em franca expansão, adquirindo contornos renovados. Eles se lançaram em iniciativas culturais, educacionais e cívicas nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte.

O presente estudo visa contribuir, no esteio de trabalhos como os de Gláucia Villas Bôas (2006), Heloísa Pontes (1998, 2010), Mariza Corrêa (2013) e Leticia Nedel (2005), com a possibilidade de construção de um quadro mais completo de análise das trajetórias e projetos intelectuais em jogo nos anos cinquenta. Em certo sentido, semelhante ao que ocorreu com as elites letradas atuantes na República Velha – período situado entre o desaparecimento da geração de 1870 e a eclosão do movimento modernista em 1922 –, que foram designados por críticos e historiadores como uma espécie de *intermezzo* ou “pré-modernismo” (MICELI, 2010, p. 15), a produção dos anos 1950 concentra sobre si a maldição da pré-história profissional e dos períodos de transição (CORRÊA, 2013, p. 82)².

A reconstituição da experiência dos intelectuais reunidos na Comissão Nacional de Folclore (CNFL), criada em 1947, e em suas comissões regionais sucessivamente abertas nos anos seguintes, apontou o engajamento de um expressivo contingente de personagens – incluídos aí os euclidianos – na valorização da “cultura popular”, concebida por muitos deles “não apenas como objeto de pesquisa, mas principalmente como o lastro para a definição de nossa identidade nacional” (VILHENA, 1997, p. 21). Além disso, a mobilização de intelectuais e personalidades públicas de diversos estados da federação – neste caso o Paraná – em torno de temas que, na época, ocuparam os

² Conforme Gláucia Villas Bôas (2006, p. 14), “a produção dos anos 1950 foi relegada pelas gerações seguintes de cientistas sociais devido ao seu caráter universalista e à sua sujeição a uma filosofia da história que, apostando no planejamento de um futuro moderno, criava uma teleologia laica. Classificaram-na como desenvolvimentista, economicista, funcionalista e marxista [...] Assim como aconteceu nos anos 1960, em que a leitura de Gilberto Freyre era praticamente proibida nos cursos de graduação em ciências sociais por causa do seu conservadorismo, as décadas de 1980 e 1990 puseram no seu índice os livros da sociologia “desenvolvimentista”, impedindo indiscriminadamente que uma geração importante de cientistas sociais fosse conhecida pelas gerações mais novas”.

cientistas sociais do Rio de Janeiro e de São Paulo, tais como a adaptação dos costumes tradicionais à vida moderna, as condições e impactos do desenvolvimento sobre as sociedades rurais, a revalorização da cultura regional sem prejuízo da unidade nacional, entre outros (NEDEL, 2005, p. 19).

Esses temas tocam na questão das imbricações e condicionantes do processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil, sinalizando que não ocorreu nem de maneira linear, nem abrupta, mas, pelo contrário, fez-se repleto de ambiguidades e especificidades. Isso implica iluminar noções que estavam em processo de constituição no interior das ciências sociais, da história e da geografia que assumiam para esses agentes, significados que não correspondem aos usos que deles fazemos hoje, e que apenas se esclarecem quando repostos em seu contexto e em sua encadeação próprias.

Estudar os euclidianos, assim como o estudo dos folcloristas ou dos médicos-antropólogos, não significará descrever um grupo de pensadores “exóticos” de uma fase do pensamento social que ficou para trás. Concordando com Rodolfo Vilhena (1996, p. 4), os “diletantes”, como ficaram conhecidos depois dos processos de profissionalização e especialização, não podem ser vistos, como personagens que tenham deixado pacificamente a cena, na medida em que os intelectuais universitários ascendiam. Esses grupos ocupam um lugar importante na história das ciências sociais e das políticas culturais no Brasil. A natureza da produção do *CCEC* diz muito sobre formas de trabalho intelectual que eram comuns (mais do que estranhas) no país de meados do século XX, sendo que esses grupos e arranjos considerados “locais” desempenharam papéis significativos na produção, circulação e mediação culturais.

Das razões prévias de definição desse tema, é preciso destacar que conheci a documentação do *CCEC* cerca de seis anos atrás, durante a graduação em História na UEPG, sob cuja guarda se encontra seu acervo³. Ele foi instigante desde seu título: as razões e as circunstâncias do encontro desse grupo com Euclides da Cunha geraram inquietações sobre as práticas e ideias que lhe deram ensejo. Para uma recém-chegada na cidade de Ponta Grossa, no Paraná, os nomes do rol do *CCEC* eram desconhecidos, mas, enquanto folheava a já extensa bibliografia que versava sobre as realizações desse

³ O Acervo do *CCEC* se encontra sob a guarda do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Departamento de História da UEPG. Sobre as suas prateleiras repousam mais de 5 mil livros, 350 periódicos e 700 cartas que pertenceram a homens e mulheres de letras do século passado. O conjunto foi doado pelos sócios remanescentes à Universidade em meados dos anos 1990, sendo organizado (e em parte digitalizado) nos anos seguintes, quando começaram a se desenvolver as primeiras pesquisas acadêmicas sobre o tema. O próprio estatuto do *Centro*, quando foi criado, tomava o cuidado de prever a transmissão de seus bens e documentos a uma entidade cultural quando se encerrassem as suas atividades.

círculo, fui descobrindo seus sócios em nomes de ruas e colégios da cidade, sendo que a própria Biblioteca da Universidade foi nomeada em homenagem à Faris Michaelle.

Eles são lembrados como os professores, locutores e jornalistas fundadores das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (1949) e de Direito (1957), do Museu “Campos Gerais” (1949), do *Centro Inter-americano* (1944), do jornal *Tapejara* (1950), entre outros empreendimentos culturais citadinos. Esse lugar de prestígio na memória local, que atravessa a própria historiografia, começou a ser desvendado com uma leitura crítica da literatura histórica sobre o *CCEC* e com a análise de um elemento específico da produção dos euclidianos: a historiografia. A partir das representações históricas veiculadas no periódico oficial do grupo ao longo da década de 1950, foram lançadas as primeiras reflexões sobre seus gestos escritos de apreciação e elucidação da realidade social. Naquela ocasião, constatou-se que os articulistas do *CCEC*, apreciando as esferas política e social como integrantes da moral, elegeram um panteão de heróis em suas histórias, com demasiada importância à dimensão de instruir e inculcar valores através da literatura. Pareciam buscar no passado receitas de cura dos males que atribuíam ao seu tempo (como o materialismo e o egoísmo), dando lugar a uma visão histórica harmônica da sociedade brasileira, que reproduzia interpretações tradicionais: a religião, o indígena, o bandeirante, o jesuíta, o militar amalgamavam-se como chaves do desenvolvimento histórico e da identidade do país (GUEBERT; KARVAT, 2015)⁴.

A experiência desse inquérito abriu questionamentos e permitiu reunir novos indícios para dar continuidade à pesquisa. Partiu-se assim, no Mestrado, rumo à formulação um novo problema e direcionamento, de maior fôlego. O trabalho atual problematiza as condições de produção do *CCEC*, mapeando interseções entre a trajetória do seu “grupo fundador” e o processo de construção e de inserção social de uma agenda de interpretação do Brasil mobilizada por ele.

Tal agenda político-cultural, atrelada ao que os contemporâneos chamavam de “Redescoberta do Brasil Interior”, compunha-se por uma série de categorias repletas de ambiguidades: sertão, hinterland, caipira, selvagem, mameluco e caboclo aparecem encarnados tanto em representações literárias quanto em estudos históricos, geográficos, linguísticos, folclóricos do universo rural. Trata-se de temas muito caros ao pensamento

⁴ “O *Tapejara* veiculou narrativas épicas e em certos textos possui características do romantismo, mas utiliza, de forma corrente, estratégias retóricas relativas a um “real discursivo”, numa época em que os projetos intelectuais, para validarem-se e justificarem-se, precisavam estar inseridos numa lógica científica. Por vezes, os ideais de amor à ciência e à pátria foram colocados lado a lado para definir um projeto de comunidade – ou elite – que pensa e escreve sobre o Brasil, pautada por valores morais” (GUEBERT, KARVAT, 2015, p. 72).

social brasileiro, que atravessam uma longa duração – do indianismo romântico aos estudos de comunidade – que formam o que podemos chamar de uma tradição escrita com a qual dialogavam e que ora esticavam, ora apertavam conforme anseios de seu tempo e lugar. O sertão imaginado no âmbito do *CCEC* parece revelador de relações afetivas ligadas à crise do lugar econômico-político ocupado pelos Campos Gerais no Paraná e de estratégias de atualização dos símbolos secularmente atribuídos a esse espaço.

A bibliografia que se voltou ao Centro Cultural Euclides da Cunha nas duas últimas décadas levantou um rico debate sobre aspectos variados do seu léxico, que permitiram defini-lo como uma *comunidade interpretativa*. Estes estudos evidenciaram intérpretes que compartilhavam, além de certa configuração histórica, modalidades, tendências, códigos e convenções próprias do ler e do escrever. E acabaram por revelar, a partir das articulações internas da sua obra, nuances de como os euclidianos se situaram no tempo e se posicionaram no mundo⁵. Avançando nesses esforços, a pesquisa desenvolvida por Itamar Cardozo Lopes (2010) explorou um tipo peculiar de “estrutura de sociabilidade” ou “estruturas de sentimento”, trazendo à tona a intensidade dos relacionamentos dos envolvidos, onde se interpenetravam o afetivo e o ideológico. Seu trabalho funcionou como um convite: concordando com o autor, entendemos que as ideias partilhadas pelos euclidianos eram, em boa parte, anteriores à fundação da instituição e estariam ligadas ao processo de formação idiossincrática de seus membros e, desse modo, que as práticas socioculturais partilhadas pelo grupo têm uma história mais ampla e mais dinâmica que a das datas oficiais.

A existência e a atuação do *CCEC* são marcas indelévels daquele cenário letrado e integram as circunstâncias sociais que presidiram a institucionalização do conhecimento histórico, geográfico e antropológico em Ponta Grossa, ocorrido ao longo dos anos 1950. O círculo pode ser lido como um lócus que reuniu agentes que se notabilizaram como os primeiros portadores e praticantes locais desses saberes, sinalizando a introdução de novas concepções que foram atraídas e mediadas por eles.

Os marcos da institucionalização são importantes no trabalho (o momento de fundação, a mudança de endereço, a ampliação ou o enfraquecimento do *CCEC*) na medida em que eram tomados como um problema essencial por seus integrantes e por seus interlocutores, que atribuíram à institucionalização um elemento fundamental à

⁵ Refiro-me aos trabalhos de Ditzel (1998), Gonzato e Denipoti (2007); Pinto e Denipoti (2008); Zargiski (2008) e Teixeira (2010).

produção cultural e à pesquisa cientificamente orientada. É importante, também, do ponto de vista do cenário das letras e da política no Paraná. Enquanto já são conhecidos personagens, instituições e estéticas identificadas como *simbolistas* e *paranistas*, especialmente no que elas apresentam de continuidade entre si, pouco se fala sobre outras manifestações que surgiram e em alguma medida disputaram esse território. Tal dimensão interessa no estudo dos euclidianos, que não podem ser considerados, de forma indistinta, no rol do *Paranismo*: a relação que mantiveram com as elites já estabelecidas no estado foi marcada por afastamentos e aproximações, que se iniciam na própria institucionalização do *Centro*.

Desvelar a história institucional, nesse sentido, equivale a recuperar como foi se construindo o *CCEC*, as condições que seus protagonistas encontraram para implementá-lo e mesmo como a questão da institucionalização se apresentava para eles. Desse ângulo, propõe-se aqui realizar um estudo de trajetória que relaciona a instituição ao círculo que atuou na sua criação, organização, continuidade e transmissão, produzindo lugares de fala, textos escritos, cursos, conferências e rituais cívicos. Esse recorte é, também, *relacional*, uma vez que considera que os agentes do *CCEC* se situavam e se movimentavam em pontos distintos do espaço social mais amplo.

Ainda que diversos trabalhos voltados a pensar as realizações culturais do *CCEC* – especialmente a bibliografia já consistente sobre Faris Michael (DITZEL, 1998; MARCHESI, 2014; MOLAR, 2014, etc.) – tenham tocado de alguma maneira na atuação dos outros sócios, as relações destes entre si e com a própria instituição permanece um tanto obscura e, geralmente, objeto de generalizações. Quem eram esses indivíduos que se reuniram para realizar/ouvir conferências mensais, escrever um periódico e reinventar a “capital cívica do Paraná” com celebrações euclidianas? Quais eram seus lugares sociais, formações, ocupações e, especialmente, que tipo de disposições (corporais, intelectuais, afetivas e de sociabilidade) os unia nesses projetos?

O objetivo do trabalho, movido pelo desejo de complexificar o entendimento histórico sobre o grupo reunido no *Centro* e seu *modus operandi* é justamente reconstituir e pensar experiências sociais específicas dos “fundadores”, relacionando-as com a agenda mobilizada por eles quando se unem, sem essencializar seus marcadores sociais sob um feixe anêmico de “polígrafo”.

Critérios e Referências teórico-metodológicas

Tendo em vista o que foi dito até aqui, consideramos relevante circunscrever os euclidianos do *CCEC* não através de uma seleção de um ou poucos de seus personagens centrais, mas pensando-os e mostrando-os no círculo que lhes dava força. O recrutamento numeroso de sócios é destacado aqui como um sintoma importante da própria abertura do *Centro* e das dinâmicas de consagração que o envolveram. A distribuição estratégica de cargos a um grande número de sócios parece ter sido uma das condições de sua inserção no meio social das elites, já que reuniu indivíduos conhecidos, devido a suas famílias, carreiras e/ou atuações em outras instituições prestigiadas nestes mesmos meios.

Dito isto, foram selecionados 40 sócios que informam o “grupo fundador”, composto, em sua totalidade, por homens. Dos critérios da seleção desse universo, optou-se por focar no círculo de sócios efetivos que institucionalizou (entre 1947-1950) e atuou no *Centro* ao longo dos anos seguintes, tendo por base não apenas os indícios oficiais que demarcavam sócios e cargos, mas considerando, também, personagens que se revelaram atuantes nos bastidores. Tal operação somente foi possível ultrapassando-se as balizas temporais e institucionais do próprio *CCEC*: retornamos para antes e olhamos para fora dele para compreendê-lo, o que exigiu que outras fontes (biográficas, por exemplo) fossem unidas às do acervo institucional. Lidamos nesse ponto – matéria do capítulo 1 – com processos que se desenrolaram na primeira metade do século XX, quando o espaço urbano de Ponta Grossa estava se constituindo e o Ginásio Regente Feijó assumiu um lócus central na conformação do grupo. Um dos caminhos adotados nessa etapa foi o de problematizar esses agentes em suas múltiplas relações com o idealizador do movimento no Paraná e seu diretor institucional (até 1977) – destacado nas fontes como o principal decisor e articulador do grupo – o já mencionado Faris Michaele, cuja casa abrigou os trabalhos da agremiação durante seus primeiros anos (e depois, novamente, nos anos 1960). Essas operações permitiram iluminar disposições, trunfos, capitais, estigmas e tensões que se fizeram presentes no círculo.

Ao caracterizar um feixe específico de vocações, posições e interações que pode ser reunido sob a categoria “euclidianos”, entendemos que eles foram euclidianos na medida em que se deu sua participação no círculo, mas que esta era apenas parte das trajetórias variadas mais amplas que viveram, longe de constituir uma parcela homogênea. Como já adiantamos, a delimitação desse objetivo incorpora uma categoria teórico-metodológica fundamental: a de trajetória coletiva. Com ela, parte-se não de

uma exegese biográfica, mas de um universo social específico, no qual as subjetividades dos autores são externalizadas e internalizadas no âmbito de suas variadas interações.

Procurando se distanciar tanto das generalizações contextuais abstratas, quanto dos relatos biográficos totalizantes dotados de sentido linear, a noção de trajetória bebe nas contribuições de Pierre Bourdieu (1986; 2004). Interessa-nos menos um percurso de vida, que sai de um ponto inicial para cair num ponto final, e mais a movimentação desses agentes num determinado espaço social em transformação – a configuração intelectual “princesina” – ocupando ou almejando ocupar suas posições.

Nesse ponto, o que denominamos de “espaços de sociabilidades de elite”, englobando as sociedades médicas, de puericultura, clubes de serviços, entre outros, aparecem como lócus importantes na conformação e reprodução do grupo. Como na cidade de Ponta Grossa não se conhecia um alto grau de divisão do trabalho social, o grau de autonomização dessa configuração intelectual em relação aos “campos” econômico, político e religioso era ainda muito pequeno e as fontes sinalizam a proximidade existente entre oradores, educadores, jornalistas, políticos, proprietários de terras e oficiais militares conterrâneos, que juntos encampavam projetos comuns.

Para a demarcação de elementos que permitissem realizar a leitura de uma trajetória coletiva dos euclidianos paranaenses, fizemos um uso da prosopografia. Ela permitiu analisar um grupo relativamente numeroso, heterogêneo e aparentemente esparso, sem colocá-lo numa camisa de força. Consideramos, na construção dos dados de trajetória, o gosto de conviver, as afetividades, assim como as relações de poder que atravessavam as sociabilidades do círculo, que não constitui, de modo algum, um bloco monolítico isolado da sociedade, tampouco esteve livre de tensões internas.

Realizada há mais de cem anos pelos historiadores, tal como se desenrola hoje, a prosopografia não se limita às suas preocupações tradicionais. Conforme Bertrand (2012), ela ainda se preocupa em reunir informações biográficas sobre indivíduos que conformam um grupo social identificável, construindo coleções de personagens e comparando as suas características exteriores com o propósito de desenhar um perfil social e histórico comum. Entretanto, passou a incorporar cada vez mais, junto às reordenações da *virada linguística e cultural*, toda uma dimensão de corte qualitativo. Esta, graças a sua diversificação de aplicação, tem permitido estudar grupos sociais que não possuem necessariamente um estatuto socioprofissional bem definido. Tais retratos, não mais construídos exclusivamente a partir de critérios estruturais (jurídicos, econômicos ou profissionais), podem ser usados para reintroduzir, nas análises, o “ator

social”, suas manobras e negociações. Visando conciliar a reciprocidade entre os domínios simbólico e material da vida em sociedade, ganham a cena a agência e as auto-interpretações das elites, sem pôr na sombra os condicionamentos sociais com os quais elas jogam.

A prosopografia é entendida, desse modo, não como uma finalidade em si mesma, mas como uma ferramenta de pesquisa que ilumina, entre outras coisas, as categorias de percepção e apreciação que circularam entre os textos dos euclidianos. Contudo, não se deve confundir aí a reconstrução lógica do texto analisado pelo intérprete e a própria lógica discursiva do autor. Dialogando com João Marcelo Maia (2008), acreditamos que a reconstrução do universo dos produtores culturais não implica, necessariamente, o retorno a um historicismo obcecado por desvendar a intencionalidade do autor. Para isso

a sociologia dos intelectuais nos oferece instrumentos: o cerne de sua preocupação é justamente a explicação do universo social particular dos produtores. Ora, essa reconstrução é, como se sabe, interessada e conduzida pelas questões e interesses mais gerais que guiam a pesquisa. Este é o ponto-chave que permite a associação entre temas da história intelectual com procedimentos da sociologia: as duas dimensões – internas e externas [ao texto] – são unificadas a partir do repertório de questões e problemas que o investigador levanta: em outras palavras, não se trata de explicar uma em função da outra, mas de encará-las como dimensões integradas de uma determinada experiência intelectual só acessível a partir de uma problematização [...] interessada (MAIA, 2008, p. 18-19).

Tendo isso em vista, podemos retomar a proposta de Carlos Altamirano de análise histórica da “literatura das ideias”⁶: não bastaria vincular os textos estudados ao campo da ação ou, como se costuma dizer, a seu contexto. Associá-los a seu “exterior” e às suas condições pragmáticas contribui para sua compreensão, mas não evita o trabalho de leitura interna ou da correspondente interpretação, mesmo se considerarmos esses textos documentos da História política e social. Os textos são abordados, afinal de contas, por uma história sensível à dimensão simbólica da vida social e da ação histórica (ALTAMIRANO, 2007, p. 14).

⁶ A “literatura das ideias” de que fala Altamirano (2007) engloba “textos de intervenção direta no conflito político e social de seu tempo até as expressões dessa forma mais livre e resistente à classificação que é o ensaio, passando pelas obras de caráter sistemático ou doutrinário. O elemento comum a todas essas formas de discurso ‘doxológico’ é que a palavra é enunciada a partir de uma *posição de verdade*, independentemente de quanta ficção se aloje nas linhas desses textos. Pode tratar-se de uma verdade política ou moral, de uma verdade que retire sua autoridade de uma doutrina, da ciência ou de uma intuição mais ou menos profética”. A relação entre atores é entendida não apenas por uma relação mecânica de forças, mas também, sobretudo, por códigos culturais de um grupo social em um dado momento (ALTAMIRANO, 2007, p.13-14).

Léxico

Os integrantes do *CCEC* definiram a si mesmos como intelectuais. Eles gostavam de ser chamados de “trabalhadores da cultura”, “intelectualidade princesina”, “jagunços do Pitangui”, entre outros termos nativos. Essas palavras se encontravam conectadas entre si e a outros termos que reagiam a elas, como nação, vocação e vasta cultura. Elas são exploradas ao longo do trabalho como componentes de uma semântica própria, no interior de um léxico político-intelectual que se encontrava em transformação e em disputa.

Entendemos que qualquer definição a priori de “intelectual” no interior da qual os euclidianos poderiam ser ou não encaixados, portanto, “tanto impede quanto dificulta a compreensão da gênese histórica de determinadas representações intelectuais. Isto porque a definição mesma de ‘intelectual’ é historicamente um objeto de disputa” (OLIVEIRA, M., 2009). O círculo fundador do *CCEC* certamente se envolveu com disputas pela própria definição legítima do intelectual, como atestam seus elogios à “cultura geral além do metier” e suas tomadas de posição de afastamento do que chamaram de “intelectuais de gabinete” ou “antropólogos de asfalto”. Para esses personagens, o trabalho intelectual não soava como ocupação exclusiva e sua natureza aparecia muito ligada a um entendimento de vocação moral e patriótica. A mediação cultural se encontrava revestida de alto valor em meados do século passado, em que boa parte de nossas elites se colocava como responsável pela educação e mesmo condução das massas e depositavam suas esperanças no papel transformador das mídias como o som e a imagem⁷.

Nesse mesmo sentido, o “regional” é pensado aqui como um espaço que se modifica de acordo com as lutas dos próprios grupos que se voltam a pensá-lo, inventá-lo, simbolizá-lo. Como se trata de um fenômeno de linguagem e de uma categoria classificatória, a “região” figura simultaneamente como uma instância de mediação com a nação e como arma utilizada nas disputas internas ao seu próprio estado e também com as outras unidades políticas junto ao poder central (NEDEL, 2005, p. 3). Para o

⁷ Uma das iniciativas recentes nesse campo de estudos foi coordenada por Angela de Castro Gomes e Patricia Hansen (2016). Em “Intelectuais mediadores”, foram problematizados agentes e mecanismos responsáveis por “pontes e passagens” que se estabelecem entre diferentes códigos culturais e que propiciam a existência de relações entre grupos sociais distintos por meio da comunicação de ideias. A análise sobre os trânsitos de bens culturais entre diferentes grupos através do tempo e do espaço sinalizam que os mediadores não podem ser vistos como meros transmissores e que suas operações criam um produto novo, singular. Além disso, evidencia-se os impactos políticos e sociais dessas trocas culturais, por exemplo, em estratégias interpretativas e deslocamentos semânticos.

“núcleo duro” do *CCEC*, “região” era um termo relacionado muito mais aos Campos Gerais – sendo que a cidade de Ponta Grossa era significada como “a princesa” da região dos Campos Gerais do Paraná – do que ao próprio estado do Paraná. Através dos campos é que se fazia a ponte com a comunidade nacional imaginada por eles (o “Brasil caboclo”).

Das Fontes utilizadas

O corpus documental acionado nesse trabalho é formado por dois conjuntos de fontes primárias. Em primeira instância, recorreremos às chamadas fontes biográficas: dicionários biográficos, biografias, necrológios, antologias e relatos de memórias. Elas foram acionadas para a composição de fichas individuais a respeito dos euclidianos, cujas informações posteriormente foram transformadas num quadro coletivo. Ao recorrer a tais fontes, não podemos deixar de considerar que elas possuem uma diversidade tipológica e que são fundadas sobre concepções que têm as elites de seu próprio meio⁸ (HEINZ, 2011, p. 155). Desse modo, de acordo com Sérgio Miceli (2001), a mobilização desse material considera as condições sociais e culturais em que foram produzidos, isto é, a história dos processos de reprodução responsáveis pela própria existência social e pelo reconhecimento simbólico do grupo ao longo do tempo. Com essa perspectiva, as fontes biográficas não são encaradas como meros depósitos de informação, mas sim como produtos construídos e ressignificados, inclusive pelo próprio pesquisador. Eis aí uma maneira de se romper com a “ilusão biográfica” que tendemos a atribuir aos indivíduos e grupos, e que eles mesmos, muitas vezes, esforçam-se para manter.

O segundo conjunto diz respeito às fontes do Acervo do *CCEC*: suas Atas de reuniões, suas fotografias, parte do seu acervo epistolar e, claro, os textos produzidos no

⁸ Decorrente disso, a diferença no volume de informações sobre os indivíduos foi um dos problemas que enfrentamos. Além de padronizar as informações através de categorias e fichas, foi fundamental analisar as lacunas como parte da própria história do grupo, conforme outros pesquisadores já indicavam: “Tudo o que aparece no *Who’s Who* ou nos dicionários biográficos – notoriedade pública, laços familiares, riqueza, influência política, excelência profissional – constitui um capital ou capitais que não estão igualmente distribuídos ou disponíveis para o conjunto [...] parte de dirigentes que compõem a amostra – os repertoriados – possuía, provavelmente, capitais em volumes mais importantes que os dois terços restantes que não aparecem em anuários sociais ou dicionários políticos” (HEINZ, 2011, p. 163). Sobre o tema e, especialmente, sobre modos de fazer pesquisa sobre elites, torna-se relevante a leitura dos trabalhos reunidos no livro “Dos intelectuais na política à política dos intelectuais”, organizado por Flavio Heinz (2015) e da tese de Jefferson Martins (2015) sobre trajetória institucional e solidariedades intelectuais no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

âmbito da instituição. Das correspondências, restaram no *Centro* as passivas, isto é, as cartas e telegramas recebidos pelo grupo. A correspondência ativa encontra-se espalhada entre as inúmeras instituições e Acervos de pessoas com quem trocaram missivas, das quais pude encontrar poucas (no Acervo do Círculo de Estudos Bandeirantes em Curitiba). As cartas recebidas, de todo modo, são documentos fundamentais para situar as redes e os mecanismos de inserção dos princesinos, tanto em relação ao movimento euclidiano quanto à elite político-cultural paranaense. As Atas de reuniões, por sua vez, funcionam como “diários de bordo” dos encontros do *CCEC*, registrando quais sócios frequentavam as reuniões, quem tinha voz ativa, que pautas mereceram sua atenção, etc. Elas aparecem nesse trabalho como importantes vestígios da institucionalização e também das disposições que eram valorizadas nas dinâmicas internas do *Centro*. Por fim, os escritos: os livros publicados com auxílio do *CCEC* – as chamadas “edições euclidianas” – e, sobremaneira, os textos veiculados no periódico *Tapejara* (1950-1976), formam o material de acesso à produção escrita coletiva do agrupamento. Buscamos interpretar esses textos enquanto produtos culturais, preocupando-se com a sua forma e privilegiando elementos da imaginação em torno das categorias centrais que foram mobilizadas por eles para apreciar e simbolizar o mundo social.

Esses documentos são pensados uns em relação e aos outros, pressupondo-se que permitem recuperar gestos de práticas sociais significativas, especialmente no “diálogo interno, às vezes cifrado, outras nem tanto, que mantiveram uns com os outros” (PONTES, 2010, p. 39-40), inestimáveis para entender o tipo de sociabilidade que praticavam, as suas maneiras de proceder e o movimento das ideias que integravam sua obra ou gravitavam à sua volta.

Da estrutura do trabalho

O presente trabalho se estrutura em três capítulos. Cada qual corresponde a uma direção que complementa as demais. No primeiro capítulo, começamos por reconstituir, a partir da historiografia e das fontes encontradas no *CCEC*, alguns percursos e articulações do Euclidianismo no Brasil, a fim de compreender o alinhamento do grupo princesino como parte de uma segunda geração deste movimento. A rede de trocas entre os representantes dos grêmios e casas euclidianas, espalhados pelos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte, permite mapear diferentes usos do

Euclidianismo operados em cada lugar, sendo que nosso foco recai sobre o grupo residente em Ponta Grossa. O subcapítulo seguinte se dedica a investigar a institucionalização do *CCEC*, as condições sociais e as práticas de sociabilidade que conferem identidade aos autodenominados *Jagunços do Paraná*. Destaca-se aí um esforço próprio do nosso trabalho: o estudo do círculo de 40 sócios a partir de suas trajetórias. Procuramos falar de lugares mais ou menos formais de interação e de trocas que se revelam fundamentais para a conformação desse grupo, com destaque à sua formação ginásial clássica, aos espaços de lazer e voluntariado de elite que animam suas vocações de uma “cultura geral”, com significativo peso atribuído ao civismo, à oratória e a um código moral religioso.

Na construção dos dados prosopográficos que são mobilizados no capítulo, compreendemos que o círculo euclidiano pontagrossense era formado por colegas, ex-alunos dos euclidianos mais velhos e agentes que tinham como ocupação profissional a educação escolar, que se interligaram de diversas formas ao Colégio Regente Feijó. Fundamental para recompor a trajetória coletiva do agrupamento, o pertencimento ao quadro do “Regente Feijó” mereceu um subcapítulo específico, onde se explora dinâmicas de produção, carreira e consagração no “fazer-se intelectual” desses agentes, bem como um repertório de imagens com que eles próprios veiculavam sua identidade em torno daquele espaço.

O segundo capítulo, dialogando com as questões lançadas no primeiro, foca-se na produção escrita do *Centro* na década de 1950, restituindo práticas de leitura e escrita compartilhadas, sobretudo, pelo “núcleo duro” que destacamos no agrupamento. Apresentando uma morfologia dos escritos publicados no Jornal *Tapejara*, percebemos formatos tradicionais (como retórica e oratória) unidos a uma linguagem “documental” do sertão imaginado por eles. A importância atribuída à mediação cultural aparece em sua obra, em diálogo com práticas dos cientistas sociais e da Educação Nova. Também é explorada, aqui, a Biografia de Faris Michaele lançada no âmbito do *CCEC* em 1957 como um episódio de tensão no grupo, que também permite entrever uma série de estratégias de escrita presentes nas “edições euclidianas” como um todo. No subcapítulo seguinte, considerando essas formas, mapeamos três núcleos conectados da sua agenda de interpretação do Brasil: o indianismo e o bandeirantismo; as disputas em torno das “tarefas antropológicas” (campo disciplinar em formação) em que Gilberto Freyre ocupa uma espécie de entre-lugar; o topos do Brasil cindido em dois e um sentimento de deslocamento temporal revisitado conforme instrumentos disponíveis em meados do

século XX. Ao longo desse capítulo, portanto, adentramos aos poucos nos debates centrais mobilizados pelos articulistas, demarcando a constituição de uma semântica própria que foi empregada tanto em seus tratamentos grupais quanto em suas narrativas.

O terceiro e último capítulo, à luz das questões debatidas nos capítulos anteriores, pensa a relação do *CCEC* com uma tradição política e intelectual paranaense conhecida como Paranismo. Buscou-se compreender como se deu a sua inserção entre as elites do estado e quais aproximações e afastamentos o grupo operou com os repertórios da identidade paranaense gerados pelos simbolistas (geração de 1870) e paranistas. Compreendemos os anos 1950 como um período em que categorias como “Paraná tradicional” e “Paraná moderno” circulavam em produtos culturais diversos, entre eles a própria historiografia paranaense que se institucionalizava na Universidade em Curitiba. A partir daí, demarca-se os esforços dos euclidianos na atualização simbólica e na demarcação de bens regionais dos Campos Gerais do Paraná. Esse processo envolveu “poéticas do espaço” acerca do interior, dos campos, das paisagens naturais (especialmente Vila Velha) e dos costumes rurais, que transbordavam ou que velavam relações afetivas, memória histórica e disputas políticas. A crise econômico-política dos Campos Gerais, o crescimento do “norte pioneiro” no estado e a descoberta dos índios Xetá, nesse sentido, promovem deslocamentos materiais e simbólicos e criação do Museu Campos Gerais, por fim, é elucidativa da articulação que o *CCEC* buscava promover entre pesquisas científicas e identidade regional/nacional.

Pretendeu-se, como se vê, que os três capítulos atendessem a diferentes e conectados eixos temáticos: cada um deles poderá ser lido em separado, mas todos compõem uma rede analítica e interpretativa em torno do objeto de pesquisa. Apropriando-me de uma fala de Fritz Ringer (2000), diante dessa terra estrangeira que é o passado, há diferentes modos pelos quais um historiador pode tentar explicar as ideias que foram nele produzidas, ou que nele circularam. A partir dessas palavras introdutórias, procuramos descrever brevemente os pressupostos e os recortes que dão sustentação para este estudo, mas é com a leitura das páginas que se seguem que elas farão sentido. Convido os leitores e as leitoras a me acompanharem por algumas janelas do universo dos euclidianos, esperando que a argumentação e a narrativa, com todas as suas limitações, contribuam com o debate acerca do tema e, de forma mais ampla, da própria História Intelectual.

CAPÍTULO 1

Euclidianos na Princesa dos Campos ou Da institucionalização do Centro Cultural Euclides da Cunha: trajetória, sociabilidades e práticas cívico-letradas.

Seu amor aos livros era, portanto, fenômeno [...] e sua biblioteca particular não-lo atesta plenamente: tinha a coleção “Brasiliiana”, da Editora Nacional, inteira, inteirinha! Aqui, em Ponta Grossa, só o grande amigo e bibliófilo, Sr. Alvaro de Barros, podia competir com ele, quanto a isso. Traços Biográficos de Euclidianos Ilustres já Falecidos: Joaquim de Paula Xavier, 1973.

Entre fins de 1947 e início de 1948, na cidade de Ponta Grossa, no estado do Paraná, cerca de 20 homens apreciadores da literatura, das ciências e das artes deram ensejo a um Centro Cultural, definindo-o como “sociedade civil para congregar intelectuais, prestando-lhes apoio cultural e moral” (CCEC, 1948, apud GOMES, 2012). Sua cooperação ao seu tempo, conforme anunciaram na imprensa, dar-se-ia no desenvolvimento cultural e no intercâmbio de ideias com o resto do país e das Américas. A esse *Centro* deu-se o nome de “Euclides da Cunha”.

Quando aproximamos a escala, podemos visualizar o professor Faris Michaele disposto em seu escritório, recebendo amigos e colegas de trabalho, todos vestidos com ternos e gravatas, ao pé da rádio ou na mesa de reuniões, cercados por um quadro-negro, diversos livros e um retrato de Euclides da Cunha. Ao ampliar a escala, enxergamos que esse grupo não era o primeiro, tampouco seria o último a pendurar a imagem do escritor fluminense em sua parede, em função de um legado atribuído àquele que, no início do século XX, teria revelado o Brasil do Sertão ao Brasil das cidades.

Em articulação com outras agremiações que levavam ou não o mesmo nome, o CCEC integrou o universo do Euclidianismo, movimento que produziu cultos públicos ao seu patrono e promoveu o encontro de *Os Sertões* com saberes e linguagens que se desenvolveram e circularam nos decênios que seguiram a morte de Euclides da Cunha (ocorrida em 1909). A partir daí, sua palavra escrita e mesmo suas características pessoais foram investidas de novos significados e usos políticos e simbólicos em diferentes contextos letrados.

Nossos personagens, residentes numa pequena cidade no sul, também fizeram seus próprios usos. Atentos às novidades culturais e literárias então produzidas no país, eles se notabilizaram como consumidores de um mercado editorial que se encontrava em expansão. As edições da coleção “Documentos Brasileiros” da Casa José Olímpio eram encomendadas pelo correio, bem como a “Brasiliana” que, como eles mesmos diziam com admiração, poderia ser encontrada completa somente nas melhores bibliotecas da cidade, pertencentes, todas elas, a homens da agremiação euclidiana. O próprio *CCEC* montaria uma biblioteca aberta ao público, a partir de doações dos sócios e interlocutores, atraindo estudantes do ensino secundário e da Faculdade de Filosofia (criada em 1949), bem como demais leitoras e leitores interessados, sobretudo professores e professoras locais.

O estudo desse círculo, de acordo com Itamar Lopes (2010), dá vazão a algumas relações e pressupostos, implícitos ou não, que na metade do século passado ainda pautavam a atuação de diversos grupos de homens de letras no Brasil, e que soam estranhos aos olhos de hoje. Entre eles, encontrava-se uma postura de devoção cívica e patriótica em relação a um conjunto de textos e autores, incluindo-se aí (como expoente) o nome de Euclides da Cunha, como parte do próprio olhar de veneração que o passado nacional lhes entusiasmava.

Tendo em vista a centralidade desse tipo de prática no seio da recepção mais ampla de Euclides da Cunha no Brasil, retomaremos, a seguir, algumas facetas dos empreendimentos editoriais e educacionais mobilizados pelos grêmios, casas e centros euclidianos ao longo da primeira metade do século passado, conferindo atenção especial ao período de 1930-1950, quando novos grupos se filiam ao Euclidianismo, no Paraná e no Rio Grande do Norte. Tal descrição do movimento no primeiro subcapítulo se atrela ao objetivo de compreender a emergência do *CCEC* em Ponta Grossa, considerando as pessoas, ideias e práticas que lhe deram ensejo no interior desses percursos e articulações em rede.

Depois disso, passaremos então à reflexão sobre o círculo euclidiano princesino propriamente dito, no plano de uma trajetória coletiva, demarcando sociabilidades que uniam e conferiam identidade ao círculo “para além do metier” de seus membros e destacando o lugar que o Colégio Regente Feijó ocupou no seu “fazer-se intelectual”.

1.1 PERCURSOS, ARTICULAÇÕES E USOS DO EUCLIDIANISMO NO BRASIL

*E quando o desânimo te infiltrar o coração, procura Euclides, ele te mostrará, com verdade e fulgor, o mundo de que és dono.
Edgard Roquette Pinto.*

*E que outras mãos, que não as nervosas e calejadas do engenheiro bisonho, foram capazes de feito tamanho e tão magnífica visão descritiva, na literatura brasileira?
Faris Michaelae.*

No início do século XXI, quando se comemorou o centenário de lançamento do livro *Os Sertões* (em 2002), o jornalista Francisco Costa (2002, p. 56) escreveu que, ao mergulhar no universo da “Legião de Euclides”, a impressão é a de que se poderiam passar horas conversando com seus representantes, que têm o escritor e sua obra como temas favoritos. Este é um fenômeno que atravessa todo o século passado e que, do ponto de vista histórico, pode trazer à luz aspectos fundantes sobre o lugar que Euclides da Cunha ocupa em nosso pensamento social e (não menos) em nosso panteão nacional.

Os grupos euclidianos carioca e paulista foram trazidos à tona pelas análises de Regina Abreu (1998), Natália Peixoto de Souza (2010), entre outros pesquisadores, que não exploraram as versões do Euclidianismo nos outros estados em que se manifestou. Por outro lado, a historiografia que lançou indagações específicas acerca do *CCEC*, pouco fala sobre as suas relações com esses outros sujeitos e núcleos do movimento. Retomando e estabelecendo um diálogo com esses trabalhos, defendemos que o *CCEC* não poderia ser compreendido em separado dessa rede.

Identificados com o ideário da Escola Nova que atribuía aos problemas do Brasil uma solução pedagógica com significativo peso às elites educadoras e emprestando vocabulário de um repertório que as ciências sociais e os estudos de folclore estavam construindo, os euclidianos atuantes nos anos 1950 acreditavam que as lições que Euclides da Cunha plantou no início do século poderiam avançar “hoje mais do que ontem” (MICHAELE, 1950, p.1). Eles situaram, aliás, quase a totalidade de discussões da sua atualidade como herdeiras da obra desse escritor, sob cujo guarda-chuva cabiam diversos saberes como a geografia, a história, a antropologia, etc.

Esses grupos prestavam homenagem à memória de Euclides, associando-a com um ponto de inflexão nos modos de pensar das elites políticas e intelectuais brasileiras

responsáveis pela identidade nacional: o passo que esse autor deu rumo à superação do “alheamento” dessas elites em relação à realidade nacional.

Apesar de mais novo que a maioria dos membros da “geração de 1870”, o autor de *Os Sertões* se formou na ambiência do movimento intelectual de contestação à ordem imperial que surgiu no seio da sua desagregação. Além de compartilhar elementos na forma de argumentação, no estilo e conteúdo, que coincidiam com a agenda parlamentar do período, Euclides da Cunha teve boa inserção entre os membros mais velhos daquela geração, com sucesso de público e de crítica de *Os Sertões*, que sinalizam que a obra e o autor eram tidos, se não como parte, certamente como adeptos ou herdeiros diretos daquela geração⁹ (NEEDELL, 1993).

Segundo Angela Alonso (2002), o grupo de 1870 se apresentava como uma nova elite nacional apta a agir em nome do bem comum. Ele recorreu a esquemas explicativos do cientificismo francês da III República e do decadentismo dos epígonos da geração portuguesa de 1870, como recursos teóricos e retóricos para interpretar o contexto de crise política e mudança no qual estava imerso. Euclides da Cunha, assim como esses contestadores da tradição imperial, mobilizou instrumentos da política científica europeia. A prosa científica, com seus novos recursos – estilo de tese, metáforas organicistas e químicas, descrição minuciosa – subverteria a estética e combateria a retórica românticas do Segundo Reinado: a narrativa de *Os Sertões*, apoiava-se no gênero das grandes epopeias ao mesmo tempo em que buscava estabelecer leis gerais na descrição da natureza, do homem e do cenário que compõe a vida e a luta no sertão. Aliás, alçando os homens livres pobres à matéria literária.

O retrato social mobilizado por Euclides se deu a partir de forte dependência em relação aos fatores biológicos e ecológicos, na procura por se desvendar os enigmas da natureza agreste e sua força na formação do homem sertanejo. Essas ambições da literatura naturalista do último quartel do século XIX, que bebiam nos pressupostos de Taine e outros autores “havia contagiado de tal modo à geração de Euclides da Cunha como é possível perceber em Araripe Júnior e Capistrano de Abreu, que seu esquema –

⁹ *Os Sertões* foi recebido com louvores pelos principais críticos da época, como Araripe Júnior, José Veríssimo e Silvio Romero. Os atributos para consagração, no ponto de vista desses críticos, encontravam-se no compromisso nacionalista de Euclides da Cunha com a descrição da realidade sertaneja, no domínio dos modernos métodos científicos e na conjugação exemplar da ciência com a literatura (SOUZA, V. 2010, p. 2). Podemos pensar a trajetória de Euclides da Cunha em relação a um processo de oportunidades políticas que se abriu nas últimas décadas do Império: a expansão dos direitos políticos que quebrava os limites da opinião pública admitida nas instituições imperiais, a partir de vias políticas não parlamentares, como os jornais e as conferências (ALONSO, 2002, p. 187).

‘meio, raça e momento’ – havia se transformado numa receita trivial de como escrever a história de um povo ou de uma nação” (SOUZA, V., 2010, p. 4)¹⁰.

O Euclidianismo cultuava a memória de Euclides da Cunha como representante, nesse sentido, de toda uma linhagem intelectual, conferindo lugar em sua celebração tanto a autores da tradição imperial (como José de Alencar e Gonçalves de Magalhães)¹¹, que a geração de 1870 contestara, quanto, principalmente, a autores do realismo literário, no que eles convergiam para o Brasil do cânone literário, que, afinal “era muito mais rural do que urbano. Lá estava o grande sertão, os sertões, as vidas secas” (ABREU, R., 1998, p. 20).

O movimento euclidiano gerou parte de seus recursos intelectuais a partir do culto a essa tradição literária. Segundo Regina Abreu (1994), ele integra um fenômeno social mais amplo de monumentalização de pessoas, característico das nações modernas, que elegem *indivíduos-monumento* para personificar a nação ao lado dos objetos materiais e simbólicos – incluído aí *Os Sertões* – erigidos como patrimônio cultural nacional. O escritor teria sido aos poucos imbuído de uma aura e de uma significação próprias, passando a integrar nossa comunidade imaginada, constituída a um só tempo como "coleção de indivíduos" e como "indivíduo coletivo” (ABREU, R., 1994, p. 67). Além da ambiência intelectual do início do século quando da recepção de Euclides da Cunha, que foi operada por herdeiros da geração de 1870, teve grande importância nesse processo um conjunto de iniciativas privadas de organização de uma memória, levadas a cabo *a posteriori*, a partir da década de 1910, sobretudo pelos “Grêmios Euclides da Cunha”. Não desconsiderando a sua conexão com o primeiro

¹⁰ Vanderlei Sebastião de Souza destaca uma série de autores que se sentiram atraídos pela crença de que o mundo social poderia ser explicado a partir das forças da natureza, como Aluisio Azevedo, Raul Pompéia, Inglês de Souza e Adolfo Caminha. Para essa geração, Emile Zola, Eça de Queiroz e Hippolyte Taine – para quem o tripé “raça”, “meio” e “momento” eram fundamentais na identificação das qualidades definidoras da identidade dos grupos raciais – figuram como influências centrais na divulgação do naturalismo, com ênfase no princípio do máximo de realidade com o mínimo de ficção. Euclides da Cunha, assim, se voltou ao estado evolutivo e à influência do meio físico no processo de adaptação do homem sertanejo ao ambiente, identificando suas características físicas, morais e intelectuais, bem como seus atavismos (SOUZA, V. 2010, p. 6).

¹¹ Segundo Angela Alonso, a “tradição imperial” esteava-se em três núcleos: o indianismo romântico, definindo a nacionalidade; o catolicismo, representando simbolicamente a sociabilidade hierárquica; o liberalismo estamental, limitando a cidadania. Assim a elite imperial definiu a identidade nacional, instituiu numa forma de organização política que limitava a cidadania e produziu uma representação simbólica de sua ordem social. A autora nomeia o movimento intelectual da geração de 1870 a partir da característica de reformismo: o termo evidencia o caráter igualmente constitutivo das formas de contestação política às instituições monárquicas e de crítica intelectual à tradição imperial. Também enfatiza o elo de continuidade entre o movimento e a tradição que ele combate: seu caráter não-revolucionário. Tendo isso em vista, havia, ao mesmo tempo, familiaridade e transgressão entre os escritos do movimento intelectual de 1870 e do cânon imperial (ALONSO, 2002, p. 56).

fenômeno, nosso interesse recai sobre o segundo, bem menos conhecido dos historiadores.

De início, dois grupos mais ou menos contemporâneos – um carioca, outro paulista – empenharam-se, de um lado, na publicação e divulgação da escrita de e (principalmente) sobre Euclides da Cunha e, de outro, na mobilização de um elogio fúnebre, que se institucionalizou enquanto culto cívico público oficial. Tais questões marcaram a consolidação de Euclides da Cunha no panteão dos “grandes homens” nacionais, como precursor da literatura brasileira moderna e de uma maneira de pensar e conceber o país revisitada incontáveis vezes no pensamento social brasileiro. A respeito dessa militância em torno da glorificação de Euclides, informados pela bibliografia, abordaremos primeiramente as iniciativas dos círculos intelectuais que se lançaram na cidade do Rio de Janeiro (RJ) e na cidade de São José do Rio Pardo (SP) como guardiões e porta-vozes do seu espólio intelectual.

1.1.1 O monumento à luz do Grêmio carioca e das relíquias de Rio Pardo

No dia 15 de agosto de 1909, os principais jornais do país noticiavam uma “grande perda nacional”: Euclides da Cunha, o escritor que sete anos antes lançara *Os Sertões*, que naquela data já contava com três edições, havia morrido aos 43 anos de idade. E não se tratava de uma morte natural: o cientista-literato, reconhecido pelas principais instâncias letradas da época – Academia Brasileira de Letras, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – e prestigiado na Rua do Ouvidor, fora assassinado pelo amante de sua esposa, mãe de seus filhos, num episódio conhecido na época como “tragédia da Piedade”: ele morreu no subúrbio, numa tentativa frustrada de matar Dilermando de Assis, que era militar (e cerca de vinte anos mais jovem)¹². A hagiografia que se construirá em seu entorno envolveu essa trágica morte, considerada, conforme os códigos socioculturais da época, uma defesa moral da honra do homem traído e das próprias instituições sociais do casamento e da família. O morto

¹² A historiadora Mary Del Priore (2009) narrou em detalhes o episódio, desde o desenrolar do romance proibido, problematizado à luz do sistema de gênero vigente, que impunha pressões e constrangimentos aos envolvidos, até a repercussão do caso, que fez do jovem amante objeto de uma violenta campanha na imprensa, especialmente no jornal *O País*. Segundo ela, os intelectuais, amigos de Euclides, como Coelho Neto ou Carlos de Laet, não perdoariam jamais o gesto de Dilermando.

representava, portanto, a vítima, e deixava a sensação de que ainda tinha muito a dizer sobre o Brasil.

Durante e imediatamente após o velório de Euclides, uma gama de necrológios resgatava sua história de vida. Ele foi enaltecido como protagonista de um evento histórico singular – a guerra de Canudos, em tudo aquilo que ela representou para a descoberta científico-literária de um Brasil interior, desconhecido da maioria do público metropolitano – e foi associado a um indivíduo cujo trabalho como entusiasta da república, engenheiro, e, particularmente, como escritor, deu-se em função de outras pessoas e de uma causa pública. De acordo com Regina Abreu (1994), seus amigos e comentaristas operaram um mecanismo de valorização não apenas de sua literatura, mas das próprias características físicas e do temperamento de Euclides da Cunha: seus acessos nervosos, de depressão e angústia, suas ausências no ambiente familiar e outros atributos desse gênero foram mencionados pelos seus admiradores como aspectos decorrentes da personalidade de um gênio. Marca que aparece já consolidada em meados do século XX, como na seguinte passagem, publicada no periódico dos euclidianos do Paraná: “e a própria complexidade imprevista dum temperamento reservado, do mesmo passo, conspirava por sugerir-lhe, numa como aparente insinuação, normas outras de conduta, inspirando-lhe diretrizes inteiramente novas, pronunciadamente revolucionárias” (MICHAELE, 1950, p.1).

Dessa perspectiva, à imagem de temperamento difícil e tendência ao isolamento sobrepunha-se a de uma pessoa completamente imbuída de sua missão (patriótica) de escritor. Em diversas camadas dessas representações, Euclides encarnava atributos próprios de uma brasilidade: começando pela mistura das raças, que, disseminada por todo o território nacional, era corporificada pelo escritor (autodenominado misto de celta, tapuia e grego). Ele foi convertido em emblema de um Brasil possível, “deprimido, nervoso e até tuberculoso, mas fundamentalmente o Brasil viável” (ABREU, R., 1994, p. 28).

Na época, a imprensa carioca acompanhou o processo e o julgamento do “caso da Piedade”, exigindo a condenação do acusado, que esteve preso desde o ocorrido, mas que em 1911 obteve um resultado bem diferente das expectativas alimentadas: Dilermando foi inocentado pelo júri – mas não pela opinião pública – sob a insígnia da legítima defesa¹³. A reação foi imediata. Conforme Natália Peixoto B. de Souza (2010,

¹³ Uma vez em liberdade, Dilermando se casou com a viúva de Euclides que passou a se chamar Ana de Assis, mas as marcas da tragédia eram profundas na história da família: os filhos do primeiro casamento

p. 49), ainda em 1911, iniciou-se nas dependências do Ginásio Nacional (atual Colégio Pedro II), na cidade do Rio de Janeiro, uma agremiação composta de antigos alunos de Euclides naquela instituição – liderados pelos irmãos Sussekind de Mendonça¹⁴ – em sua homenagem. No aniversário de morte do escritor (15 de agosto), um grupo de amigos dele, com destaque a Alberto Rangel e Coelho Neto, proferiram uma caminhada até o cemitério São João Batista e, sobre o sepulcro de Euclides, discursaram a respeito de seus feitos e contribuições¹⁵. Com o lema “por protesto e adoração”, o “Grêmio Euclides da Cunha” reclamava para si a função de protesto contra a absolvição do assassino e a liderança de uma campanha de adoração ao escritor, passando a se reunir e a organizar atividades anuais naquela data e local. Articulado com um círculo mais amplo e expandindo-se para além dos muros da escola, o grêmio passou a promover, junto à homenagem póstuma, uma série de palestras em instituições de letras.

Data deste mesmo momento a publicação da quinta edição de *Os Sertões* (1914), organizada pela editora “Francisco Alves”¹⁶, e de trabalhos inéditos de autoria de Euclides da Cunha em que os integrantes do grêmio estiveram envolvidos, como “Castro Alves e seu tempo”. O grêmio, em 1915, passou a publicar um periódico anual – a *Revista do Grêmio Euclides da Cunha* – sempre no dia 15 de agosto, onde se transcreviam trechos de Atas de reuniões dos autointitulados euclidianos, os discursos proferidos em suas romarias, bem como algumas falas realizadas na Biblioteca Nacional, na Academia de Letras e em outros espaços. O movimento era de cunho privado, mas recebeu o apoio da câmara municipal de Cantagalo (cidade natal do escritor).

se afastaram publicamente da mãe/do casal e, em 1916, Dilermando seria novamente alvo de um atentado. Euclides da Cunha Filho, conhecido como Quindinho, foi o autor dos disparos dessa vez. Travou-se um duelo, que resultou em ferimentos a ambos, mas que acabou matando o filho de Euclides. O escândalo reforçou a imagem de injustiça e levantou novos protestos (DEL PRIORE, 2009).

¹⁴ Edgard (1896- 1958) e Carlos (1933) Sussekind de Mendonça eram filhos de Lucio de Mendonça, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Quando o Grêmio Euclidiano foi fundado, os irmãos eram suas lideranças. Com o passar dos anos, Francisco Venâncio Filho assumiu mais funções ao lado de Edgard Sussekind, que foi presidente do grêmio até falecer (SOUZA, N. 2011, p. 2).

¹⁵ Alberto Rangel (1871-1945) estudou na Escola Militar da Praia Vermelha (RJ), onde foi colega de Euclides da Cunha. Formando-se bacharel em ciências e depois engenheiro, trabalhou em Manaus entre 1901 e 1905, publicando em seguida a coletânea de contos “Inferno verde” (1908), que foi prefaciada por Euclides. Nos anos seguintes, atuou como diplomata. Coelho Neto (1864-1934) foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Amigo e interlocutor de Euclides da Cunha, também se notabilizou como escritor interessado no tema do sertão. Sobre as suas trajetórias, respectivamente, sugiro consultar Leandro (2011) e Murari (2015).

¹⁶ Segundo Ruy Magalhães de Araújo (2003), à primeira edição em 1902, sucederam-se em 1903 e 1905, a segunda e a terceira, impressas pela Larmmert & Cia. A Francisco Alves adquiriu a propriedade da obra mediante a falência destes editores e depois da morte do autor, em 1909, publicando em 1911 a quarta edição e em 1914 a quinta. Esta editora lançou outras 22 edições entre 1923 e 1968.

Em sua “campanha” (e esse era um termo nativo), os euclidianos reverberavam *Os Sertões* enquanto livro de ciência e de fé. Natália de Souza (2010, p. 58) considera que esse grêmio adotou critérios similares aos que a igreja positivista de Comte destinava aos vultos da humanidade: criou uma “oração inicial” repetida nos eventos e veículos impressos, circunscreveu uma data santa, chamou o cultivo da memória de Euclides de sua ressurreição, o seu túmulo de túmulo-altar, e o culto euclidiano de “páscoa do pensamento brasileiro”. Para além dessa faceta, os adeptos do movimento, intelectuais e editores de renome que eram, colocaram em circulação uma significativa gama de ensaios de sua autoria, atualizando em várias direções a palavra do escritor.

Ainda conforme a historadora, a valorização da literatura euclidiana mobilizada pelo círculo fazia parte de um projeto mais amplo de valorização da ciência (que eles mesmos praticaram). No intuito de construir um busto de bronze de Euclides da Cunha na praia vermelha, local onde, segundo eles, teria se formado o pensamento científico de Euclides – que coincidia com a história do próprio pensamento científico nacional –, os agentes realizaram uma série de palestras sobre o escritor no Rio e em São Paulo, cujo pagamento era doado ao grêmio. O euclidiano Edgard Roquette Pinto¹⁷, conforme atesta a bibliografia, foi particularmente atuante nessa direção. Ainda que a estátua não tenha sido construída, tais iniciativas os levaram a entrar em contato e a angariar o apoio de um grupo de intelectuais do estado vizinho, entre os quais figuravam os diretores do jornal “Estado de São Paulo”¹⁸.

Nos anos 1920, articulando-se em rede com esse grupo paulista, o grêmio euclidiano ampliou suas atividades. Segundo Regina Abreu (1998, p. 310), começava-se a reunir relíquias para organizar um grande “arquivo euclidiano”: correspondências, objetos pessoais, fotografias, a biblioteca do escritor e seus versos espalhados pela imprensa foram aos poucos resgatados e colocados sob sua guarda. Houve todo um trabalho de produção e mediação de conhecimento sobre a vida e a obra de Euclides

¹⁷ Edgard Roquette Pinto (1884-1954) se formou médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e se dedicou a estudos de Antropologia. Liderou, nos anos 1920, as primeiras transmissões radiofônicas no país, dedicando-se à antropologia, radiofusão e ao cinema educativo. Após participar em 1912 da Missão Rondon para construção das linhas telegráficas, onde filmou os índios nhambiquaras, publicou o estudo antropológico, botânico e geológico “Rondônia” (1916), expressão dada à região em homenagem ao Marechal Candido Rondon. Posteriormente dirigiu outros filmes científicos sobre o “Brasil interior e indígena”. Foi diretor do Museu Nacional entre 1926 e 1935 (EDGARD Roquette Pinto, 2007/2008, p. 2).

¹⁸ “Em 1921, diversos intelectuais paulistas assinaram moção de apoio ao trabalho do Grêmio Euclides da Cunha, entre eles, Vicente de Carvalho, Francisco Escobar, Amadeu Amaral, Affonso d’E Taunay, Plínio Barreto, Júlio de Mesquita, Júlio de Mesquita Filho, Antônio Mendonça, Monteiro Lobato, Otaviano Vieira, Nestor Rangel Pestana, Alberto Souza, Henrique Carvalho, Arthur Mota” (ABREU, R., 1998, p. 310).

com base nesse material, a partir dos quais foi se constituindo um tipo de saber próprio: os chamados “estudos euclidianos”, que se consolidariam na década seguinte.

Francisco Venâncio Filho¹⁹ e Roquette Pinto, que se diziam “amigos póstumos” de Euclides da Cunha, uma vez que não possuíam relações diretas com o autor, são representativos para compreender a expansão do movimento rumo a uma dimensão nacional. De acordo com Souza (2011), ambos tiveram participação ativa no Grêmio desde os seus primórdios e, assim como Edgard Sussekind Mendonça²⁰, tiveram suas trajetórias marcadas por outras instituições e empreendimentos culturais ligados à vulgarização do conhecimento científico e às questões da educação de seu tempo. Atraídos pelo tema da modernização da escola e da reformulação de ensino, engajaram-se pela melhoria da qualidade da educação pública, defendendo a intensificação do ensino de ciências nas escolas, incluída aí a literatura científica de Euclides da Cunha. Esses três agentes, que teriam se notabilizado como os cariocas mais atuantes no Euclidianismo nas décadas de 1930 e 1940, integravam também o círculo de professores fundadores da Associação Brasileira de Educação (ABE, 1924) e dos signatários do *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova* (1932), colocando-se publicamente como uma vanguarda nos debates acerca da instrução pública do país. Entre seus anseios e preocupações estavam os métodos educativos, o interesse (fator psicológico) dos alunos, os materiais, ambientes e instrumentos da aprendizagem e o dever do Estado para com a educação, temas correntes nas Conferências Nacionais de Educação que organizaram, ou das quais participaram.

Trata-se de autores de livros que tiveram ampla circulação no Brasil pela Biblioteca de Educação e pela Coleção Pedagógica Nacional. Não por acaso, a produção sobre Euclides da Cunha realizada por eles era direcionada a um público composto, em boa parte, de professores, e buscou cada vez mais atrair os jovens (um público escolar), por vezes com encartes didáticos que sublinhavam o valor sagrado do autor de *Os Sertões* (ABREU, R., 1998, p. 22). Em 1931, reunindo uma série de estudos

¹⁹ Francisco Venâncio Filho (1894-1946) estudou no Externato Aquino na cidade do Rio de Janeiro, onde foi aluno de Roquette-Pinto e se formou Engenheiro Civil pela Escola Politécnica. Autou como professor na Escola Normal, no Colégio Pedro II e no Colégio Bennet do Rio. A partir de 1914 se dedicou a pesquisar sobre a vida e a obra de Euclides da Cunha (COSTA, 2002, p. 54). Sobre a relação entre Venâncio Filho, Fernando de Azevedo e Euclides da Cunha, ver: Esteves (1994).

²⁰ Natália Peixoto de Souza (2011) destaca a atuação de Edgard Sussekind de Mendonça como professor de desenho do Instituto de Educação e em torno da *Livraria Científica Sússekind de Mendonça & Cia* (1922-1924) de sua família, através da qual foram editados livros de outros euclidianos, como Afrânio Peixoto e Roquette-Pinto e a *Revista Brasileira de Educação*, considerada um dos germes da Associação Brasileira de Educação (ABE).

euclidianos, Francisco Venâncio Filho lançou o livro “Euclides da Cunha – Ensaio Bibliográfico” (Oficina Industrial Graphica); alguns anos depois, seu novo livro intitulado “Euclides da Cunha e seus amigos” (Companhia Nacional, 1938) publicava e comentava correspondências do escritor, sendo a maioria inédita. Em 1940, Venâncio ainda consagraria o seu lugar de grande conhecedor no interior do movimento com a escrita de “A Glória de Euclides da Cunha” (Brasiliana – Editora Nacional). Este último, em especial, funcionaria nos anos seguintes como um verdadeiro manual (autorizado) de iniciação ao Euclidianismo.

A partir das posições que os euclidianos cariocas ocupavam no espaço da cultura, a defesa da inserção de Euclides da Cunha como leitura obrigatória na educação dos jovens tornava-se uma realidade em relação ao currículo escolar, e também na educação informal. Outro ponto destacado pela bibliografia sobre este círculo era a sua aproximação com os veículos modernos (o cinema e o rádio) de comunicação de ideias, questões que lhes eram caras enquanto mediadores culturais. Além de técnicas e mídias pedagógicas inovadoras, com elas tornava-se possível alcançar um público mais amplo. À frente da institucionalização da Radiofusão Educativa e Cultural no Brasil, eles foram locutores-entusiastas da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (1923-1936), depois doada ao governo federal (sob o nome de Radio Nacional) e também estiveram envolvidos na criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo (1937). Roquette Pinto, o principal idealizador desses projetos, mostrava-se afeito à divulgação da obra euclidiana no sentido de um projeto de Brasil que o grupo compreendia que ela inaugurava, lançando-se a “ações voltadas a educar, civilizar e diminuir o fosso entre os *dois Brasis*” (SOUZA, N., 2011, p. 11) que iam ao encontro dos planos de interiorização do governo Vargas (e nele puderam se expandir/consolidar-se), mas que se fizeram presentes desde o início de sua trajetória intelectual.

Entre 1926 e 1935, Roquette Pinto também ocupou o cargo de diretor do Museu Nacional, uma das principais instituições de pesquisa em ciências naturais e em antropologia do país. Criando uma seção de etnografia sertaneja e uma “Sala Euclides da Cunha” a ela interligada, ele se interessava em estudar os tipos antropológicos do Brasil, sendo irradiador de orientações à antropologia física que era praticada por aqui. Conforme Natália de Souza (2010, p. 34), na década de 1930, as teorias raciais utilizadas por Euclides da Cunha para explicar o sertanejo de Canudos já não tinham o mesmo sentido ou aceitação que na época de *Os Sertões*, enquanto que as teses socioculturais começavam a ganhar espaço na Etnografia dos nossos meios acadêmicos.

Roquette Pinto, um dos principais nomes do movimento euclidiano, inclusive, tomou posições críticas à teoria evolucionista de desigualdade das raças de Lamarck, utilizada/citada por Euclides. De todo modo, naquele período, a Revista Nacional de Educação e a Revista do Museu Nacional (ambas produzidas pelo Museu Nacional), em que ele e seus pares estavam envolvidos, dedicaram espaço significativo aos temas Euclides da Cunha e/ou *Os Sertões*:

A referência ao escritor era constante em quase todas as edições das revistas: Euclides foi apresentado como geólogo, historiador, pai da antropogeografia, cientista, literato. Artigos dedicados a reverenciar e glorificar a figura do escritor, não apenas de um intelectual, mas de vários pesquisadores da renomada instituição de pesquisa. O papel exercido por Roquette-Pinto na direção do Museu Nacional não somente mudou os rumos do museu, incluindo o estudo da antropologia entre os objetivos, como também foi determinante para a valorização da produção de e sobre Euclides da Cunha dentro do museu (SOUZA, N., 2011, p. 9).

Estaria relacionado a este mesmo processo certo silenciamento a respeito das teorias científicas deterministas utilizadas em seus escritos, eclipsadas em benefício de outros pontos que foram valorizados. A recepção de Euclides da Cunha pela sua face positivista, insiste Souza (2010), deu-se a partir das ações desse grupo de intelectuais, que estava mais interessado em glorificar a figura e destacar suas qualidades do que em analisá-la de forma crítica. Desse modo, o evolucionismo presente em sua obra teria ficado à margem nesses estudos. No que diz respeito ao *CCEC*, já nos anos 1950, enfrentamentos contrários ao patrono seriam motivo de entusiasmadas reações em sua defesa.

Há uma série de indícios de que nos anos 1930 e 1940 o movimento euclidiano encontrava uma nova sociologia e antropologia que começavam a ser produzidas. Foi precisamente nesse momento que a glorificação de Euclides da Cunha – a despeito das críticas às teorias raciais que tomavam forma nos meios acadêmicos – ganhou extensão e força nacionais:

Os esforços para não deixar que a obra fosse destronada parecem ter sido bem sucedidos, uma vez que embora tenha deixado de ser um livro de referência no campo científico, *Os Sertões* permaneceu e consolidou a sua posição de clássico nacional na década de 1930. Para isso foi fundamental o trabalho dos euclidianos (SOUZA, N. 2010, p. 35-36).

A revista do Grêmio Euclides da Cunha circulou por vinte e cinco anos, encerrando suas atividades em 1939. A essa altura, outra movimentação euclidiana

ocorria, numa versão mais extensa e diretamente vinculada/financiada pelo Estado. A última edição daquela revista dedicava a maior parte do seu conteúdo para ela: a cidade paulista de São José do Rio Pardo e sua comissão municipal de festejos euclidianos, aos quais os euclidianos cariocas foram convidados de honra a participar, proferindo conferências, trocando missivas e até mesmo doando seu rico acervo. Alberto Rangel e Venâncio Filho faleceram respectivamente em 1945 e 1946. Era como se o espólio de Euclides da Cunha estivesse sendo transferido aos poucos de um grupo a outro. Mas esse processo tinha também uma história mais ampla.

Conforme Regina Abreu (1998), os adeptos do culto a Euclides da Cunha praticado em São José do Rio Pardo, cidade distante em 264 quilômetros da capital paulista, situam o dia 15 de agosto de 1912 como marco de origem da tradição que se desenvolveu no local, quando a morte de Euclides completava três anos e um grupo de amigos e admiradores riopardenses se deslocou até às margens do rio Pardo para lembrar a passagem do escritor pela cidade e homenageá-lo. Numa cabana em frente ao rio, *Os Sertões* foi concebido durante intervalos do trabalho de reconstrução de uma ponte caída, que Euclides realizou como engenheiro de obras públicas do Estado, na época da expansão cafeeira pelo interior paulista²¹. Euclides da Cunha, já conhecido pela cobertura da Guerra de Canudos publicada no jornal "O Estado de S. Paulo" em fins de 1897, residiu com a família na cidade de São José do Rio Pardo entre 1898 e 1901, quando a ponte foi reinaugurada e ele foi embora, levando o manuscrito do livro à procura de uma editora, não sem antes ser passado a limpo por um comerciante local (COSTA, 2002, p. 62). Neste pequeno intervalo de tempo:

Alguns rio-pardenses haviam conhecido o escritor e com ele mantido alguma proximidade. A passagem do aniversário de sua morte suscitava nessas pessoas o ensejo de uma homenagem póstuma. Alguém teve a idéia de sair de preto em direção à cabana nas margens do rio Pardo, local onde o escritor havia escrito seu mais famoso livro. À hora combinada, um grupo de cerca de seis pessoas iniciou uma romaria da porta da Prefeitura Municipal até a cabana à beira do Rio Pardo. Durante a caminhada, a população da cidade foi aos poucos aderindo à manifestação. Era o início da "romaria cívica" em prol da memória de Euclides da Cunha. Romaria que se prolongou por vários

²¹ Durante este tempo, Euclides mora com a família na cidade, junto à esposa e seus dois filhos, sendo que seu terceiro filho, Manuel, nascera ali em 1898. Concluído o trabalho da ponte, Euclides foi promovido e transferido. Um dos amigos que fez na cidade, Francisco Escobar, que era o intendente (prefeito) na época de sua estadia é lembrado pelos euclidianos como um importante interlocutor do escritor que o abasteceu de livros que lhe serviram de fonte na confecção da obra. Foi a ele que Euclides enviou uma carta dizendo que nunca se esqueceria de São José do Rio Pardo e que tinha "saudades da barraquinha de zinco, ao lado do rio Pardo", carta esta que foi usada pelo movimento para reiterar que o escritor fluminense preferia o interior em detrimento da cidade grande (COSTA, 2002, p. 54).

anos, transformando-se em festa oficial da cidade de São José do Rio Pardo e do governo do Estado de São Paulo (ABREU, R., 1994, p. 71).

Diferente do grupo carioca, o grupo paulista não tinha diante de si (ainda) os restos mortais do escritor e havia acompanhado o sucesso editorial de *Os Sertões* à distância. Contudo, os três anos que Euclides passara na cidade trabalhando na ponte e no livro foram convertidos a ponto de São José do Rio Pardo se tornar, aos poucos, “o local por excelência de sua alma” (COSTA, 2002, p. 62): seus moradores investiram, especificamente, no estabelecimento de uma memória de sua estadia por lá. A romaria até a cabana em frente à ponte passou a ocorrer anualmente e o primeiro trabalho de cultivo dessa memória, conforme relata Abreu (1998), consistiu em limpar a cabana que se encontrava abandonada e buscar reconstituir o ambiente que cercou a criação de *Os Sertões*. Na cabaninha foi instalada a mesa onde Euclides escreveu e o banco de madeira onde ele se sentou para escrever, preservando detalhes do entorno e a velha árvore sob cuja sombra Euclides descansava, que já havia morrido e foi substituída por outra semelhante. Para a antropóloga, houve uma intenção clara de resguardar do esquecimento os objetos sagrados e o clima bucólico de criação da obra, retendo, inclusive, a própria paisagem que os olhos do escritor tinham diante de si naquele momento esplendoroso.

Ainda segundo a autora, buscando alcançar, senão o gênio e a genialidade do escritor, a “aura” que o circundava, os rio-pardenses inventaram uma nova qualidade para aquela cidade até então grande produtora de cenoura e de cebola: tinha sido ali, e não em qualquer outro lugar do Brasil, que Euclides da Cunha escreveu *Os Sertões*. E sendo ele considerado o grande livro nacional, Rio Pardo guardava uma relíquia valiosa. Estabelecendo uma relação dos objetos preservados com o passado do escritor, que se ampliava para uma relação do escritor e da cidade com a identidade nacional, São José do Rio Pardo metamorfoseou-se aos poucos numa cidade nacional (como Ouro Preto ou Aparecida) (ABREU, R., 1994, p. 72).

No fim da década de 1910, enquanto os euclidianos ajardinavam e buscavam embelezar a área da cabana, eles e os membros do grêmio carioca se comunicaram, através das palestras que estes estavam realizando em São Paulo. Em 1918, Francisco Venâncio teria visitado pela primeira vez São José do Rio Pardo, e, uma vez conhecido o movimento em prol da memória do escritor que ali tomava forma, retornaria ao Rio de Janeiro entusiasmado, passando a dialogar com o grupo da cidade e a visitá-la com certa

regularidade (SOUZA, N., 2010, p. 93). Como já mencionado, não apenas os dois grupos passam a se conectar em rede, como o movimento ganhou, naqueles anos, o apoio do jornal "O Estado de São Paulo", o que representou uma adesão pública significativa, particularmente aos riopardenses. Esse jornal tinha sua própria memória, bem como seu prestígio conectados à memória de Euclides da Cunha, já que no fim do século XIX este havia trabalhado como seu correspondente da Guerra de Canudos e o periódico, de certa forma, tinha sido o precursor de seus escritos mais tarde desenvolvidos em formato de livro. O jornal logo enriqueceu o monumento que se queria erguer na cidade doando-lhes um medalhão de bronze. Concordando com Regina Abreu (1998), a adesão do "Estadão" sinalizava, também, a reiteração, pelas elites paulistanas, do espírito bandeirante paulista de Euclides da Cunha como parte integrante de um imaginário de descobrimento do Brasil. Ideia que se consolidaria e atravessaria o movimento euclidiano, manifestando-se com força também no grupo paranaense.

É interessante notar que o processo de desenvolvimento do Euclidianismo se deu paralelamente ao avanço dos estudos bandeirantistas no estado de São Paulo, quando, nas décadas de 1910 e 1920, crescia o interesse, no interior dos estudos de genealogia, em filiar as famílias mais conhecidas da região a desbravadores sertanistas dos séculos XVII e XVIII. E como Antonio Celso Ferreira (2002) nos informa, também progressivamente as culturas populares passaram a ser utilizadas como fonte valiosa para se recuperar a genuína "alma paulista". Durante aquelas décadas, junto ao culto ao bandeirante e ao índio Guaianá, o caboclo também foi alvo de reverência no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Marcada por profundas ambiguidades, ganhava corpo uma literatura regional caboclista, cujas formas narrativas moviam-se dos escritos "científicos" para a ficção de caráter documental, ou vice-versa.

Em meados da década de 1920, conforme Ferreira (2002), a insegurança batia as portas da intelectualidade paulista, sobretudo de feição mais conservadora. Diante de forças consideradas ameaçadoras como a luta de classes e as novas ideologias políticas do período pós-primeira guerra, procurou-se reforçar os pilares da tradição: os exemplos dos vultos do passado e os ingredientes de elaboração de uma história épica regional. Destaque-se aí a descoberta – via IHGSP – dos despojos de Diogo Feijó em 1918 (na Igreja de São Francisco), reclamando que eles fossem então translados para um lugar de descanso conhecido, onde pudessem ser vistos e venerados pelos patriotas, celebrados como um "restabelecer de elos centrais da herança espiritual paulista". Ao mesmo tempo, o interesse pelo folclore participa da emergência desse "nativismo paulista" que

reagia ao intenso processo de modernização que o estado sofreu naquele período. Faceta que aparece no grupo político renovador ligado ao jornal Estado de S. Paulo, onde Amadeu Amaral, por exemplo, assinava uma coluna sobre “Tradições Populares” (VILHENA, 1997, p. 84-85).

A partir de 1925, começava a se consolidar a transformação de São José do Rio Pardo em “cidade euclidiana”. O dia 15 de agosto (o aniversário da morte de Euclides) foi transformado, por lei municipal, em feriado: essa institucionalização é bastante sintomática sobre o lugar que a efeméride e o grupo responsável por ela passaram a ocupar no espaço social local, uma vez que “a partir de então, a cidade passou a ter dois feriados: o dia 19 de março, data de fundação da cidade, e o dia 15 de agosto, data da morte de Euclides da Cunha” (ABREU, R., 1994, p. 13). O cunho oficial e público que o Euclidianismo assumiria – reconhecido ao longo dos anos por todas as instâncias de governo – é uma faceta dessa cidade, que não se repetirá em nenhuma outra em que o culto tenha se reproduzido.



Figura 1 – Detalhe de correspondência do Grêmio Euclides da Cunha (SP), 1950.
FONTE: Acervo CCEC – Centro de Documentação e Pesquisa em História, UEPG.

Na figura 1, observamos uma das insígnias empregadas pelos euclidianos riopardenses em suas correspondências. O semblante de Euclides da Cunha era impresso nos materiais produzidos por eles e, em forma de retrato, foi pendurado na parede de algumas casas e estabelecimentos comerciais citadinos. O ano de 1925, momento em que o aniversário de morte de Euclides se tornou feriado na cidade, marcava também o nascimento do Grêmio Euclides da Cunha paulista, voltado a sistematizar as próximas comemorações. Uma vez fundado este Grêmio, uma gama de

medidas seriam tomadas nos anos que se seguiram, todas vinculadas à prefeitura. Em 1928, foi construída uma redoma de vidro protetora para a cabana, reiterando ainda mais o seu caráter de relíquia.

Segundo Carmem Trovato (2002), a partir daí e com alterações na composição do grupo euclidiano inicial – que era detentor de memórias afetivas vividas, e que havia desfrutado da convivência direta com o escritor – ocorre uma série de mudanças no culto praticado. Essas mudanças provinham de jovens que retornavam à cidade, dotados de formação universitária e motivados em colaborar com a construção de uma nova consciência nacional, via educação. Estes assumem ao mesmo tempo ocupações profissionais liberais de destaque (advogados, médicos e professores) e as chamadas Comissões dos Festejos Euclidianos, nomeadas pelo prefeito municipal a partir de 1936. As políticas culturais em torno da figura de Euclides da Cunha em São José do Rio Pardo incorporaram então seus elementos definitivos, durante o Estado Novo, elevando a cidade ao posto de cidade euclidiana por excelência.

Entre tais elementos podemos destacar, a institucionalização da "Semana Euclidiana", criada pela equipe liderada pelo médico Oswaldo Galotti. Organizando um programa de comemorações que até então eram mais ou menos dispersas, estendeu-se o que acontecia em somente um dia – 15 de agosto – para uma semana toda composta de eventos variados em torno dele, angariando um público amplo de visitantes. Enquanto isso, pedidos dos euclidianos ao governo federal foram atendidos: a já famosa cabana foi reconhecida e tombada como monumento nacional, incorporada oficialmente ao patrimônio artístico e histórico nacional pelo decreto-lei federal nº 25, de 30 de novembro de 1937. Francisco Venâncio Filho, o notório euclidiano carioca responsável por tal feito, foi o conferencista principal da Semana Euclidiana daquele ano do tombamento, discorrendo sobre “a glorificação de Euclides da Cunha”. O movimento, já aprovado pelos governos, também, pelos amigos (de vida ou de espírito) de Euclides pertencentes ao grêmio do Rio de Janeiro, como aponta Esteves (1994), teve em Venâncio um entusiasta, que, inclusive, doou ao grêmio paulista, antes de falecer, o seu rico acervo sobre o escritor.

A *Semana Euclidiana*, que consistia em cinco dias de eventos cívico-culturais, implicou na criação de novas modalidades do culto. Talvez a mais importante tenha sido a “maratona intelectual euclidiana”, que também data dessa época (1939). Ela se voltava a um público de estudantes secundaristas. O intuito era que alunos de diversas regiões do Brasil se inscrevessem engajados em realizar os chamados estudos euclidianos.

Depois de ler as obras de Euclides da Cunha e de comentadores especialistas, os maratonistas deveriam se deslocar a São José do Rio Pardo, acompanhar a Semana e, no dia específico da maratona, responder perguntas na forma de redação. Por fim, aqueles que obtivessem mais acertos e/ou se destacassem, ganhavam prêmios em dinheiro. Assim, a Semana Euclidiana coroava, mais uma vez, o saber produzido e acumulado pelos euclidianos durante todos aqueles anos, sendo que entre as “principais fontes de estudo” listadas em seu regulamento, constavam ensaios autorizados pelo movimento (ver Anexo B).

Além disso, a Secretaria de Cultura municipal passou a convidar intelectuais de renome nacional como conferencistas da Semana Euclidiana, sendo que entre os primeiros convidados se encontravam os integrantes do grêmio carioca. A conferência era a ocasião que encerrava a última noite da Semana e foi concebida como o ato mais solene da mesma, em que um auditório cheio parou, ano a ano, para ouvir Afonso Arinos de Mello Franco (1940), Menotti del Picchia (1944), Cassiano Ricardo (1947), Plínio Salgado (1953), entre outros que se fizeram presentes, indicando a aproximação do grupo euclidiano paulista com os remanescentes do grupo verde-amarelo dos modernistas e do Integralismo.

Essa gama mais ampla de autores paulistas que circundava os temas da história colonial, das bandeiras e das tradições populares formaria uma referência importante ao círculo, que teria como uma de suas características de discurso a aproximação com a identidade épica paulista. Diziam, a partir desse repertório, não aceitarem a tese da inferioridade dos mestiços, ao menos no que dizia respeito à sua região (sudeste e depois sul): “Invertiam a tese, valorizando os cruzamentos, responsáveis, segundo eles, pelo surgimento de um subgrupo racial superior representado pelo bandeirante” (QUEIROZ, 2002, p. irreg.).

Atente-se que tal produção paulista já constituía uma tradição escrita desde, pelo menos, a segunda metade do século XIX e que enveredou com o passar do tempo à afirmação de uma identidade histórica regional, em cuja busca, conferia-se espaço crescente aos tipos humanos do sertão: mamelucos, caboclos, caipiras. “Tais tipos teriam provocado investimentos afetivos ou, ao contrário, distanciamentos ou ainda preconceitos: sentimentos motivadores de uma literatura rica em ambiguidades” (QUEIROZ, 2002, p. irreg.). A agenda mobilizada pelo CCEC de Ponta Grossa indica, nesse sentido, o quanto os projetos da intelectualidade paulista – de invenção de uma tradição regional ambicionando torná-la nacional – foram bem-sucedidos, e também

como parte das elites paranaenses se via na partilha de uma realidade histórica e social semelhante a dos paulistas, isso num estado que até meados do século XIX era parte integrante de São Paulo. Os euclidianos do Paraná, desse ponto de vista, revelam-se mediadores dessa edificação heroica do passado, adensando-a, como veremos no capítulo 2 desse trabalho.

Voltando ao grupo euclidiano rio-pardense, cabe destacar, ainda, que também foram chamados para participar dos festejos alguns dos tradutores de *Os Sertões* para outras línguas, lembrando que diversas das primeiras traduções da obra datam daquele período. A saber: *Los Sertones*, de Benjamín de Garay (Buenos Aires, Ministerio de Justicia y Instrucción Pública) que é de 1938, ganhou uma segunda edição em 1942 e, em 1957, uma terceira, que contou com a “Reseña de la historia cultural del Brasil”, assinada por Afrânio Peixoto. *Los Sertones*, de Enrique Pérez Mariluz (Buenos Aires, Editorial Atlántida) também saiu em 1941 e *La Terre de Canudos*, no francês, em 1947. Segundo Costa (2002), esta última foi dedicada pela tradutora, Madame Neu, aos euclidianos Reinaldo Porchat²², Afrânio Peixoto e Venâncio Filho. Ainda podemos lembrar as versões em sueco e em inglês, que datam ambas de 1945.

A edição em inglês foi resenhada na revista *American Anthropologist*, naquele mesmo ano, pelo antropólogo Claude Lévi-Strauss, então exilado em Nova York por conta da Segunda Guerra Mundial. O autor destacava diversas qualidades da obra, entre elas, uma das características mais ressaltadas e louvadas pelos euclidianos em seus textos: a de que *Os Sertões* era um produto autenticamente brasileiro, pautado na natureza e no primitivismo, de que os brasileiros deveriam orgulhar-se. “Lévi-Strauss louvava o escritor por ‘trazer a elite brasileira de volta à realidade’, em vez de tentar escapar do próprio destino nacional” (ABREU, R., 1998, p. 21)²³.

Nos anos 1940, o governo estadual de São Paulo atendeu ao empreendimento euclidiano: a Casa Euclidiana foi criada com a finalidade de restaurar a casa onde Euclides morou com sua família em São José do Rio Pardo e abrigar os trabalhos do Grêmio, notadamente a guarda e a exposição da memória que vinculava o autor e a

²² Reinaldo Porchat (1868-1953) cursou Direito na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (1888-1891), foi apoiador e entusiasta da República e um dos amigos próximos de Euclides da Cunha. A partir de 1897, passou a ser professor na Faculdade de Direito de São Paulo. Foi também seu diretor entre 1934 e 1938, notabilizando-se como o primeiro reitor da Universidade de São Paulo, nomeado por Getúlio Vargas, que também o elencou como ministro do Supremo Tribunal Federal (PROFESSOR Emérito Reinaldo Porchat, 1954, p.77).

²³ Nessa direção, o antropólogo escreveu que “Para o Brasil existir, seus aspectos mais primitivos, seus pontos mais feios devem ser aceitos; não para deles se envergonhar, mas para deles se cuidar e amar com a maior paciência e compreensão” (LÉVI-STRAUSS, 1945, apud ABREU, 1998).

cidade, onde se estabelecia uma memória do próprio movimento. A partir disso, iniciou-se o manejo com a documentação pertencente aos agentes do culto (fotografias das romarias, textos das conferências, etc.), arquivada e aberta a pesquisas. Vinculado a esse processo, uma tendência das palestras da Semana Euclidiana, foi justamente a produção de material voltado à própria rememoração dos euclidianos ilustres:

A "Casa Euclidiana" tendeu a constituir-se em pequeno museu [...] onde balas e armamentos usados em Canudos passaram a conviver lado a lado com fotografias do escritor e de sua família, árvores genealógicas, fotografias dos militares e dos sertanejos em Canudos, quadros pintados por artistas locais tematizando a paisagem bucólica de São José do Rio Pardo, com a ponte e a cabana em primeiro plano. Em vitrines, dispostas geralmente no meio e nos cantos das salas, passaram também a ser exibidos objetos antigos doados por famílias de rio-pardenses, sinalizando a busca de inserção no templo sagrado de Euclides da Cunha. A "Casa Euclidiana", nesse contexto, emergiu como um misto de museu e arquivo do escritor e antiquário da cidade. E foi a partir de sua criação, enquanto lugar de memória oficial [...] com funcionários exclusivos pagos pelo governo estadual, que o euclidianismo consubstanciou-se definitivamente (ABREU, R., 1994, p. 74).

Este mesmo círculo esteve ligado à fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras local: segundo Bretas (2013, p. 256), nos anos 1950, criou uma comissão pró-criação da “Faculdade Municipal de Filosofia Euclides da Cunha”: seus idealizadores tinham clara a organicidade dessa escola com o próprio movimento euclidiano, que acabou inserindo modalidades de saber – os chamados estudos euclidianos – do ensino primário ao ensino superior municipal, institucionalizando a cadeira de Estudos Euclidianos na referida faculdade, além dos Ciclos de Estudos da Semana Euclidiana que passaram a ser mobilizados no interior das dependências da instituição de ensino superior²⁴ (COSTA, 2002, p. 64).

Em termos socioeconômicos, os euclidianos atuantes em Rio Pardo, desvelados por Regina Abreu (1994), situavam-se nos estratos das camadas sociais médias: filhos de imigrantes à frente do comércio, donos de pequenas fábricas, restaurantes, pousadas, agremiações, escolas, sessões literárias e jornais. Era comum encontrar certa formação enciclopédica e autodidata entre esses agentes, ao passo que exerciam várias atividades

²⁴ Em abril de 1964, a Câmara Municipal aprovou o projeto de criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Pardo. Desde o início firmou-se um convênio entre a Faculdade e o Instituto Euclides da Cunha, permitindo que os novos alunos universitários frequentassem a sua já tradicional biblioteca. O conselho deliberativo da Faculdade foi composto, além de representantes dos poderes legislativo, executivo e judiciário municipais, pelo diretor do grêmio euclidiano e mais quatro professores indicados por ele (BRETAS, 2013, p. 257).

combinadas: advocacia, medicina, magistério, jornalismo e política. Assim, “os euclidianos, sob certos aspectos, parecem sinalizar a sobrevivência e a atualização desse modelo de intelectual, onde análises que se pretendiam científicas apresentavam-se mescladas a formas literárias” e para quem as academias de letras locais constituíam parâmetros importantes, além de lugares privilegiados de produção do saber (ABREU, R., 1994, p. 78). Outra instância relevante para a veiculação de suas ideias foram os jornais de circulação citadinos, onde escreviam diariamente (diferentemente da grande imprensa, onde não tiveram muita inserção). Seus textos, em maioria artigos de opinião, eram considerados centrais à estratégia pedagógica do culto²⁵.

É possível pensar, a partir das questões explicitadas até aqui, as proximidades e diferenças entre a natureza dos grêmios euclidianos carioca e paulista, também o alcance que o Euclidianismo teve para além desses lugares, do Sul ao Norte do país. A adesão de um terceiro grupo, o paranaense, onde as obras dos euclidianos, não somente sobre Euclides, mas sobre educação, antropologia e ciência encontraram forte eco não soa mais tão estranha como soaria se fosse encarada como uma iniciativa isolada. O Centro Cultural Euclides da Cunha, criado em Ponta Grossa, não costumava mencionar os euclidianos cariocas como figuras de proa do movimento: sua aproximação com eles parece ter ocorrido de forma mais difusa e individual, algo que se deve muito aos seus interesses comuns em torno dos temas e objetos da Escola Nova. O *CCEC* se revela um fenômeno de recepção a ser desvelado, tanto como efeito dessa produção anterior, quanto como mais um centro irradiador de um projeto de Brasil partilhado por diversos grupos de elite no país em meados do século passado.

1.1.2 “Abraços Euclidianos” do Paraná

Entre o final de 1947 e o início de 1948, na casa do professor Faris Michaelle, na cidade de Ponta Grossa, deu-se ensejo ao Centro Cultural Euclides da Cunha. Apresentando-se ao público como um reorganizador da cultura local, tal *Centro* se voltava, conforme estabelecia seu estatuto, a: “congregar intelectuais, prestando-lhes

²⁵ “Nessa direção, a retórica é decisiva. Mais do que o tema, o conteúdo ou as ideias, explicita-se uma maneira de dizer onde os autores deixam claro o compromisso com seus ideais. Aspectos da trajetória de Euclides da Cunha são narrados de forma exemplar, permitindo a emissão de juízos de valor sobre a relação dos indivíduos com a nacionalidade. Em alguns casos esses artigos constituem verdadeiras aulas de cidadania ou civismo” (ABREU, R., 1994, p. 78).

apoio cultural e moral, cooperando para o desenvolvimento da literatura, das ciências e das artes, bem como para estimular o intercâmbio de idéias com o resto do país e das Américas” (GOMES, 2012, p. 6). Em setembro de 1950, seus sócios deram início à publicação de um periódico próprio, o *Tapejara*, que em parte se assemelhava à revista do Grêmio Euclides da Cunha do Rio de Janeiro, veiculando, em sua primeira edição, os objetivos da instituição e o ideal que moveria o jornal, bem como as falas realizadas por eles entre os dias 9 e 15 de agosto daquele ano. Ele o fazia não sob o túmulo e nem em frente à cabana do escritor, mas nos microfones da rádio e nas dependências do maior auditório de Ponta Grossa, sob os títulos: “Euclides da Cunha”; “A coragem de Euclides”; “A grande inspiração”; “O civismo de Euclides”; “Euclides, o telúrico”, “O sentido das comemorações euclidianas”; “Ligeiros Aspectos da obra literária de Euclides da Cunha”; “Euclides da Cunha e o nacionalismo de Os Sertões” (TAPEJARA, 1950, p. 1-4).

Inspirados no movimento cívico de Rio Pardo, durante todos os anos da existência do CCEC, comemorava-se uma *Semana Euclidiana* em Ponta Grossa. O jornal *Tapejara*, já em sua edição de estreia, trazia uma tomada de posição do grupo, que se colocava não em disputa, mas em filiação ao grupo paulista. Faris Michaele apresentava ao público que

Simultaneamente, duas cidades do interior brasileiro – São José do Rio Pardo e Ponta Grossa – estão, neste momento, reverenciando a memória do autor de “Os Sertões” uma congregando elementos de todo o Brasil, com um programa assas significativo, outra não indo além dos componentes locais de seu quadro de associados, porém movidas pelo mesmo afã grandioso e ambas esforçando por superar-se, em zelo e entusiasmo (MICHAELE, 1950, p. 1).

Adotando uma postura mais “modesta” em relação ao escopo do movimento “original”, mas colocando-se como uma vanguarda cívico-letrada em relação à sua cidade, os euclidianos pontagrossenses apresentaram-se nas páginas como entusiastas da cultura, do nacionalismo e do panamericanismo, sob o manto do euclidianismo. Na mesma edição, publicava-se a palestra do sócio Ottockar Hanns, que havia sido proferida na rádio em agosto de 1950, como parte da Semana Euclidiana organizada em PG. Atente-se a seguinte passagem:

Nasciam, pois, do mesmo cérebro fértil, dois irmãos gêmeos que iriam deslumbrar o mundo. Dois irmãos que transpunham uma barreira, abrindo caminho para as futuras gerações. A ponte, aliviando o passo do caminhante exausto; o livro, sufocando a ignorância, mostrava ao povo brasileiro uma

parte do Brasil imenso que este não conhecia — o sertão bruto com sua rústica beleza. [...] Edições e mais edições foram vendidas num abrir e fechar de olhos. O povo Rio-Pardense, em domingos de estio, ia sentar-se à sombra das árvores que beiravam o rio, a se entreter na leitura de “Os Sertões”, enquanto olhava, deslumbrado, para a maravilha feita realidade que Euclides deixara ao sabor do tempo e que este não haveria de destruir (HANNIS, 1950, p. 3).

A fala transcrita no *Tapejara*, narrava, em consonância com os discursos dos euclidianos paulistas, a relação simbólica entre Euclides da Cunha, São José do Rio Pardo e a nacionalidade. Reverberava-se ali uma construção simbiótica entre o livro, o interior do Brasil e as obras públicas levadas a cabo naquela cidade ao longo da primeira metade do século. A este ponto, o grêmio euclidiano riopardense ocupava o epicentro do movimento e já servia de exemplo e inspiração a efemérides semelhantes, tanto a que começava a ser mobilizada em Ponta Grossa (PR) com o mesmo nome, como a “Semana Monteiro Lobato”, por exemplo, desenvolvida em Taubaté (SP).

Em diversas edições do *Tapejara* que se seguiram, foram publicados trechos de conferências promovidas pelo grêmio riopardense²⁶. Os princesinos foram autorizados a reproduzi-las, como atestam as correspondências trocadas entre os dois grupos, e com esses atos, propagandeavam o culto e a semana à qual se filiaram. Veicularam por impresso, também, o Regulamento do Prêmio Euclides da Cunha da Casa Paulista, instituído em 1952 para ser conferido anualmente “ao melhor trabalho escrito ou divulgado [...] sobre problemas sociais brasileiros” (REGULAMENTO..., 1956, p. 6).

O mais novo Centro euclidiano procurou se institucionalizar como um parceiro da “Casa de Euclides”, de S. José do Rio Pardo, comunicando-lhes seus atos desde o início. Em maio de 1948, Oswaldo Galotti, na época secretário da referida “Casa”, enviou uma carta-resposta em que cumprimentava o grupo, desejando-lhe “uma gestão eficiente, de profícuas realizações”, abrindo-lhe espaço no interior do movimento:

É com imenso prazer que convidamos esse Centro para se fazer representar nas nossas próximas comemorações euclidianas, que irão de 9 a 15 de agosto, contanto já com um seu representante para usar a palavra, na tarde de 15 de Agosto, defronte a casinha em que Euclides escreveu “Os Sertões”. Conhecendo a grande capacidade intelectual e o alto espírito patriótico dos elementos que constituem o Centro Cultural “Euclides da Cunha” de Ponta

²⁶ Refiro-me aos seguintes textos publicados como trechos de conferências realizadas em São José do Rio Pardo: “Euclides” (ARANTES, 1952, p. 11); “A paineira de Euclides” (ALMEIDA, 1954, p. 14); “Euclides da Cunha (Conferência pronunciada em São José do Rio Pardo, por ocasião do Cinquentenário dos Sertões)” (VERÍSSIMO, 1955, p. 17); “Da influência indígena no Português” (LAURIA, 1952, p. 17); “Os sertões e a crítica norte-americana (Extraído da Edição especial da “Gazeta do Rio Pardo, brilhante folha euclidiana, 15 de agosto de 1951)” (OS SERTÕES..., 1952, p. 14); “Euclides da Cunha, uma lição de amor ao Brasil. Discurso pronunciado pelo falecido Dr. Roberto Silmonsens, por ocasião das comemorações euclidianas de São José do Rio Pardo, em 1943)” (SIMONSEN, 1952, p. 11).

Grossa, esta “Casa” conta certa com sua colaboração para a maior expansão do euclidianismo entre nós, isto é, à procura da seiva materna na resolução de nossos problemas (GALOTTI, São José do Rio Pardo, 25 mai. 1948).

Diversas cartas foram trocadas entre os líderes dos dois grupos nos primeiros anos de funcionamento do *CCEC*, sinalizando um circuito criado entre eles e suas respectivas cidades. Em abril de 1949, Galotti recebeu dos pares pontagrossenses o diploma de sócio-correspondente. E em agosto, o secretário do *CCEC*, Cyro Ehlke, deslocou-se ao interior paulista e de fato participou da Semana Euclidiana de Rio Pardo daquele ano: apropriando-se do espaço oferecido pela Casa junto à herma de Euclides, representou o círculo pontagrossense proferindo um discurso na ocasião de encerramento dos festejos. A experiência dessa viagem e participação parece ter sido fundamental para que a Semana Euclidiana de Ponta Grossa começasse a dar seus primeiros passos.

Em 1950, os homens do *CCEC* precisavam explicar à população local “o sentido das comemorações euclidianas” para as quais dedicavam tanto empenho, como fica claro na fala de Ottockar Hanns:

Este é o sentido, o imenso valor das comemorações euclidianas: – Prestigiar a memória do maior escritor brasileiro, o maior sem dúvida alguma! Em todo o país formam-se correntes de admiradores seus, de escritores e poetas que creem no seu gênio inolvidável. Em nossa cidade, por exemplo, foi fundado, há três anos, o Centro Cultural que recebeu o nome de “Euclides da Cunha”, a maior homenagem que os homens de letras da Princesa dos Campos poderiam lhe prestar [...] É por isso que nós, do Centro Cultural Euclides da Cunha, aliando-se aos demais admiradores, abrimos também nossos corações, para deixar entrever o júbilo que alenta nossas almas! [...] sentimo-nos intimamente satisfeitos como aquele soldado que, mesmo ferido, defendeu sua Pátria enquanto pôde, com o coração alegre por estar cumprindo o seu dever! (HANNNS, 1950, p. 3)

O sentido conferido neste e em outros textos veiculados pelo *CCEC* foi bem recebido pelos representantes da Casa euclidiana, que parabenizaram e desejaram prosperidade ao *Tapejara*²⁷. Em abril de 1951, sete meses depois do lançamento do periódico, Faris Michaele recebeu uma carta de Oswaldo Galotti, na qual este reconhecia e autorizava as iniciativas do grupo e, além disso, fazia sugestões:

²⁷ Atente-se que Oswaldo Galotti se notabilizou como o principal interlocutor que o grupo encontrou em Rio Pardo, mas ele não foi o único euclidiano paulista acionado. Veja-se, a título de exemplo, a carta em que o riopardense Agripino Ribeiro da Silva atestava seu reconhecimento aos princesinos: “[...] de Dentro das solenidades da ‘Semana Euclidiana’, quero aqui expressar a minha admiração pela cidade de Ponta Grossa que, irmanada com São José do Rio Pardo, trabalha no afã cívico e patriótico de expansão do Euclidianismo, e reverencia, com devoção e carinho, a memória excelsa do imortal autor de ‘Os Sertões’ [...]” (SILVA, São José do Rio Pardo, 14 ago. 1951).

Caro Faris:

Escrevo-lhe, em nome da Casa de Euclides, para tratarmos de assuntos euclidianos. Primeiro quero fazer-lhe uma pergunta: realizará você — o Centro Cultural Euclides da Cunha — a Semana Euclidiana, este ano?

[...] queremos sugerir que você realize aí a Maratona Intelectual Euclidiana, porém entre alunos daí e, de outras cidades, que vão especialmente, a Ponta Grossa, no dia 15 de agosto, para o certame cultural. O que acha você?

Mando-lhe o regulamento da nossa Maratona e você fará as adaptações locais. Queremos que o Centro Cultural Euclides da Cunha, de Ponta Grossa, **movimente a classe estudantina do Estado, incentivando-lhe cultivar Euclides.** A Casa Euclides da Cunha, de São José do Rio Pardo, doará C\$ 3.000,00 para prêmios, ou você fazer como entender. Só que você precisa começar a movimentar-se já.

Obs. Pela Experiência que temos dessas Maratonas — fazemos anualmente desde 1939 — comparecem, geralmente, 5 a 10 concorrentes, e portanto, não darão muito trabalho e despesa de hospedagem.

Espero sua resposta,

Abraços (GALOTTI, São José do Rio Pardo, 23 abr. 1951, grifos nossos).

Vale lembrar, junto a Francisco Costa (2002, p. 59), que Galotti foi uma figura de proa no movimento euclidiano, pois durante quase uma década as Semanas Euclidianas, idealizadas por ele, realizaram-se em sua própria casa em São José do Rio Pardo. A Semana Euclidiana em sua versão paranaense, que havia começado recentemente, consistia em um conjunto de palestras diárias nas Rádios de Ponta Grossa, desenvolvidas pelo núcleo central do *CCEC*. Oferecendo auxílio ideológico e financeiro, o diretor do agrupamento rio-pardense reafirmava o lugar que ambos os grupos ocupavam na hierarquia do movimento, autorizando adaptações locais e viabilizando a proposta de expandir a maratona euclidiana numa nova versão, ampliando-se o alcance pedagógico do movimento.

Na cidade de Ponta Grossa, a Caixa Postal 337 da Rua Cel Claudio, nº. 40, conforme atestam diversos relatos de memórias, era famosa e movimentada. Faris Michaelé, a quem ela pertencia, era um missivista entusiasta: suas idas e vindas ao correio eram diárias. A escrita epistolar, que era uma marca indelével dos produtores culturais do período, marcou sua produção no sentido de buscar estabelecer contato – e romper o isolamento – com intelectuais e instituições culturais situados em outros estados e também em outros países americanos, sobretudo na Argentina²⁸. Faris enviava o periódico produzido pelo grupo, bem como edições dos livros que escrevia junto a essas correspondências, como atestam os agradecimentos de diversos pares, entre eles

²⁸ Faris Michaelé “expressava sentimentos, emoções e conhecimentos em longas cartas enviadas para o mundo todo” (DITZEL, 2004, p. 237). Estabelecendo laços, tratou de enviar o periódico do *CCEC* para diversos pontos no Brasil e nas Américas e, em contrapartida, as cartas chegavam do Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Argentina, Uruguai, Peru, etc. Seus correspondentes mencionam livros e leituras, os enviam, os solicitam ou pedem ajuda para publicá-los (LOPES; DENIPOTI, 2010, p. 371).

os de Roquette Pinto. Em outras missivas do mesmo ano, Galotti agradecia o envio de exemplares do *Tapejara* e do mais novo livro de autoria de Michaele, o “Manual de Conservação da Língua Tupi” (1951). Além de confirmar que os havia distribuído em seu círculo, recebeu a obra como parte integrante de uma comunidade interpretativa, que partilhava códigos e convenções de leitura, dizendo: “nós, euclidianos, temos mais motivos para cumprimentá-lo por ser esta obra dentro do nosso ‘movimento’ euclidiano, de redescobrir (sic) o Brasil” (GALOTTI, São José do Rio Pardo, 07 mai.1951).

Em anexo à correspondência citada, como prometido, chegava o Regulamento da Maratona Intelectual Euclidiana. Ele estabelecia que cada escola de ensino Secundário e/ou Normal só poderia enviar um estudante representante, sendo o processo para selecioná-lo de livre escolha do seu diretor, mas que os maratonistas precisavam se fazer presentes na cidade de Rio Pardo durante toda a Semana Euclidiana. A sua viagem e hospedagem eram expensas, respectivamente, do Departamento de Educação e da Casa de Euclides. O papel também indicava detalhes acerca do exame, cujas respostas ficavam a cargo do julgamento do Grêmio Euclides da Cunha do Rio de Janeiro – sintoma da posição que a comissão rio-pardense mantinha em relação aos euclidianos cariocas, considerados autoridades do assunto – ou do próprio Departamento de Educação do Estado de São Paulo. As questões, formuladas pelo conferencista oficial de cada ano, remetiam a uma listagem de dez temas possíveis:

1. Biobibliografia (a vida e as obras) de Euclides da Cunha
2. O sentido nacionalista das obras de Euclides
3. Os Tipos sociais em Os Sertões (tipos estudados pelo autor)
4. A geografia e a história na obra de Euclides da Cunha
5. A obra de Euclides da Cunha e a sociologia brasileira
6. A poesia na obra de Euclides
7. A correspondência de Euclides
8. O trecho de Os Sertões
9. A origem de Os Sertões: diário de uma expedição, cartas de reportagem, elaboração da obra, fontes em geral, etc.
10. A linguagem de Euclides (GALOTTI, São José do Rio Pardo, 23 abr. 1951).

Esta coleção de temas é representativa da agenda de interpretação que sustentava o (ou era sustentada pelo) movimento, onde, notadamente, o nacionalismo da obra e a sua atemporalidade em vários campos do conhecimento associavam-se a curiosidades da biografia e a triunfos da escrita de Euclides da Cunha. Tratava-se de um conhecimento em que pesava a correta memorização de dados factuais e a capacidade

de falar e escrever bem. Como os estudantes que se dirigiam a Rio Pardo eram selecionados em suas cidades por professores (em geral de literatura) associados à rede do Euclidianismo, ainda que Faris implementasse uma maratona em Ponta Grossa, ele era convidado a selecionar e enviar seus alunos ao evento paulista. Podemos perceber uma rede articulada e de apoio que foi sendo construída entre as agremiações. As missivas são materiais ricos para problematizá-la. Ressalte-se, novamente, as palavras de Galotti:

Caro Faris, Recebemos o sempre excelente ‘Tapejara’, todo bem inspirado nos mais puros ideais euclidianos de amor à terra e aos seus problemas. Agradecemos a remessa e os felicitamos por levarem avante tão digna iniciativa cultural e cívica. [...] Aplaudimos o justo e oportuno artigo de Daily Luiz Wambier sobre “o dia do Índio”. Muito agradecemos as bondosas palavras de Cyro Ehlke de quem guardamos saudosa recordação. [...] Abraços euclidianos aos amigos daí (GALOTTI, São José do Rio Pardo, 22 jul. 1951).

O reconhecimento que o *CCEC* obteve dos interlocutores euclidianos, contudo, não tinha um efeito direto sobre o sucesso do Euclidianismo com o público local mais amplo. Mesmo após se realizar a quinta edição da Semana Euclidiana nas rádios de Ponta Grossa, registrava-se em Ata de reunião que, em 1952, “foram então distribuídos os prêmios aos vencedores da maratona intelectual euclidiana, Srs. Rolando Guzzoni, Thiago Gomes de Oliveira e Nelson José Rodrigues” (*CCEC*, Ata nº. 46, 18 out. 1952). Esses nomes sinalizam que nas maratonas realizadas pelo *CCEC*, os participantes consistiam, sobretudo, em alunos do ensino secundário e da FFCL que já se notabilizavam como sócios da agremiação e que se não fossem estes, muitas vezes se quer houve inscrições.

A partir de 1951, as articulações e os usos do Euclidianismo se expandiriam no Brasil com nascimento de mais uma “Casa Euclides da Cunha”, desta vez na cidade de Natal, no norte do país. Em carta enviada para Michael e em 01 de agosto daquele ano, Galotti anunciava: “É mais um grupo nosso. Escreva-lhes: o organizador é o escritor M. Rodrigues de Mello. Rua Alfonso Pena 632, Natal, RGN” (GALOTTI, São José do Rio Pardo, 01 ago. 1951).

Manoel Rodrigues de Melo, como nos lembra Vilhena (1997, p. 101), figurava como um dos quatro principais nomes dos estudos de folclore em Natal. Quando a Comissão Nacional de Folclore (CNFL, 1947), ainda em fase de institucionalização, resolve compor a Comissão do Rio Grande do Norte, em 1948, Manoel Rodrigues de

Melo foi o convidado – como intelectual indicado por Luíz da Câmara Cascudo – para ser seu secretário-geral. A Casa “Euclides da Cunha” de Natal foi criada por Mello depois que ele se desobrigou dessa função de secretário da Comissão Estadual de Folclore. Desse ângulo, ela se desenvolveu num ambiente de tensões próprias de uma cidade que figurava como polo central da produção folclorística nacional²⁹.

Essa agremiação pode ser pensada a partir das suas interfaces tanto com o Euclidianismo quanto com a Sociedade Brasileira de Folclore e a CNFL. Dialogando com a agenda desses movimentos, ela se lançou no cenário literário potiguar como uma “instituição cultural voltada para estudos regionais, e cujo órgão de divulgação foi a revista BANDO, que circulou na década de 1949-1959” (CUNHA, M. 2003, p. 1). Assumindo como missão a pesquisa de cunho histórico, etnográfico, social e folclórico, mostrava-se empenhada na fomentação e divulgação de uma nova representação da realidade norte-rio-grandense e nordestina³⁰. Isso num momento em que o Nordeste, não mais classificado genericamente como “Norte”, vinha assumindo um lugar central no pensamento social brasileiro, desde o advento do “romance regionalista”, como espaço repleto representações identitárias. Rodrigues de Melo se notabilizou como autor de escritos etnográficos de cunho memorialístico e pelo esforço de estudo e personificação da Várzea do Rio Açu, espaço rural cujas vivências e tradições compuseram o seu primeiro livro (publicado em 1940) e que, a partir dali, tornar-se-ia um marco na trajetória e na própria imagem do escritor no círculo literário potiguar (MELO SOUZA, 2014a, p. 6-7).

O “cronista da várzea do Açu” e Faris Michaelle não demorariam a estabelecer contato direto entre si. Ao que tudo indica aquele é que procurou este primeiro, o que pode ter correlação com as posições intrínsecas ao movimento, no qual importava, entre outros fatores, “à ordem de chegada”. Em agosto de 1952, Melo anunciava em carta:

²⁹ Esse rol de folcloristas seria composto por Luíz da Câmara Cascudo, Veríssimo de Melo (fundadores da “Sociedade Brasileira de Folclore”), Rodrigues de Melo e Hélio Galvão. No momento em que a Comissão Nacional de Folclore se estruturou na cidade do Rio de Janeiro (em 1947), Cascudo era um folclorista brasileiro que gozava de prestígio nacional e internacional. Em Natal, ele havia fundado em 1941 a “Sociedade Brasileira de Folclore”, que a CNFL via como uma precursora de caráter local ao que o movimento ansiava em âmbito nacional. Esse cenário, assim, englobava tensões próprias: Renato Almeida, que tinha Cascudo como um de seus amigos pessoais, mantinha com ele uma relação ambígua: reconhecia sua precedência nos estudos de folclore, mas o deixava isolado das decisões do “quartel general” da CNFL, localizado na cidade do Rio de Janeiro (VILHENA, 1997, p. 102).

³⁰ Maria da Salete Queiroz da Cunha (2003) buscou desvelar a trajetória intelectual de Manoel Rodrigues de Melo, que liderou nos anos 1940 e 1950 o movimento que ficou conhecido nos meios literários norte-rio-grandenses e nordestinos como Bandoleirismo e suas repercussões no campo educacional do estado. Já Reginaldo Carlos de Melo Souza (2014) tem se voltado a pensar uma escrita biográfica de Manoel Rodrigues de Melo, considerando a relação entre Intelectual e Cultura Política, nesse caso, entre o Integralismo (do qual foi militante) e as práticas e subjetividades do autor, sobretudo na questão da tradição da Várzea do Rio Açu, elemento-chave estabelecido pelo autor como elo entre contexto regional e nacional.

“vamos comemorar o cinquentenário de Os Sertões com um concurso de monografias para estudantes, conferências, etc. O concurso é só para estudantes e tem 3 prêmios. 3,000, 1,500 e 500 cruzeiros” (RODRIGUES DE MELO, Natal, 6 ago. 1952). A Casa Euclides da Cunha (RGN), portanto, também instituiu uma versão da Semana Euclidiana, reproduzindo práticas que sinalizam, novamente, a difusão do programa autorizado do grupo paulista. Na correspondência “ao prezado amigo e confrade euclidiano”, Rodrigues de Melo mobilizou uma representação do tempo como corrido, ressaltando a dificuldade em conciliar as várias ocupações mundanas e espirituais. Esse tópico que foi corrente nas correspondências recebidas pelo *CCEC* em geral e indica um sentimento comum àquela geração em torno da retórica da atividade intelectual como “missão”, revelando proximidades entre as condições sociais de produção dos agentes reunidos grêmios euclidianos, sendo essas instituições não estatais ou para-estatais³¹. Além disso, a relação estabelecida com o tempo quando se falava sobre as virtudes do interior – a paisagem varzeana ou a dos Campos Gerais – acentuavam uma contraposição à imagem da vida na capital³².

[...] A sua carta revelou-me várias curiosidades merecedoras de comentário, mas devido o tempo que é pouco falarei apenas em algumas: conheço o papa-jerimu Clodomir de Lima, irmão de Paulo Gambeta, hoje médico, no Recife. Gente boa, inteligente e cavalheiresca. Abrace-o por mim. Dei o seu abraço no Mestre Caseude e ele manda-lhe outro cheio de entusiasmo e boa amizade. Recebi o diploma que você mandou por intermédio dele. Que lhe fiz para merecer tanto? Muito grato pelas palavras preferidas no Centro a meu respeito, bem como pelo diploma de sócio do Centro. Não tenho expressão para agradecer esse gesto de camaradagem e cavalheirismo. Agradeço a você, ao Centro e a todos os seus ilustres membros a acolhida generosa que deram à sua proposta. Recebi os jornais. Fico esperando a edição de que você fala. Agradeço igualmente as palavras de referência à revista Bando. Estou preparando outra edição. **Anotei as suas palavras sobre os aspectos antropológicos da população paranaense: luso-ameríndia.** Merece realmente um estudo especial. Em Curitiba há um manauense: Constaneio Alves de Souza, mestre da Música Policial, segundo me informam. Foi meu professor em Macau, neste Estado. Aqui disponha sem reserva de seu admirador e amigo euclidiano, cento por cento (RODRIGUES DE MELO, Natal, 06 ago. 1952, grifos nossos).

³¹ Rodrigues de Melo escreveu para Michael: “Sei das suas grandes ocupações e é por isso que não estranho o atraso da sua resposta à minha primeira carta. Também sou ocupadíssimo: contador, com dois expedientes tomados, escritas avulsas, e mais esse derivativo de toda essa trabalhadeira, escritor e jornalista nas horas vagas. Casa Euclides da Cunha e Bando tomam grande parte do meu tempo. Já fui professor, mas deixei. Não sei se lhe mandei a 2 edição do meu livro *Várzea do Açú* publicada pela AGIR. Se não mandei diga que eu lhe enviarei.” (RODRIGUES DE MELO, Natal, 06 ago. 1952).

³² Segundo Melo Souza (2014b, p. 4), a vida na capital, de intelectual engajado no Integralismo, em publicações, na organização de um periódico, na construção da Academia Norte-Riograndense de Letras, dentre outras atividades, que contrastava com a vida varzeana, que Manoel Rodrigues tanto via com romantismo e que para existir, precisava da capital do estado. Afinal, não fosse o afastamento do espaço rural na infância e a reunião de condições historicamente possíveis na trajetória do intelectual, provavelmente a própria paisagem do Açú não tivesse sido concebida como tal em linguagem textual.

É notável o esforço de ambos em criar laços: recorriam a pessoas intermediárias e efetuavam trocas dos seus respectivos periódicos. Rodrigues de Melo passou a enviar a *Revista Bando* editada pelo círculo de Natal (podemos encontrar sete exemplares na biblioteca do *CCEC*), enquanto lhe foram enviadas, em contrapartida, as edições do *Tapejara*, produzido em PG, no qual o autor contribuiria com um texto literário – “O Rio Açu” – em maio de 1953. O diploma de sócio-correspondente conferido pelo *CCEC* assumia uma função-chave no fortalecimento dessas solidariedades. Os princesinos abraçaram a nova instituição, conforme as indicações de Oswaldo Galotti e, pela maneira como Melo enfatizou a ideia de Michael e sobre os aspectos antropológicos da população paranaense como sendo profundamente luso-ameríndios, fica clara a preocupação nutrida e veiculada pelo *CCEC* e seu presidente em torno dessa questão.

Os sócios que compunham o “núcleo duro” do *CCEC*, em seguida, também seriam nomeados como sócio-correspondentes da Casa Euclides da Cunha (RN). Mediante a existência desses vários centros euclidianos no país, Galotti expressava a Faris a ideia de ações conjuntas:

Quanto nossa colaboração ao “Tapejara”, em seu número especial de aniversário [...] a “Casa de Euclides da Cunha”, de São José do Rio Pardo mandará um pequeno artigo: “Parabéns para você”. Além disso podem tirar de nosso especial de 15 de agosto qualquer artigo euclidiano se acharem conveniente.

O ano que vem, 1952, é o 50 aniversário de “Os Sertões”, precisamos fazer uma comemoração conjunta. Quais são suas ideias a esse respeito?

Abraços euclidianos a você e aos amigos daí,
(GALOTTI, São José do Rio Pardo, 07 set. 1951).

No ano do cinquentenário de “Os Sertões”, a Semana Euclidiana de São José do Rio Pardo adquiriu proporções especiais. Ainda que não tenhamos encontrado outros vestígios que confirmem a participação do *CCEC*, há fotografias da ocasião que foram guardadas com zelo no álbum pessoal de Faris Michael e. Na figura 2, retomamos uma dessas fotos: trata-se de uma vitrine que colocava ao olhar um encarte da programação da Semana Euclidiana, convidando os observadores que circulavam pelas ruas de São José do Rio Pardo a participarem das atividades. Junto à folha impressa do Cinquentenário, fotografias tanto de Euclides da Cunha quanto dos próprios euclidianos foram envoltas por uma série de objetos (sobretudo literários) reverenciados por eles. Diversas edições de *Os Sertões* dispostas de pé, circundavam o altar de documentos e nas prateleiras laterais de cima, obras de outros autores considerados herdeiros do “grande autor nacional” completavam o cenário comemorativo.



Figura 2 – Vitrine da Semana Euclidiana em São José do Rio Pardo, 1952.

FONTE: Acervo Faris Michaelle – Centro de Documentação e Pesquisa em História, UEPG.

O Euclidianismo, desse modo, elegeu objetos de coleção vinculados à afirmação de uma entidade nacional, estabelecendo regimes de temporalidade que jogavam para a esfera de mito os seus momentos de fundação, com destaque para o momento de escrita de *Os Sertões* (daí que a Cabana não poderia faltar no centro do encarte). Carregados de significado, desejos e projeções, esses objetos representavam o tipo de comunidade imaginada por eles (SCHWARCZ, 2008, p. 12). Nesse repertório, o livro é convertido em semióforo: “considerado no quadro da pemuta que une os deuses e os homens, os heróis e o comum dos mortais, o além e o mundo terreno, o tempo das origens e o presente, o longe e o perto” (POMIAN, 1984, p. 86). Mediante esse caráter de comunicação entre dois mundos – incluindo a comunicação entre o rural e o urbano – os euclidianos se lançavam, em vários sentidos, como mediadores culturais.

Do ponto de vista da circulação de uma obra, o CCEC de Ponta Grossa integra uma faceta específica da história da recepção e da divulgação de *Os Sertões*, repleta de um conjunto de ideias e políticas culturais mais amplas ligadas a ela. Difundir a palavra de Euclides significava difundir valores de uma certa vertente de nacionalismo e de educação pátria. A principal representação de nação constantemente atualizada por eles dizia respeito à autenticidade do interior (do sertão), por oposição aos estrangeirismos do litoral: os habitantes do interior seriam “mais brasileiros”, já que o interior, livre das influências estrangeiras, poderia preservar uma autenticidade (do índio, do caboclo, do rural) capaz de fornecer as bases para a constituição da cultura nacional, no que ela teria de próprio, de singular (ABREU, R., 1994, p. 80).

O *CCEC*, nesse sentido, não foi um fenômeno puramente local, ainda que dotado de usos e condições sociais particulares, mas diz respeito a visões de mundo e modalidades de sociabilidade partilhadas por grupos localizados em diversos pontos do país. Os euclidianos, afinal de contas, são egressos de inúmeras cidades, muitas do interior do país e seu movimento ocupa em meados do século passado “um extenso circuito de cidades, academias, jornais e tribunas” (ABREU, R., 1994, p. 80).

É importante ressaltar que o grupo paulista, embora tenha criado uma tradição e um lugar de memória oficial, influenciando, inclusive, o surgimento de grupos filiados a ele, não foi o único a se colocar como porta-voz da memória do “maior escritor nacional” e que o Euclidianismo tampouco esteve livre de tensões internas. O círculo de Rio Pardo manteve sua posição dominante no movimento na segunda metade do século XX, particularmente visível na disputa velada que travou com os euclidianos de Cantagalo (RJ), cidade natal de Euclides da Cunha, em torno da remoção dos restos mortais do escritor do Cemitério São João Batista na cidade do Rio de Janeiro, no início dos anos 1980, que suscitou um debate (e um embate entre as prefeituras) sobre a escolha do local que deveria abrigá-los em definitivo.

O governo estadual do Rio de Janeiro criou, em Cantagalo, em 1965, a “Casa de Euclides da Cunha”, acompanhada de um busto de bronze e de um festejo anual na data de nascimento do escritor, buscando-se diferenciar do restante das comemorações euclidianas, que ocorriam na sua data de morte. Essa Casa reuniu uma extensa biblioteca e um acervo de reproduções de documentos e peças ligadas à vida e à obra do escritor, além de edições raras de seus livros. Em 1982, Oswaldo Galotti e outros euclidianos já consagrados na história do movimento conseguiram que se realizasse a transferência dos restos mortais do escritor para São José do Rio Pardo, onde se construiu um imponente Mausoléu. Segundo Regina Abreu (1994), considerou-se que o verdadeiro nascimento de Euclides da Cunha era o seu nascimento enquanto escritor. À Casa de Cantagalo restou o direito de guardar o encéfalo do escritor, que, na época da sua morte, havia sido retirado para a realização de pesquisas, sendo transferido, cerca de setenta anos depois, para um túmulo especialmente construído para guardá-lo dentro do edifício carioca.

Os euclidianos situados no Paraná, distantes desse tipo de disputa de espólio, mobilizaram a celebração a Euclides da Cunha nas escolas e em praças públicas, nas rádios e, não raro, no interior de espaços semi-públicos de sociabilidades de elite, como o Rotary Club e a Ordem dos Advogados, onde se falava sobre política, cultura e

literatura de maneira mais ampla. Esses agentes reverberaram, junto ao grupo de São José do Rio Pardo, Euclides como um homem à frente de seu tempo, incompreendido pela maior parte de seus contemporâneos, que naquele momento histórico poderia ser finalmente compreendido e, em certo sentido, realizado, nos programas governamentais de educação e de saúde pública, como os planos desenvolvimentistas de Dutra e JK e nos trabalhos da intelectualidade que se voltava “ao coração do Brasil”. Os integrantes do *CCEC* criaram a sua instituição no momento em que os primeiros auto-intitulados euclidianos, os do Rio de Janeiro, começavam a falecer. Eles corresponderiam a uma segunda geração do movimento, que se notabilizava como leitora da primeira geração.

Os mais novos euclidianos iniciaram suas reuniões em clima de confraternização na casa de Faris Michaelle, envoltos de um retrato emoldurado de Euclides da Cunha na parede (ver Anexo A). A adesão desse grupo ao Euclidianismo não se explica somente pela difusão que o movimento adquiriu nacionalmente naqueles anos, ainda que esta tenha sido um fator importante. Estamos convencidos de que diz respeito, antes disso (ou junto com isso), às leituras que fizeram de Euclides da Cunha (e da sua memória histórica) em um contexto muito particular da expansão e renovação da educação brasileira, marcada pelos anseios da Escola Nova³³, e de investimentos do nacional-desenvolvimentismo na chamada “marcha para oeste”, em que se buscava, do ponto de vista das elites, conhecer o território brasileiro desconhecido e assimilar/civilizar a sua população.

Em termos gerais, conforme Campos e Marchese (2010, p. 194, 197) “as matrizes teóricas e filosóficas do pensamento moderno que mobilizaram o debate educativo contemporâneo faziam parte do horizonte intelectual de Faris Michaelle”. Ele e seus companheiros destacavam a importância dos educadores — incluída aí a educação em literatura — para a “realização da nação” e a trajetória coletiva desse agrupamento se revela associada a uma camada social que acreditava em seu papel cultural e cívico de organização e divulgação de visões de mundo.

O grupo paranaense defendeu uma educação pública de qualidade e a vulgarização científica, literária e artística como dever do Estado, atualizando o culto euclidiano nessa chave de responsabilidade pública, algo que fez parte não só de suas

³³ Segundo Campos e Marchese (2010), os principais personagens da Escola Nova no Brasil estavam entre os interlocutores de Faris Michaelle, que acompanhava atentamente a recepção da Pedagogia Moderna, visível tanto na relação das obras que compõem a sua biblioteca pessoal, como nas relações de amizade e cooperação que mantinha com os protagonistas da Escola Nova no Paraná, como é o caso de Dário Veloso e Erasmo Pilotto.

atividades de lazer e voluntariado, mas também de suas carreiras, já que, em sua maioria, eles tinham como ocupação profissional (ou voluntária) o ensino público.

Essa retomada de Euclides da Cunha nos anos 1950 vinha acompanhada de uma agenda de interpretação pautada por novas discussões que se diziam (ou que foram lidas por eles como) herdeiras daquele autor, como o livro de Julio Paternostro “Viagem ao Tocantins” e os artigos do sociólogo norte-americano T. Lynn Smith, que faziam parte da biblioteca do *CCEC* e foram citados no *Tapejara*, junto aos trabalhos de Roger Bastide e Donald Pierson sobre o mundo rural e o sertanejo. O tema do papel do sociólogo e do antropólogo como intérpretes e tradutores dos grupos que tinham um contexto cultural rural particular (ideia de cultura sertaneja) no Brasil foi acionado, assim, a partir de assertivas postas décadas antes em *Os Sertões*.

É interessante notar que o *CCEC* surgiu num marco temporal que Antonio Celso Ferreira (2002) define pela tendência ao esgotamento do modelo épico de representação da história, que começava a se esboçar em paralelo a uma rede de fatores, como a modificação no campo intelectual, com o surgimento de estudiosos profissionais, mais “apartados” do mundo das elites; a perda da importância das antigas instituições de agremiação letradas, em face do surgimento da Universidade; a própria crise da hegemonia política regional, que afetou os alicerces simbólicos da epopeia paulista; entre uma série de mudanças sociais e culturais, ainda hoje em curso, responsáveis pela perda de vigor dos sentimentos identitários tradicionais.

O compromisso com a memória de Euclides da Cunha possibilitou que a cidade de Rio Pardo “comemorasse a si mesma”: a arteficialidade de um altar de veneração onde o texto, bem como o seu próprio criador, passaram a assumir um caráter sagrado faziam parte de um imaginário, cujos usuários e veneradores reverberavam para si parte desse brilho (COSTA, 2002, p. 64). Dessa perspectiva, os usos mobilizados em Ponta Grossa tinham continuidades e rupturas, mas sentidos diferentes. A própria relação do autor e da obra com a cidade era outra e teve de ser construída por outros caminhos e símbolos.

Os bens euclidianos, portanto, transitaram entre grupos sociais variados e “aquilo que o intelectual ‘mediou’ torna-se, efetivamente, ‘outro produto’: um bem cultural singular” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 18). Nosso problema central, a partir daqui, é tentar compreender em que condições específicas e por meio de quais personagens o Euclidianismo emergiu em Ponta Grossa (PR).

1.2 O CÍRCULO REUNIDO NO CCEC: ELEMENTOS PARA A LEITURA DE UMA TRAJETÓRIA COLETIVA

Cerca de quarenta anos separam os dias atuais da morte de Faris Michaelae, ocorrida em maio de 1977. Seu falecimento gerou grande comoção na população local para a qual até aquele momento, o “querido Faris [...] permanecia orientando sucessivas gerações” (TABORDA, 1977, apud WANKE, 1999), como linguista, estudioso de antropologia, diretor de museu, diretor de jornal e, sobretudo, professor secundarista e universitário. O CCEC – apontado nos necrológios como sua obra prima – aparece como um divisor de águas no imaginário da história da cidade de Ponta Grossa³⁴. A força da presença dessa figura e dos amigos que o rodeavam (e que eram rodeados por ele) no espaço social é atestada nas ruas, escolas e bibliotecas que carregam seus nomes. Fundadores das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (1949) e de Direito (1957), do Museu “Campos Gerais” (1949), do Centro Interamericano (1944), do jornal *Tapejara* (1950), entre outras iniciativas, os próprios integrantes do grupo investiram na memória de Faris Michaelae — e por extensão, do grupo — como expressão de uma vanguarda cívico-cultural.

Mobilizamos, a seguir, um conjunto documental variado — fontes biográficas (biografias, dicionários bibliográficos, antologias e memórias), notícias de jornal e correspondências — como vestígios acerca dos agentes atuantes na institucionalização do CCEC em Ponta Grossa. Entendemos que esse processo se estende, ao menos, até o transcorrer do ano de 1950, uma vez que é nesse momento fundacional que suas cadeiras foram preenchidas e seus principais empreendimentos (conferências, periódico, museu, comemorações euclidianas) tomaram forma.

1.2.1 Rumo à casa de Faris Michaelae

Faris Antonio Salomão Michaelae (Quadro 1, nº. 7) nasceu na cidade de Mococa, no interior de São Paulo em 1911. Era filho de Antônio Salomão e Hada Michaelae, imigrantes sírio-libaneses, que se instalaram durante a sua infância em Ponta Grossa, como comerciantes. Como a maioria dos pares, ele fez seus estudos primários e secundários em escolas locais, depois seguiu para a Faculdade de Direito em Curitiba.

³⁴ Veja-se a forma que Eno Theodoro Wanke (1999, p. 7) se refere ao tema: “podemos dividir a História Cultural da cidade em duas fases: a.F e d.F – antes de Faris e depois de Faris”.

Sua carreira foi possibilitada pelo rendimento da loja dos pais e pelo capital social adquirido nos ambientes que frequentava, em que pese seus próprios esforços em escrever missivas, estabelecer contatos e criar redes e saraus intelectuais.

A trajetória do líder euclidiano é marcada por um duplo retorno à cidade de Ponta Grossa. O primeiro, que se queria provisório, e o segundo, que se fez definitivo, estiveram relacionados a constrangimentos que sua condição sócio-econômica e familiar lhe impuseram. Uma vez formado em Direito em 1937, ele voltou de Curitiba e abriu um consultório de advocacia em Ponta Grossa. O ofício de advogado na cidade durou cerca de um ano e, ao que tudo indica, não lhe rendeu muitos frutos. Conforme seus biógrafos, seu “pendor para as letras” o fazia tentar viver delas. Assim, no ano de 1938, ele teria partido para o Rio de Janeiro com tal ambição, conforme noticiado nos jornais locais. Wanke (1999) aponta que, se conseguiu algum trabalho por lá, este não foi o suficiente para sustentá-lo e as suas mãe e irmã³⁵. Esse processo estava diretamente relacionado a um acontecimento: enquanto Faris estudava em Curitiba, o pai adoeceu, vindo a falecer em 1936. Este falecimento do pai no momento inicial da carreira, quando ainda não tinha emprego, colocou a família numa situação econômica frágil.

De volta à Ponta Grossa, a saída frustrada seria então convertida em esquecimento, silenciada por ele próprio e por seus pares, que costumavam chamá-lo – conforme seu pedido – de “professor provinciano”, atestando o orgulho que ele sentia (ou então que eles sentiam em relação a ele) por sua atuação na e da cidade de Ponta Grossa e um pertencimento a determinadas redes a partir do qual esses autores se autorizavam. A retórica fazia parte das categorias do movimento euclidiano, afinal, eles se autodenominavam “representantes do Brasil interior”. Nesse ponto, a postura se aproximava muito da maneira como Luiz da Câmara Cascudo, autor que Michaele admirava, definiu a si mesmo: “existencial e intelectualmente, como um ‘provinciano’, em oposição ao universo social e cultural da ‘metrópole’ [...] [transformando] essa circunstância biográfica e geográfica em uma perspectiva intelectual e existencial que define o seu perfil como autor” (GONÇALVES, 2004, p. 42).

Essas questões também atestam a situação instável por detrás das condições de desenvolvimento da carreira do líder euclidiano. Faris Michaele, naquela ocasião,

³⁵ Um dos trechos recuperados do Diário dos Campos é o seguinte: “Com destino ao Rio de Janeiro onde irá residir e fazer uso da sua brilhante carreira de advogado, seguirá amanhã o nosso ilustre amigo e colaborador Dr Faris Michaele [...] teremos em nossa metrópole um defensor certo do título que honra a nossa cidade – Capital Cívica do Paraná” (DIÁRIO DOS CAMPOS 1938, apud WANKE, 1999).

trocou o escritório pelo ofício de professor no Ginásio Regente Feijó. Utilizou para isso não apenas a sua formação humanista e o seu diploma superior em Direito, mas também seus trunfos de poliglota/conhecedor de línguas em troca de refúgios profissionais. De todo modo, a sua trajetória indica que ele conseguiu, assim como a sua irmã (de maneiras diferentes), expandir o capital social herdado pela família.

Se compararmos as oportunidades abertas a Faris Michale com as de sua irmã mais nova, Salma (1916-1977), registramos que, enquanto ele foi poupado para estudar no ensino secundário e superior, coube a ela ajudar na loja da família e estudar numa escola de freiras, onde aprendeu saberes como economia doméstica e piano, conforme convenções derivadas do sistema de gênero vigente. De acordo com Wanke (1999), quando da morte do pai, a mãe e a irmã foram quem mantiveram a casa comercial pelos próximos dez anos, até que esta se casasse com um médico abastado da cidade. Salma Michaelle se casou em 1946 com o Dr. Gabriel Bacila. Este, que também era descendente de sírio-libaneses, formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em dezembro de 1925 e era um homem de muitas posses. Fora durante anos o médico dos Michaelle. Esse matrimônio teve grande importância para toda a família. A partir daquele momento, as mulheres não mais precisariam cuidar do comércio e da renda, já que o marido assumiu um papel de protetor e provedor.

Garantindo estabilidade econômica à família, Gabriel Bacila conferiu, particularmente, um teto próprio a Faris Michaelle, que passou a morar numa casa contígua à residência do cunhado (BARROS, 1957, p. 31). Bacila representa um primeiro personagem importante na história do círculo euclidiano, já que o *Centro* foi concebido e funcionou durante seus primeiros cinco anos nesse espaço físico. O casamento da irmã concedeu condições materiais para que projetos letrados pudessem se concretizar. Novamente nos anos 1960, após duas sucessivas mudanças de endereço da sede social do *CCEC*, Faris ganharia outro espaço privilegiado do cunhado para o funcionamento das reuniões e eventos euclidianos, dessa vez, uma sala no interior do “Edifício Gabriel Bacila”, que levava o nome do seu proprietário e se localizava na moderna Avenida Vicente Machado, onde o *Centro* permaneceu até o encerramento de suas atividades e doação do seu acervo à UEPG (GOMES, 2012, p. 10).

Nos bastidores da emergência do movimento euclidiano no Paraná, é possível destacar, ainda, a presença do escritor e dono de jornal Adalto Gambassi de Araújo (1922-1993). Adalto era natural da cidade de PG, herdeiro, junto com seus irmãos, de uma série de terras, estabelecimentos industriais e comerciais entre a região dos Campos

Gerais e a capital do estado. Seu pai, o Coronel Adalberto Carvalho de Araújo (1896-1964), pertencia a uma das primeiras famílias radicadas no Paraná e se notabilizou como fazendeiro, proprietário de erva-mate, comércios, olarias e de maquinário tipográfico. Essa família esteve atrelada politicamente ao Governo Vargas e o pai, além de ser ligado aos intelectuais da geração simbolista, foi um dos fundadores, ao lado de Hely Espínola (Quadro 1, nº. 9), da Liga de Defesa Nacional (PR), e, daquilo que por hora mais nos interessa: do *Jornal do Paraná* (criado em 1945).

Adalto Araújo (filho) cursou o ensino secundário no Ginásio Regente Feijó, no fim dos anos 1930 e início dos anos 1940, onde foi aluno de Faris Michaele e de outros futuros euclidianos. Depois de bacharel, mudou-se para Curitiba onde se formou contador e entrou para o curso de Direito, transferindo-se para a Faculdade de Direito de São Paulo, onde se formou em 1949 (WANKE, 1999, p.76). Nesse período, trabalhou no jornal *Estado de São Paulo*, frequentou círculos de artistas, literatos e oligargas interessados em arte e firmou-se como poeta, colaborando em periódicos modernistas³⁶. Enquanto isso, Adalto permaneceu administrando parte das empresas “Adalberto Araujo S.A”, com sede em Ponta Grossa, envolvendo-se, especialmente com o *Jornal do Paraná*, no interior do qual criou a Página Literária, suplemento que circulava aos domingos.

A direção da Página Literária do *Jornal do Paraná* era realizada em parceria com seu antigo professor, Faris Michaele, que, entre 1945 a 1953, dividiu a escritura das páginas com Daily Luiz Wambier (Quadro 1, nº. 2), que era secretário do jornal e seu redator, e com o advogado Lourival Santos Lima (Quadro 1, nº. 15), que dirigiu o jornal por algum tempo. Esse periódico concedeu um espaço de publicação e de liderança que marcaria a trajetória dos futuros euclidianos. Foi através de mencionada página que se começou a recrutar escritores locais, alguns muito jovens (que eram seus alunos). Adalberto e Adalto (pai e filho) viabilizaram, naqueles anos, a reunião de pessoas e a publicação de ideias que, na segunda metade da década de 1940, se fizeram presentes na casa de Faris Michaele, em torno daquilo que decidiram chamar de *CCEC*. Além de partilharem pontos de vista políticos e práticas cívicas, uma temática que as obras dos redatores e diretores do jornal tinham em comum era o panamericanismo.

³⁶ Adalto Araújo integrou o “círculo antropofágico” de artistas oriundos da Semana de 1922, como Oswald de Andrade, Guilherme de Almeida e Menotti Del Picchia. Mantendo o contato com seus amigos no Paraná, em dupla com o poeta Colombo de Sousa, participou da redação da revista *Prata da Casa* (Curitiba) e na Academia de Letras José de Alencar (Curitiba), escreveu poesias, contos e haicais. Publicou os seguintes livros: “Dança das nuvens ou revolucionária” (1945) e “Cântico para o século XX” (1952), sendo este considerado como o primeiro livro modernista do Paraná (WANKE, 1999, p. 75).

Se os colaboradores da Página Literária se encontravam entre duas cidades – Ponta Grossa e Curitiba – a partir de 1947, a presença de Faris Michaele em sua organização se tornaria mais visível e “uma vez fundado o CCEC, a 4 de outubro de 1947, é nítido o incremento de ponta-grossenses na página” (WANKE, 1999, p. 79). Adalto Araújo, por sua vez, seria desde o início um convidado de honra da instituição e vários sonetos seus — “Raça Tupi”; “Paisagem lunar”; “Erva-mate”; “Vida moderna”, “Rumos”, entre outros — foram publicados no *Tapejara*. Com a consolidação do CCEC nos anos 1950, contudo, é possível perceber certa disputa velada pela Página Literária e o afastamento de Michaele aos poucos do *Jornal do Paraná*, que foi vendido e transformado, a partir de 1954, em *Jornal da Manhã*. Cabe aqui lembrar que as proximidades e diferenças na produção de Adalto Araújo e Faris Michaele fizeram parte das relações de aproximação e afastamento, de tensão e negociação que o CCEC manteve em relação ao movimento paranista, situado especialmente em Curitiba (temática que receberá atenção no nosso capítulo 3).

Além da esfera familiar e da inserção na imprensa, Faris Michaele recebeu apoio na esfera política. Entre seus parceiros nos gabinetes dirigentes, a bibliografia destaca o Dr. Flávio Carvalho Guimarães como central na articulação das alianças políticas que o CCEC mobilizou desde a sua fundação. Flávio Carvalho Guimarães (1891-1968) também era pontagrossense, herdeiro de uma tradicional família de proprietários de fazendas nos Campos Gerais. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo (1916), foi Deputado Federal paranaense na década de 1930 e duas vezes eleito senador pelo PSD, nos anos 1940 e 1950. Embora suas atividades públicas exigissem sua permanência constante na cidade do Rio de Janeiro, nunca se afastou de Ponta Grossa, participando de empreendimentos socioculturais locais (FONTES; CHERES; ZAN, 2015, p. 36).

Detentor de um sobrenome de peso, Flávio Guimarães era membro da elite burocrática estadual, conhecido por muitas pessoas e procurado por seu capital social e político. Ele representou um “ponto de apoio decisivo” do CCEC na casa legislativa (WANKE, 1999), servindo como mediador entre o círculo e as instâncias do Estado Federal. Através dele, rompia-se, mais uma vez, o isolamento com a capital e acionava-se não apenas uma aliança, mas também um mecenato público, que beneficiou os projetos dos euclidianos. Como senador, também representou seus interesses em relação à abertura da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em Ponta Grossa em 1949, que

implicou na abertura de novas posições disponíveis, angariadas em parte pelos integrantes do *Centro*.

Flávio Guimarães no papel de “um dos fundadores do CCEC [que escapam às listas oficiais] e um de seus inolvidáveis benfeitores, pois, nos primórdios, consignou-lhe Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros antigos), soma equivalente a 20.000 nos tempos atuais” (TRAÇOS BIOGRÁFICOS..., 1973, p. irreg.); Adalto Araújo no papel de proprietário do jornal que mais reuniu os euclidianos antes e durante a institucionalização do *Centro*; e Gabriel Bacila, como um apoio familiar e financeiro, aparecem como personagens que, por caminhos diversos, subsidiaram ou ofereceram suportes ao movimento euclidiano no Paraná. Suas ligações com Faris Michaele representam três formas de mecenato cultural, que chegaram tanto através do Governo quanto através de expoentes mais cultivados de frações da classe dominante, permitindo que ele exercesse um papel de aglutinador dos homens de letras locais, através de espaços como a sua própria casa e as obras que dirige e colabora.

Enquanto a casa de Faris Michaele serviu como sede administrativa e da biblioteca do *CCEC*, ele pôde contar com as dependências do seu local de trabalho para realizar os eventos públicos do agrupamento. Assim, as salas e o Salão Nobre do Colégio “Regente Feijó” em Ponta Grossa foram usadas especialmente como sede para realizar as conferências mensais euclidianas, incluindo-se a conferência de encerramento da Semana Euclidiana que ocorriam em agosto. Foi a partir desses espaços — o Jornal, a Casa e o Colégio — que uma agenda de interpretação do Brasil e os próprios limites do seu círculo de defensores foram sendo delineados e (re) afirmados. É a partir deles que podemos encontrar elementos para a leitura de uma trajetória coletiva e de uma auto-estima própria dos euclidianos paranaenses.

1.2.2. Experiência e Possibilidades no Plural: os homens de letras do *Centro*

Segundo Wanke (1999, p. 96), o *CCEC* foi fundado no dia 4 de outubro de 1947. No dia seguinte, na página literária do *Jornal do Paraná*, Faris anunciava que o número de sócios ainda não se encontrava definido, mas que procurava-se congregar uma equipe de “homens e mulheres que dedicam sua atenção à cultura em geral, [...] de modo a tornar produtivo seu trabalho, até agora esparso”. Esses indivíduos deveriam preencher exigências dos estatutos sociais que estavam sendo desenvolvidos, mas que

não pressupunham distinções oficiais de sexo, cor, religião, idade ou classe. Na prática, um padrão de recrutamento existiu: o *CCEC* se ergueu composto somente por homens, que poderiam ser caracterizados como brancos, cristãos, profissionais liberais em sua maioria, entre 30 e 45 anos de idade no momento de entrada. O campo da idade parece ter sido o mais flexível, já que seu principal público era o estudantil e alguns jovens secundaristas, universitários ou recém-formados foram atraídos a participar do grupo. Quanto às mulheres, ainda que circulassem entre eles, especialmente como esposas, colegas de trabalho nas escolas ou ouvintes de palestras e cursos, apenas se tornariam sócias dez anos depois.

O objetivo do coletivo, dizia o anúncio, era incrementar as atividades intelectuais da cidade, promovendo conferências e palestras periódicas de cunho literário e científico, um jornal trimestral a conter matéria variada e de interesse geral, bem como o intercâmbio cultural e científico com intelectuais latino-americanos, incluindo aí a permuta não apenas de cartas, mas também de publicações que pretendiam fazer ou patrocinar. Além das principais diretrizes, ali já se encontravam reunidos, como membros da Diretoria do *Centro*, alguns dos nomes centrais que marcariam a existência e a tônica da agremiação nas próximas décadas, como: Luiz Wambier, Newton Correia Lopes, Antonio Cardoso de Aguiar, Reynaldo Ribas Silveira, Borell du Vernay, Paulo Bittencourt, Rolando Guzzoni, Plácido Cardon, João Muzzolon, Nivon Weigert, José Pinto Rosas e Estevão Zev Coimbra.

Alguns meses depois, conforme notícia veiculada no *Jornal do Paraná* em 09 de março de 1948, o agrupamento se encontrava ainda em fase de organização, operando ajustes e deslocamentos na composição daquilo que chamavam de sua “primeira diretoria definitiva”: os nomes de Milton Lopes, Dino Colli, Omar Gondim, Helly Spínola, Édipo Santos Ribas e Mário Lima Santos foram então somados aos anteriores³⁷. Desde o início, a distribuição estratégica de cargos a um grande número de sócios — ainda que isso não significasse uma ampla distribuição de poder de decisão ou espaço de produção internos — parece ter sido uma das condições de sua inserção no meio social das elites, já que o *Centro* reuniu indivíduos conhecidos, devido a suas famílias, carreiras e/ou atuações em outras instituições prestigiadas nestes mesmos

³⁷ Em poucos meses, portanto, já havia uma segunda versão da “Primeira Diretoria” do *CCEC*: enquanto seis pares somaram-se ao grupo de diretores inicial, três nomes – Cléo Antonio Frey, Mário Fanucchi e Bennon da Silva Grohmann – presentes na lista de 1947, desapareceram por completo do *Centro*.

meios. De um universo de 25 sócios em 1948, 18 eram anunciados em cargos (vice-presidentes, secretários, oradores, tesoureiros, bibliotecários, conselheiros, etc.).

Em maio de 1948, o secretário do *CCEC* enviaria cartas ao Governo do Paraná, ao bispado, aos centros acadêmicos e associações de médicos, engenheiros, advogados e jornalistas do estado, além de inúmeras academias de letras, anunciando — como era de costume na época — a fundação do mais novo Centro Cultural e quem eram os prestigiados indivíduos que compunham a sua Diretoria. Essa data é considerada, no interior do grupo, como o início oficial das atividades da instituição e, no mês seguinte, o jornal “O Dia” apresentava a relação completa de euclidianos aos leitores curitibanos sob o título “Notícias de Ponta Grossa, Afirmações da Cultura Princesina: a entidade dos intelectuais pontagrossenses”, precedida da seguinte apreciação:

O Centro Cultural Euclides da Cunha, que reúne o escol da inteligência princesina, é de recente fundação. Em forma de sociedade civil, dedica-se à difusão da cultura em geral, bem como ao interior (sic) de ideias com outros núcleos de estudos do Brasil e da América. Será veículo de tais finalidades um jornal, que breve circulará, com colaborações em português, castelhano e inglês, além de outras iniciativas comuns, como conferências, publicações, etc. Os componentes do quadro social do Centro são representantes de quase todas as atividades intelectuais: poetas, prosadores, artistas, juristas, naturalistas, etc. Interessante é a organização acadêmica de seus membros, que estão, cada um sob um patrono da própria escolha [...] Acham-se vagas as cadeiras de José de Alencar; José Veríssimo, Capistrano de Abreu e Augusto dos Anjos (NOTÍCIAS..., 1948, p. 3).

Durante esse primeiro ano e a partir desses processos de divulgação, conformou-se o grupo de homens que o próprio movimento chamaria de fundadores, que se comprometeram em diferentes graus com o projeto, de acordo com credenciais sociais mais amplos de entrada e pertencimento. As cadeiras mencionadas como vagas naquela ocasião já se encontrariam devidamente ocupadas em agosto de 1949. Literatura, Arte, Jurisprudência e História Natural constituíam os saberes que esses homens vinham cultivando individualmente e que foram reunidos naquele espaço. Esse conjunto remetia a uma forma de conhecimento que lhes era muito cara: a chamada “cultura geral”. Depois de reunidos como grupo institucionalizado, dedicariam atenção crescente a antropologia e ao folclore.

Além dos sócios efetivos, dentre os quais se formaria uma diretoria a cada quatro anos (ou antes, caso fosse necessário), foram dispostas, estrategicamente, outras três categorias de associados: 1) os honorários, que eram convidados de honra da diretoria, título que normalmente era entregue “ao Prefeito, ao Presidente do

Legislativo, ao Comandante Militar da Região, ao Poder Judiciário” (DITZEL, 2004, p. 236); 2) os correspondentes, propostos e procurados pelos sócios efetivos por via epistolar; e, por fim, 3) os contribuintes, que tinham entrada “ilimitada” (GOMES, 2012, p. 6). Estes, assim como os sócios efetivos, pagavam uma mensalidade — que girou em torno de 10 a 20 cruzeiros ao longo dos anos 1950, conforme atestam as Atas de reuniões —, mas ocupavam um lugar hierarquicamente marginal na instituição. Tais categorias de associados, criadas pelos fundadores, revelam-se sintomas das suas manobras e negociações no espaço social, no sentido de angariar o apoio de pessoas que ocupavam outras posições sociais e que permitiam ampliar seus alcances como coletivo.

Sem esquecer a importância que tiveram os correspondentes, honorários e contribuintes, cada qual à sua maneira, para romper o isolamento, divulgar e fazer circular suas ideias e/ou viabilizar seus empreendimentos, nosso inquérito se voltou, particularmente, aos sócios efetivos do *Centro*. Estabelecendo um diálogo com Pierre Bourdieu (2015, p. 75-76), podemos pensá-los como expressamente arranjados com vistas a concentrar formas diversas de capitais, ligadas à posse de uma rede durável de relações sociais úteis mais ou menos institucionalizadas, que se fundamentavam em trocas e lucros materiais e simbólicos. Eles poderiam mobilizar, por procuração, o capital do grupo do qual participavam, considerado raro e prestigioso, e que funcionava como um efeito multiplicador de seus recursos (atuais ou potenciais). O *CCEC* era tributário de “estações de socialização” mais amplas, que produziam ocasiões (saraus, recepções, jantares, exposições), lugares (escolas seletas, clubes) e práticas (jogos de sociedade, cerimônias culturais), que reuniam indivíduos dotados de disposições comuns passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos.

Tendo isso em vista, a noção de trajetória mobilizada no Quadro 1, refere-se a uma série de posições sociais ocupadas pelos euclidianos, mediante a sua própria articulação em redes de sociabilidades, que eram ativadas por eles, sobretudo, visando à abertura, o reordenamento ou a disputa de posições (BOURDIEU, 1986, p. 72). Buscando evitar tanto as generalizações contextuais abstratas quanto os relatos biográficos dotados de sentido linear, compreende-se que esses agentes têm uma apreensão ativa do mundo — isto é, constroem a sua visão de mundo —, mas que ela é operada a partir de condições estruturais. Desse modo, suas *tomadas de posição* parecem indissociáveis da história social de suas famílias, das relações de solidariedade e amizade que possuíam entre si, mediadas por uma série de instituições, como a igreja, o colégio e os clubes de lazer, e da sua própria movimentação e ações.

N #	Sócio	Ano e local de nasc. e morte	Filiação (e profissão dos pais)	Formação Superior	Ocupação profissional no momento de entrada no CCEC	Carreira	Espaços de Sociabilidade de Elite	Cargos Políticos	Tipo de Produção/ Principais periódicos em que publicou	Funções institucionais (Trajetória de cargos no CCEC)
1	Antonio Armando Cardoso de Aguiar	1924, Belém (PA) - 2010, Ponta Grossa.	Pai: Alberico Hesketh de Aguiar, militar oficial do exército. Mãe: Feliz Cardoso de Aguiar, detentora de educação informal esmerada (francês, música, etc.). Ambos de ascendência portuguesa.	Escola Normal (anos 1940). Geografia e História - Universidade Federal do Paraná (1957). Especialização em Programas e Projetos Educacionais - PUC-RS (anos 1960?).	Professor na rede pública de ensino primário.	Professor Primário, Bacharelado em Geografia e História; Professor Secundário, Professor da FFCL no curso de Geografia e História; Chefe do Departamento de Educação da FFCL; Supervisor do 2º Núcleo da Reforma do Ensino que criou a UEPG; Membro do Conselho Universitário da UEPG; Professor atuante em funções administrativas universitárias até se aposentar.			Artigos bibliográficos e Palestras de Geografia na imprensa e na rádio; Artigos Acadêmicos de Geografia e Educação. Tapejara.	Sócio efetivo e 1º Secretário (1948); 2º Secretário (1952); 2º Diretor de Biblioteca (1955); Conselho de Geologia Paleontologia do Museu (1956); 2º Bibliotecário (1960) 2º Secretário (1964); Conselho Consultivo (1968; 1972).
2	Daily Luiz Wambier	1908, Ponta Grossa, - 1965, Ponta Grossa.	Pai: Manoel Wambier. Mãe: Maria Riesenber Wambier.		Funcionário da chefia do trafego ferroviário da Estação São Paulo-Rio Grande; Jornalista e Radialista.	Funcionário da Rede Ferroviária Viação Paraná, Secretário do Hospital Santa Casa de Misericórdia, Diretor do jornal "Correio do Paraná" e da sucursal do jornal O Dia (PG), funcionário da chefia do trafego da estação São Paulo-Rio Grande, Secretário da FFCL, Colunista diário do Jornal da Manhã e da Radio Clube Pontagrossense (PRJ2).	Associação Beneficente de Outubro; Sociedade Pontagrossense de Puericultura; Sociedade Espirita Francisco de Assis; Rotary Clube.	Vereador pelo PSD (1951-1954); Presidente da Câmara municipal (1955-1959).	Artigos de opinião; Palestras, Crônicas e crítica literária na imprensa e na rádio. O Dia; Jornal do Paraná; Jornal da Manhã; Tapejara.	Sócio efetivo e 1º Vice-Presidente (1948); 1º Tesoureiro (1948-1965); Secretário e Redator do Tapejara (1950-1965); Comissão de organização e representante em diversos eventos (1948-1965).
3	Dino Fecci Colli	1916(?)	Descendente de imigrantes italianos(?)	Medicina	Médico	Médico no Hospital Santa Casa de Misericórdia, Médico do Operário Esporte Clube, Presidente do Operário Esporte Clube.	Centro Médico Eurico B. Ribeiro; Operário Futebol Clube.			Sócio efetivo e 2º Orador (1948).

4	Édgar Zanoni	1915, União da Vitória (PR) - 2012, Ponta Grossa.	Pai: Julio Zanoni. Mãe: Emília Abilhoa Zanoni. Descendente de imigrantes italianos.	Escola Normal Primária (1941); Contabilidade, Escola Comercial de Ponta Grossa (1945)	Professor e Inspetor na rede pública de ensino primário; Professor no Colégio Comercial.	Professor primário e Inspetor de Ensino, Diretor do Grupo Escolar Amálio Pinheiro, Professor no Colégio Comercial, Coordenador regional da Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos; Diretor do Colégio Comercial; Secretário da Faculdade de Farmácia e Odontologia.			Tapejara.	Sócio efetivo e 2º Bibliotecário (1948); Orador na Semana Euclidiana (1950); Secretário Geral (1957- 1972); Diretor da Biblioteca (1972).
5	Édipo (Eddie) Ferreira dos Santos Ribas	1915, Ponta Grossa - 1989.	Família de proprietários-fazendeiros de gado dos Campos Gerais.	Direito	Secretário do Colégio Regente Feijó.	Advogado, Secretário do Colégio Regente Feijó, Promotor Público.			Poesia Tapejara.	Sócio efetivo e Conselheiro (1948).
6	Estevão Zeve Coimbra	1901, Colônia Mariental (PR) - 1987.	Pai: Jorge Zeve. Mãe: Maria Zeve. Imigrantes russo-alemães, habitantes de colônia rural imigrante confessional.	Direito - Faculdade de Direito do Paraná (1939).	Professor no Colégio Regente Feijó.	Professor da Escola Normal; Professor do Colégio Regente Feijó; Advogado; Professor-fundador da FFCL, na cadeira de língua e literatura latina, no curso de Letras Neolatinas, Diretor da FFCL, Professor-fundador da Faculdade de Direito, na cadeira de Direito Romano.			Tapejara.	Sócio efetivo e Conselheiro (1948); Orador em diversas ocasiões.
7	Faris Antônio Salomão Michael	1911, Mococa (SP) - 1977, Ponta Grossa.	Pai: Antônio Salomão Michael. Mãe: Hada Michael. Imigrantes libaneses, comerciantes, proprietários da "Casa Verde".	Direito - Faculdade de Direito do Paraná (1936).	Professor no Colégio Regente Feijó e no Centro Interamericano.	Advogado, Professor no Colégio Regente Feijó, Diretor da Página Literária do Jornal do Paraná, Presidente-fundador e professor do Centro Interamericano, Diretor do Museu Campos Gerais, Professor-fundador da FFCL: cadeiras de Antropologia, Etnografia e Geografia do Brasil no curso de Geografia e História; professor-fundador da Faculdade de Direito.			Ensaios, poesia, crítica literária radiofusão educativa. Jornal _____ do Paraná; Diário dos Campos; Tapejara.	Fundador/Sócio efetivo e Presidente (1948-1977); Diretor e Redator do Tapejara (1950-1976); Diretor do Museu Campos Gerais e da Seção de Antropologia e Etnografia (1951-?); Comissão de organização e representante em diversos eventos.

8	Felipe Justus Júnior	1884, Colônia Guaraúna (PR) - 1973, Ponta Grossa.	Pai: Felipe Justus. Mãe: Theresa Justus. Imigrantes russo-alemães, agricultores.		Pequeno proprietário de (Fábrica Banha Victória); Entomólogo.	Colono, Comerciante, Ferroviário, Entomólogo amador, Professor primário e palestrante, Teve suas coleções entomológicas incorporadas ao Departamento de Zoologia da Universidade do Paraná e à FFCL, Homenageado por Institutos de Entomologia.			Produção de coleções entomológicas. Artigos e Conferências sobre Zoologia e Entomologia. Tapejara.	Conselheiro (1952); Conselho Administrativo do Museu: Seção de Zoologia (1952, 1956); Conselho Consultivo (1956; 1968- meados dos anos 1970).
9	Helly Paquete Espinola	1910, Curitiba - 1967		Odontologia - Faculdade de Medicina do Paraná (1932)	Inspetor de Ensino: coletor federal	Dentista, Inspetor de Ensino (coletor federal).	Liga de Defesa Nacional; Liga Esportiva Sul Paranaense.		Tapejara.	Sócio efetivo e Vogal (1948)
10	Joanino Carlos Gravina	1914, Ponta Grossa.	Pai: Nicolau Gravina. Austríaco, relojoeiro - Proprietário da Joalheira Gravina (fundada em PG em 1906). Mãe: Annita Serafini Gravina, Italiana.	Medicina	Médico - Funcionário do Centro de Saúde Pública Municipal.	Médico Eurico Branco Ribeiro; Cruz Vermelha Ponta Grossa.		Prefeito Interino (novembro de 1945- meados de 1946).	Artigos e Conferências médicas.	Sócio efetivo - Cadeira 23 (1949)
11	João Batista Muzzolon	(?) - Ponta Grossa, 1986.		Escola Normal	Professor	Professor primário, professor secundário.			Tapejara.	Sócio efetivo e 1º Bibliotecário (1948)
12	João Ricardo Von Borell Du Vernay	1907, Rio de Janeiro - 1975.		Agronomia - Instituto Zootécnico (RJ); Ciências Políticas e Sociais - FFCL-PR.	Jornalista: Redator-secretário de jornal; Inspetor estadual de ensino.	Jornalista - Redator do Diário dos Campos; Funcionário público municipal: secretário da Fazenda Experimental de Criação, secretário da Comissão de Estradas; Professor no Colégio Regente Feijó, Professor no Instituto Pontagrossense de Educação de Jovens, Secretário da FFCL.	Clube Pontagrossense; Liga Regional de Futebol; Guarani Esporte Clube; Conselho Estadual de Educação; Lions Club.	Vereador pela UDN (1951-1954)	Crônicas e notícias do Diário dos Campos.	Sócio efetivo e 1º Orador (1948); Comissão da Semana do Folclore (1958); Orador e Redator em diversas ocasiões; Conselho Consultivo (1968- meados dos anos 1970).
13	José Antônio Daros	1898, Curitiba - 1981, Curitiba.	Pai: Antônio Daros. Mãe: Rosa Rigotto. Imigrantes Italianos. Proprietários do Hotel Daros.	Escola Republicana; Escola de Arte Alfredo Andersen.	Artista plástico - expunha e vendia pinturas e esculturas; professor secundarista.	Aprendiz de Alfredo Andersen (Curitiba), frequenta ateliês de Oswaldo Teixeira e Candido Portinari (Rio de Janeiro); Professor Secundário, Expõe suas obras no PR, RGS, RJ e SP e as vende p/ a elite paranaense.			Artística: Pintura e Escultura.	Sócio efetivo - Cadeira 25 Departamento Artístico (1956).

14	José Pinto Rosas	1902, Ponta Grossa.	Pai: Jayme Pinto Rosas. Mãe: Ana Felícia Rosas.	Medicina - Faculdade Nacional de Medicina, Rio de Janeiro (1928).	Médico, pediatra e radiologista no Hospital 26 de outubro; Professor e Diretor Colégio secundarista.	Médico, Pediatra, Professor no Colégio Regente Feijó, Diretor da Higiene Municipal e delegado da Diretoria de Higiene do Estado do Paraná, Membro da Comissão de saúde pública municipal, Professor titular de Fundamentos da Biológicos Educação/Educação Biológica na FFCL, Diretor da FFCL.	Liga de Defesa Nacional (Ponta Grossa).			Sócio efetivo e Conselheiro (1948); Conselho Administrativo de Zoologia do Museu (1956).
15	Lourival Santos Lima	1914, Antonina (PR), - 1988.	Pai: Leovegildo dos Santos Lima. Mãe: Autora Pinto de Carvalho.	Escola Normal; Direito - Faculdade de Direito do Paraná, (1942).	Professor Normalista; Professor Secundarista; Diretor da sucursal do jornal "O Dia";	Professor da Escola Normal, Promotor Público, Oficial do Cartório- Segundo Registro de Imóveis de PG, Gerente e Colunista do Jornal Diário dos Campos, Diretor e redator do Jornal do Paraná, Professor do Colégio Regente Feijó, Professor da Faculdade de Direito (cadeira de Introdução à Ciência do Direito).	Clube Ponta-grossense.		Crônicas e crítica literária na imprensa. _____ dos _____ dos Campos; Tapejara.	Sócio efetivo - Cadeira 26 (1949); Representante em diversos eventos; Conselho Consultivo (1960); Conselho Consultivo (1968- meados dos anos 1972).
16	Mário Lima Santos	1905, Base Naval do Ladarío, Corumbá (MG).	Pai: Arthur Mário dos Santos, Capitão de Corveta. Mãe: Laudelina da Silva Lima Santos.	Direito, Faculdade de Direito do Paraná (1932).	Advogado; Consultor Jurídico do Município e Professor do Colégio Regente Feijó.	Advogado, Presidente da Junta de Conciliação e Julgamentos de PG, Presidente da Sub-seção da Ordem dos Advogados PG, Professor do Colégio Regente Feijó, Consultor Jurídico do município, Secretário da FFCL, Presidente do Clube dos Advogados, Professor da FFCL, Professor-Fundador e Diretor da Faculdade de Direito; Professor de Teoria Geral do Estado na Faculdade de Direito.	Ordem dos Advogados; Clube dos Advogados; Sindicato dos Jornalistas.	Secretário do Diretório Municipal do PSD (anos 1940); Consultor jurídico do Município em diversas ocasiões.	Ensaíos sobre Educação e Justiça na imprensa. _____ da Tarde, Tapejara.	Sócio efetivo e Conselheiro (1948); Conselho Administrativo de Etnografia do Museu (1956);

17	Milton Lopes		Pai: Vicente Ferrer Lopes, fazendeiro pecuarista. Família proprietária da fazenda Santa Rita em Palmeira. (Irmão de Ângelo Lopes).	Medicina. Especialização na Clínica Pediátrica, Faculdade de Medicina do Paraná.	Médico pediatra e Professor do Colégio Regente Feijó	Médico Pediatra, Professor secundário e professor (Livre docência) de Clínica Pediátrica Médica e Higiene Infantil na Faculdade de Medicina do Paraná.	Sociedade Pontagrossense de Puericultura; Centro Médico; Rotary Club; Centro Inter-americano.			Sócio efetivo e 2º Vice-Presidente (1948).
18	Newton Correia Lopes			Direito	Advogado		Loja Maçônica Diário Vellozo (Curitiba); Aero Clube do Paraná.			Sócio efetivo e 2º Vice-Presidente (1948); 1º Vice-Presidente;
19	Nicolau Meira de Angelis	1899, Piracicaba (SP).	As fontes se referem a ele como "luso".	Escola Normal de Piracicaba (SP).	Professor no Colégio Regente Feijó e na Escola Normal.	Professor e Diretor da Escola Normal de Ponta Grossa, Professor no Colégio Regente Feijó, Professor da FFCL.			Artigos na área da Educação (Congresso de Professores) ————— Tapejara.	Sócio efetivo - cadeira 19 (1949); Orador em diversas ocasiões; Departamento de Divulgação (1956).
20	Nivon Weigert	Curitiba, 1916.	Pai: Afonso Weigert. Mãe: Rosalina Eivina Weigert.	Direito, Faculdade de Direito do Paraná (1939).	Advogado, Professor e Diretor do Colégio Regente Feijó.	Advogado, Professor no Colégio Regente Feijó, Procurador do Tribunal de Contas (PR), Secretário da Cultura - Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, Secretário Estadual de Educação e Cultura do Paraná, Professor na FFCL das cadeiras de História da antiguidade e da Idade média.	Sociedade Pontagrossense de Puericultura.	Vereador PSD (1947-1951); Secretário Estadual de Educação e Cultura (Paraná: 1956-1960).	Artigos de opinião, jurídicos e históricos. ————— do Jornal Paraná.	Sócio efetivo e Conselheiro (1948)
21	Omar Leite Gondim	1917, Ceará.	Pai: André Nogueira Gondim. Mãe: Maria das Dores Gondim.		Funcionário da Livraria e Tipografia Pereira e Jornalista	Tipógrafo, Funcionário da Livraria e Tipografia Pereira, Jornalista.			Crônicas e ensaios filosóficos na imprensa ————— Tapejara.	Sócio efetivo e 2º Tesoureiro (1948).
22	Paulo Bittencourt			Medicina	Médico	Médico, Integrante do Conselho de Curadores da Prefeitura Municipal.	Associação Médica de PG.			Sócio efetivo e 2º Orador (1948); 2º Secretário (1948); Conselho Administrativo de Etnografia do Museu (1956).

23	Plácido Cardon	1911, Ponta Grossa - 1991.	Pai: David Cardon Junior, imigrante suíço. Mãe: Donaciana Andrade Cardon, natural de Castro (PR).	Escola Normal Primária de Ponta Grossa (1932) e Especialização em 1934; Geografia e História -FFCL (1954).	Professor primário e Diretor do Grupo Escolar Professor Júlio Teodorico.	Funcionário da tipografia do Jornal Diário dos Campos; Professor primário e secundário; Diretor do Grupo Escolar General Osório, Presbítero da Primeira Igreja Presbiteriana de PG, Diretor do Grupo Escolar Professor Júlio Teodorico, Vereador, Professor de Administração Escolar na FFCL.		Vereador pelo PSP (1947-1951); Candidato pelo PSD em 1951. Secretário da Câmara Municipal.	Poesia.	Sócio efetivo e 2º Bibliotecário (1948); Secretário-geral (1948); Representante no Congresso Paranaense de escritores (1953).
24	Reynaldo Ribas Silveira	1902, Ponta Grossa - 1978, Ponta Grossa.	Pai: Reinaldo Morais Loureiro, fazendeiro e tropeiro. Escreveu "Diário de viagem à Cruz Alta" (1891). Mãe: Ocarina Ribas Carneiro Silveira, cujos antepassados grandes proprietários de terras fundadores de Ponta Grossa.	As fontes se referem à "pouca escolaridade".	Fazendeiro, proprietário de terras nos Campos Gerais; Comerciante e Industrial; Escritor nas horas vagas.	Fazendeiro, proprietário de comércio e indústria, dedicou seu tempo livre à leitura e escrita.	Academia de Letras José de Alencar (Curitiba).		Historiografia, Contos e Poesia na imprensa. <u>Jornal do Paraná</u> , <u>Diário dos Campos</u> , <u>Tapejara</u> .	Sócio efetivo e 2º Secretário (1948); Comissão de Organização e Representante em diversos eventos; Departamento de Divulgação (1956); 1º Bibliotecário (1960); 2º Bibliotecário (1964).
25	Rolando Guzzoni		Pais imigrantes italianos, radicados na Colônia Nova Itália (Morretes, PR).	Geografia e História -FFCL (1952)	Jornalista	Redator de jornais, proprietário da empresa Musical Tupy (loja de discos?).			Crônicas, Notícias na imprensa. <u>Tapejara</u>	Sócio efetivo e 1º Bibliotecário (1948); Secretário Geral (1952); Secretário do Museu (1952); Conselho Administrativo de Botânica do Museu (1956).
26	Arary Souto	1908, Jacaréi (SP) - 1963.			Jornalista e Radialista: Gerente do Jornal do Paraná; Diretor da Rádio Central.	Jornalista, Prefeito de uma pequena cidade no Mato Grosso do Sul, Diretor de Redação e Redator do Jornal do Paraná; Radialista e Diretor da Rádio Central.	Rotary Clube.		Crônicas na imprensa e na rádio; <u>Tapejara</u> .	Suplente (Cadeira 19); Departamento de Propaganda (1952; 1956); Orador e Redator em diversos eventos.

27	Ary Aires de Mello	1964, Rio Grande do Sul - (?) Ponta Grossa.		Direito - Faculdade de Direito do Paraná (1937).	Advogado e Promotor Público.	Jornalista, Advogado, Promotor Público, Professor na Faculdade de Direito.	Associação Pontagrossense de Puericultura; Clube de Advogados.	Ensaios jurídicos, crítica literária.	Sócio efetivo - Cadeira 22 (1949); Conselho Consultivo (1960).
28	Cyro Ehlike	1926, Canoinhas (SC).	Pai: Adolfo Ehlike. Mãe: Olívia Ehlike.	Contabilidade - Escola Comercial de Ponta Grossa; Direito - Faculdade de Direito do Paraná (1956).	Contabilista	Contabilista, Advogado, Professor na FFCL, Professor de Direito Internacional Público na Faculdade de Direito.	Centro Inter-americano,	Ensaios históricos e Crônicas na imprensa. _____ Tapejara.	Suplente (Cadeira16); Secretário; 1º Orador (1952); Conselho Consultivo (1960).
29	Edmundo Schwab	1928, Ponta Grossa.	Pai: Felipe Schwab. Mãe: Maria Senger Schwab. Imigrantes russo-alemães.	Contabilidade - Academia de Comércio Pontagrossense	Estudante do Colégio Regente Feijó	Contabilista.		Poesia _____ do Paraná, Tapejara.	Sócio efetivo - Cadeira 27 (1949); Orador e Redator Representante em eventos (1953).
30	Frederico Waldemar Lange	1911, Ponta Grossa - 1988, Rio de Janeiro.	Pai: Rudolph Carl Friedrich Lange. Mãe: Paula Anna Emma Maria Margarethe Schmalz. Filhos de imigrantes alemães da Colônia Dona Francisca (SC). Comerciantes, proprietários da "Casa Lange"-fazenda, armazinhos, ferragens, secos e molhados e prod. europeus. O Pai foi fotógrafo e radioamador.	Ciências Contábeis e Econômicas - Instituto Superior de Comércio de Curitiba (1932); História Natural: Geologia e Mineralogia - Universidade do Paraná/Museu Paranaense (1941).	Paleontólogo - Diretor da seção de Paleontologia do Museu Paranaense em Curitiba.	Comerciante, Assistente da seção de Paleontologia do Museu Paranaense, Diretor de Paleontologia e depois Diretor Geral do Museu Paranaense, Professor-fundador da Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba, onde lecionou Geologia e Paleontologia, Paleontólogo da Petrobrás - chefe do Departamento Sedimentar do Paraná, Geólogo de Superfície e Superintendente-geral do Departamento de Exploração da Petrobrás no Rio de Janeiro, Geólogo Sênior na Mineração Colorado Ltda.	Rotary Club; Sociedade Pontagrossense de Amadores de Astronomia; Sociedade dos Engenheiros de Petróleo da Bacia do Paraná; Academia Brasileira de Ciências; Sociedade Brasileira de Geologia; Sociedade Brasileira de Paleontologia.	Artigos acadêmicos e relatórios técnicos; análises de solo; fosséis; história da paleontologia e do petróleo. _____ do Museu Paranaense; Journal of Paleontology; Anais Acad. Brasileira de Ciências; etc. _____	Sócio efetivo (1950); Conselho Administrativo do Museu - Seção de Geologia e Paleontologia (1952).

31	Gabriel Mena Barreto	1899, Jaguarão (RS) - 1969, Porto Alegre.	Pai: João Carlos Mena Barreto. Mãe: Maria Amália Borges de Fortes. Tradicional família de estancieiros-militares do Rio Grande do Sul, que se difundiu como elite política e militar pelo país desde os fins do Brasil colônia.	Colégio Militar de Porto Alegre (1912-1917); Escola Militar Realengo-Curso de arma da Cavalaria (1918-1921)	Capitão reformado do exército e Professor no Colégio Regente Feijó.	Praca, 4 th Companhia de Estabelecimentos (Rio de Janeiro); Representante da Escola Militar do Realengo na Missão Militar Francesa no Brasil; Oficial militar no Rio de Janeiro, depois em São Paulo, Major de Cavalaria (POA); Professor no Ginásio Municipal de São Gabriel e no Colégio Militar de Porto Alegre; Diretor da Southern Brazil Lumber (Sengés-PR); Capitão Reformado do Exército; Prefeito interino de Ponta Grossa (PR); Professor no Colégio Regente Feijó, professor de História da Antiguidade, Hist. Idade Média e História Geral na FFCL.	Sociedade Cívica e Literária do Colégio Militar (POA-RS); Academia de Letras do RS; Instituto Histórico e Geográfico do RS; Liga de Defesa Nacional (RS); Grêmio Beneficente de Oficiais do Exército (POA); Loja Maçonica Luz e Verdade (Ponta Grossa).	Prefeito Interino (1946) Vereador pelo PL (1947-1951).	Historiografia, biografias na imprensa. _____ Correio do Povo (POA); Tapejara.	Sócio efetivo - Cadeira 29 (1949).	
32	Heitor Ditzel	1919, Ponta Grossa - 1972, Ponta Grossa.		Escola de Contabilidade	Contabilista e jornalista	Contabilista, Redator-chefe de jornal, Fundador e primeiro diretor do Colégio Comercial Estadual de Ponta Grossa, no qual lecionou disciplinas de Ciências Contábeis e Humanidades.		Vereador pelo PSD (1947-1950; 1951-1955), presidente da Câmara municipal (1948) e Prefeito Municipal (1951).		Sócio efetivo (1949); 2 ^o Bibliotecário (1952); Adjunto da Diretoria (1955); Departamento de Divulgação (1956).	
33	Heraldo Vidal Correia	(?) - 1982, Curitiba.		Direito.	Advogado.	Advogado, Diretor Administrativo da Copel, Juiz Federal da segunda vara Paraná (Curitiba) – integrante do primeiro corpo da Justiça Federal, Seção PR.					Sócio efetivo (1950); 1 ^o Vice Presidente (1952); Orador em eventos (1954).

34	João Alves Pereira			Direito - Faculdade de Direito do Paraná (1956).	Estudante do Colégio Regente Feijó, Tipógrafo e Gráfico.	Tipógrafo e Comerciante-Sócio da Tipografia e Livraria Ideal; Sócio da Tipografia Montes e Pereira, Advogado.	Clube Democrata; Centro Inter-americano; Loja Maçônica Luz e Verdade.	Vereador pelo PSP (1959-1962), presidente da Câmara municipal (1959).	Ensaios na imprensa e comunicações na Rádio. <u>Verdade</u> ; Luz e Verdade; Tapejara.	Suplente (Cadeira 24); Gerente/Redator do Tapejara (1950-1959); 2º tesoureiro (1956-1968); 1º orador (1960); 2º Vice-Presidente (1972).
35	Joaquim de Paula Xavier	1903, Ponta Grossa - 1956, Ponta Grossa.	Pai: Dr. Joaquim de Paula Xavier. Médico - Faculdade do Rio de Janeiro (1932). Especialização em otorrinolaringologia e oftalmologia.	Médico e Professor.	Médico, Secretário e Diretor Geral de Saúde Pública (RJ), Professor de Química e História Natural no Colégio Regente Feijó, Diretor da FFCL, Professor-fundador da FFCL, no curso de Geografia e História, na cadeira de Geografia Humana.	Sociedade Médica PG; Centro Médico Eurico Branco Ribeiro, Centro Inter-americano;				Sócio efetivo - Cadeira 30 (1949); Conselheiro (1952).
36	Lauro Justus	1917, Ponta Grossa - 2002, Ponta Grossa.	Pai: Augusto Justus. Mãe: Elza Justus. Imigrantes russo-alemães, que chegaram à cidade no final do século XIX.	Médico, ginecologista e obstetra.	Médico, criador da Maternidade Sant'Ana, Professor secundário, Professor na FFCL, colunista do jornal Diário dos Campos.	Associação Médica Pontagrossense; Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de PG; Rotary Club; Centro Inter-Americano.			Artigos de educação em saúde e de conselhos médicos na imprensa. <u>Verdade</u> ; Luz e Verdade; Diário dos Campos; Tapejara.	Sócio efetivo (1950); 2º Vice Presidente (1952); Conselho Administrativo de Botânica do Museu (1956); 1 Vice-presidente (1960); 2º Vice Presidente (1968); 3º Vice - Presidente (1972); Orador em diversos eventos.
37	Leopoldo Pinto Rosas	1898, Ponta Grossa - 1961, Ponta Grossa.	Pai: Jayme Pinto Rosas. Mãe: Ana Felícia Rosas.	Farmacêutico e sócio da Farmácia Milka (1934-1948) e Professor no Colégio Regente Feijó.	Coletor federal; Sócio Farmácia Solano; Sócio Farmácia Milka; Membro Comissão de Saúde Pública Municipal; Professor; proprietário Farmácia Rosas; Professor de Zoologia e Parasitologia na Faculdade de Farmácia e Odontologia.					Sócio efetivo - Cadeira 28 (1949).

38	Murilo Teixeira Barros	1909, Iguatu (CE) - 1965, Ponta Grossa.	Pai: Dr. Joaquim Alerano de Barros. Advogado, Juiz de Direito, folclorista, contista e romancista. Mãe: Maria da Gloria Teixeira.	Colégio Militar	Militar Subcomandante do 13º Regimento de Infantaria em Ponta Grossa.	Militar, oficial superior do Exército: Major, Tenente Coronel (3º C.R. Vitória, ES), Oficial General do Exército Reformado (PG).			Artigos de História e Civismo na imprensa Gazeta (Vitória, ES); Tapejara. Ensaio na imprensa e comunicações na Rádio. Jornal Paraná, Tapejara. Crônicas e Contos na imprensa. Diário dos Campos, Tapejara.	Sócio-correspondente (1950); Sócio efetivo (?); Presidente (na ausência de Faris Michele) (1955); 1º Vice Presidente (1956); 2º Vice – Presidente (1964); Suplente (Cadeira 28); Departamento de Popaganda (1952); Redator e Orador em diversas ocasiões; Secretário Geral (1956). Em 1957 se mudou para São Paulo.
39	Ottokar Hanns Hoeldtke	1931, Ponta Grossa.	Pai: João Hoeldtke. Mãe: Helga Hoeldtke. Imigrantes alemães.		Estudante no Colégio Regente Feijó.	Profissional liberal, Jornalista e Radialista.				
40	Thiago Gomes de Oliveira	"Norderstino"		Odontologia.	Cirurgião-Dentista.	Dentista, Cirurgião-Dentista.				

Quadro 1 – Elementos para a leitura de uma trajetória coletiva dos euclidianos princesinos

FONTE: A autora (2018).

NOTA: a construção das informações desse quadro foi baseada na pesquisa, reunião e comparação de dados que se encontravam dispersos em grande quantidade e variedade de fontes históricas, algumas delas mobilizadas pela primeira vez, que constam listadas ao final da Dissertação.

* A Associação Beneficente 26 de Outubro, órgão de assistência aos funcionários da Ferrovia São Paulo-Rio Grande, foi criada em 1906; o Esporte Clube Democrata em 1907; a Sociedade Médica Pontagrossense existiu entre 1931-1941; o Centro Médico Eurico Branco Ribeiro existiu entre 1941-1951, a Associação Médica de Ponta Grossa foi criada em 1951; O Rotary Club de Ponta Grossa foi fundado em 1936; A Sociedade Pontagrossense de Puericultura foi criada em 1942; o Centro Inter-Americano (depois chamado de Centro Brasil-EUA) foi criado em 1944; a Loja Maçonica Luz e Verdade (4ª nº 1.317, Ponta Grossa) foi fundada em 1950, sendo que a Loja Maçonica Amor e Caridade (nº 0.582, Ponta Grossa) datava de 1897; a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de PG foi criada em 1951, o Lyons Club Ponta Grossa foi criado em 1954.

Com a leitura do Quadro 1³⁸, podemos perceber que o círculo dos euclidianos era formado, fundamentalmente, por profissionais liberais, atuantes em cargos públicos, destacando-se as categorias de advogado, professor, médico e jornalista na sua composição.

Havia entre eles, no momento de entrada, nove formados em direito. Desse conjunto, seis atuaram profissionalmente como advogados nos anos 1940 (Quadro 1, n.ºs. 5, 15, 16, 20, 27 e 33), os mesmos que ocuparam cargos de secretário municipal, consultor jurídico do município, promotor público ou juiz federal. Do total de nove, ao menos seis (Quadro 1, n.ºs. 5, 6, 7, 15, 16 e 20) ocupavam postos no ensino secundário público da cidade, como professor, secretário ou diretor, no momento de entrada no *Centro*. Entre as disciplinas que ensinavam, figuravam Português e Literatura Portuguesa, Inglês, Latim, Filosofia, História Geral, História do Brasil e Instrução Moral e Cívica. A sucessão e a acumulação de posições de protagonismo público marcaram suas carreiras.

O grupo contava com sete médicos (Quadro 1, n.ºs. 3, 10, 14, 17, 22, 35, 36), que também estiveram envolvidos ao longo da carreira com iniciativas pedagógicas, de cuidado geral com as crianças ou com as questões higienistas. Dois deles especializaram-se na área da pediatria e também atuavam como professores secundaristas no momento de entrada no *Centro*. Os médicos lecionavam disciplinas como Física, Química e História Natural, além de promover aulas e palestras ligadas à Cruz Vermelha e à higiene no interior das escolas secundárias e da Escola Normal. Também formados pelas Faculdades de Medicina, havia dois Dentistas e um farmacêutico (Quadro 1, n.ºs. 9, 37 e 40), totalizando dez profissionais da área da saúde.

Esses agentes eram detentores dos diplomas que vinham acompanhados do título de “doutor”. O corpo de diplomados do *CCEC* pertencia às famílias que tinham condições de mandar seus filhos estudar fora. Numa cidade que não possuía Faculdade ou Universidade, suas trajetórias são marcadas pelo fenômeno da saída rumo a Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro para obtenção do curso superior e seu respectivo retorno à

³⁸ Utilizamos seis listagens para circunscrever os nomes: a lista de 17 membros da primeira Diretoria do *CCEC* de outubro de 1947; a lista (já modificada) de 18 membros da Diretoria de maio de 1948; a primeira relação completa de euclidianos (25 sócios) de junho de 1948; a relação completa dos sócios (30 mais 7 suplentes) de 1949. Considerou-se, ainda, a primeira notícia encontrada acerca dos 3 primeiros “novos imortais do *Centro*” em março 1950 e, por fim, os contribuintes do *Tapejara* em seu primeiro ano (1950), que pouco tempo depois figuram como sócios, junto aos anteriores. Essa seleção levou em conta, notadamente, os sócios atuantes. Atribuíamos números aos personagens que compõem o Quadro para facilitar a mobilização das informações, indicando-os entre parênteses ao longo do texto, para que o leitor, caso queira, consulte-as diretamente no Quadro.

cidade de Ponta Grossa, onde se inserem em (e muitas vezes acumulam) postos de saúde e educação públicos. Teve grande importância nesse processo as suas participações nas associações profissionais, como a Ordem ou o Clube dos Advogados e as Associações Médicas locais, a partir das quais:

Seguindo a tendência nacional daquele momento, ampliam seu campo de atuação e assumem um papel educativo com o objetivo de divulgar novos conhecimentos e práticas higiênico-sanitárias associadas a um conteúdo ético, [e] moral (CHAVES, 2011, p. 15).

Além disso, seis integrantes do grupo eram educadores de formação, oriundos de Escolas Normais (Quadro 1, n.ºs. 1, 4, 11, 15, 19, 23). Quatro deles atuavam como professores primários no momento de entrada no *CCEC*. Ainda que esses últimos tenham vivenciado um percurso ascendente de carreira no sistema educacional com o passar dos anos, tornando-se também, nos anos 1950, professores secundaristas e/ou da Faculdade de Filosofia, eles se diferenciavam de seus colegas médicos e advogados com quem dividiam a lousa porque lecionavam em escalas e em colégios não tão prestigiados. Conforme as fontes biográficas, esse professorado, não raro, contava com uma carga horária maior de trabalho, atuando também como diretores e/ou inspetores de ensino de diversos grupos escolares da região. Sobre o ofício do professor Edgard Zanoni, por exemplo, que também havia cursado contabilidade na Escola Comercial de Ponta Grossa, aponta-se que “tinha uma época que ele dava aula das 7h15 às 22h” (FONTES; CHERES; ZAN, 2015, p. 56).

Os euclidianos se encontravam, afinal, numa sociedade onde a demarcação de posições sócio-profissionais era diariamente estampada em pronomes de tratamento — senhor, professor ou doutor — culturalmente significados como mais ou menos prestigiosos. Dessa perspectiva, a atividade do professor, situada num polo espiritual e vinculada a uma responsabilidade patriótica, encontrava-se numa escala à cima das atividades técnicas. Os agentes do *Centro* que não possuíam formação clássica e não eram professores, como os contabilistas do grupo (Quadro 1, n.ºs. 28, 29, 32), em compensação, estavam diretamente associados a uma atividade também muito valorizada nesses termos: o jornalismo.

Foi possível categorizar cinco sócios como jornalistas (Quadro 1, n.ºs. 12, 21, 25, 26, 34): essa categoria se refere àqueles que trabalhavam na editoração, na redação, na direção ou na arte da tipografia de jornais. Nos meandros dos periódicos *O Dia*, *Jornal do Paraná*, *Diário dos Campos*, entre outros, esses agentes se cruzavam e faziam

parcerias de trabalho com os referidos médicos, advogados e educadores, que tinham na imprensa seu principal meio de expressão escrita e inserção na vida literária. Como redatores, colunistas ou diretores de páginas (Quadro 1, n.ºs. 2, 7 15, 32), os euclidianos destacaram-se na imprensa local e quando lançaram o seu próprio jornal, contaram com o saber desses homens, situados num polo mais profissional da palavra impressa. Os sócios do *CCEC* como um todo adquiriram experiência com as letras escrevendo para periódicos ao longo dos anos e a imprensa teve um papel fundamental naquilo que poderíamos chamar de “o grupo antes do grupo”. O *Jornal do Paraná*, como já mencionado, foi um lócus de iniciação e de projeção. Uma parte desses mesmos agentes diariamente envolvidos no jornalismo atuava também como radialista. Eles auxiliaram na inserção das conferências euclidianas no meio radiofônico, em relação a qual o grupo designava certo número de oradores.

Destaque-se, por fim, os oficiais militares do círculo (Quadro 1, n.ºs. 31 e 38). Eles representam o que se pode denominar de “intelectuais de farda”, personagens que marcaram presença em diversas instituições letradas na primeira metade do século XX, dividindo seu tempo “entre a pena e a espada”, fenômeno que foi comum no Brasil do século passado. Menna Barreto e Murillo T. Barros não eram nascidos e nem cresceram em Ponta Grossa ou no Paraná, mas as trajetórias de ambos foram marcadas pela sua circulação pelo país enquanto ascendiam na carreira militar. O primeiro, com uma formação no Colégio Militar de POA, tendo sido da mesma turma que Castelo Branco, e destacada passagem pela Escola Militar do Realengo (RJ), dedicou-se ao saber histórico, publicando, a partir dos anos 1930, obras voltadas, sobretudo, à história do Rio Grande do Sul e à memória de episódios político-militares recentes como o início do governo Vargas e a revolta constitucionalista paulista, veiculando suas próprias vivências. “Como militar, era transferido de um a outro lugar e, assim sendo, seus dois primeiros filhos nasceram no Rio de Janeiro, o terceiro em Porto Alegre, o quarto em São Paulo e a filha em Ponta Grossa” (BARRETO, 2009, p. 15). A experiência de Gabriel Menna Barreto em Ponta Grossa se deu quando era Capitão do Exército e exerceu funções políticas – foi prefeito interino e depois vereador – ligadas ao desmantelamento do Estado Novo e retorno às arenas políticas de famílias e partidos que haviam sido marginalizados naquele período³⁹.

³⁹ Gabriel Menna Barreto foi prefeito de PG por um curto período no ano de 1946 e foi eleito Vereador em 1947 pelo Partido Libertador (PL), de origem rio-grandense. Apesar de apoiar a campanha de Vargas e a “Revolução de 1930”, teve uma trajetória marcada pelo rompimento com o seu governo, seguida da

Tratava-se de uma configuração intelectual na quas mesclas entre carreira militar, jogos políticos e atividades letradas não eram estranhas, o que embaralha, inclusive, a percepção (dos nossos olhos de hoje) sobre quais disposições eram mais valorizadas no momento de entrada no *CCEC*, quando o próprio conjunto delas importava mais do que a portabilidade de um saber específico. Foi como professor e escritor de História e, ao mesmo tempo, como político, que Gabriel Mena Barreto se destacaria no círculo euclidiano. Murillo Teixeira Barros, por sua vez, era natural do Ceará e passou a frequentar o *Centro* junto com outros militares do 13º CR de Ponta Grossa quando ali servia. Transferido para Vitória (ES) em 1952, manteve uma profunda relação afetiva com o círculo euclidiano, atestada nas cartas que enviava prometendo estar se esforçando pelo seu retorno a PG através do Exército, algo que se realizou depois que foi promovido a General na reserva. Sua ligação com as letras se deu principalmente pela via do civismo, sentimento que marcou sua atração pelo movimento euclidiano e seu apego e investimento na identidade partilhada pelo grupo.

A partir desse retrato, os euclidianos princesinos poderiam ser socialmente caracterizados como indivíduos pertencentes a estratos sociais médios urbanos e em processo de ascensão social, particularmente ligados à conquista de uma distinção através da educação, de um ofício e do próprio encontro — estimulado em espaços sócio-profissionais e de sociabilidades de elite — com indivíduos ligados às famílias ditas “tradicionais” da região que então enfrentavam certo processo de decadência. Eles se mostravam dispostos a participar de eventos culturais e cívicos citadinos, comprometendo-se a assumir diversas funções voluntárias nessas esferas, ainda que, muitas vezes, tivessem pouco tempo disponível.

Mais de 1/3 dos sócios no *CCEC* era filho ou neto de imigrantes italianos, austríacos, suíços, sírio-libaneses ou alemães que chegaram ao Brasil na segunda metade do século XIX ou no início do XX e instalaram-se em colônias imigrantes rurais no Paraná — como a Mariental e a Nova Itália —, ou em núcleos urbanos como União da Vitória, Curitiba e Ponta Grossa, onde deram início a empresas familiares, como a “Casa Verde”, a “Joalheria Gravina” e o “Hotel Daros” (Quadro 1, n.ºs. 3, 4, 6, 7, 8, 10, 13, 20, 23, 25, 28, 29, 30, 36, 39). De outro lado, em menor número, havia os indivíduos pertencentes a uma linhagem de luso-brasileiros proprietários de fazendas

extinção do partido no Estado Novo. Com a redemocratização, o PL se reorganizou com pautas de forte representação estadual e defesa da implantação do parlamentarismo no Brasil. Trata-se de um Partigo cuja gênese estava relacionada com os agentes e as ideias do velho Partido Federalista do Rio Grande do Sul.

(sobretudo de pecuária), cuja história familiar se confunde com a própria história da ocupação de terras na região dos Campos Gerais. Eles compunham aquilo que a historiografia regional denomina de herdeiros da "elite campeira" e contavam com uma forte herança de sobrenome e de capital social (Quadro 1, n.ºs. 5, 14, 15, 17, 22, 24, 27, 31, 32, 33, 35, 37).

Entre os condicionantes da emergência do movimento euclidiano no Paraná, encontrava-se, portanto, o próprio fluxo migratório⁴⁰. Segundo Bega (2013, p. 104), a parte dos imigrantes que fixou residência nas cidades paranaenses constituiu-se num misto de operários, artesãos e pequenos e médios industriais, que gradativamente passaram a ocupar espaços na economia urbana do comércio, do artesanato e dos serviços, em boa parte ligada a indústria da erva-mate e da madeira. Formam, também, um conjunto heterogêneo de comerciantes e profissionais liberais, que ascendeu economicamente, ocupando cada vez mais espaços sociais próximos da elite luso-brasileira. A partir dos anos 1930, registra-se o expediente de casamentos deles com filhos(as) de famílias tradicionais empobrecidas, bem como os primeiros casos de políticos e de representantes no Judiciário com sobrenomes de imigrantes⁴¹.

No seio dessa organização social de base urbana localizada no interior do Paraná, os fundadores do *Centro* se situavam próximos (e buscavam se aproximar) dos grupos dirigentes, ao passo que ambos convertiam seus patrimônios em trunfos e estabeleciam trocas. Suas trajetórias foram marcadas pela aprendizagem do trato com os princípios do estilo de vida e do gosto desses grupos: a interação com eles vinham dos lugares onde estudaram e/ou deram aulas, dos clubes de serviços e ocasiões de lazer de elite, acompanhadas de um esforço constante em criar/manter/expandir redes. Os euclidianos conheciam e prestavam serviços de educação – e no caso de José Daros

⁴⁰ Conforme Chaves (2011, p. 91), Ponta Grossa nasceu, a partir do século XVIII, ligada ao tropeirismo (como local de pouso e passagem de tropas gaúchas de moares em direção a São Paulo). Ela é retratada nos relatos de viajantes, até o final do Oitocentos, como um vilarejo onde o urbano pouco se distinguia do cotidiano das fazendas ao seu redor. A população recenseada em 1890 somava apenas 4.774 habitantes, a maioria fixada em zona rural. Esta realidade começaria a mudar na virada do século XIX-XX, devido, sobremaneira, à presença das *ferrovias*: em 1893, o local se tornou o ponto final da Estrada de Ferro do Paraná, e a partir de 1896, importante passagem da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande. Num curto espaço de tempo, a cidade se converteu num dos principais entroncamentos ferroviários do sul e passou a atrair imigrantes e migrantes de diversos locais, atestando na primeira metade do século XX um processo de urbanização, crescimento populacional e econômico, de modo que em 1920 registra-se 20.171 habitantes, que praticamente dobram nos vinte anos seguintes (com 38.417 habitantes no censo de 1940).

⁴¹ As indústrias do mate e da madeira foram fundamentais para a emergência de um campo cultural na província na segunda metade do século XIX. Associadas à indústria gráfica e a litografia, para atender a produção de etiquetas para as embalagens, desenvolvem-se técnicas de pintura e impressão, apoiadas nas escolas de artes e ofícios que proliferam: “Gráficas são fundadas e, entre uma e outra encomenda da indústria do mate, jornais e revistas são concebidos e executados” (BEGA, 2013, p. 55).

(Quadro 1, nº. 13) também de arte – às famílias mais influentes, dirigiam seus jornais ou escreviam para eles e os convidavam para fazer parte da instituição.

Nesse jogo de relações, enquanto para alguns membros o *Centro* era mais um ponto numa constelação de capitais (social, cultural, político), para outros, a entrada no grupo se convertia num *locus* privilegiado para alcançar algum. Olhe-se o caso de Ribas Silveira (Quadro 1, nº. 24): um fazendeiro, que passava boa parte de seus dias a ler e a escrever poesia, que passa a ocupar um lugar de guardião e contador de histórias regionais, ligadas às memórias de sua família, bastante antiga na cidade. Entre prosa e poesia, narrou episódios da época da escravidão e do tropeirismo, do ponto de vista dos proprietários de terras, tropas e escravos, muitos deles derivados diretamente de uma memória histórica familiar. Segundo seus pares, Ribas Silveira tinha pouca escolaridade. Não precisou de diplomas secundário e/ou superior para “fazer-se escritor”⁴². Gabriel Menna Barreto também ocupava um lugar de fala autorizada quanto à História do Brasil e, em particular, da região Sul: boa parte do prestígio associado à sua historiografia e memórias também se desdobrava do capital familiar. Ele guardava heranças de uma genealogia de estancieiros-militares do RS que se notabilizaram como membros da elite política e militar distribuída em altas funções e protagonismos através dos eventos históricos nacionais.

Enquanto Ribas Silveira pode investir na escrita da história e da poesia às custas de uma situação econômica estável (de suas terras) e da reprodução do capital social e simbólico associados ao seu sobrenome e ao espólio da família em torno do tema do Tropeirismo e Menna Barreto se dedicava ao saber histórico nos intervalos – principalmente durante a Reserva – de uma carreira militar ilustre (inclusive genealógica) que legitimava a sua produção, João Alves Pereira (Quadro 1, nº. 34) teve que trabalhar em ofícios manuais desde menino para se manter. Atuando como tipógrafo por muitos anos, ele cursou o ensino secundário já depois de adulto, em curso ofertado no período da noite. Demonstrando assiduamente o seu engajamento com as propostas do círculo euclidiano, empenhou-se a partir do seu ofício em executar uma tarefa vital no *CCEC*: a produção/impressão do periódico oficial do grupo, que reconheceria “o Snr. João Alves Pereira, euclidiano dos mais destacados [como] modelo

⁴² “O certo é que, em razão da pouca saúde, enfiou-se nos livros dia e noite sem parar. Não dava a mínima importância às aparências. Usou a vida inteira um chapéu de feltro marrom e a calça, por uns tempos, só não caía porque estava presa com um barbante, à guisa de cinta. Para o casamento da filha, mandou fazer um terno azul-marinho. Esse único terno serviu para todas as solenidades às quais precisou comparecer, inclusive a última, a do próprio funeral” (KUBASKI, 2016, p. 1).

vivo do ‘self-made-man’” (TAPEJARA, 1952, p. 20). É interessante destacar o caso de Alves Pereira, juntamente ao de Cyro Ehlke (Quadro 1, nº. 28), sócio que foi secretário, particularmente ativo na escrita e no envio de correspondências do *Centro*: ambos obtiveram seus diplomas superiores em Direito somente em 1956, já depois de quase uma década de atuação no *CCEC*. Eles estudaram juntos, aliás, na Faculdade de Direito do Paraná, atestando depois disso, uma clara ascensão social e simbólica.

Levando em conta estas questões, a despeito de algumas particularidades, é possível dizer que o perfil de carreira predominante no *CCEC* era o de educador: advogados-educadores, médicos-educadores, polígrafos-educadores e educadores profissionais. Pouco mais da metade deles atuava na educação escolarizada pública e um número ainda maior na educação informal, por exemplo, via radiodifusão educativa. Os indícios apontam, aliás, que entre as condições sociais de produção da sua obra, a escola também funcionou, assim como a imprensa e os saraus, como um locus de associação intelectual. A reflexão sobre literatura, ciência e cultura circulava e se desenvolvia nesses espaços semipúblicos. O “fazer-se” escritor e homem público dos princesinos, nesse sentido, esteve intimamente relacionado a essa ocupação (o magistério), que foi um modo de inserção e um marcador social da aquisição de prestígio, sobretudo quando alcançavam os cargos de diretor e de professor catedrático no Ginásio Regente Feijó (existente desde 1927) e nas Faculdades de Filosofia e de Direito da cidade, criadas respectivamente em 1949 e em 1956, nas quais ao menos dezoito euclidianos lecionaram, alguns em ambas (Quadro 1, nºs. 1, 2, 6, 7, 8, 12, 14, 15, 16, 17, 23, 27, 28, 30, 31, 35, 36, 37).

Lendo-se a documentação referente à FFCL, verifica-se a presença de seus nomes na formulação do Regimento Interno e no conselho técnico-administrativo, responsável, por exemplo, pela organização das bancas examinadoras e critérios dos exames do concurso vestibular, bem como da montagem dos programas das disciplinas⁴³. Além dos cursos de Geografia e História e de Letras Neolatinas efetivados, o Regimento da FFCL previa a criação de um curso de Ciências Sociais, também com duração de três anos. Este último não saiu do papel, mas “Antropologia”, “Etnografia” e “Etnografia Brasileira” foram disciplinas institucionalizadas na grade

⁴³ A grade do curso de Geografia e História, com duração de três anos, foi composta pelas seguintes disciplinas: Geografia Física, Geografia Humana, Antropologia, História da Antiguidade e da Idade Média (primeira série); Geografia Física, Geografia Humana, História Moderna, História do Brasil, Etnografia (segunda série); Geografia do Brasil, História Contemporânea, História do Brasil, História da América, Etnografia do Brasil (terceira série) (REGIMENTO INTERNO FFCL, 1949, p. irreg.).

curricular do curso de Geografia e História. Nesse curso, ao menos quatro cadeiras – Geografia Cultural, História do Brasil, Antropologia e Etnografia – foram logo de início assumidas por euclidianos e sinalizam similaridades e mesmo um circuito de conteúdo entre o *CCEC* e a *FFCL*.

Traço comum na fase inicial da *FFLC* foi o trânsito entre diversas categorias de professor: de livre-docente para assistente ou de interino para catedrático, e também entre diferentes cadeiras: de História da Antiguidade para História Geral, de Língua Portuguesa para Língua Espanhola, etc. Isso indica que na fase de estruturação da Faculdade, os saberes que a intelectualidade princesina já vinha praticando foram transformados em programas e aulas. Os euclidianos representam os chamados “adidos estatutários” da *FFCL*: num regime vinculado à Secretaria Estadual de Educação e Cultura, alguns entraram na instituição sendo transferidos ou cedidos de outros postos da educação pública estadual⁴⁴. Nesse sentido, as redes entre intelectuais e deles com os políticos do estado foram importantes na conformação do rol de professores e funcionários. Olhe-se, por exemplo, o caso de Mário Lima Santos: ele foi um dos primeiros secretários da *FFCL*, e posteriormente seria nomeado por decreto (nº. 1547, 03/04/1956) como professor catedrático interino na disciplina de Etnografia do Brasil no curso de Geografia e História, por indicação do professor Faris Michaelle, que lecionou na instituição desde a sua fundação. Uma vez criada a Faculdade de Direito,

⁴⁴ Atente-se, nesse sentido, à documentação referente às contratações e cargos do Colégio Regente Feijó, cujos cadernos registravam tais trâmites: “Faris Antonio S. Michaelle – designado para lecionar Inglês por Portaria 171 de 1938 e Sociologia por portaria 145 ao Complementar – Designado por portaria 146 para português. Nicolau Meira de Angelis – designado para lecionar literatura p/ portaria 145 no Complementar e nomeado para lecionar Português no Fundamental p/ dec. 839 de 3-4-939. Estevão Zeve Coimbra – nomeado p/ lecionar Latim p/ dec. de 25 de março de 1927 e designado para lecionar História e Geografia p/ portaria 146 no Fund. [...] Milton Lopes, nomeado para lecionar Física no Fundamental p/ dec. 8.580 de 22-5-1939 e nomeado para H. Natural do C. Complementar p/ decreto 4.546 de 24-3-37. [...] José Pinto Rosas, nomeado para lecionar H. Natural, do Curso Fundamental por dec. 1.140 de 16-5-1931. José Daros – nomeado para lecionar Desenho do Fundamental p/ dec. 1921 de 26-8-933. [...] Lourival Santos Lima, nomeado por Decreto de 1 de Fevereiro de 1946, Professor Catedrático Padrão M. [...] Faris Antonio Salomão, nomeado por Decreto de 27-2-1946, para exercer internamente o cargo de Professor Padrão M [...] 1946 – Estevão Zeve Coimbra, nomeado por decreto de 27 de fevereiro p. p. para interinamente exercer o cargo de Professor Catedrático, Padrão M. [...] Nivon Wigert, reassumiu o cargo de professor da cadeira de História Geral pelo ofício n. 344 de 31-5-944. [...] Raul Pinheiro Machado, designado para assumir a direção deste Colégio, por Decreto do Governo Estadual de oito de agosto de mil novecentos e quarenta e cinco. Nivon Weigert, nomeado por Decreto do dia 1 de fevereiro de 1946, professor Catedrático, padrão M. Mário Lima Santos, nomeado por Decreto de novembro de 1946, professor Catedrático padrão M, para lecionar a cadeira de Filosofia do 2 ciclo deste Colégio. Mario L. Santos, nomeado por decreto de novembro de 1946, para exercer o cargo de Diretor deste Colégio. José Pinto Rosas, removido para este Colégio por Decreto de 25 de novembro de 1946, professor Catedrático padrão M [...] Helly Espinola, Coletor Federal, designado por telegrama da L. E. F. para responder pelo expediente de Inspeção Federal junto a este Colégio. 31-1-1946 [...]” (CADERNO.... s.d, p. 5-10).

em 1957, Lima Santos seria transferido para ela também por decreto (nº. 20.008, 10/11/1958).

Ainda que a chancela da faculdade tenha impulsionado a publicação e a exposição das obras de seus intelectuais (MOLAR, 2014, p. 197), boa parte dos recursos disponíveis se encontrava ainda fora dela e bastante atrelada à esfera política. A relação entre intelectuais e política não mais poderia ser vista como sendo de dupla face como no início do XX. Os “intelectuais” já não tinham que instalar-se na tribuna da imprensa partidária para serem lidos/ouvidos. Contudo, os postos públicos de ensino – do Colégio e da Faculdade – da cidade almeçados por eles, submetiam-se a portarias, decretos, nomeações, transferências e promoções via Secretaria de Educação e Cultura do Estado que ocorreram conforme as próprias instituições de ensino estavam sendo criadas e/ou se expandiam.

O padrão inicial de recrutamento do *Centro*, em sua interface com as dimensões de gênero e geração, não respondeu, desse modo, exclusivamente a posse de um capital cultural, mas assinala a importância da amizade e das redes de pertencimento que conferiam autoridade. Movimentaram-se com a ajuda de amigos e, por vezes, “abrigaram-se junto a redes de apoio e proteção nucleadas em torno de alguma figura de maior prestígio e dotada de um cabedal de recursos, que poderiam ser acionados em favor deles” (MICELI, 2013, p. 15), como o já mencionado Flávio Carvalho Guimarães.

Em função disso, uma dinâmica intergeracional se estabeleceu na conformação do *CCEC* e na divisão de trabalho interna, sendo possível destacar um “grupo dentro do grupo”, formado pelos sócios articulistas que mais publicaram no *Tapejara*, e, a um só tempo, acumularam funções institucionais decisivas. Faris Michaelle, na figura de liderança, foi presidente do *Centro* até falecer (em 1977), além de Diretor do Museu e do *Tapejara*, destacou-se como seu principal redator, publicando ao longo de todas as edições (somando mais de 100 textos); Daily Luiz Wambier, por sua vez, figurou como o “braço direito” do presidente: foi tesoureiro do *CCEC* e secretário do *Tapejara*, sendo o segundo redator mais presente (com 30 textos assinados), geralmente publicado na primeira página durante todas as edições até o seu falecimento (em 1965); Reynaldo Ribas Silveira, foi o terceiro redator mais presente no periódico (com 25 textos assinados). João Alves Pereira, Cyro Ehlke, Ottokar Hans, Murillo Teixeira Barros e Thiago Gomes de Oliveira – (reunindo de 8 a 15 textos publicados cada um) completavam esse “núcleo dos redatores”: situados próximos a Michaelle, sustentando a agenda do *CCEC* na imprensa e também em relação aos sócio-correspondentes, e

investindo no Euclidianismo, esses últimos fizeram forte ressonância as ideias que passaram a produzir juntos.

Tais personagens compuseram o que entendemos nesse trabalho como o “núcleo duro” do *CCEC* (Quadro 1, n.ºs. 2, 7, 24, 28, 34, 38, 39) na medida em que representam agentes com uma trajetória institucional particularmente atuante na década de 1950, com peso na produção escrita (tanto nas publicações quanto nos bastidores)⁴⁵. Eles escreviam textos em nome do grupo, auxiliavam no preparo de editoriais, cartas, livros e eventos. Tal núcleo, evidentemente, não se tratou de uma caixa fechada. Sua conformação tinha muito a ver com o cotidiano do grupo e dependia do próprio tempo que os sócios dedicavam ao *CCEC*: justo por isso, tais relações se transformavam no tempo e no espaço. A conformação desse núcleo interno esteve atrelada, também, a estratégias diversas dos envolvidos: o caso de Murillo Teixeira Barros (que exploraremos no segundo capítulo) é indício dessas movimentações que denotam, ao mesmo tempo, uma acídua lealdade ao grupo e seu programa e uma disputa por suas posições. De modo geral, a parcela significativa dos sócios garantia a densidade do grupo, atuando como peças-chave em momentos mais específicos.

Nesse contexto letrado particular, o diploma superior tinha um peso significativo, no sentido de que o *Centro* reuniu e valorizou uma elite de diplomados que atuavam além do *métier* da sua profissão e que acumulavam formas híbridas de capitais. Esses capitais estavam profundamente ligados a uma série de práticas associativas que ganharam vida na cidade na primeira metade do século XX, que combinavam produção escrita, oratória e lazer. Tais práticas exortavam sentimentos de civismo e, em parte, da “reação espiritual”, que aproximava um nacionalismo católico a uma concepção moral e elitista de cultura e educação.

1.2.3 *Para além do Métier*

Uma cultura sólida e variada o colocam sempre em destaque, mesmo nas conversações comuns.

Murillo Teixeira Barros sobre Faris Michael, 1957.

⁴⁵ Vale lembrar que o nosso recorte se volta, primordialmente aos anos 1950. Michael, Wambier e Ribas Silveira dedicaram de 17 a 29 anos de suas vidas ao *CCEC*, mas os outros agentes mencionados não permaneceram tanto tempo assim como “núcleo duro” euclidiano, em função de saídas da cidade no fim dos anos 1950 ou início dos anos 1960 para estudar ou trabalhar.

No estudo sobre os “anatolianos” da Primeira República, Sergio Miceli (2001, p. 25) apontou que a carreira intelectual era culturalmente definida como feminina, não no sentido de realizada por mulheres, mas sim vinculada a valores como a sensibilidade, que diferiam das disposições que caracterizavam, conforme o sistema de gênero vigente, uma profissão significada como viril. Homens de letras ocupavam uma posição “dominante dominada” se pensada no espectro das carreiras dirigentes que se estendiam do proprietário de terras e negócios ao político. A atividade letrada, desse modo, estaria situada, no plano das masculinidades, entre a carreira eclesiástica – que dissimula no nível do corpo a perda simbólica dos atributos masculinos em favor do exercício espiritual e da faculdade de devoção – e a carreira militar, que impingia proibições e censuras à faculdade do pensamento em favor do aperfeiçoamento e do treinamento corporal. Ambas, insiste Miceli, impõem ritos aos agentes que recrutam a fim de “separá-los” (e a própria instituição) do mundo social.

Num exercício de comparação, os euclidianos podem ser pensados como personagens que articulavam esses dois polos mencionados. As masculinidades internalizadas e externalizadas por eles se relacionavam a disposições corporificadas que impunham virtudes e ritos de cuidado e apresentação corporal, ligadas a um bom uso do corpo e do espírito ao mesmo tempo. A segurança, o domínio de si, a oratória e a retórica faziam parte de uma héxis corporal própria, apreendida no seio social de suas famílias, nas escolas que frequentaram, e particularmente visível em espaços de sociabilidades e de lazer de elite por onde eles circulavam, nos quais essas disposições eram (re)forçadas/(re)produzidas como características essenciais de uma conduta moral.

Essa dimensão era explicitada nas formas como eles teciam comentários uns a respeito dos outros, em prefácios ou apreciações críticas acerca de suas condutas ou obras individual e coletiva. A prática de dedicar, prefaciolar e comentar as realizações de colegas e sócios foi muito comum entre esses agentes, como parte de suas estratégias de divulgação de ideias, mas também do repertório de categorias mobilizadas por eles em relação a um *habitus* partilhado⁴⁶. Em dezembro de 1953, o *Tapejara* publicava uma resenha do professor Manoel Grott⁴⁷ sobre o mais novo livro de autoria do advogado e

⁴⁶ Dos textos dessa natureza publicados em *Tapejara*, podemos demarcar: “Destrução de Jerusalém por Tito” (PORTO ALEGRE, 1958, p. 14); “Manual de Conversação da Língua Tupi” (THIAGO, 1951, p. 10); “Galeria dos jornalistas euclidianos [sic]: Arary Souto” (GALERIA..., 1952, p. 18); “Poema do amor” (POEMA DO AMOR, 1958, p. 16); “Opiniões a respeito do livro ‘Roteiros e Jornadas’ de Cyro Ehke” (OPINIÕES..., 1954, p. 3), entre outros.

⁴⁷ Manoel Grott estudou no Colégio Militar de Porto Alegre e fez carreira militar (naquele momento era Major do Exército). Uma vez radicado em Ponta Grossa, foi professor no Colégio Regente Feijó, membro

professor Mário Lima Santos, “Política Trabalhista”, que foi uma das edições financiadas pelo CCEC nos anos 1950. Ao lançamento da obra, seguiu-se a recomendação institucional:

É seu autor, Dr Mário Lima Santos, cujos méritos intelectuais já o distanciaram da vulgaridade dos homens. Causídico de vastos recursos, orador fluente, Dr. Lima Santos não se limita ao *métier* de sua profissão. Anda, sempre à frente das iniciativas que esboçam as perspectivas do futuro de Ponta Grossa (GROTT, 1953, p. 16-18).

O livro foi elogiado como obra de Direito e também de Sociologia, sendo que o prestígio alcançado mediante um *ethos* de “homem da cultura” que trabalha por “um mundo melhor”, alinhava-se à portabilidade de saberes humanos (ou de um saber humanista) ainda em voga. Não se limitar ao *métier* de sua profissão era encarado por eles como virtude: o que valia no jogo era o que chamavam de vasta cultura, característica do polígrafo, e a própria noção de trabalho – ou de trabalhista – acionada, insurgia-se contra o uso do termo como prerrogativa de classe social e de partido político⁴⁸: afirmando que “trabalho não é privilégio de classe”, mas sim “esforço honesto”, o autor recordava exemplos de “trabalhistas [...] ilustres que, vivendo pelo pensamento, legaram à humanidade trabalhos de valor, na arte, na ciência e na filosofia” (GROTT, 1953, p. 16-18). Defensores de uma sociedade regida por critérios de talento, mérito e saber adquirido, agiam em interfaces de saberes acadêmicos, rituais pátrios e de oratória. Novamente essas apreciações aparecem, agora a respeito de Faris Michael:

Em geral, os homens de estudo fogem das realidades da vida e vivem no mundo artificial dos gabinetes e procuram solucionar o problemas humanos de acordo com os autores de sua preferência. Isolam-se do convívio com outros homens, tornam-se contemplativos [...] o professor Faris contraria a regra geral por saber combinar as ideias com a realidade e medir a cultura com as limitações humanas [...] prefere praticar a lição evangélica de servir, ajudar e orientar o seu próximo, sendo muito útil ao magistério paranaense (BARROS, 1957, p. 29).

da Liga de Defesa Nacional e do CCEC. Seu filho, Paulo Grott (1919-1973), também foi militar e circulou no CCEC, no Colégio “Regente Feijó” e no PSD. Eles ficaram conhecidos pela sua austeridade escolar e administrativa (OLIVEIRA, J. 2002, p. 154).

⁴⁸ “Política Trabalhista” constituiu uma reflexão sobre o trabalho como função social comunitária: “Toda espécie de trabalho é uma força. A recíproca, porém, não é verdadeira. O ciclone é uma força, mas não é trabalho porque carece-lhe a ação construtiva e útil. [...] O nosso operário tem um conceito muito restrito do fenômeno trabalho, pois só considera trabalhista aquele que tem as mãos calejadas. Esforço intelectual e físico andam geminados, lutando pelo mesmo objetivo: perfeição do homem, da sociedade e do mundo. [...] Dr Lima Santos [...] enumera líderes trabalhistas provindos das elites intelectuais, mesmo com tradições de nobreza [...] Há-os em todas as classes sociais, junto das fornalhas, ao lado das chaminés, nos laboratórios, nas cátedras, nas cidades e nos campos” (GROTT, 1953, p. 16-18).

Em suas práticas e representações, a atividade letrada se aliava ao engajamento cívico e ao voluntarismo. A filantropia fazia parte de suas formas de lazer, daquilo que faziam no seu tempo livre em espaços como o Rotary Club de Ponta Grossa (criado em 1936). O meio rotário, no qual circularam a partir dos anos 1940 como convidados para palestrar e jantar, ou como membros efetivos, como no caso de Milton Lopes e Daily Luiz Wambier (Quadro 1, n.ºs. 2 e 17), serve como termômetro dessas concepções. Wambier, por exemplo, orgulhava-se de ter escrito uma tese rotária – “Como tornar efetivo o trabalho do Clube” – em 1950, que é citada, em suas biografias, ao lado de seu livro de crônicas. Conforme as colunas do Rotary Club no jornal *O Dia*, nesse meio se valorizava a “palavra fluente e prene de eloquência”, junto ao “Ideal de Servir”. Os rotarianos se autoapresentavam como “homens de boa vontade” e “guardiões da moral” e em seus veículos falavam, sobretudo, do valor da união dos homens. Segundo Setton (2004, p. 74), o engajamento em grupos sociais seria, para eles, um elemento constitutivo da moral. Isso porque, além do consentimento a um sistema de regras morais tendo em vista o bem da sociedade, o Clube orienta que os indivíduos devem ter o gosto pelo ideal coletivo (no sentido de viver harmonicamente), no que isso exige de subordinação e engajamento, valores que reclamam para si⁴⁹.

Periodicamente, os rotarianos princesinos faziam reuniões-jantares no Palace Hotel e no Clube Guaíra. Nestas ocasiões, realizavam asteamentos da bandeira nacional e palestras proferidas por um sócio ou convidado, que geralmente faziam alusão a “datas magnas” ou a “problemas brasileiros”, fossem lembranças históricas, como o “Descobrimento da América” e a “Independência do Brasil” ou datas familiares e do mundo do trabalho, como o Dia das Mães e o Dia do Trabalho, considerados temas morais e de importância nacional. Não por acaso, essa economia moral, segundo Ditzel (2010), flertou em diversas direções com o ideário integralista.

Os euclidianos, tendo alguns ex-filiados ou simpatizantes à AIB, afinal, tinham no apego aos valores e hábitos cristãos (católicos, protestantes ou espíritas) um fator sociocultural que os aproximava e que tendia a ser somado às suas leituras nacionalistas. Esses posicionamentos foram sendo atualizados conforme ocorreu a desintegração do Integralismo no Estado Novo e variavam do explícito ao velado. Nessa

⁴⁹ Nas Atas de reuniões do CCEC ficaram indícios da sua proximidade e dos seus elos com o Rotary Club local, como, por exemplo, na seguinte passagem: “Foi proposta pelo sr. Murilo Teixeira Barros, que na ocasião dirigiu a presente reunião, foi por unanimidade aprovada uma moção de felicitações do Rotary Clube de Ponta Grossa, pela passagem do 25º aniversário da sua fundação, durante os quais foram assinados bons serviços à coletividade” (CCEC, Ata n.º. 57, 26 fev. 1955).

direção, em 1957, Murilo Teixeira Barros descrevia o presidente do *CCEC* da seguinte maneira:

Apesar de fazer parte do seu grupo de amigos íntimos, nunca ouvi o Prof. Faris dizer alguma palavra sobre Deus, alma, espírito ou fenômenos psíquicos. Guarda para si as opiniões e não se abre com pessoa alguma. Para cumprir uma obrigação social, ele assiste a uma missa com a mesma calma imperturbável com que assistiria também a uma sessão espírita ou a um culto num templo protestante (BARROS, 1957, p. 28).

Dessa perspectiva, frequentar a Igreja representava uma convenção naquela sociedade, senão cotidiana, especialmente operante no que diz respeito a ocasiões especiais do calendário religioso ou da própria comunidade, como missas de sétimo dia, aniversários de casamento e jubileus de formatura. O Bispo Dom Antonio Mazarotto, aliás, não poderia deixar de ser uma das primeiras autoridades para quem os euclidianos enviaram uma carta a respeito da fundação do *CCEC*, obtendo a aprovação para atuarem. Para além do jogo social, contudo, muitos integrantes se mostraram entusiastas de sentimentos ou do pensamento cristão. Atente-se, por exemplo, que Jackson de Figueiredo, Farias Brito e Carlos de Laet eram patronos de cadeiras do *CCEC*.

Plácido Cardon (Quadro 1, nº. 23) ficaria conhecido ao longo de sua trajetória como um “homem da palavra de Deus”. Sua aproximação aos ensinamentos sagrados parece se delinear concomitante a alguns eventos traumáticos: primeiramente, ele sofreu um grave acidente quando era criança e trabalhava numa serraria, que o deixou no hospital por cerca de um ano; na década seguinte, sua juventude seria fortemente marcada pela morte do irmão mais velho, o poeta Adjaniro Cardon (1906-1933)⁵⁰. Em meados dos anos 1950, já adulto e professor há muitos anos, teve sua residência destruída por um incêndio, ocasião em que se viu “cercado pela solidariedade da população [...] Liderado por um grupo de amigos, o movimento lhe rendeu uma nova moradia inteiramente mobiliada.” (OLIVEIRA, J., 2002: 183-184). Podemos aventar, a partir da sua poesia e das memórias de seus colegas, que esses traumas marcaram suas crenças e ações. Em 1975, a Igreja Presbiteriana de Ponta Grossa ofereceria um culto

⁵⁰ Adjaniro Cardon foi reconhecido como escritor ainda em vida. Iniciou sua trajetória trabalhando como tipógrafo em Ponta Grossa nas oficinas do *Jornal do Comércio*, de Hugo de Borja Reis, do Diário dos Campos e na Tipografia Globo. Autodidata, escreveu sonetos e peças teatrais (algumas chegaram a ser representadas na cidade), a música de violão “Caboclo paranaense” e a letra do Hino ao Trabalho. Publicou nos periódicos Diário da Tarde; O Iberê, Paranaguá e Diário dos Campos. Escreveu dois livros de poesia: “Flores do meu Jardim” (1929) e “Outono”. Destacou-se também frente “[...] a massa operária, contagiada por seu entusiasmo, [que] estimulou-o a fundar o Centro Operário Cívico e Beneficente. Conseguiu, então junto ao governo do Estado, a fundação e o funcionamento da primeira escola noturna para operários” (OLIVEIRA, 2002).

solene de agradecimento e celebração pela “Vida de Trabalho” que o professor Plácido havia dedicado à comunidade. O Conselho da Igreja assinalava-o como membro mais antigo da ala masculina e a sua assiduidade como funcionário, já que foi Superintendente da Escola Dominical, Secretário Presbiterial do Trabalho Feminino e Presbítero Geral (CARNEIRO; MENEGOTTO, 2010, p. 17). Solteiro, Plácido Cardon viveu em companhia dos sobrinhos-neto e dos amigos. Ao professor Édgar Zanoni (Quadro 1, nº. 4), com que teve uma forte relação de amizade e partilhou salas de aula, ele dedicou o poema “Conforto” em seu livro “Poeira do meu Caminho”, assinalando: “Quando sentimos tédio e abandono/ Quando sofremos na ânsia da incerteza/ Temos em Deus, em Quem a fé depomos/ O amparo certo e a rija fortaleza” (CARDON, 1953).

Esses sentimentos, numa perspectiva de trajetória coletiva, remontam ensinamentos religiosos que aprenderam desde crianças a partir de suas famílias e dos padres, pastores e freiras alfabetizadoras que marcaram o cenário educacional nas décadas iniciais do século XX, quando o ensino primário era predominantemente religioso⁵¹. A educação religiosa e a formação clássica se interpenetravam numa retórica de defesa e elogio da atividade intelectual como vocação moral que o grupo partilhava. Os euclidianos se colocavam, a partir daí, como representantes ferrenhos de um modelo de labor intelectual baseado na recusa dos caprichos mundanos e materiais (como a riqueza ou a ideologia) e no fomento do bem da pátria, enquanto homens que se anulariam frente ao coletivo. O egoísmo, tal como a falta de disciplina, expressariam atos imorais, porque pautados, segundo eles, somente no bem individual.

No interior desse léxico, para que uma ação se constituísse em atividade moral, ela deveria perseguir fins impessoais, superiores ao próprio indivíduo (SETTON, 2004, p. 73) e é aí que entraria e que se encontraria a cultura. Dialogando com Lopes e Denipoti (2010):

Ora, se no modo como as pessoas materializavam as relações entre essas [...] noções – na escrita, portanto – ocorriam intersecções ou interpenetrações mútuas, depreende-se que, no seu modo de pensar [...] [elas] estavam de certa forma muito próximas. [...] no contexto específico deste estudo, conceitos como cultura, intelectualidade e labor literário – bem como o produto deste próprio labor (o livro ou, mais genericamente, a palavra impressa) se confundem num quadro extremamente complexo de interdependências, de maneira que se torna impraticável tomá-los como categorias ou noções isoladas (LOPES; DENIPOTI, 2010, p. 380).

⁵¹ Sobre esse tema, ver: Zulian (2001).

A palavra “intelectual” remetia a uma categoria nativa do grupo, cujos sentidos estavam relacionados a outras palavras que reagiam a ela e as ações desses agentes situavam-se num encontro de ideias de cultura, educação, literatura, ciência e nacionalidade, costuradas de uma forma híbrida. O seu lugar no debate público, neste sentido, envolveu menos uma atuação enquanto especialistas, e mais a valorização de uma cultura ampla de saber livresco, em nome de uma “mocidade devota”⁵².

Em 1949, quando o *CCEC* ainda dava seus primeiros passos, Faris Michaele recebeu a seguinte carta da Diretora do Grupo Escolar “Professor Collares”:

Venho em nome do corpo docente do Grupo escolar Prof. Colares externar a V.S. o nosso profundo reconhecimento e gratidão pela colaboração prestada por este Centro, para o “lanche” das crianças pobres deste educandário, ato de civismo e compreensão das nossas necessidades.

Aproveito o ensejo para convidar V.S. e os membros desse Centro para assistirem os festejos comemorativos da Semana da criança, a realizar-se na sede da Associação Recreativa dos Homens do Trabalho, no bairro oficinas, constando de uma sessão cinematográfica as 13:30 horas e um lanche as 16h, que será oferecido aos alunos deste educandário, no dia 14 corrente.

Renovando gratidão, apresento protestos de consideração e estima.

“TUDO PELA CRIANÇA” (LAUSEIR, Ponta Grossa, 11 out. 1949).

Os “atos de civismo” e filantropia e o cuidado com o corpo e com a mente das crianças vinham a reboque de um entendimento quanto ao futuro da civilização. Acreditavam que através da educação, a humanidade poderia alcançar uma vida social destituída de conflitos. Se a terapia para os males sociais seria justamente a orientação dos princípios de abnegação e solidariedade, pautados num comportamento disciplinar e na preocupação em servir o próximo, essa orientação devia começar pelas crianças (SETTON, 2004, p. 74). Destaque-se, nessa mesma direção, o envolvimento de sócios do *CCEC* com a Sociedade Pontagrossense de Puericultura (criada em 1941): a iniciativa era privada, mas as reuniões ocorriam no salão nobre da Prefeitura, que cedia verbas e funcionários públicos (como médicos e enfermeiras). Entre as práticas no campo da saúde pública, consoantes com os rumos adotados pelo modelo de Estado implantado por Vargas, adotadas na gestão do prefeito Albary Guimarães (1932-1945), relacionaram-se com questões sanitárias e de higiene: formou-se um sistema de subvenções a entidades assistenciais, como os postos de puericultura, que prestavam

⁵² Com isso queremos dizer que esses intelectuais não correspondem a uma categoria socioprofissional precisa, como aquela estudada por Christophe Charle (2003). Ainda que possamos situar o nascimento do termo “intelectual” na França da segunda metade do século XIX, momento do caso Dreyfus e de uma tomada de consciência de um grupo que passa a reivindicar uma identidade coletiva e uma autoridade pública, a mesma palavra, no contexto dos euclidianos paranaenses, tinha outras conotações e usos e não marcava competências especializadas.

serviços de higiene infantil, exames de pré-natal e lactário, destinados especialmente ao atendimento das populações de baixa renda da cidade (CHAVES, 2011, p. 21).

Há que se considerar que os campos da saúde e da educação estiveram intimamente atrelados nas experiências dos euclidianos. Nintolci Chaves (2011) escreveu sobre o tema, destacando a geração de médicos que atuou na cidade de Ponta Grossa entre as décadas de 1930 e 1950, envolvendo-se com atividades de divulgação científica e educação em saúde⁵³. A escolarização das massas e a saúde pública (tanto dos corpos quanto dos espaços urbanos) ganharam destaque no país como elementos fundamentais para o desenvolvimento nacional. A transmissão de comportamentos e princípios que buscavam formar o cidadão, garantindo a saúde do indivíduo e – por conseguinte – da sociedade, debelando doenças físicas e desvios morais (CHAVES, 2011, p. 42-43) se fazia por meio de uma série de ações pedagógicas (a divulgação de noções de higiene por exemplo), nas quais médicos e educadores atuaram em veículos como colunas de jornal e programas de rádio, lançando-se como representantes da “moderna educação”, assentada na educação sanitária e nos novos instrumentos didáticos. Segundo o historiador, essas questões foram centrais na Escola Normal de Ponta Grossa nos anos 1930, quando a escola pública erguia-se como espaço privilegiado para a aplicação de preceitos e o corpo médico buscava legitimar a medicina científica, em detrimento de práticas de cura popular.

A Sociedade Médica Pontagrossense (1931-1941) e o Centro Médico Eurico Ribeiro (1941-1951) constituíram espaços de encontro e produção de ideias que, em certo sentido, antecederam o próprio *CCEC*. Lócus de atualização em relação às questões eminentes de saúde do seu tempo⁵⁴, deram lugar a debates médico-cirúrgicos, cursos, palestras, intercâmbios, estágios, publicações e campanhas públicas. Segundo Cruz e Leandro (2006), interessados na compreensão dos problemas nacionais, estabelecendo-se como agentes da Saúde Pública (no combate a endemias e epidemias da época), seus membros formularam propostas sanitárias para a cidade:

⁵³ Estima-se que entre as décadas de 1930 a 1950, Ponta Grossa contava com cerca de 50 médicos clinicando na cidade: “Seja reunidos em instâncias sociais (clubes assistenciais, culturais ou de serviços, instituições educacionais, agremiações esportivas ou recreativas, entidades filantrópicas ou religiosas, veículos de comunicação), ou atuando de forma autônoma, os médicos mantiveram considerável produção intelectual e acabaram por se converter em autoridades em campos como a educação, o jornalismo, as práticas esportivas, a filantropia, etc.” (CHAVES, 2011, p. 169).

⁵⁴ As suas reuniões resultaram na produção de textos científicos publicados através de um Boletim Médico, que circulou na cidade a partir de 1942 e teve sua primeira edição anexada aos Anais Paulistas de Medicina e Cirurgia daquele ano. Essas agremiações também funcionaram como importante instância de acumulação de capital social e de consagração de imagens sobre seus membros (CHAVES, 2011, p. 147).

Os médicos fundadores da Sociedade Médica Pontagrossense foram homens que presenciaram a mudança no perfil populacional do país, pelas diferentes levas imigratórias, e acompanharam a crescente urbanização que caracterizou o Brasil das primeiras décadas da República. [...] Para esses homens [...] a palavra de ordem era bacteriologia [...] As comunicações tinham espaço reservado nas reuniões periódicas, momento em que os sócios apresentavam casos clínicos assistidos por eles e/ou dissertavam sobre temas de seus conhecimentos. Os encontros, ao longo dos anos, ocorreram em vários locais, dependências de hospitais, salões dos Clubes Pontagrossense e Guaíra e no Ginásio Regente Feijó (CRUZ; LEANDRO, 2006, p. 33).

Vários dos futuros euclidianos integraram essas noites científicas (e não somente os médicos). Em uma delas, em 1949, foram projetadas películas cinematográficas norte-americanas sobre técnicas cirúrgicas cedidas pelo *Centro Cultural Inter-americano* de Faris Michaelle (CRUZ; LEANDRO, 2006, p. 58). Atente-se que os médicos Joanino Gravina, Milton Lopes e Joaquim de Paula Xavier (Quadro 1, n.ºs. 10, 17 e 35), que palestraram em diversas reuniões do Centro Médico sobre a sífilis, a tuberculose, o advento dos antibióticos, etc., eram alunos e companheiros de Faris desde a fundação do *Centro Inter-americano*. Uma vez fundado o *CCEC*, Paula Xavier, em especial, também “comparecia assiduamente às reuniões informais no *CCEC*” (WANKE, 1999).

O *Centro Cultural Inter-americano*, posteriormente conhecido como *Centro Brasil-Estados Unidos*, foi uma instituição criada em PG em 1944 por Faris Michaelle, que era então professor de inglês na cidade, como um prolongamento da escola de mesmo nome já existente em Curitiba e que também existiu em diversas cidades brasileiras, voltadas para o ensino da língua inglesa. Naquele espaço eram oferecidas aulas de inglês e conferências sobre temas mais amplos como “os motivos da delinquência infantil e os meios de reeducação”, ligadas a leituras na língua inglesa e também estudos acerca de sua história e cultura, por vezes acompanhados de celebrações em datas especiais, como no dia pan-americano e no dia 4 de julho (*Independence Day*). Em julho de 1949, o jornal *O Dia*, de Curitiba, em sua coluna “Notícias dos Campos Gerais”, capitaneada pelo euclidiano Daily Luiz Wambier, registrava que alguns dias antes em Ponta Grossa:

O Centro Cultural Inter-Americano festejou condignamente, nesta cidade, o dia comemorativo da independência dos Estados Unidos. Foi realizado aprazível almoço no Clube Guaíra, com a presença de autoridades locais, imprensa e rádio, bem como sócios e os diretores daquele centro, que contou com a especial visita de Mister Cran. Vice-consul dos EE UU (sic), em S. Paulo. Usaram da palavra, então, o **Dr. Mário Lima Santos** e Mister Cran, tendo encerrado a festa o snr. Prefeito João Vargas de Oliveira. A noite, no

mencionado clube, tomou posse a nova diretoria do Centro Cultural InterAmericano, com a presença de autoridades e pessoas gradas locais, fazendo uso da palavra o Dr. Faris Michael, presidente reeleito, **Prof. Meira de Angelis**, que foi o orador oficial da solenidade, snr. Maria Guimarães, Prefeito João Vargas de Oliveira e snr. Barros Junior da PRJ-2, a qual irradiou o transcórre da sessão de gala (NOTÍCIAS dos Campos Gerais..., 1949, p. 4).

Alguns euclidianos foram ou ainda eram alunos e/ou funcionários desse *Centro*, que se mostrou outro lócus importante no fomento de ideias que seriam comuns em ambas às instituições. Podemos aventar que ali já circulavam as obras (ou trechos) de autores norte-americanos fundamentais da Escola Nova e das Ciências Sociais que constituíam a biblioteca pessoal de Faris Michael desde os anos 1930. O *Centro Interamericano* continuou funcionando paralelamente (e aliado) ao próprio *CCEC* nas décadas seguintes⁵⁵.

Entre as correspondências recebidas por Faris Michael, atesta-se uma quantidade significativa de remetentes como o Consulado Geral dos EUA no Brasil, a União Cultural Brasil Estados Unidos (fundada em 1938 em São Paulo) e o Instituto Cultural Brasileiro-Norte-americano (de Porto Alegre). Michael procurava estabelecer contato não só com outros professores de inglês, mas também com norte-americanos radicados no Brasil, intelectuais e funcionários de instituições que por vezes lhes enviavam livros e materiais de ensino. Percebe-se nas correspondências do *CCEC* uma extensão e continuidade das redes estabelecidas via *Centro Interamericano*. Em muitas dessas cartas, a língua mobilizada era o inglês. Como foi característico, por exemplo, das converas – algumas escritas em inglês outras em português ou com mesclas de expressões – com o sociólogo Donald Pierson⁵⁶. Em setembro de 1950, ele pedia um esclarecimento ao presidente de ambos os *Centros* de Ponta Grossa:

Afim de me ajudar na verificação da lista de destinatários para os livros publicados nesta BIBLIOTECA, ficar-lhe-ei grato si puder me informar si é a mesma organização ou duas organizações diferentes o Centro Cultural “Euclides da Cunha” e o Centro Cultural Inter-Americano. Parece que têm diferentes bibliotecários; porém, têm a mesma Caixa Postal. (PIERSON, São Paulo, 26 set. 1950).

As cartas atestam os esforços de Faris Michael por angariar material para complementar sua biblioteca, enquanto assumia um papel de mediador frente à

⁵⁵ Enquanto o *CCEC* foi fechado em 1985, o *Centro Inter-Americano* sofreu reconfigurações, ganhando, a partir dos anos 1980, um formato mais próximo da escola de inglês atual que, inclusive se mantém aberta.

⁵⁶ As cartas geralmente terminavam com a seguinte expressão: “Com ‘Best wishes’ e a sincera consideração de Donald Pierson” (PIERSON, São Paulo, 18 jul. 1950).

comunidade citadina, suas elites e os estudantes. Assinale-se aqui o impacto do “american way of living” a partir das décadas de 1930 e 1940 no Brasil: com a chegada do cinema falado, a modernidade da língua inglesa também entrou com tudo no país, num momento ímpar de ascensão global dos EUA perante a sua vitoriosa participação na Segunda Guerra Mundial. Outro indicativo da relação que a geração de Michael e estabeleceu com o inglês, diz respeito aos pesquisadores e professores estrangeiros que começavam a trabalhar em São Paulo naquele mesmo momento, justo quando se promoveu uma entrada teórica (crescente) da antropologia norte-americana no país.

Na figura 3, retomamos um registro do *Centro Cultural Inter-americano*. Ao centro da foto, a bandeira norte-americana se destaca: ela cobria a mesa, demarcada com um enfeite de flores em tom de homenagem, destinada a uma data histórica do país que recebia um elogio cívico-letrado em Ponta Grossa. Primando pela solidariedade e cooperação das nações do Novo Mundo, os empreendimentos culturais do círculo de Faris Michael buscavam cultivar as línguas que, segundo ele, definiam o nosso continente: o português, o espanhol, o inglês (e o tupi). Nessa direção, em “Titãs de Bronze” (1943), um dos livros de sua autoria, podemos ler a doutrina panamericanista embebida de rituais pátrios: “tôda a nossa admiração e tôda a nossa amizade para com os Estados Unidos, a Querida Terra de nossos sonhos, a Grande Pátria dos ideais e do humanitarismo, refugio do Saber e da Dignidade”.



Figura 3 – Independence Day no Centro Cultural Inter-Americano, Ponta Grossa, 1949.
FONTE: Acervo Faris Michael – Centro de Documentação e Pesquisa em História UEPG.

Na figura 3, podemos visualizar Faris Michaelle sentado na ponta esquerda da mesa, composta por outros seis convidados, sendo um deles (o que se encontra sentado na ponta direita), um oficial militar fardado. Essa dinâmica solene de mesa de autoridades, constituída por membros da diretoria, um palestrante e convidados de honra diante de uma plateia de ouvintes, não raro acompanhadas do hino nacional, era também empregada nas reuniões euclidianas.

Esses circuitos — do Rotary Club à Associação Médica, do Centro Inter-Americano à Sociedade de Puericultura, da rádio às escolas — foram revelados pela pesquisa como fundamentais para compreender o lugar das práticas de falar bem em público e de escrever bem, características do espaço letrado que organizaram no *CCEC*. O “dom da fala” (e da retórica na escrita) foi definidor de tudo que os euclidianos fizeram, incluídos aí as Semanas Euclidianas, as aulas, os discursos inaugurais e de formatura, os projetos de lei, as falas na rádio e em praça pública⁵⁷. O domínio acurado dessas técnicas funcionava como um elemento de distinção social e também como uma espécie de capital cultural que poderia ser mobilizado dentro das disputas específicas desses homens entre si, para marcar ou ampliar suas posições de prestígio.

O apelo para a consciência moral, para a ordem, o consenso e a conciliação, sinalizam velhas fórmulas do mundo político-intelectual brasileiro que subsistiam e sobreviviam, ainda que reconfiguradas, nas práticas da educação escolar e informal de elites. Esses agentes, envolvidos com a transmissão e o ensino de ciências, da literatura, da instrução moral e cívica e da higiene, defenderam esses mesmos elementos de “cultura” para o engrandecimento nacional. Aliado a essa defesa, havia um lugar social: os Ginásios de formação clássica, as sociedades profissionais, os clubes de serviços humanitários vivenciados no seu “fazer-se” escritores-locutores e oradores-escritores.

Nesse sentido, os Ginásios, que representavam a educação secundária na Primeira República e pautavam-se numa cultura humanista e beletrista de inspiração clássica, podem ser destacados na trajetória educacional e profissional desses

⁵⁷ Diversos euclidianos aparecem nos jornais da época como personalidades que recepcionavam as autoridades políticas estaduais, sobretudo do PSD, proclamando discursos em jantares e recepções de gala. Com a queda do Estado Novo, a cidade enfrentou uma crise política: no posto de prefeito interino circularam cinco homens em um curto espaço de tempo, até que as eleições foram realizadas em 1947. O médico Joanino Gravina (Quadro 1, nº. 10), o capitão Mena Barreto (Quadro 1, nº. 31) fizeram parte desse corpo de prefeitos e ao menos quatro sócios do *Centro* ocupavam o cargo de vereador no momento de entrada no CCEC (nºs. 20, 23, 31, 32), sendo que outros conviveram no legislativo nos anos 1950 (Quadro 1, nºs. 2, 12, 32, 34). Apesar disso, o grupo insistiu no discurso de neutralidade política: suas ações, diziam eles, eram patrióticas e não políticas, já que se prestavam a campanhas cívicas e a obras de assistência social.

indivíduos: a instituição de ensino, dotada de características muito particulares na primeira metade do século passado, funcionava como um elemento de diferenciação social, promovendo a formação de uma elite de bacharéis em ciências e letras que iria continuar seus estudos superiores.

Uma gama de políticas de modernização e centralização do ensino secundário foi mobilizada na Era Vargas, momento em que começou a ocorrer uma multiplicação da população discente das escolas. Conforme Jayme Abreu (2005), a partir dos anos 1930 e 1940, o Ginásio deixaria aos poucos de ser uma escola pequena e homogênea destinada ao patriciado rural, para abrigar uma classe média urbana em ascensão social. Mas a inspiração humanista continuaria ainda prevalecente: a Lei Orgânica de 1942 (de âmbito nacional), exprimia como objetivos do ensino secundário a formação da personalidade integral do adolescente, desenvolvendo-lhe a consciência patriótica e humanista e propiciando-lhe a cultura geral (incluindo-se aí anos de estudo de latim e outras línguas modernas), como base para os estudos superiores. A educação retórica e literária e a valorização das palavras por sua beleza estética, ritmo e aspecto ornamental, poderia ser vista como uma experiência geracional dos euclidianos, primeiro como alunos, depois como professores. Produtos, ao mesmo tempo, dessa cultura escolar e da referida expansão do ensino público, os integrantes do *CCEC*, enquanto educadores, juntariam disciplinas e saberes tradicionais com instrumentos e métodos modernos da Educação Nova, como rádio e cinema.

Em meados do século XX, com o surto industrial do país e as mutações dos estilos de vida, como a atenuação de condições mais competitivas no mercado de trabalho, o verbalismo cultural perderia parte dos sentidos que guardava anteriormente, mas subsistiu refugiado na instituição escolar brasileira, especialmente a secundária (ABREU, J., 2005, p. 42). Certa retórica decadentista veiculada pelo *CCEC* — que fazia alusão a uma crise cultural e moral do seu presente, crise esta que dava força ao seu próprio projeto — pode ser vista como indício dos deslocamentos que determinadas fórmulas de cultura estavam sofrendo em sua época. A promoção da educação pública como valor e questão moral e cívica, manteve nesse grupo uma relação de tensão com o nacional-desenvolvimentismo, traduzida em suas categorias de “anti-materialismo” e de “regeneração moral e cultural”, enquanto ele reclamava para si o lugar de elite letrada, colocando-se no mesmo rol que a elite que as novas universidades (como a USP em São Paulo) prometiam formar.

Buscando a sobrevivência de velhas fórmulas sócio culturais, os euclidianos podem ser retratados como agentes situados entre dois mundos. Portadores de uma cultura humanista que foi perdendo espaço com a expansão do ensino secundário e superior, apegados a valores socioculturais e morais conversadores e, a um só tempo, a teorias e instrumentos modernos de ensino e de comunicação que pretendiam usar para melhorar e ampliar os alcances da instrução pública. Defensores de uma modernização social conservadora, eles mesmos eram frutos do processo de expansão da educação que tomou forma entre os anos 1920 e 1930, e se notabilizavam como professores que deram continuidade a essa expansão entre os anos 1940 e 1960.

Tendo isso em vista, na construção do Quadro 1, destacamos que o círculo euclidiano no Paraná era formado por colegas de juventude, ex-alunos dos euclidianos mais velhos e agentes que tinham como ocupação profissional (principal ou secundária) a educação escolar, que se interligaram de diversas formas – em alguns casos, acumulando-as – a um espaço específico da cidade de Ponta Grossa: o Colégio *Regente Feijó*. Fundamental para recompor a trajetória coletiva do grupo, o pertencimento ao quadro de discentes, funcionários e lentes do colégio, onde alguns dos futuros integrantes do *Centro* se conheceram e outros se tornaram mais próximos, revela-se, para além de um ponto em comum entre seus percursos individuais, um dos elementos particularmente relevantes para compreender o seu processo inicial de conformação e recrutamento.

Na hipótese aqui levantada, o Colégio ocupa um lugar na iniciação intelectual, na expansão do capital social e, relacionado a ambos, nas suas dinâmicas de produção, carreira e consagração. Elas exprimiriam um modo característico de ser, estar e atuar no mundo – contribuindo para a formação de um “ethos” – do núcleo central do agrupamento reunido no *Centro* e, assim, do repertório de imagens com que esse grupo veicula e gera sua identidade (MICELI, 2001, p. 349).

1.3 ENTRE O CCEC E O COLÉGIO REGENTE FEIJÓ: AFINIDADES ELETIVAS

[...] Rosas, o farmacêutico, prelecionava indulgentemente a cadeira de Ciências Físicas, manejando seus aparelhos [...] O pintor e cabeludo Daros, com régua, compasso e giz colorido, dava Desenho em aulas artísticas [...]

Faris Michaele nos ministrava o Inglês bem vocalizado e cuja pronuncia recomendava [...] o magister Coimbra costumava fumar cigarros numa longa piteira. O luso Ângelis, com voz de orador, gestos floreados de respeitosa medida, citava e criticava com raro calor os vultos da nossa Literatura [...] Compareceram à Missa de Ação de Graças pelo fim do curso, usando seus justos uniformes. [...] O paraninfo foi o Dr Nívon Weigert [...] Depois, durante a solenidade da entrega dos certificados, o salão do Clube Pontagrossense estava repleto de mestres, colegas e familiares [...] À noite, foi o baile de formatura, no mesmo Ponta, com alegria, bebida e música com fartura; **todos, aos pares, cochichando** [...] (TAVARES, 1972, apud WANKE, 1999, grifos nossos).

Na década de 1920, conforme Josefrel do Cercal de Oliveira (2002), tomou corpo em Ponta Grossa – cidade que se encontrava em franco processo de crescimento populacional e econômico⁵⁸ – um movimento político pela criação do seu primeiro estabelecimento público de ensino ginásial. A cidade, até então, contava apenas com grupos escolares de primeiras letras, fazendo com que as famílias de elite enviassem seus filhos para estudar em Curitiba, onde se concentrava o ensino secundário e superior no estado⁵⁹. Relativamente contemporâneo à institucionalização da formação de professores primários locais, iniciada com a abertura da Escola Normal Primária de Ponta Grossa (em 1924)⁶⁰, o Ginásio *Regente Feijó* começou a funcionar em abril de 1927. Tais iniciativas, em certo sentido, marcaram a geração dos fundadores do CCEC, tornando possível estudar e “fazer ciência” no local.

A nova instituição trazia uma solução particularmente adequada para a clientela de famílias que desejava “destinar” seus filhos para os estudos, enviando-os para fora somente na fase de “doutoramento” (seja por condições financeiras, princípios familiares, determinados investimentos sociais ou todos estes elementos reunidos),

⁵⁸ Segundo Chaves (2011), na primeira metade do século XX, desenvolveu-se em Ponta Grossa forte atividade industrial e comercial, que a projetou no cenário sul brasileiro, nesse processo tomou corpo uma ampliação da sua representatividade política no Paraná, particularmente visível nos anos 1930, durante o longo mandato do pontagrossense Manuel Ribas como interventor (nomeado por Vargas) do estado.

⁵⁹ A instrução pública no Paraná iniciou com a criação do Ginásio Paranaense, em Curitiba, em 1892. Segundo Ranzi e Silva (2002), o colégio preparava a “mocidade da República” para exercer profissões públicas ou liberais e para o ensino superior. O ensino público secundário esteve centralizado na capital paranaense, que se tornou um centro de atração de estudantes vindos do interior até meados da década de 1920. Com a criação da Inspeção Geral do Ensino, os primeiros Ginásios localizados fora da capital foram criados, entre eles o “Regente Feijó” em Ponta Grossa. No que tange a história do ensino primário público no Paraná, segundo Bencostta (2011), o período entre 1903 e 1920 marca a implantação dos primeiros grupos escolares, que se pautaram na experiência paulista, e entre 1921 e 1949, ocorre uma expansão da educação, alcançando-se o número de 105 escolas primárias no estado.

⁶⁰ Conforme Castro (2010), até os anos 1920, a formação de professores não havia recebido edifícios próprios no Paraná e as primeiras escolas normais foram construídas naqueles anos, respectivamente em Curitiba, Ponta Grossa e Paranaguá. Concebidos para representar a importância do início da instrução pública no estado nos moldes republicanos, os três edifícios guardam certa unidade compositiva entre si e buscaram apreender, nas suas formas, a tipologia empregada na Escola Normal de São Paulo.

como foi o caso de Faris Michael: poupado do trabalho na loja da família para estudar (WANKE, 1999, p. 20).

Vale lembrar que o ensino secundário no Brasil era bastante voltado à preparação para o ensino superior e o caráter de seletividade do seu recrutamento social, reforçava-se pelo conteúdo curricular enciclopédico e por um sistema avaliativo rígido e exigente⁶¹. Além disso, estabelecendo um diálogo com as considerações de Jean-Pierre Faguer (1991, p. 26), podemos pensar que o Ginásio local nasceu associado à transmissão de um modelo de educação, na qual os pais compartilhavam com os professores (e não menos com o Estado) uma concepção muito semelhante do papel da família e da escola, concepção que dependia, em parte, do lugar atribuído por estas famílias à escola em suas estratégias de reprodução/ascensão social. Para os pais, o trabalho do colégio estava ligado à aquisição de qualidades intelectuais, morais e de sociabilidade que lançariam seus filhos como indivíduos distintos.

O *Regente Feijó*, do ponto de vista arquitetônico, foi erigido com uma sede de médio porte e de requinte formal, que exprimia valores como modernidade, cientificismo, ordem, higiene, hierarquia, patriotismo e progresso. As pessoas que integraram o círculo euclidiano vivenciaram, quando jovens, o surgimento desse e de outros edifícios públicos que mudaram toda a economia estética e educacional da cidade, e que orientaria suas percepções sobre a juventude e sobre o ser jovem, suas representações acerca do passado e o seu horizonte de expectativas delineadas. O Colégio, entre outros acontecimentos, fez parte da sua experiência geracional (um tempo de existência social, coletiva e histórica partilhado)⁶².

Da primeira turma de alunos a frequentar o *Regente*, entre 1927 e 1931, fez parte o jovem Faris Michael. Ele e seus colegas tiveram como mestres Estevão Zeve Coimbra, Nicolau Meira de Ângelis, Leopoldo Pinto Rosas, entre outros professores, que fizeram parte do momento fundacional, integrando o primeiro corpo docente do Colégio⁶³, ao qual pertenceriam – os três como catedráticos – por vários anos, marcando a formação de diversos jovens cidadãos (HOLZMANN, 1977; MARÇAL, 2004).

⁶¹ Sobre este tema, ver: Romanelli (1999).

⁶² Mais do que o pertencimento a mesma faixa etária, a experiência geracional, em termos mannheimianos se refere a um lugar e a uma sensibilidade social-histórica, na qual os indivíduos estiveram envolvidos e a partir dos quais acontecimentos biográficos paralelos foram vivenciados, interpretados e internalizados por eles, predispondo-nos a certos modos característicos de pensamento e de ação (MOTTA; WELLER, 2010; MANNHEIM, 1993; MACHADO, 2010).

⁶³ Naquele momento, coube ao diretor Ângelo Lopes (irmão do euclidiano Milton Lopes) escolher o corpo docente, que também reunia: Eleutério da Luz; Helvídio Silva; Dias da Grácia e Tufi Nicolau (HOLZMANN, 1977, p. 15).

Estevão Zeve Coimbra (1901-1987), oriundo da Colônia Mariental, localizada em Lapa no Paraná, era descendente de imigrantes russo-alemães vindos de Matienthal (Rússia) na segunda metade do século XIX, cujo nome, em alemão, fazia alusão a “Vale de Maria”. Sua família, assim como a sua comunidade étnica e confessional como um todo, era praticante do catolicismo e bastante devota. O último nome de Estevão derivava, na realidade, de um apelido: segundo Josefreldo Oliveira (2002, p. 136), ele mantinha intensa correspondência com a Universidade de Coimbra, de onde recebia artigos publicados pelos luminares da época. Decorrente desta relação, seus próprios amigos passaram a chamá-lo de Coimbra, “numa deferência ao jovem que havia sensibilizado os membros daquela tradicional universidade europeia”. O (re)nome, que inclusive registrava-se nos documentos oficiais e nas suas assinaturas, portanto, funcionava como um atributo simbólico do educador, reforçando, mutuamente, o seu prestígio e a *autoridade* da própria escola em que lecionava. Professor tanto de Latim, quanto de Instrução Moral e Cívica, as fontes indicam que nas aulas de Coimbra os estudantes mergulhavam nos textos de Ovídio, César, Virgílio e outros nomes da literatura latina, e que, mais do que isto, por ter sido:

Homem de feitio profundamente religioso, analista dos fenômenos sociais e possuidor de exuberante cultura [...] suas palavras sempre foram de orientação, pois buscou mostrar a validade do aspecto espiritual como fonte primeira da realização maior do ser humano [...] o professor Coimbra lecionou por muitos anos no Ginásio Estadual Regente Feijó [...] (OLIVEIRA, J., 2002, p. 138).

Ainda que o currículo do ensino público na Primeira República tivesse abolido o ensino religioso, uma série de valores e hábitos de origem religiosa permaneceram na escola sob outros formatos, não raramente relacionados ao patriotismo. A disputa dos católicos leigos se fez vitoriosa, aliás, quando, a partir de 1931, o ensino religioso retornava oficialmente aos currículos como “facultativo”. De toda forma, uma reflexão espiritualmente orientada sobre a realidade nacional era impulsionada, na época, por movimentos como a Ação Integralista Brasileira, da qual Coimbra foi militante, assumindo, inclusive, a chefia municipal dos *Camisas Verdes* de Ponta Grossa e Teixeira Soares nos anos 1930 (ATHAIDES, 2011).

O professor Nicolau Meira de Ângelis, por sua vez, nasceu em Piracicaba (SP) em 1899 e tinha ascendência portuguesa. No início da década de 1920, além de diretor, ele integrou o primeiro quadro docente (do qual foi banca examinadora) da Escola Normal Primária da cidade, notabilizando-se como um professor formador de

professores (sendo que diversos sócios do *CCEC* passaram pelos bancos normalistas). Atente-se que, no mesmo ano em que adentrou como professor do recém-criado Ginásio, em 1927, Ângelis participou da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada em Curitiba, com duas teses de sua autoria sobre a importância do meio (da higiene, do trabalho intelectual, moral, artístico e físico) para o estado da alma e para “a urgente regeneração da pátria” em que a referência a Euclides da Cunha se fez fortemente presente. Naquela ocasião, as imagens de Brasil e os métodos de ensino interligavam-se a partir de um entendimento eugênico de raça, segundo o qual os médicos e educadores brasileiros tinham uma missão conjunta⁶⁴. Meira de Ângelis atuou nas cátedras de Francês, de História da Civilização e de Português no *Regente Feijó* e é considerado “decano dos professores do Paraná” (FONTES; CHERES; ZAN, 2015, p. 98).

Além do papel de iniciadores do saber (nestes casos literário, linguístico e histórico) e de práticas cívicas, há uma série de valores morais e visões de mundo – católico-nacionalistas, raciais e humanistas – que circularam e fizeram parte da socialização das pessoas inseridas naquele espaço. Uma série de usos dessa herança podem ser percebidos nos anseios e direcionamentos dos euclidianos, que mobilizaram, entre outras coisas, uma concepção da atividade intelectual como vocação moral e, resignificaram *Os Sertões*, obra “quente” das suas juventudes, mediante as visões de uma antropologia física, que misturava o estudo de crânios, salivas e corpos com as novas teorias culturais, sobretudo norte-americanas, integrantes das disciplinas que cursaram nas Faculdades de Direito e Medicina que frequentaram. Promoveriam, a partir daí, uma resignificação dos modelos interpretativos *eugênicos* das décadas anteriores, atribuindo sentidos particulares à sua retomada desses repertórios e da própria memória histórica de Euclides da Cunha em que foram socializados.

O terceiro professor que gostaria de destacar no primeiro corpo docente do *Regente Feijó* é Leopoldo Pinto Rosas (1898-1961): de família pontagrossense e um dos primeiros diplomados da cidade, após formar-se em Farmácia e Química na Faculdade de Medicina do Paraná em 1919, atuou profissionalmente como coletor de Rendas Federais (função de preposto do seu pai) e farmacêutico (dono de farmácia). Detentor da Cátedra de Ciências Físicas e Naturais no *Regente Feijó*, Leopoldo também interagiu

⁶⁴ Ângelis escreveu as teses 26 e 78. A segunda dizia: “Lavra-se e campeia-se na raça o germe destruidor que acarreta a degeneração dela, e este povo estará, por isso mesmo, condenado ao desaparecimento: será vencido, será subjugado pelas raças mais fortes [...] e o dilema que se estabelece é de uma clareza idêntica a clareza do sol: ser forte ou deixar de ser” (COSTA; SHENA; SCHMIDT, 1997, p. 437).

com os alunos e colegas reunidos através do esporte: fundou a Liga Pontagrossense de Desportos e atuou na Liga Regional de Futebol, entre os anos 1920 e 1940. Ele lecionou, ao lado do irmão mais novo – o médico pediatra José Pinto Rosas (1902-?) – por mais de três décadas no Colégio. Este último passou a compor o quadro docente em 1929, logo depois de se formar pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (em 1928), e retornar a Ponta Grossa. José Pinto Rosas, nos momentos de recreação, participava da Liga de Defesa Nacional. Ele assumiu várias posições de ensino e de mando no Colégio ao longo do tempo: foi professor de Física e Química; de Corografia e Cosmografia, de História Natural, além de ter sido Diretor no início dos anos 1940.

Considerando as influências e a rede de sociabilidades que esse grupo de professores construiu junto a um lugar de *fala autorizada*, com o passar dos anos em que estiveram no Ginásio, assinala-se que dez anos depois da primeira turma de bacharelados do *Regente Feijó*, tais homens passaram a dividir a sala dos professores com um de seus discípulos: Faris Michaelle. O ex-aluno, que se tornou colega de profissão e de instituição, também permaneceria lecionando por muitos anos no Colégio. Em 1947, ele os convidou, entre uma série de homens de letras princesinos, a se tornarem sócios (e membros da Diretoria) do *CCEC*, instituição ainda em processo de formação.

As trajetórias de Faris Michaelle, Estevão Coimbra, Meira de Ângelis e os irmãos Pinto Rosas, todos eles euclidianos fundadores, aproximaram-se, ainda, na Faculdade de Filosofia de Ponta Grossa, instituída em 1949, onde novamente dividiriam a lousa. A relação entre Michaelle e Coimbra, particularmente, que possuíam em comum a formação em Direito pela Faculdade do Paraná e a aproximação com a Ação Integralista nos anos 1930, foi reativada no *Tapejara*. Identifica-se, desse modo, posições próximas que estes agentes ocuparam no espaço da cultura, que eram reforçadas e renovadas por suas interações diversas e iniciativas conjuntas.

1.3.1 (Auto) Imagens de uma elite letrada, sintomas de uma rede

A passagem de Faris Michaelle pelo *Regente Feijó* representa um momento importante: ali, o idealizador do *Centro* euclidiano iniciou sua formação mais profunda em saberes levados a cabo pelos mentores referidos acima e que, não coincidentemente, ocupariam um lugar central no arcabouço teórico que Faris construiria ao longo de sua

carreira. É visível neste caso, também, que o Colégio possibilitou a expansão do seu capital de relações sociais.

Quando a primeira turma do *Regente* começou a ter aulas, Faris tinha 15 anos de idade, e seus professores eram cerca de dez a quatorze anos mais velhos que ele. Após passar cinco anos de sua juventude naqueles corredores e salas, teria sido “criado no Ginásio Regente Feijó”, conforme as palavras de Valfrido Piloto (CAMPOS; MARCHESE, 2010, p. 188). Tal experiência foi originária de amizades e dos primeiros envolvimento com uma atividade letrada extracurricular, a partir do Grêmio literário “Visconde de Taunay” e do jornal escolar *O Fanal*⁶⁵, que era dirigido pelos colegas João Cecy Filho e Ary Aires de Mello. Este último

[...] foi dos primeiros alunos do recém-fundado Colégio Regente Feijó, e tomou parte na criação de grupos de estudos de alta indagação [...] em 1927 êle se matriculou, como dissemos, no primeiro ano do Regente Feijó, tendo, poucos anos após, fundado um jornal, o “Fanal”, que passou a representar a vós (sic) dos estudantes ao mesmo tempo que se ocupava dos ideais sócio-literários da época (TRAÇOS BIOGRÁFICOS..., 1973, p. irreg.).

Torna-se relevante considerar, recorrendo novamente a Jean-Pierre Faguer (1991, p. 25-26), que esse tipo de escola tende a unir seus alunos – mantendo-os afastados do contato com crianças de outras classes sociais – não apenas durante o período efetivo de sala de aula, mas também na maior parte do tempo de entretenimentos ligados ao ambiente escolar, como: esportes, trabalhos voluntários, escotismo, coral, grêmios, saraus, etc. Tal experiência é capaz de transmitir um conjunto de hábitos fundamentais no desenvolvimento de uma solidariedade, suscetível a sobreviver depois da dissolução temporária do grupo (isto é, que vai além da fase escolar) e capaz de exercer influência duradoura sobre suas biografias. Tais efeitos se fazem sentir no mercado de trabalho, mas também nos mercados que estruturam suas vidas privadas, tais como o casamento e as atividades voluntárias. Estas, na vida adulta, continuam a compor boa parte do tempo e do esforço desses indivíduos, funcionando como princípios de conservação ou extensão do seu capital social e simbólico.

Os destinos dos jovens alunos Faris Michaelle, Ary Aires de Mello e João Cecy Filho continuariam a se misturar depois do Ginásio, ao passo que todos frequentaram o curso de Direito na Faculdade de Direito do Paraná, em Curitiba, mais ou menos na

⁶⁵ “Fanal” constituiria a mais tradicional revista cultural ponta-grossense daquele período, até o início dos anos 1930 (CHAVES, 2011, p. 182).

mesma época (na primeira metade dos anos 1930). As fontes indicam que, ao longo do curso superior, o contato entre os três – e entre eles e outros conterrâneos, especialmente alguns ex-professores do *Regente Feijó* – mantiveram-se por via epistolar e por idas e vindas da capital à Ponta Grossa. Essa *mocidade letrada* nunca esteve ausente da cidade, relacionamento que em parte era permitido pela própria condição de proximidade de um local ao outro (cerca de 100 km de distância), mas que também diz respeito à importância que tais laços sociais assumiram na formação da sua identidade. Assim, nos anos 1930, segundo Wanke (1999, p. 30), “Faris devia ir frequentemente a Ponta Grossa, matar as saudades dos pais. Pelo menos todo fim-de-semana”, e ali reencontrava e reunia pessoas, entre elas ex-professores que passam a assumir o estatuto de seus pares em grupos de estudos diletantes sobre língua indígena e língua inglesa⁶⁶.

Enquanto isso, na década de 1930, Ponta Grossa passou por uma ampla reforma urbana, nos moldes ocorridos em outras cidades brasileiras: realinhamento das ruas centrais, ampliação das redes de água e iluminação, remodelação do sistema de emplacamento de ruas e casas, e fundamentalmente, a criação de estabelecimentos de saúde e de ensino. Na longa gestão de Albary Guimarães, que durou de 1932 a 1945⁶⁷, conforme destacam Carneiro e Oliveira (2005, p. 100), o poder municipal, unido à interventoria estadual e federal varguistas, construiu diversos grupos escolares no município, estabelecendo um complexo do ensino primário público, que se estendeu do núcleo central a cada bairro, “haja vista essas escolas em sua dinâmica cultural buscar preparar diferentes grupos sociais da população”. Segundo Chaves (2011, p. 100), a remodelação urbana, esteve em consonância com uma perspectiva sanitária, enquanto os médicos e educadores da cidade, inseridos nesta mesma perspectiva, eram consultados acerca da reorganização, assumindo a função de “regeneradores da sociedade local”.

Naquela época, um dos marcadores sociais da aquisição de prestígio dos educadores do Regente Feijó, era sancionado pela saída desses agentes da cidade e seu

⁶⁶ Estes encontros tiveram influência significativa sobre a trajetória intelectual de Faris Michael, que é marcada, em 1935, pela sua primeira publicação no mundo das letras, um ensaio sobre o que ele denominou de “Novos Rumos da Tupinologia”, que saiu na Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes (de Curitiba) e, em seguida, pela organização das primeiras instituições culturais mobilizadas por eles na cidade de Ponta Grossa: o *Bloco do Planalto* e o *Centro Brasil-EUA* (WANKE, 1999).

⁶⁷ Segundo Carneiro e Oliveira (2005) os poderes públicos – estadual e municipal – estiveram articulados no período de 1932 a 1945, estiveram articulados a Gestão de Getúlio Vargas: na cidade de Ponta Grossa, Albary Guimarães foi prefeito ao longo de todo o mandato do Interventor do Paraná (Manoel Ribas) e desta relação, retirou a estrutura financeira para a realização de construções públicas, de grande e médio porte: o Matadouro Municipal, o Instituto Pasteur, o Necrotério Público, a iluminação pública, a pavimentação de vias públicas, o Hospital Infantil Getúlio Vargas, uma rede de escolas primárias.

respectivo retorno diplomado de Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro ou capitais de outros estados onde haviam estudado. Na década de 1930, quando ocorreu uma expansão educacional na cidade, o Colégio *Regente Feijó* manteria e reafirmaria o seu caráter de distinção: além do corpo docente, seus objetivos também diferiam das escolas de alfabetização e dos ginásios mais voltados a formar uma força de trabalho técnica. Some-se a isso o fato de que, àquela altura, alguns dos alunos das primeiras turmas formadas pelo *Regente* começavam a retornar à cidade como doutores, reforçando o caráter simbólico de *eleitos* a ele pertencentes.



Figura 4 – Sala dos Professores do Colégio “Regente Feijó”, s. d.
FONTE: Arquivo Regente Feijó.

A figura 4 traz um dos olhares da época sobre o interior do edifício do *Regente Feijó*, mais propriamente, a dependência dedicada ao professorado da casa. A mesa, que ganha destaque no centro da figura, representa o lócus por excelência de reunião, de convivência e de autoridade do corpo letrado da escola. O estilo e a disposição das cadeiras, majestosas e em número seletivo – sendo a cadeira da ponta direita a mais alta, provavelmente um lugar reservado ao diretor – somados à cor branca e à maneira como as peças se encontram iluminadas, faz com que a cena, que não é composta por sujeitos de carne e osso, encontre-se simbolicamente cheia deles, através de significados sociais e culturais atribuídos a tais posições. A memória que a escola se esforçava em manter e reproduzir sobre si e que logo se pode ver esculpida em fotografias emolduradas de seus respectivos alunos, professores e diretores, ficava exposta nas paredes em quadros feitos

de madeira e cobre, sendo um deles no formato da bandeira republicana. Esses monumentos como que emergem do plano do papel de parede, reforçando o peso dos ritos institucionais e a diferença duradoura que eles imprimiam entre os estudantes que passaram pelo Colégio e aqueles que não o fizeram, ao passo que o corpo docente e diretivo aparece sempre destacado em tais quadros.

A relação das famílias dos estudantes com a escola e com o seu corpo letivo valorizava os agentes que lá lecionavam e estudavam e os próprios potenciais resultantes das respectivas relações que ambos contraíam entre si na convivência diária, mais do que unicamente um investimento no conteúdo da educação veiculada por ela. Assim, as formas de capital que lhes foram creditadas em nome próprio estavam intimamente ligadas às redes de relacionamento e pertencimento que tomavam forma naquele espaço.

Em 1939, o *Regente Feijó* mudou de endereço, a fim de acomodar o número crescente de alunos. O segundo edifício a abrigar o Colégio havia sido inaugurado em 1924 especialmente para a Escola Normal de Ponta Grossa. Considerada um marco na paisagem urbana, a construção, de dois pavimentos, foi tombada como patrimônio cultural em 1990. Localizado na esquina de uma das ruas mais centrais (e à frente da principal praça) da cidade, o *Regente* se transformou num Colégio estadual de grande porte e, ao menos, nas duas décadas seguintes se manteria “um dos monumentos mais representativos da história da culta gente pontagrossense” (COLÉGIO..., 1990, p. 1), conforme o próprio discurso institucional.

O segundo e definitivo lugar do Colégio se caracterizava, do ponto de vista arquitetônico, pela sua monumentalidade (ver Anexo C). A escola somou à sua identidade lucros materiais e simbólicos, como o de ocupar, a partir daquele momento, um dos três edifícios escolares de grande porte que foram pioneiros no Paraná. Os muros delimitaram uma separação acurada entre o espaço externo e o interno. E, conforme Elizabeth Amorim de Castro (2010, p. 209, 217), dotado de grande visibilidade no cenário urbano, com 18 salas de aula, seguia determinantes espaciais científicos e higienistas relacionados à finalidade original da obra (ser um exemplo de escola) e à sua localização geográfica. A configuração em alas – masculina e feminina – e a tipologia arquitetônica em “U” incorporava ao ambiente escolar o pátio interno, reservado à convivência, à recreação, à prática de exercícios e às cerimônias cívicas e artísticas. Ainda que o edifício possa ser considerado austero e ordeiro, era composto por ornamentação: emblemas de gesso nas paredes, grades, corrimãos e esquadrias em

ferro, refinados desenhos geométricos, paredes decoradas e escadaria interna. Uma escola voltada para o pátio centralizado, lócus das atividades internas, o *Regente* se convertia, novamente, em símbolo valorativo da “cidade civilizada” e da “capital cívica do Paraná”, imagens de Ponta Grossa que circulavam na imprensa paranaense da época.

Daquelas primeiras turmas de onde um círculo letrado estudantil se formou e se engendrou para além do *Regente*, enquanto João Cecy Filho faleceu precocemente em 1941, Ary Aires de Mello e Faris Michaelé continuaram próximos até a institucionalização do *CCEC*, ocorrida entre 1947-1950, quando passaram a se autodenominar euclidianos e *jagunços*, com a benção de seus antigos mentores e de novos interlocutores. Nas figuras 5 e 6, a seguir, podemos reencontrar dois retratos das primeiras reuniões dos euclidianos na casa de Faris Michaelé:



Figura 5 – Euclidianos na Casa de Faris Michaelé, anos 1950a.

FONTE: Acervo Faris Michaelé - Centro de Documentação e Pesquisa em História, UEPG.



Figura 6 – Euclidianos na Casa de Faris Michaelae, anos 1950b.

FONTE: Acervo Faris Michaelae - Centro de Documentação e Pesquisa em História, UEPG.

O movimento ganhou vida num escritório pessoal⁶⁸: a sala funcionava como local de reuniões oficiais e não oficiais do círculo mobilizado pelo – e em torno – do proprietário da casa, ao passo que a reprodução/expansão do grupo era tributária dessas ocasiões (recepções e saraus). Locus de sociabilidade, onde mestres e discípulos se encontravam e eram forjados, onde textos, cartas e ensaios eram lidos, escritos e apreciados, onde se acumulava e era exposta a sua literatura, a primeira sede do *Centro* revela em suas paredes dois quadros pendurados em destaque: os diplomas de estudos de Faris Michaelae. O primeiro (em branco) era o certificado de Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Paraná; o segundo (em preto), um memorando da primeira turma de bacharéis formados pelo *Colégio Regente Feijó*, contendo nomes e ornamentos em cobre. Neste último, a foto do jovem Faris se situava próxima das fotos de dois professores homenageados pela turma que colou grau: os euclidianos José Pinto Rosas e Nicolau Meira de Ângelis.

O monumento, entre outros elementos que compunham a sala, como o próprio volume de livros, representava algo que Faris Michaelae e seus pares consideravam destacável na sua trajetória intelectual. O significado social e cultural de ter sido aluno

⁶⁸ Na Figura 5, da direita para a esquerda: Daily Luiz Wambier, n. id., Faris Michaelae, n.id. Na Figura 6, da direita para a esquerda: Daily Luiz Wambier, n. id., Faris Michaelae.

daquele Ginásio era individual, grupal e, ao mesmo tempo, convertia-se em memória histórica do “progresso educacional cidadão”, que teria se iniciado, simbolicamente, com a abertura do *Regente*.

1.3.2 A presença do Colégio Regente Feijó no “fazer-se intelectual” em PG

Ao longo das décadas de 1930 e 1940, encontramos a passagem de outros euclidianos fundadores pelo Colégio Regente Feijó, conforme apresentado no Quadro 2. O pediatra Milton Lopes foi professor de física, o jornalista João Borell Du Verney lecionou Geografia e foi inspetor estadual de ensino, e o advogado Mário Lima Santos foi diretor. No momento de entrada no *CCEC*, o advogado Lourival Santos Lima, que já havia sido promotor público em Ponta Grossa e gerente do maior jornal cidadão (o *Diário dos Campos*), era o professor catedrático de português, enquanto se lançava como cronista e historiador. Com uma trajetória semelhante, o advogado Nivon Weigert, que antes de ser professor no *Regente* havia ocupado a posição de secretário municipal da cultura, lecionou História no Colégio e era o seu atual Diretor.

Gabriel Menna Barreto, que era capitão militar, natural do Rio Grande do Sul e veio para Ponta Grossa depois de reformado, paralelamente ao cargo que assumiu de prefeito interino no ano de 1947 (transição democrática pós-Estado Novo), foi professor de História no *Regente*. Além das aulas, frequentava as reuniões do *CCEC* e fazia pesquisas, publicando ensaios históricos na imprensa local, posições a partir das quais ele se como um dos principais nomes da historiografia produzida no periódico *Tapejara*.

Também fazia parte desse grupo de professores atuantes no *Regente Feijó*, no momento de fundação do *Centro*, o único artista plástico do grupo⁶⁹: José Daros (Quadro 1, n.º 13), que merece receber nossa atenção. Nascido e crescido em Curitiba, filho de imigrantes italianos, ele estudou na Escola de Aprendizes e Artífices de Alfredo Andersen, onde frequentou aulas de desenho e entalhe de madeira. Um dos discípulos (e herdeiros) do artista, sob cuja orientação se aperfeiçoou no desenho e na pintura de retratos a óleo, Daros desde a juventude produziu e expos obras de arte. Em 1918, partiu

⁶⁹ As artes plásticas, ainda que valorizadas em seus discursos, ocupavam, nitidamente, um lugar menor no *CCEC* (em relação à história ou à antropologia), mais ligado à contemplação e valorização estética geral do que a uma produção ou crítica de arte.

para a cidade do Rio de Janeiro “onde se torna grande amigo de Portinari e frequenta o ateliê de Oswaldo Teixeira, de quem recebe orientação” (ARAÚJO, A., 2006, p. 53), participando das movimentações em torno da Semana de 1922⁷⁰. De vez em quando retornava para Curitiba, vendendo muitas de suas telas às elites políticas do Paraná (teve como mecenas, por exemplo, o cônsul Amadeo Mammallela e o deputado Afonso Camargo). Além das encomendas particulares, ele teve como mecenas o próprio Estado, produzindo esculturas, sobretudo hermas de bronze vinculadas a eventos cívicos, praças ou edifícios públicos⁷¹.

Em 1932, depois de ter morado uma década no Rio de Janeiro, José Daros voltou de vez ao Paraná. Sua família então vivia em Ponta Grossa. Naquele mesmo ano, realizou uma exposição pela primeira vez na cidade e logo passou a lecionar – como professor catedrático de Desenho – no Ginásio, cargo que ocupou por mais de três décadas. Ao longo desse período, continuou a produzir e a expor suas obras em Casas Culturais de Curitiba, no Salão de Belas Artes do Rio de Janeiro (onde, em 1941, sua tela “Auto-retrato” foi premiada), na Casa Suíça em São Paulo, entre outros lugares. Foi prestigiado em vida como um autor paranista e legitimado pelo pertencimento ao circuito modernista.

Na figura 7, podemos observar algumas de suas peças reunidas numa pequena exposição na cidade de Ponta Grossa. José Daros se encontra sentado à frente do seu trabalho e vestindo smoking:

⁷⁰ Em 1922, jornais curitibanos anunciavam: “Vindo do Rio, está nesta capital, o talentoso jovem José Daros” (HOSPEDES e Viajantes, 1922, p. 2).

⁷¹ Para a prefeitura de Ponta Grossa criou as hermas de Manoel Ribas (interventor do Paraná) e de Judith Silveira (educadora) expostas em praças, de Salgado Filho para o aeroporto, etc. (OLIVEIRA, J., 2002, p. 143).



Figura 7 – Exposição de pintura e escultura de José Daros em Ponta Grossa.
FONTE: Album de Ponta Grossa, Gestão Albary Guimarães, 1936 – Museu Campos Gerais.

Também há casos como o de Felipe Justus Junior (Quadro 1, nº. 8), o sócio fundador de maior idade no *Centro*, que não atuou diretamente como lente do *Regente*, mas promoveu palestras sobre o seu trabalho de pesquisa entomológica. De uma família de origem alemã, cujos pais fizeram parte do grupo que construiu a colônia Guaraúna, próxima à Ponta Grossa, por volta de 1890, quando era criança, Felipe Justus Jr cursou suas primeiras letras na escola da Igreja Luterana e trabalhou junto com seus pais na lavoura. Com cerca de 15 anos, mudou-se para Ponta Grossa em busca de trabalho. Sem formação superior, atuou como ferroviário – funcionário público – da estrada de ferro federal Franco-Belga (rede de viação São Paulo-Rio Grande), depois se firmou como comerciante e proprietário da “Fábrica de Banha Vitória”. Sabendo ler e falar alemão e inglês e como estudioso entusiasta de História Natural, Felipe dedicou seu tempo livre ao estudo de insetos. A partir de 1938, passou a realizar o trabalho de campo de colecionar e catalogar espécimes, notabilizando-se como um entomólogo autodidata, ofício ao qual dedicaria mais de 30 anos da sua vida adulta.

Tornando-se uma figura conhecida nos círculos de ciência no Paraná, esse agente, quando da fundação do *Centro*, era um palestrante requisitado, escrevia rotineiramente na imprensa sobre o tema e já havia atuado como professor em Santa Catarina, Paraná e São Paulo (Itararé). Nos anos 1940, várias espécies de insetos descobertas no país foram nomeadas em sua homenagem pelos Institutos de

Entomologia do Rio de Janeiro e da Bahia⁷². Fellipe Justus vendeu sua primeira coleção para o Departamento de Zoologia da Universidade Federal do Paraná e a segunda para a FFCL, além de doar exemplares ao Museu do CCEC, no qual seria diretor do departamento de Entomologia, cujo acervo foi montado por ele (WANKE, 1999, p. 98). O euclidiano aparece em relatos de memórias como um homem de ciência, que andava pela rua buscando insetos com sua rede sempre a mão. Em fotografias das dependências do laboratório de História Natural do Colégio Regente Feijó, é possível perceber parte da sua obra, que era mobilizada como material didático e de pesquisa por seus colegas professores. Além disso, foi de sua autoria uma das primeiras conferências euclidianas, realizada no salão-nobre do Colégio.

Considerando particularidades das trajetórias individuais, o Ginásio *Regente Feijó* revelou-se uma das condições sociais de produção e (não menos de) reprodução do círculo e da obra euclidiana ao longo do tempo, numa rede que se estabeleceu e se renovou por pelo menos quatro décadas, como mostram os indicadores. O Colégio era parte integrante dos modos de inserção dos letrados na sociedade local e se converteu, entre os anos 1930 e 1950, num insumo indispensável à fatura literária e ao “fazer-se intelectual”, então intimamente relacionados, além da imprensa, à figura do educador e às convenções da palavra falada. O surgimento do Colégio, a reforma urbana e a institucionalização da Faculdade de Filosofia, transformaram o mercado de diplomas e de postos intelectuais vigentes nas primeiras décadas do século passado e os euclidianos, em certo sentido, são produto dessas transformações e de uma gama de estratégias de reconversão. Diante do que foi dito até aqui, atente-se ao Quadro 2:

⁷² Refiro-me a *Dioryserratus Justus* (1944); *Justus gibber*; *Justus tuberosus*, *Stegotes Justus* (1946); *Meroprion Justus* (1947); *Linonotus Justus* (1948); *Naupactus Justus* (1949), entre outras.

Euclidianos “Fundadores”	Vinculação ao Colégio Regente Feijó	Período	Euclidianos “Fundadores”	Vinculação ao Colégio Regente Feijó	Período
Armando Cardoso de Aguiar	Professor (Geografia Geral e do Brasil).	1952	João Alves Pereira	Aluno.	1940 - início dos anos 1950
Ary Aires de Mello	Aluno, integrante do primeiro corpo discente, atuante no Jornal de circulação escolar e no Grêmio Estudantil.	1927-1932(?)	João Ricardo Von Borell Du Vernay	Professor (Geografia Geral e do Brasil); Inspetor Estadual de Ensino.	
Édipo Ferreira dos Santos Ribas	Secretário.	"Ocupou o cargo por longo período"	José Antonio Daros	Professor (Desenho).	1932-1960
Édgar Zanoni	Aluno; Após concluir o Curso Normal, retornou como Professor.	1934-1936 1956-1959	José Pinto Rosas	Professor de diversas disciplinas ao longo do tempo (Física e Química; Corografia e Cosmografia; História Natural; Biologia); Diretor.	1929-1960(?) /1939-1945
Edmundo Schwab	Aluno.	Anos 1940	Lourival Santos Lima	Professor (Português).	1946-1960
Estevão Zev Coimbra	Professor Catedrático (Latim; Instrução Moral e Cívica), integrante do primeiro corpo docente.	1927 - "lecionou muitos anos"	Leopoldo Pinto Rosas	Professor (Ciências Físicas e Naturais), integrante do primeiro corpo docente.	1927-anos 1950
Faris Michaelle	Aluno, integrante do primeiro corpo discente, atuante no jornal de circulação escolar e no Grêmio Estudantil. Após concluir o curso de Direito, retornou como Professor (Português e Inglês), lecionando até a aposentadoria.	1927-1931 1937-1967	Mário Lima Santos	Diretor; Professor (Filosofia); professor (português); professor substituto (literatura portuguesa).	1946 /1946-1964
Gabriel Mena Barreto	Professor (História).	1946- fim dos anos 1950	Milton Lopes	Professor (Física).	1939-anos 1940
Helly Espínola	Inspetor Federal de Ensino.	1948-1950	Nicolau Meira de Ângelis	Professor Catedrático (Português; Literatura), integrante do primeiro corpo docente.	1927 - "lecionou muitos anos"
Joaquim de Paula Xavier	Professor/Regente de Higiene no curso suplementar.	1943	Nivon Weigert	Professor (História Geral; História do Brasil); Diretor.	1939-1947 /1947-1951
Joanino Carlos Gravina	Professor de História Natural no curso complementar e da cruz vermelha.	1943	Plácido Cardon	Professor.	1961

Quadro 2: Trajetórias que se cruzam no Ginásio Regente Feijó (1927-1967)

FONTE: A autora (2018).

Existiu um fluxo de pessoas e ideias dos corredores do Colégio em direção à casa de Faris Michael e à organização de um movimento cultural que foi ganhando corpo até o *CCEC* se tornar, ele próprio, um local de sociabilidade e de produção. Ao longo dos anos, enquanto carreiras eram projetadas por integrantes do *Centro*, percebe-se novos movimentos destes em direção ao Colégio, o que nos permite supor que ocorria a indicação e/ou o incentivo dos agentes já inseridos no *Regente Feijó*, mediante a procura dos pares por suas cadeiras e postos de ensino. Entre os sócios fundadores, podemos destacar os professores Armando C. Aguiar, Edgar Zanoni e Plácido Cardon, que passaram a lecionar no *Regente*, respectivamente, em 1952, em 1956 e em 1961.

Ainda pensando a relação entre o Colégio e o *CCEC*, é possível delinear três gerações distintas que conviveram entre si e mantiveram este circuito: os professores pioneiros, os ex-alunos que se tornam professores e passam a conviver com os pioneiros e a substituí-los com o tempo, e, por fim, os alunos mais recentes de ambos.

Sobre o último caso, podemos recuperar a figura de Edmundo Schwab, um dos euclidianos mais novos (20 anos de idade no momento de entrada) da fase inicial do *CCEC*. No *Regente Feijó*, Edmundo teria conhecido alguém que mudou sua trajetória: o Professor Faris Michael. Conversavam em alemão, e nos intervalos das aulas de inglês, o professor descobriu que ele escrevia sonetos, e incentivando seus escritos, passou a publicá-los aos domingos na Página Literária do *Jornal do Paraná*. Em 23 de agosto de 1949, Edmundo Schwab recebeu o diploma de sócio efetivo do *CCEC*, ocupando a cadeira número 5, que tinha como patrono o escritor Augusto dos Anjos, cujo ocupante se identificava em alguns aspectos (FONTES; CHERES; ZAN, 2015, p. 257). Uma vez fundado o jornal *Tapejara*, os sonetos do aluno foram também ali publicados. Entra também neste rol o euclidiano João Alves Pereira, já mencionado anteriormente: além de aluno do *Regente Feijó*, ele era tipógrafo no momento de fundação do *Centro*, e fora convidado a integrar a instituição como suplente da cadeira ocupada (no papel) pelo inspetor de ensino Helly Spíndola⁷³. “De origem humilde, rapazinho pobre, começou sua carreira como simples tipógrafo [...] era um de seus mais entusiásticos colaboradores literários [do *Tapejara*] [...] [e] depois de homem maduro e assentado na vida, resolveu estudar.” (WANKE, 1999, p. 165). Desde o início, Alves Pereira se

⁷³ O dentista Helly Espínola ocupava o cargo de inspetor federal no Colégio Regente Feijó em 1946 e novamente seu nome aparece na documentação entre 1948 e 1950. Apesar de constar na lista de primeiros sócios do *Centro*, ele desaparece das atas e textos produzidos pelos euclidianos após esse período. Isto indica que ele pertenceu ao *CCEC* enquanto ocupou a posição de Inspetor, responsável, entre outras coisas, pela produção de Relatórios de acompanhamento das disciplinas e sobre o ambiente escolar.

mostrou particularmente atuante, e acabou assumindo o lugar daquele sócio no *CCEC*. Executou a partir de setembro de 1950, como já dissemos, a função de responsável pela impressão e gerência do *Tapejara*, que foi produzido durante anos na sua gráfica, a “Montes e Pereira”. Na primeira edição do jornal, Alves Pereira teve uma conferência de sua autoria publicada em forma de artigo. Ela resultou da sua participação como orador na “Semana Euclidiana” como representante do Grêmio estudantil do *Regente Feijó*:

Nesta semana em que, pelo microfone da simpática emissora PRJ2, se presta justa homenagem ao “mais nacional dos nossos escritores” [...] o “Regente Feijó”, órgão da mocidade estudantil do Colégio Estadual “Regente Feijó” desta cidade, também vem trazer a sua mensagem de respeito e de admiração a quem bem alto elevou as letras desta querida pátria (PEREIRA, 1950. p. 4).

Esse texto representa a junção entre o Ritual, o Jornal, a Rádio e o Colégio onde se veiculava o discurso coletivo do grupo. Da articulação desses espaços, surgiram algumas das principais publicações dos sócios do *Centro*, inclusive dos (ex) professores de João Alves Pereira, ao lado das suas próprias contribuições.

Em abril de 1953, quando o *CCEC* já funcionava há cinco anos, um jantar de celebração, como era de costume, envolveu o professorado vinculado ao *Regente*.



Figura 8 – Jantar de Celebração do Aniversário do Colégio Regente Feijó, 01/04/1953.

FONTE: Acervo Regente Feijó, Museu Campos Gerais.

Na figura 8, o corpo foi retratado em clima de descontração à mesa do jantar. Diversos euclidianos fizeram parte da cena⁷⁴. As professoras, inseridas no Colégio na condição de lentes da ala feminina, encontravam-se presentes na celebração, mas posicionadas numa mesa própria, todas sorrindo. Elas integravam o círculo de mulheres que atuavam na esfera pública. As inflexões e os marcadores de gênero que separavam o quadro masculino do feminino, seus hábitos e finalidades no Colégio também faziam parte da conformação do *CCEC*, que não recrutou mulheres como sócias efetivas até 1957, ano em que foram propostas e aceitas as primeiras (cinco)⁷⁵. A essas sócias se seguiram outras, em intervalos de tempo mais espaçados, de número reduzido e que ocuparam posições de menor visibilidade, culturalmente significadas como “femininas”, tais como bibliotecária e secretária. Assim como o grupo de estudantes e o espaço das universitárias estudados por Ana Paula Vosne Martins (2012, p. 14) na Curitiba dos anos 1950, esses espaços se pautavam em “valores morais rígidos, especialmente quando envolvia códigos de respeitabilidade e de decoro marcados pelo gênero”.

Outras fotografias de eventos do círculo euclidiano indicam que diversas mulheres se inseriram e circularam no *Centro* ao longo dos anos, mas sob condições específicas, entre as quais seria possível demarcar três: a) como estudantes do Colégio Secundário, da Escola Normal ou da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que eram alunas de sócios efetivos do *Centro Cultural*, convidadas como ouvintes de palestras ou partícipes de eventos cívicos e festivos; b) como esposas e familiares de sócios que vez ou outra se faziam presentes, especialmente em datas comemorativas; c) como poetisas, ensaístas e articulistas que se notabilizaram como sócias-correspondentes, contribuindo com textos escritos ao periódico *Tapejara*. As duas primeiras aparecem em fotografias, mas são muito difíceis de rastrear e contabilizar, já que não costumavam assinar as Atas de reuniões ou publicar trabalhos. Em tais registros, os homens e as mulheres que circulavam pelo *Centro* se dispunham em lados

⁷⁴ Lourival Santos Lima; Faris Michael; Leopoldo Pinto Rosas e Antonio Armando Cardoso de Aguiar (sócios fundadores) e Alvaro Faria Rocha; Manuel Grott; Raul Pinheiro Machado; Josofredo Cercal de Oliveira e Bruno Enei (sócios recrutados a partir de 1951) estavam presentes na ocasião.

⁷⁵ As primeiras mulheres a comporem o quadro de sócias do *CCEC* foram anunciadas no *Tapejara* em “Notas e Notícias Culturais” sob o título “As primeiras euclidianas pontagrossenses”. A nota elogiava a atuação daquele Centro na cidade, destacando: “o resultado é, então, haver associados de todos os partidarismos e representantes de todas as classes e setores da sociedade. Entretanto, uma falha ainda observada: a de nossas distintas patricias, professoras e intelectuais em geral. Recentemente foram propostas e eleitas as primeiras: Maria Eulina Schena, Lydia K. Almeida, Ana de Barros Holzmann, Armanda Frare e Neusa Castro Guimarães.” (AS PRIMEIRAS..., 1957, p. 20.). Acredito que o grupo de mulheres pertencentes ao *CCEC* merece um estudo próprio, que já está sendo pensado, no esteio desta dissertação, como um projeto de pesquisa próximo.

disintos da sala, enquanto que elas normalmente portavam cadernos nas mãos para anotações e estudos sobre o que ali se tinha a dizer (ver Anexo E). De todo modo, um padrão se confirmou no recrutamento: somente uma categoria sócio-profissional de mulheres – a das professoras – se inseriu como sócia efetiva no recinto euclidiano.

Dado que nas décadas de 1930 e 1940 não vingou na cidade nenhuma escola de ensino superior⁷⁶, o quadro docente e diretivo do *Regente Feijó* convertia-se no mais prestigioso posto cultural local, e aquele que possuía um diploma universitário era atraído a atuar como lente dessa instituição. O Colégio continuaria existindo como uma entidade cultural, contemporânea ao *CCEC* e parceira à enunciação de seus discursos e à projeção social e simbólica de seus membros, sobretudo nos anos 1950, enquanto esses educadores-escritores promoviam palestras e eventos literários e cívicos e impulsionaram recrutamentos operados nas duas entidades, uma em direção à outra, como que estabelecendo um circuito institucional. Na medida em que a Faculdade de Filosofia (1950) e, posteriormente, a Faculdade de Direito (1957) operam mudanças nas condições de produção e no mercado de postos culturais locais, a tendência é que, nos anos 1960, aqueles atores que anteriormente disputavam cadeiras no Colégio tenham preferido se lançar diretamente como docente nas Faculdades. De todo modo, alguns euclidianos fundadores que se inseriram, desde o início, no empreendimento do ensino superior, passaram antes ou mantiveram-se ao mesmo tempo no quadro do *Regente Feijó*, como é o caso de Faris Michaele; Lourival Santos Lima e Mário Lima Santos.

Silvana Carvalho (2006), em trabalho de recuperação da memória histórica do *Regente Feijó*, revela, a partir de depoimentos, a existência de conexões ainda mais diretas entre o Colégio e a Faculdade de Filosofia (e entre os agentes que se encontravam nas interseções de pertencimento das três instituições), que durante alguns anos partilharam quadros de professores e alunos e chegaram a articular práticas como a de tornar turmas inteiras de alunos do último ano do *Regente* “isentos do vestibular para a Faculdade de Filosofia [...] permitidos que foram a ingressar sem prestar vestibular, com vantagem de ser aluno [do Colégio]” (CARVALHO, 2006, p. 4). Este tipo de estratégia era resultante da articulação desses agentes em rede e serviria como alavanca ao desenvolvimento da Faculdade recém-instituída por meio de um público pré-aprovado (e conhecido) por seus agentes reguladores. A FFCL se destinaria a formar

⁷⁶ Lembre-se que a Escola de Farmácia e Odontologia implantada em 1937 na cidade, a qual reuniu dois euclidianos fundadores como professores e três como alunos, foi fechada pelo governo estadual em 1939, antes da sua primeira formatura. Sobre o tema, escreveram Frasson; Gebara e Pilatti (2014).

professores de História e Geografia e de Letras que passariam, aos poucos, a lecionar no próprio Colégio. Este, por sua vez, ao longo dos anos 1960-1970, foi deixando de reunir advogados, médicos e detentores de uma cultura geral, para dar lugar aos professores formados especialmente para essas áreas, de acordo com as novas legislações postas pelo Regime Militar.

Enquanto *mediadores culturais*, conforme a definição emprestada de Gomes e Hansen (2016), homens da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-cultural, enquanto educadores/divulgadores/difusores/vulgarizadores de visões de mundo⁷⁷, os euclidianos mobilizaram o capital de um grupo — a posse de uma rede durável de relações dos alunos e professores de uma escola de “elite” — no seu processo de institucionalização.

Os alunos do *Regente Feijó* foram apreciados, durante décadas, segundo Silvana Carvalho (2010, p. 5), como os “bem posicionados nos vestibulares, na Escola Militar e nas colocações profissionais ‘honrosas’”. Nas entrevistas que essa autora realizou com ex-professores e ex-alunos da instituição, seu quadro docente foi representado “como se fosse um *Olimpo*”, por reunir a elite professoral responsável pela formação da elite intelectual e científica local.

É interessante notar que no momento em que o *CCEC* estava funcionando a todo vapor, em 1951, Eno Theodoro Wanke, ex-aluno dos euclidianos fundadores, que naquele momento cursava Engenharia Civil em Curitiba, escreveu em seu diário íntimo uma (rara) nota sobre o Colégio, que destoava do discurso oficial. Este autor, que produziu oito livros de memórias autobiográficas, empenhado em conferi-las valor de testemunho de uma época, acabou por expor as representações que a intelectualidade princecina criou e manteve com o seu trabalho. Em suas palavras:

Não desejava nunca mais a repetição do que já me havia ocorrido quando garoto, no tempo do Ginásio, com o Latim. No primeiro ano, no Colégio Regente Feijó de Ponta Grossa, a matéria era dada com displicência. Quando, no segundo ano, fui transferido para o Ginásio Santa Cruz, onde os professores caprichavam na matéria e já estavam bem longe no programa, eu não pude acompanhar. Nunca mais aprendi Latim, o que até hoje lamento (WANKE, 1996: 76-77).

⁷⁷ Gomes e Hansen (2016) contribuem com a reflexão sobre “intelectuais” que atuaram principalmente ou exclusivamente como “mediadores”: editores; tradutores; professores; autores de obras para o público infantil; atores responsáveis por coleções ou comemoração de efemérides; “guardiões da memória” familiar ou regional; indivíduos que se dedicam a produzir relatos em suporte audiovisual; guias de instituições e educadores na socialização de jovens etc., buscando restituir suas dinâmicas sociais de produção e mediação, bem como os impactos políticos desses processos.

Eno Theodoro Wanke iria rever mais tarde esses posicionamentos. Vale lembrar que ele se tornou sócio do *CCEC* cerca de três anos depois de ter feito essas anotações (mas desde 1953 teve um poema de sua autoria publicado no *Tapejara*). A representação do Colégio parece sofrer mudanças depois de ele ter se tornado mais próximo do círculo. Nos anos 1990, momento em que resolveu publicar suas memórias, também escreveria uma celebração biográfica detalhista de Faris Michaele, concedendo grande brilho à instituição. Esses dois tipos de fonte, portanto, favorecem informações diferentes e permitem desvelar que a construção das figuras que marcaram o Colégio seguia lado a lado à produção da imagem criada sobre ele, reforçada e ampliada pelo *CCEC*⁷⁸. Como os esquemas de produção de práticas (sociais, culturais, intelectuais) funcionam também como um sistema de percepção e apreciação destas mesmas práticas, a conquista de prestígio era (re)produzida pela fidelidade ao credo e as práticas comuns do grupo ao longo do tempo (BOURDIEU, 2004).

Os euclidianos, assim como os polígrafos desvelados por Sergio Miceli (2001, p. 87, p. 149), foram objetos de verbetes de antologias e dicionários dos ilustres locais. Nessas “narrativas biográficas em que tudo se passa como se fossem os beneficiários de um processo de adensamento de ‘espiritualidade’”, assinalou-se, sempre que ocorrida, o pertencimento desses personagens ao *Regente Feijó*, por vezes iniciando mesmo por esse detalhe – a escola seleta – para definir o que consideravam uma trajetória letrada e profissional de sucesso. As lógicas empregadas nesses documentos, concordando com Miceli (2001), associam-se às próprias condições sociais e culturais que regem a sua produção, isto é, a história dos processos de acumulação, reprodução e consagração responsáveis pela própria existência social e simbólica do grupo no tempo e que repercutem nos investimentos e gêneros que compõem o acervo disponível sobre ele.

O objetivo deste capítulo foi, justamente, trazer à luz experiências coletivas dos personagens centrais do Euclidianismo em sua versão princesina, num lugar e numa rede específicos através do espaço e do tempo, que envolveram sensibilidades próprias. Diante do que foi apresentado, o segundo capítulo se voltará a analisar a produção

⁷⁸ Sergio Miceli analisou em detalhe essas questões tácitas à feitura dos materiais biográficos. Segundo o sociólogo, o gênero memórias constitui uma estratégia a que recorrem no mais das vezes intelectuais dominados: “se a celebração biográfica é uma maneira de reconstituir vidas exemplares num registro apologético, dissimulando-se os mecanismos reais que regem as trajetórias sociais e intelectuais, os memorialistas, por sua vez, não escondem o jogo de que participam, pois sua própria situação os faz enxergar melhor os móveis da luta de cujas gratificações mais importantes se veem excluídos. Por essa razão, o investimento no gênero de memórias é tanto maior e mais frequente quanto mais baixo o grau de consagração relativa, fazendo com que o próprio produtor assuma ele mesmo o encargo de proceder, sem dar a perceber, à sua própria consagração.” (MICELI, 2001, p. 21).

escrita do *CCEC*, sobretudo aquela ligada à suas expressões oficiais: as “publicações euclidianas” e, especialmente, o jornal *Tapejara*. Esperamos que suas tomadas de posição ganhem, a partir daqui, novas possibilidades de problematização e de compreensão histórica.

CAPÍTULO 2

Da Rua Quinze a um sertão imaginado: formas e categorias de uma agenda de interpretação do Brasil

Passados quatro anos de sua emergência, o *CCEC* angariou novo endereço. Transferindo parte da sua já volumosa biblioteca e o lócus de suas reuniões sociais para a Rua XV de Novembro, nº. 354, Faris Michaele e seus pares instalaram-se, em 1952, no “coração da cidade”, contando com um Salão Nobre próprio. Data de 1952, também, o título de cidadão honorário conferido a Faris Michaele pela Câmara Municipal de Ponta Grossa, sintoma do reconhecimento de sua atuação por parte do poder público local, com o *CCEC* prestes a completar cinco anos de existência e o *Tapejara* chegando à sua sétima edição.

A XV, uma das principais ruas de comércio e circulação de pessoas e ideias, situava-se próxima à estação ferroviária e se notabilizava como um espaço de lazer e cultura. Andando-se por ali, em meados do século passado, era possível encontrar reunidas algumas das mais conhecidas lojas, o hotel Planalto Palace, a Rádio Clube, a Bombonière, o Cinema Renascença e o Cine-teatro Ópera, razão de um verdadeiro “vaivém” diário dos cidadãos e da concentração de uma série de atividades da produção cultural. Em datas comemorativas, nas mediações dessa rua, também ocorriam desfiles cívicos, comícios políticos, etc. Naquele ano, ocorreu a primeira formatura da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ponta Grossa, que teve o governador Bento Munhoz da Rocha Neto como paraninfo em cerimônia realizada no Cine Teatro Ópera. Entre os 19 formandos em Geografia e História (cujo diploma foi reconhecido em 1953), colou grau o euclidiano Rolando Guzzoni (Capítulo 1, Quadro 1, nº. 25) e também Josefreldo Cercal de Oliveira⁷⁹, Olavo Soares⁸⁰ e Neusa de Castro Guimarães⁸¹,

⁷⁹ Josefreldo Cercal de Oliveira nasceu em Fernandes Pinheiro em 1929 e veio com a família para Ponta Grossa quando criança. cursou o secundário no Colégio Regente Feijó e o superior na FFCL. Em 1952 começou a lecionar no Colégio Regente Feijó e, em seguida, também lecionou no Ginásio Ponta Grossense, na Academia de Comércio e no Colégio Comercial. A partir de 1958, tornou-se professor titular de História da Civilização Ibérica no curso de Geografia e História da FFCL, instituição da qual foi o diretor entre 1966 e 1972. Josefreldo fez parte das comissões criadoras das Faculdades de Filosofia de Guarapuava e Itararé e da Comissão Instituidora da UEPG, Universidade na qual atuou como professor até se aposentar (em 1999). Notabilizou-se como um autor preocupado com a memória histórica da educação e dos educadores em Ponta Grossa, como atestam seus artigos publicados e o livro “Educadores Pontagrossenses (1850-1950)” (OLIVEIRA, 2002).

figuras que foram recrutadas pelo círculo euclidiano daquele ano em diante e que desempenhariam funções de destaque no cenário educacional paranaense, especialmente no ensino superior da História ou da Geografia.

Entre dezembro de 1953 e fins de 1957, mantendo-se na Rua XV e ampliando mais uma vez suas paredes, a instituição exibiu nova sede social, que funcionou no terceiro andar do edifício Ópera. Constituído de seis andares, ele se erguia dominante na paisagem da cidade, sendo que foi o primeiro a possuir um elevador, além de abrigar no térreo o mais novo e majestoso cine-teatro local, bastante frequentado pelos euclidianos, alguns deles lembrados como cinéfilos⁸².

Com estilo *art-deco*, colunas na entrada e decoração geometrizada, o edifício atestava o início da verticalização do centro de PG e simbolizava a modernidade arquitetônica e cultural (ver Anexo D). Segundo a ata de reunião de número 50 do CCEC, para os euclidianos, significava, material e simbolicamente, que o coletivo passava a contar “com apartamento completo, dotado de amplas salas que possibilitarão a esta entidade expandir suas atividades não só no terreno cultural, mas também, no campo [...] social, sendo estudada desde já a instalação de uma discoteca cultural tão logo as condições econômicas do *Centro* permitam” (CCEC, Ata nº. 50, 09 jan. 1954). Vale lembrar que o “Ópera” também deu lugar, em seu terraço, à Sociedade dos

⁸⁰ Olavo Soares nasceu em Ponta Grossa, em 1931. Após se formar em Geografia e História pela FFCL ingressou (em 1954) no corpo docente desta Faculdade, como professor de Geografia Física. Sua carreira no departamento de Geografia se estendeu até 1975, quando já havia sido criada a UEPG. Juntamente às atividades de ensino, a partir de 1955 ele trabalhou na Petrobrás – Distrito de Exploração do Sul – na área de pesquisa da aerofotogrametria, época em que atuou ao lado de geólogos e paleontólogos como Frederico Waldemar Lange e Riad Salamuni. Em 1975, transferiu-se para a Refinaria “Getúlio Vargas”, localizada em Araucária (PR) e passou a atuar como professor de Geologia no Instituto Politécnico Estadual (IPE). Entre 1981-1995 foi professor do Departamento de Geografia da UFPR em Curitiba. Além de artigos acadêmicos, publicou livros, como: “Biografia de Vila Velha” (1975), em parceria com Lourival Santos Lima e Faris Michaele; “Monumentos Geológicos de Ponta Grossa”, capítulo do livro “História de Ponta Grossa” (1975), organizado por Guísela Holzman; “O Andarilho das Américas” (UEPG: 1981; 2001); “Furnas nos Campos Gerais, Paraná” (UFPR, 1989); “Ytátyba: Terra das Pedras e das Águas Tibagi – PR” (2003); “Uma mulher no caminho do Peabiru: história de Doña Mancia Calderón de Sanabria” (Chain, 2007). Faleceu em Curitiba em 2014. (OLAVO SOARES..., 2014, p.1).

⁸¹ Neusa de Castro Guimarães fez parte do rol das primeiras cinco euclidianas eleitas sócias do CCEC em 1957. Ela atuou como professora de História em Ponta Grossa e depois em Curitiba, notabilizando-se, a partir de 1958, como professora do curso de História e Geografia da Faculdade de Filosofia – Universidade do Paraná, e integrante do grupo de fundadores do Departamento de História (que se separou do de Geografia em 1959) daquela Universidade. Nos anos 1960, entre outras atividades, coordenou o projeto de pesquisa “Comédias de Plauto”, que tinha por objetivo a análise das instituições sociais e as condições culturais da vida romana através das obras de Plauto (ATA..., 2009, p. 312).

⁸² Segundo relatos de memórias, o Edifício Ópera, marca da modernidade e do início da “verticalização” da cidade, foi construído em 1947 e as instalações do novo cinema foram inauguradas em 1950 (podendo ele receber 1400 pessoas). Ele se tornou conhecido por exibir sucessos norte-americanos e as chanchadas da Atlântida. Entre exhibições e apresentações, a sala também abrigava cerimônias solenes de formatura. O jornalista Francisco de Souto Neto (2017), filho do euclidiano Arary Souto rememorou o Cine Ópera dos anos 1950 como “o preferido da *hight society* local”.

Amadores da Astronomia (fundada em 1952), da qual Frederico Lange, Omar Leite Gondim, Faris Michaele, Cardoso de Aguiar, entre outros, também participavam⁸³. A expansão do *Centro* naquele decênio pode ser lida como sintoma da construção de um lugar social e institucional de fala, tendo em vista a presença desses homens de letras na própria produção do espaço urbano⁸⁴.

Naquele momento foram cunhados novos departamentos no interior da instituição, como o artístico e o folclórico, direcionados a promover eventos na cidade, e também se aventou a intenção de criação tanto do Instituto Histórico e Geográfico de PG, quanto do “Solar da cultura”: “a velha ideia de se congregarem todas as entidades culturais de Ponta Grossa num só edifício, ressurgiu com mais entusiasmo” (CCEC, Ata n.º. 66, ago. 1956) nas falas de gestores e legisladores municipais e estaduais que participavam das reuniões euclidianas no “Ópera”.

Tal clima de entusiasmo, condiz com as mudanças em termos de espaço – o endereço, o crescimento de tamanho, de renda – e de ritmo que a instituição alcançou naqueles anos. Em matéria de produção escrita (epistolar, livresca e jornalística) o *CCEC* parece ter vivenciado seu auge na década de 1950 (LOPES, 2010; GUEBERT; KARVAT, 2015), não coincidentemente quando o número de sócios recrutados, de funções distribuídas e de pessoas atraídas a participar de seus encontros triplicou-se, como atestam suas atas de reuniões. Nelas, reafirma-se constantemente a reverência ao grupo fundador e a um horizonte de expectativas quanto ao seu trabalho intelectual, como na seguinte passagem da ata de n.º 44:

A reeleição do Dr. Faris A. S. Michaele para a testa das atividades do Centro Cultural Euclides da Cunha foi mais uma demonstração de apreço ao grande idealizador desta nova entidade de cultura. Foi um sincero reconhecimento aos trabalhos incessantes de dedicação. Sobretudo de sacrifícios, dispendidos por aquele intelectual em favor do C. C. Euclides da Cunha, desde suas atividades preliminares, quando tudo se resumia em pálida esperança, até os dias que correm, quando o Centro Cultural é uma das mais seguras afirmações da cultura da província, divulgando no exterior o que o nosso país tem de expressão cultural e étnica, destruindo a impressão errônea que lá fora se faz do Brasil (CCEC, Ata n.º 44, 17 set. 1952).

⁸³ Esta sociedade se empenhou na construção de um observatório astronômico, concluído em 1959. O acervo do grupo, incluindo o Observatório foi doado nos anos 1970 à UEPG. Sobre isso, ver: Kaczmarek (2017).

⁸⁴ O historiador Bruno Zorek vem contribuindo para se pensar estas relações entre história de intelectuais e história da cidade, analisando um conjunto de representações de futuro da cidade de São Paulo criadas por geógrafos, sociólogos, arquitetos, entre outros agentes nos anos 1950 e como elas “ajudavam a reproduzir ou modificar as posições e disposições dos intelectuais nos espaços onde estavam inseridos e, portanto, também a reproduzir ou modificar a própria perspectiva geral de futuro” (ZOREK, 2013, p. 2).

Se, por um lado, o periódico do *CCEC* representou um veículo singular de publicação dos escritores locais, por outro, publicando textos em língua portuguesa, espanhola e (em menor grau) inglesa, abriu significativo espaço para a recepção – e mediação cultural – de toda uma literatura sociológica e antropológica nascente no país, que veio acompanhada de um referencial ideológico de exaltação ao “novo mundo”. Ao fazer isso, os euclidianos buscaram se filiar a determinados autores brasileiros, norte-americanos e latino-americanos, conhecidos naquele contexto letrado como “americanistas”, dos quais se aproximaram por cartas. Daí a insistência, em seus discursos, de que falavam com (e para) o exterior do país, imagem que mobilizaram por anos a fio em suas campanhas por uma agenda de interpretação do Brasil, e que caía muito bem como autoelogio, isto é, um recurso para se sentirem orgulhosos do grupo e, por extensão, da cidade.

Os textos publicados através do *CCEC* mantiveram uma coesão entre si: preferências semânticas e temáticas, referências intelectuais, convenções da palavra escrita e marcas do próprio espaço social e político de produção. Esse rico material será acionado nesse capítulo, ressaltando-se o modo como os editores e os principais escritores do *Tapejara*, veículo oficial do grupo, mobilizaram o que chamavam de uma linguagem nacional (formas coloquiais, terminologias tupis, etc.) e como articularam e se apropriaram de toda uma tradição anterior de intérpretes do Brasil, lançando-se em debates contemporâneos. Considera-se, ainda, que o referido periódico não estava dissociado dos livros financiados pela instituição, tampouco da sua escrita epistolar. Sem assassinar as particularidades de cada material, eles fazem mais sentido, acreditamos, quando lidos juntos (uns em relação aos outros) do que separados, especialmente porque é nas interfaces e fronteiras fluídas da linguagem dos euclidianos, que encontramos as práticas de ciência e de escrita que foram mobilizadas por eles na busca por expor seus anseios e por alguma inserção e legitimidade.

2.1. LINGUAGEM DO SERTÃO E ESTRATÉGIAS DE CONSAGRAÇÃO: UMA MORFOLOGIA DOS TEXTOS

No período que se estende de 1950 a 1961, 22 edições do jornal circularam, somando cerca de 960 textos de mais de 370 articulistas, sendo que depois de um intervalo de nove anos, duas edições do *Tapejara*, respectivamente no ano de 1970 (n.º

23) e no ano de 1976 (nº. 24) foram publicadas. O periódico foi composto, como já comentamos, por textos em três línguas: português, espanhol e, em menor quantidade, inglês. Ele teve somente uma coluna fixa ao longo dos anos – “notas e notícias culturais” – e publicou formatos de textos que se movimentavam em direções complementares: História, Biografia e Crítica Literária não raras vezes se interpenetravam, especialmente porque os euclidianos conferiram aos seus personagens e objetos históricos e literários o estatuto de um panteão de heróis nacionais.

A historiografia produzida pelo grupo tinha um escopo muito mais amplo do que o dos textos que eles próprios denominavam de históricos, pois atravessou a quase a totalidade do seu pensamento social. Fez-se história no *Tapejara*, também, a partir dos artigos de opinião, dos textos chamados pelos diretores como “estudos” e pela poesia. As categorias que podem ser utilizadas para analisar a composição desse jornal têm como função analítica/ilustrativa a de ressaltar os tipos de literatura que mais lhe interessavam e as formas a partir das quais suas ideias foram organizadas.

Para além das notas e notícias culturais, a prosa ocupa quase 70% do periódico e é marcada por saberes que conheceram e praticaram que não possuíam limites disciplinares claros. Literatura, ciências naturais, história e geografia à moda tradicional incorporavam as novidades oriundas das ciências sociais e pequenas experimentações narrativas. Tendo isso em vista, o impacto do consumo editorial das coleções “brasilianas” e das interlocuções travadas com intelectuais de outros locais, munidos do desejo manifesto de atualização e de superação do isolamento, são peças-chave para compreender o “complexo dessa fabricação específica e coletiva”⁸⁵.

Atente-se ao Gráfico 1:

⁸⁵ Michel de Certeau (1982, p. 20), nos inspira a pensar os procedimentos de escrita desses autores em relação ao seu lugar social, às práticas científicas de que dispunham e ao modo como apresentaram seus resultados, isto é, considerando o seu modo de trabalhar e suas tendências de escrita.



Gráfico 1 – Morfologia do periódico *Tapejara* (1950-1976)⁸⁶
 FONTE: Jornal *Tapejara* (1950-1976).

Dessas modalidades de escrita, os artigos anunciados como de natureza científica, veiculados geralmente com a alcunha de “estudos”, ocuparam cerca de 15% do periódico e evidenciam o interesse crescente pelas ciências sociais – especialmente que emanavam das escolas paulistas – e o esforço por integrar-se nos debates contemporâneos. Juntavam-se aos textos cientificamente orientados, parte das transcrições de autores e também das conferências realizadas pelos próprios euclidianos que contemplavam assuntos variados. Esses textos versavam, sobremaneira, sobre assuntos indianistas com direcionamentos geográficos, etnográficos⁸⁶ e linguísticos (ligados, por sua vez, à sociologia, a história e à biografia). Os “estudos” provinham dos sócios ou correspondentes que tinham uma formação e atuação mais próxima desses saberes, numa seleção encabeçada por Faris Michaele, a qual contemplava, também, justamente por isso, autores que lia e criticava.

A despeito desse ecletismo de formas narrativas, fica evidente o interesse que o jornal nutria pela cultura popular e por transformá-la não (mais) apenas em objeto de

⁸⁶ A terminologia “outros” diz respeito a editoriais, textos jurídicos, relatos de viagens e cartas publicadas esporadicamente no periódico.

inspiração literária, mas também em objeto de estudos e compilações, enquanto os articulistas reclamavam pra si o lugar de “tradutores” e “mediadores” culturais.

Ao contrário e apesar da relutância de muitos em admiti-lo, os articulistas reverberam algo que Antonio Celso Ferreira (2002, p. irreg.) percebeu em periódicos paulistas de períodos anteriores: “eles não só liam e se embebiam da literatura romântica, como também eram seus artífices e criadores de gostos. Poetas eram quase todos”. O tema da infância perdida vista com nostalgia, da beleza da natureza, de guerreiros e batalhas épicas ou dos males do século aparecem sublimados nesses poemas e o pendor romântico continuava a soar, expressando devaneios e um forte indianismo em cantos de louvor ao índio, os “titans da terra”. A imaginação romântica, nesse quesito, estava longe de arrefecer. A morfologia do *Tapejara* se aproxima de uma construção textual que desemboca numa história gloriosa do Brasil meridional e num imaginário da conquista do Oeste: essa produção denota apego à tradição e busca por classificar manifestações culturais com base em modernos postulados científicos, atrelando-se a formas e concepções de longa data.

Os contos históricos de motivo indianista compunham um gênero presente desde antes da produção da geração de 1870, e foi bastante comum em São Paulo nas primeiras décadas do século XX⁸⁷. Isso não significa que *Tapejara* fosse considerado atrasado em sua época. Ao contrário, foi lido e elogiado por diversos pares intelectuais contemporâneos. Ele se valeu, por vezes, das penas modernistas, outras vezes dos cientistas sociais contemporâneos, ainda que mobilizasse instrumentos já há muito utilizados, por exemplo, na pena da epopeia bandeirante paulista e de guerrilha gacúha. Figurações da identidade regional ensejavam uma filiação aos indígenas na afirmação da brasilidade e do espírito de autonomia e batalha pelos ideais patrióticos, republicanos, etc. A maneira como o periódico foi concebido indica um diálogo com formas e intérpretes que estavam sendo atualizados conforme ideias e modos de fazer de áreas que ganhavam crescente legitimidade científica e literária nos anos 1950.

Os euclidianos reservaram um espaço considerável em seu periódico para transcrições. Parte considerável desses trechos provinha de personagens históricos como Henrique Dias, Padre Antonio Vieira, Estácio de Sá, Tobias Barreto, entre outros,

⁸⁷ Já superada a necessidade que se colocava aos autores do Paraná – província recém-criada – no início do século de se diferenciar dos paulistas e de criar uma identidade a par de São Paulo, que aparece na cunhagem do termo e dos símbolos paranistas, o grupo euclidiano se lançou em constante diálogo com a tradição de escritos paulistas analisada por Ferreira (2002), um tipo de construção textual que alcançou seu ápice nas décadas de 1920 e 1930, desembocando numa história gloriosa de São Paulo.

acionados como documentos históricos que serviam aos seus “estudos”, bem como à confirmação de suas teorias.

Autor Reproduzido	Textos	Assunto	Ano
Adauto de Alencar Fernandes	1	Literatura dos índios	1953
Alberto José Sampaio	1	Algumas considerações sobre os índios	1954
Afonso Arinos	1	O Marquês de Pombal tinha uma avó índia	1952
Afonso Celso	2	O mestiço brasileiro	1953; 1954
Alberto Rangel	2	O caboclo; Euclides da Cunha	1950; 1952
Ambrósio F. Brandão	1	“Grandezas do Brasil”	1956
P. Antônio Vieira	1	A ilha dos nheengaíbas na bocca do Amazonas	1955
Candido Rondon	3	Euclides da Cunha	1951; 1956; 1959
Dario Veloso	1	Valor do íncola como elemento étnico	1953
Donald Pierson	3	Costumes e tradições; Assimilação; Grupos sociais;	1950; 1951; 1952
E. P Hansen	1	As raças no Brasil	1951
Estácio de Sá Menezes	1	Índigenas no Brasil	1955
Euclides da Cunha	11	O fim da Campanha de Canudos; O Sertanejo	1951; 1959
Gilberto Freyre	1	Indo-América	1951
Gonçalves Dias	4	A canção do exílio (em português, inglês e tupi); A canção do Tamoio; O caráter indígena	1950; 1955; 1957
Gustavo Barroso	2	O Quilombo dos Palmares destruído por Ameríndios; A conquista portuguesa do Brasil	1953; 1954
Heinrich Seidel	2	A "água forte" do Brasil;	1952
Heitor Vila Lobos	1	A música moderna	1952
Henrique Dias	1	Carta aos invasores holandeses	1952
Inácio Accioli	1	O quilombo dos Palmares	1954
Jaime Cortesão	1	História das bandeiras	1956
Humberto de Campos	1	A nossa formação étnica	1954
J. F. de Almeida Prado	1	A participação indígena na formação do Brasil	1954
José de Alencar	1	A palavra	1956
Mário de Andrade	1	O índio e a música popular brasileira	1953
Menotti del Picchia	2	Euclides da Cunha	1951
G P Monti	1	Euclides da Cunha	1956
Nami Jafet	1	Centenário da independência do Brasil	1950
Olavo Bilac	2	Gonçalves Dias	1955; 1957
Pedro Calmon	1	Costumes sertanejos e costumes tupis	1952
Robert Southey	1	Os índios Omáguas do Amazonas ensinaram ao branco o uso da borracha	1957
Sebastião Paraná	1	Louvores ao povo autóctone!	1952
Sérgio Buarque de Holanda	1	O tupi em São Paulo dos tempos coloniais	1955
Silva Mello		A constituição étnica do Nordeste Brasileiro. Tipo predominante: o caboclo	1955
Silvio Romero	1	“O que devemos aos brasileiros de sangue indígena”	1950
T Lynn Smith	2	O elemento índio na população brasileira; a composição racial do Brasil	1950; 1951
Tobias Barreto	1	A Guerra holandesa (as três raças unidas contra os piratas)	1952
Washington Irving	1	On the American Indian	1957

Quadro 3 – Recorte Indianista das Transcrições (Tapejara, década de 1950)

FONTE: Jornal Tapejara (1950-1959).

Para além das transcrições, no que compete aos textos inéditos de autores de fora do círculo, foram recebidas muitas contribuições de produtores culturais estrangeiros, junto a brasileiros situados em diversos pontos do país. Digno de nota é que muitos autores apareceram em suas páginas por meio de transcrição – trechos de livros e conferências, recortes de jornal e de cartas reproduzidos – e/ou enquanto objetos de crítica literária. Não sem propósito, esse gênero foi predominante no *Tapejara*, onde se reunia, resenhava, resumia, traduzia e se apreciava bibliografia, conforme seu próprio nome, em tupi, já previa: ambicionava-se que o jornal fosse um guia, um conhecedor (TAPEJARA, 1950, p.1). Nessa direção, construiu-se, novamente através desse elemento, um panteão de heróis nacionais, atravessado de medições culturais, como, por exemplo, tentativas de traduzir a linguagem científica e austera de Euclides da Cunha.

Edição (ano)	Autores	Autoras	Textos
1 (1950)	16	1	18
2 (1950)	41	0	44
3 (1951)	40	0	43
4 (1951)	34	3	38
5 (1951)	57	4	63
6 (1952)	41	2	43
7 (1952)	49	3	55
8 (1952)	39	3	46
9 (1953)	47	3	53
10 (1953)	38	2	44
11 (1953)	39	3	51
12 (1954)	39	1	43
13 (1954)	42	4	47
14 (1954)	37	4	46
15 (1955)	46	3	53
16 (1955)	47	2	54
17 (1956)	30	2	37
18 (1956)	29	2	35
19 (1957)	34	1	48
20 (1958)	39	4	55
21 (1959)	8	0	12
22 (1960-61)	25	4	32
23 (1970)	21	1	29
24 (1976)	25	3	34
TOTAL (considerando autores/as que publicam mais de uma vez)	968 textos de 352 autores	55 textos de 28 autoras	1023 textos de 380 autores/as diferentes

Quadro 4 – Demonstrativo de textos e da autoria por edição (*Tapejara*, 1950-1976).

FONTE: Jornal *Tapejara* (1950-1976).

A presença de mulheres no *Tapejara* revela algumas tentativas individuais de incursão no círculo de produtores de textos locais. No total, 28 mulheres (sem contar

possíveis pseudônimos) escreveram, algumas delas como Arminda Golçalves (Portugal), Fanny Luiza Dupré (São Paulo), Ana de Gómez Mayorga (México), Luisa Marienhoff (Mendoza, Argentina) e Maria de Lourdes Neto Messias (Vitória, ES) contribuíram com vários textos (de duas a seis vezes). Mas a maioria não era residente na cidade de Ponta Grossa, já que conseguimos encontrar em suas páginas cinco autoras locais. No cotejo dos textos escritos por homens e por mulheres, percebemos que ambos guardavam em comum semelhante tendência romântica, bem como posturas humanitárias e de civismo, mas que os textos escritos por mulheres eram representados, sobretudo por poesia, ficção e comentários a respeito de outros autores. Isto é, que no *Tapejara*, assuntos científicos eram veiculados, sobremaneira, na pena de autores homens.

Ao invés de publicar somente artigos da autoria de seus integrantes, *Tapejara* reduziu o número de artigos disponível para cada sócio-redator, em favor de textos que outros articulistas lhes enviavam. Com esse ato, ampliava-se o território de possíveis leitores e interlocutores em sua obra. A divulgação de autores latino-americanos aparece então como uma estratégia de intelectuais mediante os meios de produção disponíveis, criando efeitos de troca com os sócio-correspondentes e seus periódicos. O estabelecimento de canais de circulação, diálogo e cooperação culturais entre intelectuais e instituições brasileiras e (latino)americanas era um ideal compartilhado por diversos grupos naquele momento. As representações acerca do sucesso internacional do *Centro* eram constantemente mobilizadas por seus integrantes a fim de atrair mais autores/leitores. Percebe-se, ainda, que entre os estrangeiros, foi conferido menor espaço aos europeus, que quando presentes integravam a parte de línguas de origem latinas do continente.

Como podemos visualizar no Quadro 4, cerca de 20% dos articulistas que contribuíram com *Tapejara* eram estrangeiros, com predomínio dos argentinos, seguidos dos uruguaios. Entre os brasileiros, 21% deles estavam escrevendo da cidade de Ponta Grossa e 10% deles diz respeito a contribuintes do Paraná, principalmente de Curitiba.

Países	Autores (as)	Textos	Poesia	Prosa
Argentina	27	81	21	60
Uruguai	11	32	12	20
Portugal	7	31	19	12
Itália	5	5	1	4
Peru	4	5	5	
Cuba	3	8	5	3
México	3	7	1	6
Colômbia	2	2	1	1
Equador	2	3	3	
Espanha	2	2		2
Chile	1	1	1	
Estados Unidos	2	3		3
Líbano	1	1	1	
Paraguai	1	2	1	1
República Dominicana	1	2	2	
Suíça	1	3		3
Não ident.	4	4	1	3
Total	77	192	74	118

Quadro 5 – Demonstrativo das contribuições estrangeiras ao *Tapejara* (1950-1976)
 FONTE: Jornal *Tapejara* (1950-1976).

Olhando para determinados circuitos de bens culturais e simbólicos e lançando mão de estratégias de divulgação, os princesinos encontraram nichos para um trânsito nacional e internacional do seu periódico⁸⁸. Atentos às disputas de um campo intelectual que lhes parecia longínquo, mas que era percebido e ressignificado por eles, sua escrita é reveladora de um olhar singular a respeito de uma agenda de estudos e pesquisas (de cunho social, cultural, histórico, folclórico...) que dava novos passos no país.

2.1.1 A escrita “falada” dos *Jagunços do Pitangui*

Senhoras, Senhorinhas, Senhores ouvintes, Boa Noite! Continuando o ciclo de palestras sobre Euclides da Cunha, venho a este microfone, com a alma transbordante de júbilo, dizer algumas palavras concernentes à sua figura de bandeirante do estilo literário brasileiro (HANNIS, 1950, p. 3).

Com tais palavras, Ottockar Hannis abria um dos textos publicados na primeira edição do *Tapejara*. Elas são elucidativas de uma prática que deu vida a esse jornal e que foi costumeira ao longo de sua existência: as palestras promovidas pelos

⁸⁸ A informação acerca da tiragem do *Tapejara* não vinha escrita nele próprio e não pode ser obtida com precisão. O que se sabe é que em sua última edição, a de número 24 (1976), foi impressa com uma tiragem de 1000 exemplares, conforme o depoimento de David Montes, proprietário da *Gráfica Planeta* (GUEBERT; KARVAT, 2015, p. 44).

euclidianos constituíram material importante dentro de sua obra escrita. Os discursos elaborados por eles para serem falados nos microfones da rádio, em mesas de autoridade, jantares e salões-nobres, dirigidos inicialmente a um determinado público de ouvintes (grupos escolares e parcelas da elite local), eram convertidos, de maneira versátil, numa produção textual destinada a público outro, de caráter mais restrito, já que o formato escrito era consumido, basicamente, por pessoas iniciadas numa formação cultural erudita, isto é, que, em alguma medida, já consumiam esse tipo de produto.

Tal convenção estava ligada às disposições de oratória valorizadas pelo círculo, em que pese o lugar ocupado pela radiofusão educativa naquele cenário letrado, a ponto de conferências radiofônicas serem (re)publicadas por escrito enquanto conteúdo cultural legítimo, algo que não foi exclusividade dos euclidianos⁸⁹. A relação que essa geração de homens de letras, especialmente os educadores, estabeleceu com as emissoras de rádio no Brasil, assumindo um espaço de fala nas linhas sonoras, mostra-se um elemento que não pode ser menosprezado. Conforme Giovane da Silva (2016, p. 239), a lei que regulamentava os serviços de radiocomunicação no Brasil, “entre outras coisas, impunha às emissoras de rádio a obrigação legal de manter uma parte de sua programação voltada à educação e à cultura”. Aproveitando esse nicho, acometidos pela ideia de que “falavam para a nação”, compreenderam a rádio, junto da imprensa, como promotora e colaboradora do desenvolvimento social e cultural. Com expectativas sobre o potencial inédito da comunicação de massa, uma linguagem acessível para transmitir ideias dos “grandes autores nacionais” e, no limite, criar público para as letras faziam parte de suas preocupações. Importava, ainda, passar uma mensagem exemplar/uma lição nacionalista. Isso tudo se conectava a função de utilidade pública com que encaravam o seu “fazer e divulgar” história/literatura/ciência.

Estava relacionada, também, com as próprias condições das lides intelectuais locais: já que os integrantes do *Centro* não viviam da atividade de escritor, mas a dividiam com sua ocupação profissional, aproveitar os scripts teria sido uma forma criativa de lidar com a escassez de material inédito. Valendo-se do conteúdo de suas conferências reutilizadas como artigos, operavam um movimento, para além dos que

⁸⁹ Eles se aproximavam, nesse sentido, dos grupos que “durante a primeira metade do século XX direcionaram sua atuação política e cultural para o campo educacional emergente com o objetivo de reorientá-lo para práticas modernas e científicas, notadamente escolanovistas” (SILVA, G., 2016, p. 290).

presenciavam o ato ao vivo, em direção à comunidade intelectual de fora, para a qual o periódico era enviado.

Considerando as dimensões estratégica e educativa dessas ações, os euclidianos usaram diferentes mídias e linguagens na comunicação de ideias e conferiram relevância ao tema da “mediação cultural”, que estava na ordem do dia da intelectualidade brasileira dos anos 1950, seja como um dos pilares da Escola Nova, seja como um elemento dos chamados “estudos de comunidade”. Se ao educador cabia vulgarizar o conhecimento científico, naquele mesmo período, ao cientista social atribuía-se o papel de intérprete ou mesmo tradutor dos grupos detentores de um contexto cultural particular, que estavam sendo trazidos à luz, alguns pela primeira vez por seus estudos. Personagens e realidades rurais particulares ganhavam a cena não mais somente na literatura regionalista, mas também nos filmes etnográficos resultantes de expedições.

Temas convergentes apareciam na historiografia: a história da criação de gado, das bandeiras, da mineração, dos quilombos e das missões – em que pese aí o lugar ocupado pelos sujeitos coletivos identificados como “a gente do povo” – encontravam-se associadas a uma modernização da escrita histórica nacional. Nesse ponto cabe ressaltar a significativa confluência existente entre o Euclidianismo e a *Sociedade Capistrano de Abreu* (1927-fins dos anos 1960)⁹⁰. Segundo Ítala Bianca da Silva (2007; 2010), esta última foi criada na cidade do Rio de Janeiro – onde o historiador viveu a maior parte da vida adulta – dez dias depois da sua morte e também teve como finalidade o culto a sua memória. Assumindo para si a responsabilidade pela divulgação da produção de Capistrano, seus sócios reuniram textos que se encontravam dispersos na imprensa, publicaram inéditos como o livro *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil* (1930) e instituíram o *Prêmio Capistrano de Abreu*. Estas ações deram lugar a novos trabalhos que se empenhavam na compreensão da constituição territorial e

⁹⁰ Ítala Bianca da Silva (2007, p. 5-6) destaca que a agremiação começou quando amigos e admiradores de Capistrano de Abreu organizaram um velório no porão da casa onde ele costumava trabalhar e que se tornou sua sede oficial. O espaço estava relacionado simbolicamente à imagem que esta Sociedade defenderia de Capistrano como modesto e desapegado às questões mundanas. Depois de velado, cercado por seus livros e instrumentos de pesquisa, dentro da sua “oficina mental”, o cortejo seguiu até o cemitério São João Batista em Botafogo, acompanhado pela população curiosa, enquanto os jornais da época anunciavam com pesar a morte do “historiador nacional”, ao lado de homenagens a outros heróis da primeira república, como Floriano Peixoto e Rui Barbosa. A referida Sociedade estabeleceu a data de nascimento do historiador (23 de outubro) para suas reuniões anuais, voltadas a comemorar “o renascimento do autor através de pequenos atos de presença”. O grupo produziu necrológios, financiou biografias e um largo anedotário sobre o patrono, definindo-o como um homem de conduta moral modelar e, seus textos, como exemplares à escrita da História do Brasil. O círculo de “amigos e discípulos de Capistrano” era formado por filhos da elite letrada e econômica residente na capital carioca.

cultural do Brasil a partir dos temas que o historiador havia lançado em sua obra, enfatizando as particularidades dos sertões: os jesuítas, os bandeirantes, os índios, a geografia, as expedições dos colonizadores foram evidenciados como meios de conhecer a identidade nacional (SILVA, I. 2007, p. 7). A autora ressalta que essa Sociedade teve importância central na formação de uma imagem em torno de Capistrano de Abreu como fundador de uma nova forma de se escrever a história, onde o sertão se abria como objeto de pesquisa. Os integrantes do *CCEC* se alinharam, nesse sentido, a diversos intelectuais que se colocavam como imbuídos de continuar a redescoberta histórica do Brasil inaugurada primeiramente por Euclides, em seguida por Capistrano.

Capistrano de Abreu, patrono da cadeira de Joaquim de Paula Xavier no *CCEC*, a essa altura já era reconhecido como o autor responsável por reorientar a História rumo a uma guinada mais sociológica e interpretativa na qual o bom historiador, de homem de arquivo, passou a ser aquele que “conduz as palavras, não com mais elegância, pois não se trata simplesmente de eloquência, mas com maior apelo à experiência vivida, [...] que consegue dotar a linguagem do corpo vívido da História” (NICOLAZZI, 2011, p 53).

Os autores Marcos Chor Maio e Nísia Trindade de Lima (2009) destacam que a educação sanitária rural e as resistências culturais no Brasil foram pautas fundamentais dos cientistas sociais entre os anos 1940 e 1960. Interessados nos padrões de comportamento de um “Brasil que estava longe dos olhos das cidades”, formado pelo “pária da civilização” – o homem sertanejo na acepção de Júlio Paternostro (1945) - e na discussão sobre “as culturas de *folk*”, estudiosos defendiam que o conhecimento acerca da sua natureza sociocultural deveria antecipar e orientar intervenções sobre essa população.

Enquanto a imagem da oposição entre litoral e sertão e, concomitante a ela, a da existência de um grande país desconhecido continuou sendo revisitada pelo pensamento social brasileiro, unindo autores de temporalidades diversas, experimentava-se incursões num vocabulário popular. Nesse sentido, os euclidianos, sentiram-se atraídos, também, pelo circuito inverso da mediação cultural: não apenas por criar pontes da palavra escrita até a palavra falada, mas da inserção da oralidade em seu caráter documental na escrita (tanto ficcional quanto científica). Esse repertório estava intimamente relacionado com um contexto letrado de engajamento de “um expressivo contingente de intelectuais na valorização da cultura popular, concebida por eles não apenas como

objeto de pesquisa, mas principalmente como o lastro para a definição de nossa identidade nacional” (VILHENA, 1997, p. 21).

Além da presença do tupi-guarani no nome do periódico e em poesias e crônicas publicadas por ele, podemos destacar os usos narrativos que diversos articulistas fizeram de uma linguagem coloquial, começando por seus pronomes de tratamento grupal. Eles não se prenderam a parâmetros clássicos de narrativa, mas mesclaram formas tradicionais de escrita (mais rebuscada) com formas modernas de linguagem. Daí o lugar reservado ao “oral” em seus contos e crônicas, especialmente nos de cunho folclórico, como na seguinte passagem de Thiago Gomes de Oliveira, nordestino residente em PG:

No Nordeste é assim, o cabra cu “dá duro ou não vive”. Pois bem, para além daquele povoado longínquo, ainda me “arrescordo” a Leste do mesmo, bem do lado que o sol nasce que nem uma coivara rejurema, catingueira e ariú, para torrar a “prantação” e tishnar a pele do caboclo sertanejo [...] Aí fica a CARNAUBINHA, uma fazenda do Vaqueiro Manoel Martins, o mais certo seria do finado Manoel Martins, porque o homem já faleceu. Para a gente chegar das Varas até lá, tinha que atravessar três rios e varar, no Norte dizem descambar, duas ou três léguas, légua de beíço, o taboleiro Tejú-Assú onde há corridas de emas que vão comer frutos das Coroas de Frade (“de um cactus”) e as Seriemas ao anoitecer e à tarde espriaiar seus lamentosos cânticos que de encontro ao enternecedor aboio do vaqueiro triste vão quebrar o silêncio da amplidão monótona nas caatingas sertanejas onde o caboclo vive em eterna miragem e sonhos irrealizáveis (OLIVEIRA, T., 1950, p. 9).

Aos “Jagunços do Pitangui”, a linguagem de seus objetos era parte importante do que consideravam uma boa literatura. Ao pesquisar e botar pra circular essa linguagem coloquial e folclórica entre leitores “capacitados” (já inseridos naquele circuito de representações), permitiram-se experimentações literárias em pequenas doses. Com uma linguagem do romance e do conto e palavras que vinham da boca dos personagens, afrouxava-se a discriminação do popular como “não-cultura”, ainda que, como ele, não rompesse com a hierarquia dos níveis de cultura, nem com uma ideia evolucionista eurocêntrica de civilização (NAVES, 1998, p. 25). Assim, no *Tapejara*, a “simplicidade” das figuras típicas do interior do Brasil – associadas a uma geografia física e cultural do sertão – era controlada em aparições em momentos-chave dos textos. Atente-se a outra dessas passagens, de autoria de Arary Souto:

A peñolada suarenta e empoeirada, como seus montados, corre sôfrega para o desencilho e para o córrego que a espera para o banho gostoso do cavalo e cavaleiro. Boia feita: arroz, feijão, carne e mandioca. Noite... No galpão varrido para afastar ao máximo o carrapato do chão, brazeiro fumacento, redes armadas, ouve-se o acorde melancólico de um violão barato, acompanhando num ‘rasqueado’ típico a guarania que o companheiro choraminga, entrecortada pelas ‘cuspidas’ ocasionadas pelo naco de fumo (SOUTO, 1950, p. 7).

Essas descrições esmiuçadas, representativas do combate à irredutibilidade das linguagens de dois mundos, procuravam a voz e costume do “brasileiro comum”, para uma feição nacional da linguagem. Semelhante aos signos que Naves (1998) analisa na música, o registro “humilde” imprimia certa naturalidade e tradição ao clima bucólico e aos modos de agir dessa população, destacando um patrimônio folclórico rural num repertório de imagens desse homem do campo, sempre retratado em perfeita simbiose com a natureza na qual vive e que conhece a fundo. Nessa tendência estética, revelava-se uma poesia dos elementos prosaicos da vida rural cotidiana. Mesclaram, nas páginas de *Tapejara*, o que eles entendiam como tentativas de sofisticação e de modernização da linguagem com uma retórica de seriedade e com uma linguagem científica e rebuscada.

A legitimidade que reclamavam para si no uso dessa linguagem atrelava-se a competências especializadas do sociólogo, cujo trabalho de campo era a sua própria vivência, atrelada ao seu lugar de fala: como sujeitos do interior do Paraná, que se diziam conhecedores do sertão porque falavam a partir do sertão e também porque se propunham a estudá-lo a fundo, seriam homens capazes de representar com veracidade e proximidade o cotidiano, as tradições e a expressão cultural e étnica do Brasil. Euclides da Cunha representava um autor pioneiro dessas competências que buscou se deslocar ao Sertão e compreendê-lo, situado no polo oposto “de certos sábios e sociólogos de gabinete, principalmente do Rio e arredores, os chamados ‘mestres do asfalto’” (MICHAELE, 1961, p. 4), que, denotavam, segundo o léxico do *CCEC*, estudiosos nascidos e crescidos na metrópole e que se recusavam a sair dela, mesmo em exercício simbólico. Aqui o grupo recuperava a crítica efetuada pela geração de 1870 ao modis operandis de uma elite fechada em si mesma na corte – materializada na denúncia de Euclides da Cunha – para tecer uma crítica aos intelectuais do seu tempo que se fechavam ao “interior do Brasil” (e isso podia significar, por exemplo, focar em estudos de comunidades da população negra ao invés da cabocla), perspectiva que se apoiava na defesa de um tipo de intelectual legítimo: aquele que eles acreditavam encarnar.

No mesmo ano em que o *CCEC* foi fundado, em 1948, começou a funcionar a comissão Paranaense de Folclore, instalada em Curitiba. Um alto grau de legitimidade seria concedido aos estudos de folclore nos anos seguintes, devido ao próprio esforço em cadeia nacional dos folcloristas em favor da defesa das manifestações folclóricas e da instituição de agências que coordenassem esse esforço de pesquisa e preservação (VILHENA, 1997, p. 21). O desenvolvimento dessa área e o período em que alcançou o seu maior prestígio e publicidade se deu concomitantemente ao desempenho do *Centro* em Ponta Grossa. Assim, a importância dos estudos folclóricos no círculo euclidiano aumenta ao longo da década de 1950, conforme atesta o *Tapejara* nº. 20, que dedicou uma página específica ao tema. A “Página do Folclore” vinha acompanhada da seguinte nota:

Departamento de Folclore do Centro Cultural “Euclides da Cunha”

Em reunião da Diretoria, recentemente realizada, ficou, definitivamente, assentado, que o Departamento de Folclore do Centro Cultural “Euclides da Cunha”, criado há vários meses, passaria imediatamente a funcionar, ocupando de início, uma das páginas de *Tapejara*. O programa que irá desenvolver é imenso, abrangendo diversos setores da ciência folclórica: danças, músicas, cantos em geral, mitos, lendas, tradições, etc. No próximo número desse órgão daremos informações a respeito (DEPARTAMENTO..., 1958, p. 7).

Tal página vinha repleta dos seguintes recortes: “Como surgiram as raças humanas” (do *Folklore Brasileiro*, compilado por Benedito Caraça); *Cabocra Feiticêra* (Hélio Serejo [Mato Grosso] – do livro no prelo: “Cântico Cabôcro”); *La Werba Mate, Arbol Benedito* (*Folklore Paraguayo – Compilacion de Félix Coloccio*, autor de “*Folklore de las Américas*”). Em outras edições, o sócio-correspondente Agenor Salgado escreveu sobre o “Boi de Mamão” de Santa Catarina, e os sócios cearenses Thiago Gomes de Oliveira e Murillo Teixeira Barros escreveram sobre tradições folclóricas do Ceará, atestando sua preocupação com formas de cognição do “mundo brasileiro” que fugiam aos documentos escritos oficiais. Essas falas por vezes vinham em formas de memórias pessoais, outras vezes eram acionadas com tons lúdicos: um tipo de compilação que era considerada como parte da literatura, da linguística e da história, enquanto a CNFL vinha estimulando o avanço organizacional dos pesquisadores e uma busca, em certo sentido, por superar o formato “literário e

diletante” das armas de uma tradição intelectual que estava na base da associação ente o “nacional” e o “popular”⁹¹.

Enchendo sua prosa de brasileirismos e de próclise, os *jagunços do Pitangui* absorveram em suas práticas literárias a sua própria experiência de vida nos Campos Gerais, donde salta todo um linguajar e um sotaque de interior, exaltadas como características linguísticas regionais/nacionais, participando, nesse processo, da própria construção da memória. Esses formatos de escrita e de fala, portanto, encontravam-se e tais práticas são indicativas de uma opção estilística. Ressalta-se, a partir daí, suas características centrais: 1) as conferências tinham formato mais humanista e tradicional e eram muito valorizadas, a ponto de não adaptar e não apagar, muitas vezes, saudações iniciais ou finais direcionadas às plateias quando da sua publicação no periódico e fazendo com que o público leitor soubesse que se tratava de uma conferência; 2) a dimensão escrita, que já nascia como escrita, foi investida de uma forma considerada por eles mais moderna, que se enche da língua dos seus objetos, valorizada como elemento da boa literatura. Essas ambivalências demarcavam determinadas fronteiras entre oral e escrito: por mais que se praticasse essa fluidez, havia regras sociais de uso, níveis de aceitação e gêneros textuais específicos para empregar tais elementos. Expressões de nudez ou palavrões, por exemplo, nunca eram empregados, em conformidade com os códigos morais partilhados pelo grupo.

Alguns euclidianos se mostraram mais reticentes a tais formas, como se pode destacar na escrita ficcional e de opinião de Daily Luiz Wambier, o segundo autor mais frequente no *Tapejara*, atrás somente de Faris Michaele, Daily trabalhou na Rádio Clube Pontagrossense e em 1949, teve seu livro “Prelúdio (crônicas)” premiado pelo Centro de Letras do Paraná e publicado pelo CCEC em 1950. O livro apresentou crônicas produzidas sobre e para inúmeras ocasiões citadinas. Em várias delas, esse autor nutria profunda preocupação com a literatura lida pelos jovens, sendo mesmo a

⁹¹ No pós-segunda guerra, as orientações antigas dos estudos de folclore, que levariam a considerar a disciplina como parte da literatura, da linguística ou da história ainda tinham muita força, mas os folcloristas brasileiros começavam a crer na associação de esforços para criar condições institucionais para um novo tipo de orientação intelectual: a passagem de uma concepção literária e diletante dos estudos de folclore para uma visão científica, entendendo-se que isso envolvia necessariamente um avanço organizacional dos pesquisadores. Silvio Romero, por exemplo, para a CNFL, figurava como uma espécie de fundador da tradição desses estudos na perspectiva literária, cuja condição de pioneiro foi associada ao onus do isolamento em que produziu: Romero teria combatido o romantismo literário e o ecletismo filosófico nas primeiras décadas da vida nacional com um emergente pensamento crítico para se analisar a realidade nacional (VILHENA, 1997, p. 78, 81).

favor de censura⁹². Wambier não se sentiu atraído como seus colegas cronistas Arary Souto e Thiago Oliveira pela linguagem coloquial. Poderíamos aventar que sua postura era mais conservadora, especialmente com termos que poderiam soar “chulos”, defeito que ele e outros críticos atribuíram, por exemplo, ao estilo de Gilberto Freyre.

Nos textos publicados por mulheres no *Tapejara*, atrelados a uma expectativa que valorizava o sentimento e o belo, culturalmente percebidos e significados como próprios do feminino (naturalização operada pelo sistema de gênero da época), também não encontramos o recurso a essas formas de linguagem. Na forma e no conteúdo, as escritoras circularam como portadoras de elementos que as definiam como espiritualistas e introspectivas. Reconhecidas como mulheres, cuja “essência” seria emotiva e melancólica, como se estas fossem características universais da mulher, portanto da mulher que escreve, elas foram admiradas por isso. Concordando com Regina Dalcastagnè, esse tipo de apreciação remonta a séculos de literatura em que as mulheres permaneceram nas margens, condicionando que a voz dos homens não teria gênero e que “por isso existiriam duas categorias, a ‘literatura’, sem adjetivos, e a ‘literatura feminina’, presa a seu gueto” (DALCASTAGNÈ, 2005, p. 63). Considerando esses significados sociais e culturais mais amplos na disposição entre autoria e gênero no periódico, há que se destacar que as experimentações literárias, a incursão entre gêneros e formas textuais foi mais fluída entre os homens⁹³.

As visões de mundo dos articulistas do *Tapejara* foram dispostas em formas híbridas de discurso, que misturavam retórica, oratória e uma condução moralizadora de argumentos (como uma *historia magistra vitae*) com instrumentos tidos como modernos para dar imagem aos “caipiras”, enquanto cernes da identidade nacional. O melhor exemplo disso são as chamadas “expressões regionais”, que buscavam auxiliar a aproximação do público leitor com toda uma ambientação do sertão.

O principal estudioso filológico destas expressões no *CCEC* foi, sem dúvida, Faris Michaele. Como nos informa Marchese (2014, p. 80, 82), ele adentrou aos estudos linguísticos em meio aos elementos morfológicos, como sufixos, infixos, desinências, prefixos e etc, entendendo a língua num horizonte maior que o da forma de expressão:

⁹² Ao menos em duas ocasiões Wambier escreveu no *Tapejara* sobre a moralização das publicações infanto-juvenis, especialmente “historietas em quadrinho [e] literatura de gangster” na chamada “sedução dos inocentes”. Também se destacou como um dos maiores expoentes do pensamento cristão no grupo.

⁹³ Compreende-se, recorrendo às considerações de Regina Dalcastagnè (2005, p. 17), que os parâmetros de julgamento estético circunscrevem um espaço hierárquico de expressão, que corresponde aos modos de manifestação de alguns grupos, não de outros, o que significa que determinadas produções tendem a ser *não incluídas* de antemão.

“como a representação dos seus valores sociais, morais, políticos e culturais”, elementos privilegiados para se perceber “os traços que formaram nosso — jeito de ser brasileiros, as nossas raízes, a brasilidade”. Ele lutou grande parte de sua vida pelo que chamava de “conservação e ensino da língua tupi”, entendendo-a como a língua predominante no Brasil em seu tempo de formação, conforme se ressaltava em diversos artigos de *Tapejara*, alguns recorrendo a autoridades dos chamados estudos brasileiros com os quais dialogavam, como foi o caso de um texto reproduzido de Sérgio Buarque de Hollanda, em abril de 1955, a respeito da língua geral em São Paulo do período colonial. Escrevendo ou traduzindo poemas do português para o nhengatu, lembrando significados de nomenclaturas geográficas, promovendo cursos de extensão, distribuindo seu manual para aprendizagem do tupi, o diretor de *Tapejara* costumava enumerar nove razões do porque “devemos estudar a língua dos selvagens do Brasil”: filológica, geográfica, histórica, sociológica da cultura, folclórica, científica (de pesquisa), literária, diplomática e patriótica (MICHAELE, 1961, p.4-5).

Em conformidade com a proposta do movimento, além do *Tapejara*, em 1951 o *CCEC* editou seu primeiro livro. Não por acaso, esse livro era da autoria de Michael e dizia respeito ao referido tema. Entre centenas de cartas recebidas pelo grupo a partir daquele ano, em uma delas, chegavam palavras de elogio do Marechal Candido Rondon, criador do SPI, sobre as iniciativas do princesino, especialmente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, que acabara de entrar em funcionamento: o próprio Faris havia lhe procurado por carta para contar sobre a criação e o desenvolvimento de um curso de Tupi Guarani de sua autoria na instituição. Rondon lhe felicitava por isso (RONDON, Rio de Janeiro, s.d.).

O livro “Manual de Conservação da Língua Tupi” (publicações euclidianas) reuniu justamente o conteúdo que fez parte da preparação do curso de Tupi ministrado na cidade. Além desta obra, podemos destacar ao menos outras cinco, de autoria de outros sócios, que contaram completamente ou em parte com o mecenato do *CCEC*: “Prelúdio: crônicas” (1950) de Daily Luiz Wambier; “Roteiros e Jornadas (Ensaio, Discursos, Crônicas e Jornalismo)” (1952) de Cyro Ehlke; “Política Trabalhista” (1953) de Mário Lima Santos; “Poeira do meu caminho: versos” (1953) de Plácido Cardon e “Antologia Pontagrossense: poesia” (1960) de Ribas Silveira. Ainda que não caiba em nosso recorte realizar uma análise minuciosa dessas edições, elas representam uma faceta importante da produção do círculo: servem de lócus para percebermos estratégias de consagração e diálogos travados entre os diferentes materiais impressos no âmbito do *Centro*.

2.1.2 As edições da Casa e a Biografia não autorizada de Faris Michaelé

Dentro de poucos dias, estará a venda nas principais cidades do Brasil, o livro “Manual de Conservação da Língua Tupi”, de autoria do Dr. Faris Antonio S. Michaelé. É um trabalho quase que inteiramente original, pois que apresenta **o glorioso idioma das bandeiras** sob um prisma realmente novo, adotando **método que proporcionará fácil aprendizagem**, através de vocabulário atualizado, tal qual se fala atualmente, na Amazônia. Sendo o primeiro livro editado pelo Centro Cultural Euclides da Cunha, constitui **homenagem à invencível raça cabocla**, cujo mavioso idioma predominou, no Brasil, até fins do século XVIII (THIAGO, 1951, p. 8, grifos nossos).

Nesse enxerto, visualizamos algumas estratégias de divulgação do livro (que também foram comuns aos outros livros que o *CCEC* lançou): textos o anunciaram com uma crítica positiva no *Tapejara* e em correspondências aos pares pouco antes e depois da sua publicação. Ao mesmo tempo, no interior desses livros o círculo euclidiano e o *Tapejara* eram divulgados, especialmente nos prefácios⁹⁴.

Como a edição de livros se concentrava nas capitais e, especialmente nas cidades menores ainda era feita por tipógrafos locais, recorrendo ao (e podendo contar com) o apoio de mecenas privados, bem como da prefeitura, da câmara municipal ou do governo estadual por ocasiões de efemérides, algumas das políticas culturais pelas quais os euclidianos lutaram foram justamente as de fomento público para seus empreendimentos editoriais. O pertencimento a um Centro Cultural foi fundamental, nesse sentido, às intenções de se lançar um livro através dos meios disponíveis na região. Daí que quando um autor do *CCEC* era publicado, divulgava-se o grupo ao qual estava ligado.

O segundo passo normalmente era o custeio de parte (ou do total) de gastos, seja da publicação ou do envio do material produzido, pelo próprio autor ou pelo grupo a quem interessava que tais obras circulassem. Tratava-se, mais uma vez, de trocas e solidariedades mútuas. A produção de Eno Theodoro Wanke é exemplar da questão: após publicar seus primeiros livros via *CCEC* e Câmara Municipal de PG, criou a sua própria editora (“Plaquette”) através da qual pode lançar dezenas de livros de sua

⁹⁴ Atente-se, nesse sentido, a seguinte passagem do prefácio da biografia de Faris Michaelé, de autoria do euclidiano Murilo Teixeira Barros, escrito por Flávio Guimarães: “o glorioso *Tapejara*, vistoso e imponente, espalhado pela mesa de tantos vultos eminentes do Senado-Federal, a surpreender os Senadores com sábias publicações deste recanto do Paraná e incontestável centro de cultura” (GUIMARÃES, 1957, p. 3).

autoria na segunda metade do século XX, entre eles uma Biografia de Faris Michael e oito relatos de memórias⁹⁵. Em “O Voo da Pombinha” (Edições Plaquette, 1964), Eno Theodoro Wanke transformou em livro o seu poema mais conhecido, traduzindo-o para inglês, francês, alemão, espanhol, polonês, tcheco, italiano e tupi moderno. O livro de um poema só vinha acompanhado de “uma pequena história de Ponta Grossa e um levantamento dos seus homens de letras” (WANKE, 1964, p. 1). Este elemento, que ele chamou de “panorama intelectual princesino”, era de praxe nos livros dos euclidianos: a estratégia era capaz de garantir a inserção da obra, ao menos no circuito de letrados sobre os quais ela comentava.

Das “publicações euclidianas” propriamente ditas, lançadas entre 1951 e 1960, “Antologia Pontagrossense: poesia”, da autoria de Ribas Silveira, dedicava-se inteiramente a reunir e apresentar versos de 40 poetas da cidade. Seu lançamento solene ocorreu no *CCEC* em novembro de 1960. Na contracapa das edições, lê-se abaixo do título: “Organizada por Ribas Silveira. Com a colaboração de 40 Beletristas Pontagrossenses. Trabalhos inéditos”. Os verbetes desse livro foram compostos por três elementos: o nome do poeta, seguido de um parágrafo com uma pequena biografia a seu respeito e, finalmente, a poesia de sua autoria. Sua estrutura segue uma direção cronológica, iniciando pelos poetas do século XIX e finalizando, então, nos poetas contemporâneos. Os membros do *CCEC* despontam na obra, ao passo que sua filiação é sempre indicada: dos 41 autores apresentados (ele mesmo + outros 40), mais da metade pertencia à instituição.

Note-se que a maior biografia presente na antologia é a do próprio autor-organizador do livro, detalhando quais eram seus outros livros já publicados, seus contos laureados, detonando seu prestígio. Ribas Silveira separou três poemas seus, conferindo também um lugar maior à sua própria produção. Tudo leva a crer que esses atos eram considerados legítimos na economia de trocas do grupo. A antologia inicia-se com uma breve história da cidade de Ponta Grossa, seguida de uma transcrição do hino municipal. Um lugar comum das obras era a exaltação das belezas e grandeza da cidade.

⁹⁵ Após uma temporada no recinto euclidiano, frequentado por Eno Theodoro Wanke nos anos 1950 entre o curso de Engenharia Civil (na Universidade do Paraná) e os primeiros anos de recém-formado, ele passou a ocupar um cargo na Petrobrás, mudando-se para o Rio de Janeiro no fim daquela década, mas manteve o contato com o grupo via cartas e contribuições ao *Tapejara*. Costumava enviar seus livros aos antigos pares e a agremiações parceiras do *Centro*, como o Círculo de Estudos Bandeirantes em Curitiba. No início dos anos 1970, já havia adquirido muita prática no envio de suas obras: oferecia o produto em carta, anexando junto uma pequena biografia, algumas vezes as páginas de “Who’s Who in Brazil” sobre a sua persona ou apreciações elogiosas de seus pares sobre a sua poesia. A Editora Plaquette localizava-se no Rio de Janeiro, no endereço residencial de Eno Theodoro Wanke.

Especialmente nesse caso, em que a sua escrita, tanto em poesia, quanto em prosa, teve características de estilo e de temas bem demarcados: Silveira estava acostumado a escrever a história dos Campos Gerais do Paraná. Enquanto memorialista misturava a voz de seus antepassados com os retratos dos “peões e tropeiros” e análises da formação da sociedade campeira. Atente-se as fotografias a baixo⁹⁶:



Figura 9 – Lançamento do livro de Ribas Silveira no CCEC, novembro de 1960.
FONTE: Acervo Faris Michaele - Centro de Documentação e Pesquisa em História, UEPG.



Figura 10 – Ribas Silveira autografa sua antologia no CCEC, novembro de 1960.
FONTE: Acervo Faris Michaele - Centro de Documentação e Pesquisa em História, UEPG.

⁹⁶ Na Figura 9, da esquerda para a direita: n.i., Ribas Silveira, n.i., Faris Michaele, Daily Luiz Wambier. Na Figura 10, da esquerda para a direita: n.i., Ribas Silveira, Daily Luiz Wambier.

Na figura 10, o autor Ribas Silveira (situado no centro) escrevia uma dedicatória. Diversas edições se encontram dispostas sobre a mesa. Euclidianos sentados próximos se ocupavam do livro e das conversas que ocorriam em torno dele. Como de costume, seus objetos de reverência – os livros – constituem o cenário da reunião, da edição lançada às prateleiras da biblioteca na parede. Na figura 9, na mesma ocasião, mas referindo-se há outro momento da reunião, o presidente Faris Michaelle, com um discurso à mão, profere palavras, apresentando o livro e elogiando seu autor aos pares. Nesse momento, o CCEC se encontrava funcionando novamente em sua casa.

A composição dessas cenas diz muito sobre o grupo, já que a disposição de lugares revela proximidades que também ocorriam na obra escrita. Não é fortuito que dos cinco homens reunidos em torno da mesa principal onde se encontrava os exemplares e o caderno oficial de atas de reuniões do *Centro*, três lançaram livros pelas Edições Euclidianas, os mesmos que se notabilizaram como os autores com forte presença no *Tapejara* (Faris Michaelle, Daily Luiz Wambier e Ribas Silveira foram, respectivamente, os articulistas mais publicados no jornal).

Em carta enviada ao antropólogo José Loureiro Fernandes em janeiro de 1966⁹⁷, Faris Michaelle escreveu: “Tomei a liberdade de, igualmente, lhe oferecer um exemplar de “Antologia dos Poetas Pontagrossenses”, de Ribas Silveira, que espero seja do seu inteiro agrado”. O correio foi o instrumento mais usado para fazer suas obras circularem, acionando-se através dele as redes de sociabilidade intelectual. Como de costume, esse livro também foi anunciado no periódico:

Elaborada pelo espírito incansável de Ribas Silveira, embora também idealizada por outros companheiros, a “Antologia de Poetas Pontagrossenses” foi lançada, solenemente, no mês de novembro de 1960, na sede do Centro Cultural Euclides da Cunha onde se achava concentrado forte contingente de “jagunços”. O extraordinário poeta princesino, que tantos livros de importância vem escrevendo e, gradualmente editando nos últimos anos foi, na ocasião, saudado pelo Dr. Faris Antonio S. Michaelle, que relembrou o seu papel de pioneiro e polígrafo de inegáveis qualidades. O Sr Ribas Silveira demonstrando excelente forma, respondeu num soneto, dedicado aos presentes. Esperamos que fatos como o presente se repitam, sempre, para agitar o ARRAIAL DO PITANGUI (ANTOLOGIA..., 1961, p. 15).

⁹⁷ O médico José Loureiro Fernandes integrou o grupo de antropólogos que criou a Associação Brasileira de Antropologia nos anos 1950. Destaca-se em sua trajetória a atuação no Museu Paranaense, onde chefiou a seção de Antropologia e Etnografia e realizou pesquisas pioneiras sobre os povos indígenas do Paraná. Ele foi diretor do museu de 1936 a 1943 e de 1945 a 1946. Loureiro também foi o professor da cátedra de Antropologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná. Nos anos 1950, ministrou as disciplinas de Antropologia Física, Etnografia Geral e Etnografia do Brasil para o curso de Geografia e História, e Antropologia Física, Antropologia Cultural e Etnografia do Brasil para o curso de Ciências Sociais (SANTOS, HELM, TEIXEIRA, 2006, p. 82).

A propaganda e a “crítica literária” operadas pelos sócios em relação às obras do próprio círculo, tal como os elementos pré e paratextuais como prefácios, dedicatórias, pequenas histórias e antologias anexas aos manuscritos, revelam-se lócus importantes de exercício da fidelidade aos credos do grupo. Como destacam Elias e Scotson em “Estabelecidos e Outsiders”, elogiar os colegas era uma forma de louvar “a vida digna e respeitável que levavam em sua comunidade em contraste com outras de que tinham conhecimento” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 121).

Essas práticas transformavam as palavras trocadas (“espírito incansável”, “papel de pioneiro”, etc.) em signos de reconhecimento mútuo. Conforme Pierre Bourdieu (2015), a troca produz o grupo e determina ao mesmo tempo os seus limites, além dos quais a troca, o comércio, a comensalidade, o casamento não podem ocorrer. Cada membro, assim, encontra-se instituído como guardião desses limites: pelo fato de que a definição de critérios de entrada no grupo já está em jogo em cada nova inclusão, um novo membro poderia modificar o grupo mudando os elementos da troca legítima por uma forma qualquer de “casamento desigual” (BOURDIEU, 2015, p. 76).

Os euclidianos, nesse sentido, revelam em suas estratégias de escrita uma profunda percepção das relações de força definidoras daquela configuração intelectual: o peso que a troca de palavras elogiosas exercia na sua reprodução, a importância de recursos políticos para se alcançar recursos públicos, a necessidade de fidelidade às normas (familiares, religiosas, de gênero, de linguagem) aceitas pela comunidade, entre outras.

Nesse cenário, podemos aventar o pequeno escândalo com que deve ter sido envolta a chegada da Biografia de Faris Michaele (1957), de autoria de Murilo Teixeira Barros, também editada pelo *CCEC*. Com estilo diferenciado dos textos anteriormente citados, o euclidiano expôs facetas do líder do agrupamento que não faziam parte da gama de apreciações esperadas, começando pelo espaço privado:

Agora fazemos uma apreciação do Prof. Faris íntimo, fora da cátedra de professor e das lides da cultura, para o conhecermos melhor no ambiente doméstico da família. Sendo solteiro, o Prof. Faris mora em uma casa contígua à residência do seu cunhado – Dr. Gabriel Bacila [...] Sua única irmã, D. Selma Bacila, que é uma grande dama, é quem se encarrega de cuidar dos arranjos domésticos de sua casa. E apesar do esforço e dedicação dessa dona de casa exemplar, ela não consegue, “nem por meia hora”, manter arrumados os quartos de dormir, o gabinete e a Biblioteca, transformados em um verdadeiro pandemônio. Os leitores não irão acreditar que o gabinete desse eminente homem de letras é mais desarrumado que o estilo de Gilberto Freyre... Quem entra nas peças da casa do autor de “titãs de bronze” fica horrorizado em encontrar pirâmides de revistas, papéis, notas, jornais e livros

por cima das mesas, cadeiras e sofás, e apesar da existência de uma mobília completa nunca se encontra uma cadeira disponível para um visitante sentar. E o mais cômico e pitoresco de tudo isso é a recomendação que faz com frequência para ninguém “desarrumar” aquela balbúrdia ou feira livre do seu material de trabalho. Mas tirando essa alergia à ordem e aversão à disposição estética dos livros, o Prof. Faris é um excelente hóspede (BARROS, 1957, p. 31-32).

O biógrafo mobilizava um ponto crucial da crítica que os euclidianos adotavam em relação à escrita de Gilberto Freyre para voltá-la contra o próprio Faris: ao comparar a bagunça de um estilo de linguagem com a bagunça de um espaço físico, seu tom era de ironia. Nesse espírito de descrição íntima e adjetivada, foram revelados detalhes não apenas sobre o seu gabinete, mas também sobre seus hábitos alimentares⁹⁸. Discorrendo sobre o que ele gostava de comer (e, mais, que comia bastante), suas palavras soaram deselegantes. Lia-se ali um retrato de Faris Michael e como homem que “tinha um retrato físico vulgar [...] um homem gordo” (BARROS, 1957, p. 29).

Por um lado, Barros (1957, p. 27) buscou representar a proximidade que tinha em relação à Michael e: “Apesar de conviver com ele, com alguma intimidade, há muitos anos, nunca o vi zangado...”. Por outro, o mestre foi convertido em objeto de uma descrição herdeira da própria antropologia física que praticava, na qual um dos principais elementos de análise eram a constituição e disposição do crânio, traçando-se paralelos e uma suposta inter-relação entre inferioridade ou superioridade física, mental e moral. Vale lembrar, junto a Schwarcz (1993), que nesse paradigma os fatores físicos serviam para definir não só a criminalidade, a doença mental ou as características de tipos raciais primitivos, mas também a genialidade. Faris seria um homem

de estatura média e a cabeça bem proporcionada. Seu rosto, que não se apresenta nenhuma particularidade notável, é feito por traços delicados: nariz bem feito e afilado, olhos castanhos bem claros, sempre protegidos por uns óculos de grau para corrigir a vista cansada ou miopia escolar, o atavismo racial da boca rasgada e regular, guarnecida por um ralo bigode bem aparado, e **o queixo um tanto saliente de homem voluntarioso**. A sua pele alva, ao contrário do tipo moderno, que é mais comum na terra dos seus ancestrais, revela que a Síria, sendo invadida e dominada sucessivamente por egípcios, persas, gregos, romanos e árabes, não apresenta, na larga miscigenação havida durante tantos séculos, um tipo racial característico, havendo peles de diversas tonalidades, embora não exista **nenhum tipo dolicocefalo louro** e

⁹⁸ Note-se, por exemplo, essa passagem: “Alimenta-se muito bem, mas não gosta muito de carne. Prefere o peixe ou camarão e aprecia muito toda e qualquer espécie de verduras e frutas. E, como todo brasileiro que se preza, regala-se muito com a nossa feijoada. Da cozinha síria, gosta muito do quibe e de grão de bico ao molho de gergelin. Aprecia imensamente os bolos, cremes, tortas e doces. Bebe muito café e não toma bebida alguma que contenha álcool. Só gosta de água tônica, guaraná e gengibirra. Fuma somente três charutos por dia. E dorme, como um justo, as oito horas diárias recomendadas pela Patologia” (BARROS, 1957, p. 32).

de olhos azuis. O seu andar, como sucede aos homens gordos, é pesado e lento. Mas o Prof. Faris sabe entreter o acompanhante com uma preleção viva e atraente, tirando uma excelente desforra da **desvantagem dessa característica sua** (BARROS, 1957, p. 29-30, grifos nossos).

Dava-se ensejo, no ato de escrever aquela vida, a uma postura científica de observação e a um estilo de revelação. Para compreender o significado social dessa obra, é importante ressaltar que a polêmica não configurava uma das práticas fundamentais da vida intelectual pontagrossense. A “cultura de bairro” da cidade pequena, a proximidade familiar, os riscos políticos envolviam o cultivo de uma aparente harmonia (isto é, não costumavam se criticar publicamente, ao menos não por vias escritas). Apenas criticavam autores de fora do grupo.

Além disso, podemos retomar os seguintes elementos: a capa da biografia trazia em letras maiúsculas o nome do autor precedido do pronome General, demarcando sua posição social e militar, seguida da alcunha institucional “Vice-presidente do Centro Cultural Euclides da Cunha”. Um retrato fotográfico de Faris Michaele, como de costume – de terno e gravata e com semblante austero – foi impresso antes do prefácio, que pode contar com a assinatura do então senador Flávio Carvalho Guimarães. Conforme o prefaciador, o general escreveu uma “biografia muito viva e palpitante do professor [...] presidente perpétuo dos Euclidianos”, porque “busca-lhe as tendências, as ideias principais do biografado e até suas mais ingênicas tendências filosóficas” (GUIMARÃES, 1957, p. 3).

Se o objetivo era prestar uma homenagem a Michaele e ao *CCEC*, não passa despercebido que os dois capítulos iniciais discutem “a formação cultural brasileira” e “os Sertões e seus detratores”, que conforme Flávio Guimarães, seriam retomadas das ideias do próprio biografado e da instituição, ainda que o autor revelasse “tranquilamente ser dono de suas conclusões, de seus escritos a que o lastro de cultura sedimentada lhe fornece a segurança de informações” (GUIMARÃES, 1957, p. 4). Note-se duas questões em jogo nesse ponto: a de que Murillo Teixeira Barros falava por Faris Michaele, dava voz a ele, apropriava-se de suas ideias; e a de que alocava essas ideias sem referir-se diretamente à ele nesses capítulos. Mais da metade do livro dedicava-se a defender uma agenda de ideias, para então inserir o biografado na narrativa somente no terceiro capítulo. Por mais que viesse com o nome do já conhecido professor e líder do grupo, prefixos do tipo “o que nós estamos fazendo no *Centro*” predominavam.

Seguindo a mesma tendência, destacamos como estratégica a maneira como o autor citou a si mesmo em dois momentos do texto (indicando uma obra sua em nota), bem como a referência aos escritos de seu pai (Alerano de Barros) e também de seus pares: Faris Michaelle, que passa de biografado a autoridade indianista, e Cyro Elcke.

A biografia é representativa das relações que eles desenvolveram entre si e com o restante do grupo: como veremos a seguir, o pacto grupal foi rompido mediante a publicação da obra, “não autorizada” pelo sujeito ao qual ela se referia, e seria retomado mais adiante. Levando em conta as considerações de Pierre Bourdieu (2015), para circunscrever certa “concorrência” e disputa internas em limites que não comprometam a acumulação do capital que fundou o grupo e que o faz existir, o próprio grupo regulava a distribuição, entre seus membros, do direito de se instituir como delegado do coletivo (mandatário, representante, porta-voz) e de engajar o seu capital social. Desse modo:

[...] os grupos instituídos delegam seu capital social a todos os seus membros, mas em graus muito desiguais [...] podendo todo o capital coletivo ser individualizado num agente singular que o concentra e que, embora tenha todo seu poder oriundo do grupo, pode exercer sobre o grupo (e em certa medida contra o grupo) o poder que o grupo lhe permite concentrar (BOURDIEU, 2015, p. 77-78).

Nesse sentido, o porta-voz do grupo naquele momento intercalou comentários que foram considerados “blasfêmias” com outros bastante laudatórios, como quando relata que a “vida intelectual [de Faris Michaelle] pode ser comparada à de um apóstolo abnegado que se dedica ao trabalho silencioso, metódico e realizador” ou que “ninguém melhor do que ele, sabe avaliar as dimensões e o peso das ideias” (BARROS, 1957, p. 28-29). O que torna o livro mais interessante aqui não é tanto o tom laudatório, mas a polêmica gerada por algumas indiscrições de desrespeito às normas estabelecidas, levando em conta o tipo de relação entre o produtor e o objeto do relato biográfico. Esses constrangimentos são indícios, novamente, da posição de cada um naquele momento: o biografado era o presidente (o único que existiu desde o início dos trabalhos da instituição); o biógrafo o vice, alguém que adquiriu tal posto após buscar participar e contribuir com o *Tapejara* e mostrar-se leal ao grupo, com anos de dedicação ao seu trabalho coletivo. O primeiro era professor secundário; o segundo, general reformado.

Barros exprimia o interesse dos herdeiros de Faris em cultivar a contribuição deste para a cidade e para as letras, o que além da profunda admiração nutrida, funcionava também como uma estratégia de auto-promoção: notamos que perfis biográficos eram produzidos por iniciativa de pretendentes à sucessão em vagas eletivas, em postos de relevo e confiança (MICELI, 2001, p. 350). É nesse sentido que afirmava que Faris “Trabalha, com energia [...] visando preparar uma elite nacionalista capaz de continuar a sua tarefa, após o seu desaparecimento” (BARROS, 1957, p. 28). Basta lembrar que foi por proposta de Barros que em setembro de 1954 os euclidianos conferiram a Faris Michaelae “o estatuto de presidente perpétuo do Centro Cultural Euclides da Cunha, em face dos serviços relevantes prestados por êste intelectual ao Centro desde sua fundação” (CCEC, Ata n.º. 55, 11 set. 1954). E que nesse mesmo ano, foram lidos e autorizados em reunião euclidiana trechos do livro inédito que Barros estava a preparar. Pouco tempo depois, em janeiro de 1955, registrava-se em Ata a primeira reunião da diretoria do *CCEC* que, devido à ausência de Faris Michaelae (que devia estar fora da cidade), foi efetuada “sob a presidência do tte. Cél. Murilo Teixeira Barros” e “divulgada na imprensa” (CCEC, Ata n.º. 56, 05 jan. 1955).

A Biografia foi impressa na Gráfica Max Roesner, de Curitiba, com financiamento do próprio *CCEC*. O livro era pra ser um presente de aniversário da instituição à Faris Michaelae. Mas uma vez considerado um insulto à sua pessoa e um desrespeito às normas aceitas, o efeito causado pelo livro foi, fundamentalmente, a ação do biografado em recolher tantos exemplares quanto possíveis de volta, tirando-os de circulação⁹⁹. Segundo Wanke (1999), o segundo euclidiano a escrever uma biografia de Faris (vinte anos após a sua morte), aquela se tratou de uma biografia:

que deixou o biografado muito aborrecido. Cortaram as relações. Mas quando Murillo faleceu na Princesa dos Campos, Faris e sua esposa compareceram ao enterro. Nas férias de natal de 1957 fui visitar Faris, e ele me deu um exemplar de presente. Suas palavras foram surpreendentes: – dou-lhe este livro para que se divirta. O cafajeste fez isso só para satisfazer sua vaidade, procurando doutrinar em assunto que não conhecia, às custas do meu nome e do dinheiro do Centro. Tão surpreendentes vindas de Faris foram estas palavras, que as anotei imediatamente, e aí estão, *ipsis literis*. A edição foi de mil exemplares e custou ao Centro 15000 cruzeiros – uma boa fatia do que ele recebia de subvenção governamental. Dos mil exemplares, Faris conseguiu reter cerca de 850, sendo que o resto fora distribuído pelo autor, General Murilo, em Ponta Grossa (WANKE, 1999, p.42).

⁹⁹ Fruto desse trabalho de recolhimento, dezenas desses exemplares do livro encontram-se no Acervo do *CCEC*. A obra é desacreditada, ainda hoje, pela família de Michaelae.

A biografia não autorizada contém aquilo que Norbert Elias e John Scotson (2000) chamam de fofoca elogiosa e sua inversa¹⁰⁰: o padrão e o conteúdo dessas fofocas variam conforme a estrutura e a situação dos grupos de pessoas que as botam para circular. Em 1957, quando a obra foi escrita, o *CCEC* se encontrava numa fase singular de sucesso, optando Faris Michaelé por tentar silenciar a indiscrição para a população em geral. Ela deve ter motivado códigos de censura que, entre toda a sorte de mexericos, reforçavam vínculos dos “euclidianos virtuosos”. Quando Wanke (1999) escreveu sobre o ocorrido no final do século, o *Centro* já não mais existia e a indiscrição pode ser comentada e julgada por escrito: importava para ele, justamente, colocar-se como o biógrafo não só mais próximo de Michaelé e com melhores intenções do que o primeiro, mas também como o mais próximo da verdade.

Os integrantes do *CCEC* possuíam relações entre si desde o tempo da infância ou juventude, coisa que Wanke procurou demarcar em sua escrita: que Faris Michaelé fora seu professor e amigo, que Joaquim de Paula Xavier fora seu primeiro oculista e que tantos outros fizeram parte de sua vida cotidiana. Nos anos 1950, velhos conhecidos eram membros atuantes no *Centro*. Esse conhecimento prolongado “também aprofundava o interesse comum em tudo que acontecia com os membros do grupo e facilitava o fluxo das notícias. Cada um sabia como se situar em relação aos outros” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 121). As relações entre os integrantes de longa data do círculo, das quais Murilo Teixeira Barros não fazia parte, parecem ter saído reforçadas de alguma forma.

Ainda que Faris Michaelé tenha renegado e recolhido à biografia, essa recusa se deu de forma velada (por canais de boataria) e o autor não foi diretamente expulso, mas continuou frequentando as reuniões do *Centro*, como mostram as atas de reuniões. Essa tensão escancara relações de poder que atravessam os empreendimentos culturais: Faris, mesmo conquistando uma posição de destaque social e simbólico, não poderia rejeitá-lo

¹⁰⁰ Fazendo um uso das palavras de Elias e Scotson podemos dizer que “as fofocas de apoio e elogiosas [...] se misturavam e eram frequentemente inseparáveis das fofocas de coloração afetiva inversa, as de rejeição e censura. Os mexericos de censura apelavam mais diretamente para o sentimento de retidão e virtude daqueles que os transmitiam. Mas traziam também o prazer [excitante] de permitir que se falasse com terceiros sobre coisas proibidas [...] A censura grupal imposta aos que infringiam as regras tinha uma vigorosa função integradora. Mas não se sustentava sozinha. Mantinha vivos e reforçava os vínculos grupais já existentes. No interior do grupo [...] tinham a função de apoiar as pessoas aprovadas pela opinião dominante e consolidar as relações entre os integrantes, mas também a função de excluir pessoas e cortar relações. Podiam funcionar como um instrumento de rejeição de extrema eficácia [...] característica do efeito peculiar que, nas comunidades muito unidas, as fofocas e os intercâmbios constantes de notícias e de pontos de vista têm sobre as opiniões e as crenças coletivas” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 125).

ou fechar as portas para ele. Sintoma de que o *CCEC* era também um lugar de disputas. O pacto e a coesão grupal tiveram momentos de rompimento, seguidos de estratégias de reprodução grupal e “boa convivência”¹⁰¹. A aceitação da situação não deixava de estar condicionada ao lugar de fala de Murilo, que constituía a autoridade militar máxima local e era herdeiro de uma família de consagrados intelectuais nordestinos.

Murilo Teixeira de Barros era cearense, filho do pernambucano Joaquim Alerano Bandeira de Barros (1882-1955), doutor em direito pela Faculdade de Recife que fez carreira como magistrado (juiz de direito) e professor no Ceará na primeira metade do século XX. Beletrista, filatelista e numismata, publicou contos históricos e fez crítica literatura em periódicos, além de romances versavam sobre costumes do sertão (resultantes, em parte, de suas viagens a trabalho pelo interior nordestino)¹⁰². Nestes livros, descreveu personagens, cenas e fenômenos do interior do Brasil, como a politicagem das aldeias, o cangaço e as possibilidades econômicas do *sertão brasileiro*, sendo o romance histórico “A Tapera”, inspirado nas realizações de Delmiro Gouveia, na cachoeira de Paulo Afonso (BARROS, 1982). Devido a essa produção, o pai de Murilo era considerado um euclidiano e sua literatura, uma obra de referência ao ideário do grupo.

Em 1937, há registros de Murilo, que na época era tenente do exército, atuando como orador oficial de solenidades cívicas em Viçosa, no seu estado natal (Ceará). Cronista e Ensaísta, ele se inseriu no *Tapajara* antes de ser eleito sócio do *CCEC*. Ao todo, 15 textos seus foram publicados na maioria das edições do periódico: inicialmente na segunda, posteriormente da quarta a oitava edições e da décima primeira à décima nona, sendo que seus textos cessaram após o ano em que a biografia foi publicada¹⁰³.

¹⁰¹ Conforme Bourdieu (2015, p. 78), os mecanismos de delegação e de representação se impõem – tanto mais rigorosamente quanto mais numeroso for o grupo – como uma das condições da concentração do seu capital social. Entre outras razões, porque permitem a numerosos agentes agir “como um único homem” e ultrapassar os efeitos da finitude que os liga, através do seu corpo, a um lugar e tempo.

¹⁰² Alerano de Barros escreveu memórias denominadas “Recordando o Passado” relativas ao início do século XX no Ceará, quando foi professor – mantendo escolas particulares em sua residência – e orador oficial nas visitas das autoridades políticas e religiosas. Também escreveu os romances “A Tapera”, “Gruta de Ubajara”, “Sofia”, “Isac Azul”, “Romance de uma professora”, “Evelina”, e também os contos “O velho da montanha”, “Mariêta”, “Alzira”, “A justiça na Idade Média”, “A cacimba”, entre outros.

¹⁰³ Refiro-me aos seguintes textos: “15 minutos de inesquecível emoção” (1950, p. 3); “A mudança da Capital Federal” (1951, p. 3); “O Rio São Francisco. Palestra de encerramento da Semana Euclidiana” (1951, p. 14); “Discurso oferecendo um jantar ao Senador Flávio Carvalho Guimarães” (1952, p. 3); “Trecho do livro ‘A gente da Terra de Ibirapitanga’ (Da autoria do Snr. Major Murillo T. Barros” (1952, p. 17); “A maior vitória na campanha de Canudos (Do livro ‘A gente da terra de Ibirapitanga’ - Capítulo 50 - Prudente de Moraes)” (1952, p. 4); “A seca no Nordeste” (1953, p. 11); “Visão mística” (1954, p. 17); “Nós, brasileiros, e a economia política” (1954, p. 7); “Malba Tahan” (1954, p. 7); “Exmo Diretor da Biblioteca do Exército: Carta aberta” (1955, p. 14); “A visita de um ilustre médico” (1955, p. 12); “Palestra sobre o Dia Pan-Americano, em 14 de Abril de 1956, no Instituto Brasil-Estados Unidos”

Com uma trajetória militar ascendente, nesse meio tempo “foi subcomandante do 13^a Regimento de Infantaria [de Ponta Grossa], e depois transferido para Vitória, no Espírito Santo. Mas não perdeu o contato com os euclidianos, tanto que, uma vez reformado como General, em 1956, escolheu Ponta Grossa para fixar residência” (WANKE, 1999, p. 151)¹⁰⁴. Cerca de um ano depois disso, publicava-se a biografia.

Alerano de Barros (o pai), também foi publicado no *Tapejara* em quatro ocasiões (a última, inclusive, depois do episódio da biografia)¹⁰⁵. E ele não foi o único da família de Murilo Teixeira Barros a aparecer no periódico dos euclidianos: o falecido avô, que também foi professor e escritor – Joaquim Cavalcante Leal de Barros – teve um texto reproduzido e o irmão, Luiz de Barros, eleito sócio-correspondente do *Centro* pouco tempo depois da entrada de Murilo Teixeira Barros como sócio efetivo, fez-se presente no *Tapejara* com ao menos dois textos¹⁰⁶. O prestígio da família cearense e a posição de alto escalão no exército (que foi uma instituição parceira do *CCEC* ao longo de sua existência), nesse sentido, atravessaram seus atos de fala e suas relações de sociabilidade com Michaele e o restante do grupo.

Em 1959, há que se destacar, teve lugar uma efeméride com significado especial no interior do Euclidianismo: o cinquentenário da morte de Euclides da Cunha. Uma edição especial de *Tapejara* (a de número 21) foi publicada dedicando-se inteiramente a esse tema. Nela se retratava que “em todo o Brasil, houve comemorações entusiásticas, atingindo elas o maior brilhantismo naquela legendária cidade paulista” (CINQUENTENÁRIO..., 1959, p. 9). Na Semana Euclidiana de São José do Rio Pardo daquele ano, os jagunços pontagrossenses foram representados, segundo o jornal, pelo “ilustre Gal. Murilo Teixeira Barros, vice-presidente do Centro Cultural Euclides da Cunha”, o que detona uma posição institucional de destaque na qual conseguiu se manter logo depois do presidente.

(1956, p. 10); “O folclore no Ceará (Palestra realizada no dia 15 de Agosto de 1956, por ocasião do encerramento da Semana Euclidiana)” (1956, p. 12); “José de Anchieta” (1957, p. 12).

¹⁰⁴ Em diversas cartas enviadas para Faris Michaele quando estava residindo em Vitória (ES) por conta de sua ocupação profissional militar, afirmava que “De todas as guarnições que servi onde fui mais feliz foi nesta cidade [Ponta Grossa] onde é sede do arraial mais famoso de todo o Brasil” (BARROS, Vitória, 3 jul. 1952). Suas palavras assumiam o tom de forte comprometimento: “E eu “juro por Euclides da Cunha” que farei o possível para bem cumprir esta missão. [...] os números do *Tapejara*, guardei comigo, esperando melhor oportunidade para distribuir” (BARROS, Vitória, 21 set. 1952).

¹⁰⁵ Refiro-me aos textos “O indianismo na formação da raça e dos costumes brasileiros” (1952, p. 5); “Os sertões, de Euclides da Cunha (esboço crítico)” (1953, p. 13); “A *Iliada*, a *Eneida* e a *Bíblia*” (1955, p. 6); “E o benfeitor não foi esquecido (Um episódio da Revolução Federalista)” (1958, p. 6).

¹⁰⁶ Refiro-me, respectivamente aos textos “As disciplinas” (LEAL DE BARROS, 1957[?], p. irreg.); “Um Jornal Diferente” (BARROS, L., 1953, p. 18) e “Atualidade de Euclides da Cunha. Estudo” (BARROS, L. 1954, p. 9).

Esses investimentos de lá e de cá por vezes se cruzavam, criando situações de constrangimentos que subsistem na feitura de uma obra. Em conformidade com a própria visão harmônica de sociedade e de história que construíram, os integrantes do *Centro* buscaram lidar com suas tensões internas de forma velada e silenciosa. De acordo com seu *habitus* e visões de mundo partilhadas, conflitos não eram bem vindos/bem vistos a vir a público, a não ser se tratasse do plano das ideias. Ainda assim, aquilo que entendiam por “desrespeito” entre “homens de intelecto” tinha balizas muito sensíveis. Este tema foi um dos móveis de aproximação do grupo com uma fortuna crítica de Euclides da Cunha, considerada por ele desrespeitosa, em direção à qual lançou respostas repreensivas. Faris Michaele, desse modo, não respondeu publicamente às indelicadezas e “ofensas” à sua persona, mas não deixou de utilizar as que – no entendimento do movimento – maculavam o patrono do *CCEC*, inclusive como um ponto de partida para atacar certos autores e teses, especialmente acerca da identidade negra no Brasil, como se verá a seguir.

Tendo em vista os formatos e o jogo de estratégias da escrita dos euclidianos, interessa a partir daqui, explorar mais de perto o conteúdo desses artigos, especialmente no que diz respeito à brasilidade imaginada por eles. Uma vez que a harmonia da vida social brasileira, de que tanto falava Sérgio Buarque de Holanda em “Raízes do Brasil” era uma das principais preocupações temáticas desse círculo, ele reclamava para si a tarefa de defender a nação do que chamava de “detratores das suas origens”. O diálogo, nesse ponto, saía da configuração local, para interar-se sobre o que estava sendo produzido pelo “enorme coeficiente substancial das ciências humanas em franca ebulição” (MICHAELE, 1973, p. 7).

2.2 TAREFAS ANTROPOLÓGICAS E COMBATES PELA HISTÓRIA NO *TAPEJARA*

No esteio de uma compreensão patriota da atividade intelectual e por uma verdade “cientificamente orientada”, *Tapejara* foi diversas vezes representado por seus articulistas como uma “reação nacionalista”. *Conhecer, estudar e escrever* a nação eram palavras de ordem do dia. A ideia de nacionalidade proposta por Flávio Guimarães no prefácio da biografia de Faris Michaele (1957) é elucidativa do que eles entendiam por

nação naqueles anos de 1950: interessados em sua formação histórica, “nas profundidades de suas raízes”, buscavam aproximar-se de uma visão culturalista:

Partindo-se do princípio de que não há mais raças puras, no sentido biológico do problema, mas somente nacionalidades que formam os indivíduos em miscigenação e que é o conjunto das velhas raças fundidas, cruzadas, caldeadas através de séculos ou de milênios. [...] são esses aglomerados humanos, procedentes ou não das mais recuadas fases da história humana e que vivem sob a mesma bandeira e soberania, sob o mesmo hino, com o linguajar comum, com o vínculo indissolúvel do idioma, quer falado ou escrito; os recíprocos sentimentos religiosos, a tradição que os une no respeito à história, ao passado, aos símbolos de sua gente; as aspirações comuns fortalecidas pela convivência social. É esse o conceito de nacionalidade. Não há, portanto, raça americana, raça italiana, raça francesa, raça inglesa, mas nacionalidade americana, nacionalidade italiana, nacionalidade francesa, nacionalidade inglesa. A nacionalidade brasileira – e não raça brasileira – formou-se, inicialmente, do português, do índio, do negro (GUIMARÃES, 1957, p. 1-2).

Durante toda a primeira metade do século XX, a miscigenação nos trópicos foi assunto de diversas penas no Brasil, que continuava sendo recorrentemente representado como país multiétnico e mestiço por excelência, com olhares mais ou menos positivos ou negativos ao longo do tempo. Os integrantes do *CCEC* se viam diante de um pensamento racial que sofria mutações: não raras vezes os dilemas da antropologia física e a flexibilização de seus esquemas tradicionais foram objeto de textos no *Tapejara*. Em 1956, uma sinopse da aula “Espécie e Raça”, ministrada por Michaele no curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia da cidade, foi publicada. Nela se expunha a dificuldade de uma distinção científica rigorosa das raças. O professor explicava os diferentes juízos dos estudiosos contemporâneos, pois “o que para uns é fator determinante da espécie, para outros não passará de simples elemento de variedade local”. Em meio à sobrevivência e transformação de teses, mas tomando uma posição que se afastava dos “exageros poligenistas”, afirmava, por certo, “existir apenas uma espécie humana viva, com várias ramificações ou raças”¹⁰⁷:

[...] espécie, raça e variedade, se afastadas do esquema puramente biológico (e, às vezes, mesmo dentro de seus limites), são conceitos de pouca fixidez, quase nenhum valor distintivo e nenhuma aplicação como elementos rigorosos de ajuda nos estudos antropológicos. Vem, agora, a propósito esclarecer que não importa a escola – monogenista ou poligenista –, a ideia da evolução é por todos acatada, como condição natural e insofismável da história das espécies. Em qualquer um dos casos, teria havido transformação.

¹⁰⁷ Sobre a origem europeia e a recepção brasileira das ideias monogenistas e poligenistas na primeira metade do século XX, ver: Schwarcz (1993).

[...] Como quer que seja, porém, o inegável é a existência de variedades humanas ou raças, pelo menos, as três chamadas troncos, que são a branca, a amarela e a preta. O difícil, no caso, é tomar dados e elementos, que nos autorizem a delimitar nitidamente as características de cada qual. Por exemplo, nem todos os indivíduos da raça branca são de traços caucasoides e tez clara, como nem todos os pretos possuem lábios grossos e prognatismo acentuado. O homem tem uma fisionomia bem outra. Sofreu o influxo da cultura, do meio físico, das mil vicissitudes da existência primitiva, das imposições, por vezes, drásticas da natureza, em geral (causa das inúmeras migrações), o entrecruzamento das múltiplas variedades, etc. (MICHAELE, 1956, p. 13-14).

Naquele contexto letrado, conforme nos lembra Mariza Corrêa (2013), certos setores da população brasileira eram constituídos como objetos privilegiados dos estudos antropológicos e a questão da nacionalidade formulada, sobremaneira, através da pergunta “quem são eles?”, parece ter sido respondida com um sincretismo entre raça e cultura. Enquanto isso, os estudos sobre relações raciais no Brasil receberam grande impulso da UNESCO e, também, os primeiros alunos formados em ciências sociais na Universidade nas duas décadas anteriores saíram a campo para expor suas ideias ao empírico. Faris Michaele e seu círculo integraram o grupo de bacharéis que se empenharam pela inserção da sociologia e da antropologia como matérias obrigatórias na formação dos professores, primeiro nas escolas normais, depois nas Faculdades de Filosofia, em cadeiras que assumiram. Das ambiguidades dos recursos intelectuais de apreciação da realidade acionados por eles, destacaremos, a seguir, elementos do bandeirantismo e do indianismo, fortemente presentes na produção do grupo nos anos 1950.

2.2.1 Indianismo e Bandeirantismo revisitados

Os bandeirantes nos revelaram Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paraná e parte da Bahia, estabeleceram as comunicações entre as bacias do Amazonas e do Rio de Prata, deixaram as estradas abertas à civilização que ainda hoje são os nervos e os casos comunicantes do sertão brasileiro.
Murilo Teixeira Barros, 1957.

O pensamento histórico que deu ensejo ao *Tapejara* edificava-se em torno de uma categoria-chave: entradas e bandeiras. As “bandeiras” apareceram em diversos textos (ficcionais, históricos, “estudos”) em prosa e em verso enquanto um fenômeno histórico de cerne (de raiz) da formação territorial, étnica, cultural e linguística da nação

brasileira. Foi por meio dessa categoria que o *topos* euclidiano do sertão ganhou corpo. O bandeirante foi comparado, na história universal, a Alexandre e Napoleão. Fazendo alusão às expedições da época colonial, ele abrangia um período, um espaço e um sentido muito mais amplos: foi mobilizado como expressão da civilização luso-ameríndia, de modo que significava a entrada nos sertões, o encontro entre dois povos, a origem da “raça cabocla”, mas também um espírito e uma tradição de conquista que se estendia por séculos até os seus dias. Com esta ideia, uniram, sem contradição, os descobridores, aventureiros, bandeirantes e tropeiros com o elemento nativo, heroicizando tudo. Destaca-se aqui a forte presença de um repertório especialmente atrelado à imaginação histórica do bandeirantismo paulista.

Dialogando com Antonio Celso Ferreira (2002), trata-se de uma identidade já erigida enquanto tradição interpretativa do país pelos signos do ruralismo e do bandeirantismo, que funcionaram como referência imaginária histórica coletiva, num modelo épico de enredamento da história, sobretudo paulista, constituído em representações de longa durabilidade.

A própria atribuição da filiação de personalidades, nomenclaturas e contribuições raciais e culturais com derivação tupi, envolvia, nesse repertório, o mito de origem da sociedade brasileira. Mais que simples querelas etnográficas, como observa Ferreira (2002, p. irreg.) – quando relembra os embates em que se envolveram diversos intelectuais do IHGSP no início do século XX em torno da filiação tupi dos Guaianá – essas questões mexiam com o mito de origem da sociedade paulista, que desde o século XVIII pautava-se em afirmações sobre as origens tupi da grandeza brasileira.

Em certo sentido, Faris Michaele e os companheiros do *CCEC* que mais investiram nas suas propostas, operaram uma ampliação da identidade regional paulista, em que pese aí o resgate das várias contribuições dos indígenas tupi à civilização¹⁰⁸, que

¹⁰⁸ “Como se lê, o ‘espírito guerreiro’ do paulista teria sido resultante da natureza bravia do indígena e da disciplina militar dos portugueses. Não ocasionalmente o IHGSP estimulou as pesquisas sobre a etnografia e a etnologia indígenas com vistas ao entendimento das bases da ‘civilização paulista’. Nesses trabalhos foram vivificadas as concepções do indianismo romântico do século XIX, do mesmo modo como ocorrera no IHGB. Entretanto, os desafios interpostos pelas teses evolucionistas e darwinistas sociais, desenvolvidas na Europa na segunda metade do século, exigiram um esforço de reinterpretação dos fatos e problemas locais. De maneira geral, observa-se a preocupação em localizar a miscigenação como o fundamento de uma identidade racial paulista. Nessa perspectiva, os cruzamentos entre as duas etnias são vistos positivamente, reservando-se ao português uma posição de superioridade e ao indígena as qualidades guerreiras naturais. Não obstante, esse bom selvagem teria sido domado, inicialmente pelos jesuítas e depois pelos bandeirantes, caldeando-se nesse contato para originar a formação da raça paulista – a raça dos gigantes, nas palavras de Alfredo Ellis Jr.” (FERREIRA, 2002, p. irreg.).

se unia ao antigo indianismo romântico do século XIX, como uma perspectiva-chave de interpretação nacional, isto é, como chaves de leitura para toda a nação, que permitia abarcar especificidades regionais. Tais elementos apareciam no editorial do periódico *Tapejara*, em que se explicava a etimologia e a simbologia de sua etiqueta.

Gaúcho, jagunço, vaqueiro, rastreador argentino, vaqueano, TAPEJARA... TAPEJARA é termo generalizado pelo Brasil. Etimologicamente, vem do tupi tape ou pé, caminho, estrada e jara ou yara, senhor, conhecedor. Literalmente senhor do caminho, guia, condutor... Nas brenhas ainda quase virgens dos pés dos falsos civilizados, que expressão mais geral, sugestiva e consagradora do que esta? Ao lado da reabilitação do sertanejo para revelação da existência de incomparáveis intelectos [...] empreenderá, o novo órgão da pujante instituição pontagrossense, trazer ao nosso convívio figuras exponenciais do Brasil e do continente, levando-lhes como singela retribuição, o testemunho de nossa boa vontade, consciência continental inegável e imutável vocação de servir a este continente (TAPEJARA, 1950, p. 1).

As figuras épicas do bandeirante, do gaúcho e do tropeiro, como já mencionado, não eram novidade como protagonistas históricos e literários. No curso de reabilitação moral e de representação mítica desses personagens, iniciado em São Paulo e no Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX e mesmo antes nas lutas de independência das Províncias Unidas do Rio da Prata, “a celebração foi o esteio sobre o qual se estabeleceram os vínculos entre a ficção literária e as ciências do homem” (NEDEL, 2005, p. 43).

Além disso, é possível perceber um diálogo dos textos euclidianos com a produção que se desdobrou do grupo modernista verde-amarelo¹⁰⁹: autores como Armando de Salles, Menotti Del Picchia e, sobretudo, Cassiano Ricardo, que operaram a defesa de certo nacionalismo que se opunha às influências estranhas à vida brasileira, celebrando “as bandeiras” como origem e símbolo de uma índole social e racial singular. Segundo Maria José Campos (2006) a proeminência do tema da democracia racial nos ensaios de Cassiano Ricardo, denota uma preocupação central em situar “a originalidade brasileira” na tradição histórica das bandeiras, especialmente articulada

¹⁰⁹ “Na década de 1930, o grupo dos verde-amarelos, vertente conservadora do movimento modernista se bifurcou em dois movimentos distintos: o integralismo e o bandeirismo. Rompendo com o grupo de origem, Plínio Salgado fundou em 1932 a Ação Integralista Brasileira. Liderado por Cassiano Ricardo, o bandeirismo reuniu o restante do grupo, que recebeu ainda o apoio de mais alguns intelectuais paulistas. O movimento tinha como proposta o fortalecimento do Estado, posicionando-se contra o comunismo e o fascismo. Era preciso defender as fronteiras geográficas e culturais do país, evitando a penetração de ideologias consideradas "alienígenas" [...] Ao longo da década de 1940, Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e Candido Mota Filho iriam tornar-se, em diferentes graus, ideólogos do Estado Novo, escrevendo artigos na imprensa diária em que defendiam as bases doutrinárias do regime” (VERDEAMARELOS..., 2018, p. 1).

em “Marcha para Oeste” (1940) (cujos dois volumes, o primeiro em edição de 1942 e o segundo em edição de 1959, faziam parte da biblioteca do CCEC). Afirmava-se ali uma vocação democrática intrínseca, que não veio das teorias européias, mas sim da condição geográfica, étnica e cultural própria bandeirante¹¹⁰. Essa “vocação” aparece condicionada pela comunhão integradora de brancos, pretos e índios e pela convivência social entre pobres e ricos sob a chefia do mais notável¹¹¹. Nesse imaginário, as bandeiras representavam:

[...] contra o caos selvagem [...] a ofensiva de um pensamento, de uma ação ordenada, de um ímpeto que tem seu rumo a seguir, o seu objetivo a realizar [...] Cabras, capangas, curibocas, cafusos, pardos e toda a população anônima que constitui o séquito da bandeira, formam a massa obscura, que não teme o perigo e que não titubeia em avançar, marcialmente, sob a ordem do chefe, contra quaisquer obstáculos, em luta contra o gentio ou contra as forças desabridas do mundo selvagem (RICARDO, 1940 apud CAMPOS, 2006).

Com categorias semelhantes, mas buscando abarcar os desafios postos pelas recentes teses saídas das Universidades que exigiam esforços de reinterpretação e mesmo comprovações científicas dessas teorias, percebemos esses deslocamentos, operados conforme seus próprios circuitos de pertencimento, quando se reverberava no *Tapejara* que “é o bandeirante anônimo que fez a grandeza do Brasil” (TAPEJARA, 1950, p.1). O material publicado pelo CCEC se atrelou diretamente aos atributos de tupinólogo de seu presidente: referências a estudos linguísticos, levantamentos bibliográficos e trocas com outros pesquisadores. No periódico, foram lembradas e investigadas as marcas indígenas nas bandeiras e na composição dos “tipos regionais”, das lendas populares e do vocabulário brasileiro. Exaltando todo um universo rural de tradições coletivas como herança daquelas “origens” (ressaltando as fusões e

¹¹⁰ Nesse quadro, democracia significa, antes, uma classificação hierárquica dos valores individuais, sociais e étnicos. Concordando com a autora, encontravam-se aí implicados parâmetros das concepções de uma faixa ampla de opiniões políticas dos membros da elite do contexto. Para Cassiano Ricardo, aliás, muitos dos episódios vivenciados pelos bandeirantes serviriam como exemplo e modelo para o Estado moderno. De uma perspectiva diferente de Oliveira Vianna, ele previa a possibilidade de aproveitamento de todos os elementos para a formação da nacionalidade, mesmo os considerados “inferiores”. Nesse sentido, procura alocar os diferentes elementos raciais de uma forma não igualitária, mas que possibilitasse a cada um ocupar o lugar que lhe cabia. Cassiano Ricardo se afirmava contrário ao “absurdo biológico das utopias igualitárias [...] que iludem o povo”, e, de outro lado, opõe-se ao que chamava de “racismo característico das vertentes anticristãs e antibrasileiras” no que ambos ameaçariam a harmonia racial e social do país, semeando a discórdia (CAMPOS, 2006, p. 147).

¹¹¹ Ressalte-se que “a concepção da existência de relações raciais harmoniosas repercutiu nacionalmente, de maneira inédita, quando foi assumida como ideologia de formação do Estado brasileiro, legitimada pela importância dos cargos que Cassiano Ricardo alcançou no setor de comunicações e pela sua proximidade com o poder político central, no início dos anos de 1940. Nesse sentido, tal ideologia é inseparável da história do Estado Novo no Brasil, e sua propagação e abrangência não podem ser dissociadas do poder do Estado naquele período (CAMPOS, 2006, p. 151).

complementariedades entre cultura indígena e portuguesa), o engajamento literário e cívico de suas narrativas decorria da maneira como se moviam, ora esticando, ora apertando esses componentes, que atravessaram todos os gêneros textuais que praticaram, ainda que recebessem, em cada autor, estilos diferentes de enunciação. Na poesia, a homenagem em tons românticos ao nativo que desaparecia; na crônica e no conto, formas de linguagem que exaltavam o folclore e as expressões populares das áreas rurais; nos estudos e comentários bibliográficos, as tentativas de estabelecer rotas de pesquisa historiográfica, geográfica, sociológica ou antropológica que focassem no rural, no homem do campo, na “paisagem das brenhas”.

Voltar-se às “linhas mais nítidas da paisagem sociológica brasileira” de que falava Flavio Guimarães ao prefaciá-la a biografia de Faris Michael (GUIMARÃES, 1957, p. 2), implicava em mecanismos de seletividade, e, portanto, tornar algumas linhas consideradas menos importantes, menos aparentes. Numa época de definições de objetos de estudos, a institucionalização das ciências sociais e o material produzido pelo movimento folclorista marcaram essa produção. Interessados em uma “interpretação sociológica” acerca das raízes e “entranhas” do Brasil e na recuperação/registo da linguagem e do folclore indígena e mameluco, escreveram (ou recortaram trechos daquilo que liam) a respeito das lendas de Mani, de Poronominare, do nascimento de Jurupari, do dilúvio, das crenças em Tupan e outras entidades, também sobre a cultura material, os talismãs, etc. Tudo isso sob um entendimento de que “suas lendas são cheias de delicada emoção, muita graça na narrativa e uma imaginação opulenta. Elas mostram um rico e variado folclore que pode adornar qualquer literatura” (BARROS, 1957 p. 8).

Vale lembrar, conforme Angela Alonso (2002, p. 57-58), que o indianismo romântico foi ponto cardeal de uma nação imaginada onde os nativos eram estilizados como aristocracia autóctone. Essa idealização da nacionalidade já tinha por epicentro a fusão de um colonizador épico com um “bom selvagem”. No repertório romântico se congelavam as características positivas desse cruzamento em uma imagem idílica da nacionalidade. Naquela época (século XIX), a síntese americana do indianismo serviu como parte substantiva da criação de vias de legitimação das instituições imperiais: para que a nação fosse brasileira, era preciso gerar uma diferenciação com a antiga metrópole, uma origem nativa. Daí a criação de títulos nobiliárquicos de inspiração indianista, que reconhecia o indígena como uma espécie de aristocracia, vinculando-o à nobreza da terra. A geração de José de Alencar e Golçalves de Magalhães, patronos de

cadeiras do *CCEC*, edificou uma imagem da nacionalidade em sintonia com as instituições políticas criadas com o Segundo Reinado: harmonizadora e hierarquizante.

o conselheiro José de Alencar completou no romance o trabalho de forja da identidade nacional que o também conselheiro Gonçalves de Magalhães começara na epopeia: gerar uma imagem da nação brasileira como síntese americana de europeus e aborígenes, africanos excluídos [...] Formas de civilização europeia ganharam os conteúdos nativos do novo continente. Gonçalves de Magalhães, em *A confederação dos Tamoios* (1856) e José de Alencar, em *O Guarani* (1857), amalgamaram formas românticas europeias aos propósitos políticos nacionais. O americanismo conciliava a afirmação de uma especificidade nacional com as aspirações de produzir um sucedâneo da civilização europeia. Tinha o sentido de autóctone das Américas, em contraposição ao Velho Mundo, querendo afirmar uma diferença específica em relação a ex-metrópole (ALONSO, 2002, p. 57)

Buscando se colocar como afastados do aspecto romântico da fantasia do encanto com os índios, como já o faziam diversos intelectuais desde o surgimento do naturalismo e das críticas da geração de 1870, os euclidianos retomaram topos românticos para reinseri-los numa visão (que se queria científica, sociológica) da formação histórica do Brasil. A estética bela do ameríndio como guerreiro permanecia de forma menos velada, sobretudo, nas poesias. Características como a nobreza guerreira e a renúncia material do indígena, foram retomadas, bem como o conhecimento do nativo acerca da natureza e sua observação botânica, zoológica e topográfica foram mobilizados numa representação de personagens históricos ancestrais da ciência e de uma “consciência telúrica”.

O movimento intencional de afastamento do romantismo se verifica muito mais no sentido de demarcação dos campos, num momento em que o realismo literário e o romance regionalista se dotavam de grande valor na escrita ficcional, ao passo que a sociologia, da mesma forma, destacava-se na pesquisa empírica. Ambas teriam a marca das chamadas “letras sociais”, muito mais valorizadas naquele período que uma literatura meramente estética e de fantasia. Afirmando o plano real, em distinção ao plano ideal, esses esforços fizeram parte de uma experiência geracional e dos respectivos significados atribuídos ao intelectual engajado. Tal militância pelo real e pelo social assumia, muitas vezes, feições conservadoras, ainda que afinadas com os resultados que provinham dos novos trabalhos. Atente-se à maneira pela qual Murilo Teixeira Barros colocou a questão:

No corrente ano (1957) vamos festejar o primeiro centenário do aparecimento do Guarani, de José de Alencar, e dos Timbiras, de Golçalves Dias. Sem que tivesse havido uma prévia combinação entre os dois brilhantes intelectuais, ambos asseguraram a vitória do Indianismo – movimento que nos afastou um tanto dos moldes clássicos do romantismo francês [...] mau grado as roupagens brilhantes usadas pelos personagens e o refinamento dos ambientes, muito distanciados, é certo [...] o Indianismo serviu para corrigir, em grande parte o errado conceito que se fazia da apatia, intemperança e sensualidade do indígena brasileiro. E autores de grande mérito como Rocha Pombo, Afonso Arinos, Gen. Couto de Magalhães, Afonso Taunay, José de Alencar, Angione Costa, Euclides da Cunha, Gen. Cândido Rondon e Faris A. Michaelle, sem fazerem dos índios fidalgos de romance e nem homem animalizados, corrigiram os exageros e deturpações, colocando o assunto nos termos comedidos da verdade. E, em vez de enveredarem pelo romantismo de José de Alencar ou pelo lirismo de Golçalves Dias, passaram a enaltecer a rija têmpera do caboclo e considerá-lo como uma esplêndida reserva de brasilidade (BARROS, 1957, p. 14-15).

No *Tapejara*, o argumento dessa verdade pautava-se na densidade populacional, já que a massa da população do interior, segundo os articulistas, era formada por mestiços de brancos e índios, fato que se poderia comprovar viajando pelo sertão brasileiro, fora da faixa do litoral, onde “os traços característicos da raça ameríndia – olhos oblíquos, cabelos pretos corredios e maçãs salientes, aparecem nas fisionomias bronzeadas do nosso caboclo” (BARROS, 1957, p. 15).

Traços físicos, psicológicos, linguísticos e demográficos foram mobilizados como atestados da influência indígena na biologia e na cultura desenvolvidas na América como um todo, destacando que a cultura clássica europeia dos povos colonizadores sofreu profundas mutações diante da cultura ameríndia. A descoberta do Novo Mundo foi erigida como um verdadeiro divisor de águas na história ocidental: responsável por novas ideias, pelo impulso às ciências e à literatura, por novidades de alimentação, medicina e engenharia, pela emergência de um novo povo.

Do comum para a especificidade, destacavam-se em seus diferentes textos as diferenças históricas vivenciadas nos processos coloniais, em que as civilizações Inca, Maia e Asteca foram saqueadas, desfiguradas e destruídas e a forma como o colonizador tratou o elemento nativo, isolando-o e impondo-lhe restrições, teria sido muito mais violenta na América hispânica e anglo-saxônica. Já a portuguesa, “implantou no Brasil uma verdadeira democracia racial” (BARROS, 1957, p. 6). A imagem de democracia racial pautava-se em recortes de estudos etnográficos e etnológicos: a miscigenação teria sido facilitada, entre outros fatores, pela prática ameríndia de descendência (válida apenas pela linha masculina) e por uma suposta fácil aceitação pelas tribos da coabitação da mulher indígena com o homem branco.

Os valores da troca e da tolerância foram projetados à administração portuguesa, ao passo que os indígenas de tronco tupi – e o tipo resultante da miscigenação, o mameluco – foram retratados como a mão de obra que assumiu a tarefa, ao lado dos portugueses, de desbravamento dos sertões e de defesa da terra contra a agressão estrangeira dos franceses, dos holandeses, dos espanhóis e platinos. A noção de pátria e a ideia de união que supostamente faltava aos índios teria sido trazida pelo português. Representação de uma combinação que funcionou, de uma complementaridade e completude singular. No combate à imagem do índio preguiçoso, recorria-se às diferenças culturais entre o ambiente nativo de liberdade, onde o trabalho do índio era representado como divertimento e o contato íntimo com a natureza farta dos trópicos proporcionava-lhe os meios de subsistência, e as exigências da execução de tarefas de sol a sol, vindas de um ambiente civilizado e de limitações naturais.

Nessa direção, o elemento africano foi pensado ao largo da miscigenação e no interior da economia de lavoura. As comparações entre o índio e o negro se tornaram um lugar comum entre os euclidianos princesinos para explicar o porquê de uma conformação social ter prevalecido e não de outra¹¹². Alguns chegavam mesmo a falar numa “superioridade de inteligência do ameríndio” ou que estudando “o africano, encontramos logo uma enorme diferença [...] um negro barbarismo” (BARROS, 1957, p. 9-10). Reduzindo a mancha da escravidão no mapa e a importância cultural afro-brasileira para a formação do folclore nacional, estabeleceram pólos separados: as lendas do indígena e do português como líricas, as do africano como exóticas, ligadas aos reinos africanos e seus sistemas de crença e bruxaria.

Como o índio, junto ao senhor, representava aquele que devassou os sertões e defendeu o território, o índio, nesse sentido, é o próprio bandeirante. Não se colocava nessas narrativas que um desses atores tenha agido de forma predatória em relação ao outro, essa faceta foi silenciada. A conquista da terra pelo vaqueano – filho do português e da índia – revelava-se como a narrativa do descobrimento do país: atividade demorada, prodigiosa e construtora, fruto de um trabalho árduo que atravessou florestas e rios caudalosos.

¹¹² Veja-se, por exemplo, essas passagens de Murilo Teixeira Barros: “as condições de vida predisunham o africano para a escravatura. Já estava fixado ao solo, vivia sob o regime de um cruel despotismo e conhecia a lavoura e a pecuária” ou “a influência do indígena é enorme na língua e na vida doméstica brasileira. As palavras de origem africana usadas no Brasil são em pequeno número, enquanto que as indígenas prevalecem na denominação de rios, lagos, montanhas, serras, cordilheiras” (BARROS, 1957, p. 10).

Os próprios tratamentos que os discípulos de Euclides da Cunha reclamaram para si – *jagunços do Pitangui* ou *Tapejaras* – operavam ressignificações dessas imagens, colocando-se como portadores de um ethos de coragem e desbravamento do Brasil:

A sua brasilidade vai a tal extremo que se ele pudesse transmudaria a nossa gente e a nossa cultura à vida simples dos indígenas, para a beira dos lagos e para a sombra dos bosques. Tem uma como que adoração pelos ameríndios (GROTT, 1952, p. 6).

Em 1952, Manoel Grott elencava as qualidades de Faris Michaele nesse pequeno artigo do *Tapejara*¹¹³. O retrato pelo qual gostava de ser apresentado se assemelhava à forma como outros intelectuais, como Capistrano de Abreu e Câmara Cascudo, por exemplo, ficaram conhecidos na época. Sinal de superação do pedantismo bacharelesco e da proximidade – em espírito ou no cotidiano – dos grupos nativos que estudavam, o gosto por dormir na rede, andar descalço ou conviver com os indígenas, estava ligado à representação de um intelectual moderno¹¹⁴. Representação esta que seria mais valorizada ainda conforme as expedições de campo se tornavam, aos poucos, uma prática crescente das ciências sociais. A dimensão simbólica da brasilidade, assim, transitava entre os objetos e os sujeitos do conhecimento, distribuídos numa relação hierárquica.

Ao impor uma hierarquia entre as raças (depois entre as culturas) que se miscigenaram, retomavam a preocupação de não deixar o Brasil ser africanizado ou de não fazer dele um país mulato: mestiço sim, mas não mulato¹¹⁵. Faris Michaele fazia

¹¹³ Trata-se de uma biografia de Faris Michaele escrita no *Tapejara* em 1952. Ocupando meia página do jornal, correspondia àquelas iniciadas produzidas no interior do grupo de falar uns sobre os outros. Interessante é notar que esta, que foi a primeira a sair, foi autorizada pelo autor, diferente do livro-biografia escrito por Murillo Teixeira Barros em 1957.

¹¹⁴ Ítala da Silva (2010, p. 606) sinaliza essas questões: “[...] a modéstia, a simplicidade e desapego às ‘questões mundanas’ apresentavam-se como as principais características do historiador. Capistrano é de forma recorrente comparado a um ‘tapuia transplantado para a civilização’, um ‘caboclo civilizado’, ou um ‘sertanejo acaboclado’ que lia textos em língua alemã sem utilizar dicionário, mas somente embalado no balançar da rede”. José Golçalves (2004, p. 41-42) também relata que: “Muitas vezes, Cascudo inicia suas frases afirmando: ‘Nós, o povo, acreditamos que...’. Ele assume explicitamente, como autor, um ponto de vista sob o qual escreve não ‘sobre a’, mas ‘a partir da’ própria cultura popular. Assume, deste modo, as categorias dessa cultura, particularmente da cultura popular do Nordeste. Por sua vez, essa cultura é identificada em seus escritos como uma espécie de ‘sobrevivência’ (ainda que bastante viva na atualidade) herdada do Brasil ‘tradicional’, cuja existência histórica se desenrola do século XVI ao século XIX. Em seus escritos etnográficos, é possível reconhecer não o clássico ‘eu estive lá’ dos antropólogos sociais ingleses e dos antropólogos culturais norteamericanos, mas, alternativamente, o ‘eu sempre estive aqui’, próprio do etnógrafo nativo”.

¹¹⁵ Essa preocupação esteve presente na pena de diversos intelectuais brasileiros desde o século XIX, que buscaram refutar imagens de Brasil (como é o caso das obras de arte produzidas por W. Adams), em que

questão de estudar comunidades de negros, mas para situá-los num outro polo (separado) de traços físicos e culturais próprios. Em parte, isso parece se explicar pelo ideal panamericano de defesa de “Um espírito invencível da concórdia americana” ou de uma “Consciência de comum origem e valor”. Nesse projeto, atribuía-se um lugar central a essa união a ser ressaltada, em relação a qual os africanos trazidos ao continente, a sua cultura oral e material no seio da sociedade brasileira e de seus descendentes (que começavam a ganhar destaque nas penas de alguns estudiosos), representavam uma afronta/embate a toda uma tradição literária que, em contrapartida, seria “defendida” a não ser destronada.

Subsiste, nesse processo, racismos muito enraizados nas nossas elites e no nosso pensamento social. O negro brasileiro não ocupava o mesmo lugar que o índio na literatura e seus elementos culturais complexos eram representados como tabu ou ameaça à ordem que se buscava projetar ao país. Por exemplo, afirmando que diferente dos indígenas catequizados e assimilados, “no continente negro existe um número incalculável de dialetos que torna impossível a comunicação das tribos entre si” (BARROS, 1957, p. 30). Isso soava o oposto da força de união que teria desempenhado a língua tupi até meados do século XVIII. Silenciando línguas que não teriam contribuído, a seu ver, para a criação da coesão nacional, com receio à complexidade de uma formação social que levasse tudo isso em conta, acabaram compondo e reproduzindo uma hierarquia racial, na busca por uma coesão que funcionasse conforme o cânone literário, reduzindo, em diversas direções, o lugar dos negros na civilização americana.

A sua contribuição cultural (dos negros) era defendida como objeto de estudo enquanto não entrasse em colisão com a representação hegemônica nacional do mestiço. Termos como negritude e identidade negra brasileira foram recebidos no *CCEC* com muita desconfiança. O argumento para censurá-los, era retomar exemplos históricos de outros países, como os Estados Unidos, onde teria ocorrido uma “violenta segregação” supostamente muito diversa das relações raciais do contexto brasileiro e pela defesa de anseios de “concórdia e espírito de conciliação”.

O que intriga mais nesses posicionamentos, que eram bastante comuns, especialmente no sul do Brasil, é a maneira como os euclidianos princesinos se lançaram num embate disciplinar: caso o enfoque histórico, literário, antropológico

“um Brasil mulato que se destaca, não importando o sexo, a raça ou a condição social do indivíduo retratado” (SCHWARCZ, 1993, p. 17).

pendesse para o elemento afro-brasileiro, corria-se riscos de se estabelecer uma ligação mais forte entre Brasil e África do que entre Brasil e continente americano, algo que, nas suas apreciações, inviabilizaria uma nação integrada e participe do Novo Mundo. Desse modo, o afro-brasileiro foi abordado como um problema sociológico e restrito ao lugar de um tema menor, cuja influência cultural devia ser precisamente delimitada e situada como um fenômeno de recorte micro.

Pensar o Brasil do ponto de vista da contribuição indígena, em sua conexão com a natureza, por um lado, e com os colonizadores, por outro, reforçava suas crenças de integração com o Novo Mundo, fortemente ligado a todo um imaginário de progresso, em detrimento de uma compreensão pessimista sobre o mundo africano. Estavam perseguindo, concordando com Marchese (2014, p. 82) “elementos que nos identificassem como uma nação independente e com particularidades que nos aproximassem ou diferenciassem das demais nações” num momento em que o continente africano ainda era representado por boa parte das elites brasileiras como um mundo a parte, cujos países estavam apenas começando a lutar por sua independência, numa visão de atraso político ou cultural. Forjar a independência brasileira e americana num tempo mais longínquo e em bases que lhes pareciam mais sólidas – por vezes as mesmas do velho indianismo romântico, reforçadas pelo bandeirantismo – seria uma forma de dar lugar a um futuro que lhes soava mais viável. Em sua visão de mundo, em síntese, "seria absurda a soma algébrica: Portugal + Angola = Brasil" (BARROS, 1957, p. 19).

2.2.2 O (entre) lugar de Gilberto Freyre e "o cúmulo de nos classificarem de nação africana" na agenda euclidiana

Não viemos polemizar, nem faremos trabalho de panfletistas. Nada disso; com obras objetivas e bem conduzidas, paremos por terra toda essa meia-ciência de Guiné e arredores.

MICHAELE, Ponta Grossa, 10 jan. 1966.

Em carta que Faris Michaelle enviou em janeiro de 1966 ao professor José Loureiro Fernandes, o euclidiano confidenciava que vinha estudando com seriedade e dedicação as culturas africanas e que chegara a conclusão que os cientistas sociais "africanistas" vinham "exagerando" ou mesmo "usurpando" traços, obras e feitos que

seriam originárias da cultura de outros povos, para alçar sua contribuição ao cerne da nacionalidade. O texto, destinado a um par, trazia um forte tom de combate aliado ao uso de ironia, concentrando num só documento visões que foram veiculadas edição sim, edição não, no *Tapejara* na década de 1950. Ainda que a missiva tenha sido escrita posteriormkente ao período de circulação contínua do periódico, revelou-se uma pista do quanto o grupo se sentia incomodado com escritos e obras de arte que representavam o negro e a brasilidade, e mesmo diante do movimento negro que se rearticulava em alguns países americanos. É possível dizer que a questão marcou sua agenda desde que o *CCEC* era ainda embrionário e permaneceu ao longo do tempo, incorporando novos autores e justificativas. Note-se a seguinte passagem da referida carta:

Sim, mestre Loureiro, já é chegado o tempo de investirmos contra o racismo às avessas da mestiçada afro-brasileira, que tudo pretende atribuir ao negro, levando-nos, como recentemente, por ocasião da visita do presidente Senghor, ao cúmulo de nos classificarem (Tristão de Ataíde, Portela, Glinto e outros) de Nação africana, como se Portugal nada contasse nem o pobre indígena brasileiro.

[...] E os vultos ilustres, de ascendência ameríndia, que os referidos narcisistas absorvem sob a comum denominação de negros ou afro-brasileiros? Se não agíssemos em tempo, até Euclides da Cunha seria, hoje, um mulato de cabelo liso... (MICHAELE, Ponta Grossa, 10 jan. 1966).

Michaele referia-se a Léopold Sédar Senghor, presidente da República do Senegal (que alcançou sua independência em 1960), que desempenharia o cargo até o fim dos anos 1980 e que havia visitado o Brasil em 1966¹¹⁶. Com uma trajetória intelectual desenvolvida com láureas na França, ele se notabilizou como um dos pensadores do conceito de negritude, que exaltava a identidade negra e uma consciência pan-africana, incluindo-se aí os africanos na diáspora¹¹⁷.

¹¹⁶ Senghor estudou na Sorbone entre 1935 e 1939, sendo considerado o primeiro africano a completar uma licenciatura na universidade parisiense e entre 1948 e 1958 foi deputado senegalês na Assembleia Nacional Francesa. Publicou diversas obras e em 1964 recebeu o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal da Bahia, uma entre 20 universidades pelo mundo que lhe conferiram o diploma (LES IMMORTEIS, 2017, p.1).

¹¹⁷ A palavra *négritude* deriva de *nègre*, termo francês que no início do século XX conferia sentido pejorativo, de ofender ou desqualificar o negro. “A intenção do movimento ao recuperá-lo foi justamente inverter o sentido da palavra, impingindo-lhe uma conotação positiva de afirmação e orgulho racial. [...] O termo negritude apareceu com esse nome, pela primeira vez, em 1939, no poema “Caderno de um regresso ao país natal”, escrito pelo antilhano Césaire [...] Na sua fase inicial, o movimento da negritude [...] [propunha] negar a política de assimilação à cultura (conjunto dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e dos valores transmitidos coletivamente) europeia [...] [e] resgatar e enaltecer os valores e símbolos culturais de matriz africana. [...] [Para] o poeta senegalês Léopold Sédar Senghor, existe uma ‘alma negra’ inerente à estrutura psicológica do africano. A ‘alma negra’ teria uma natureza emotiva em detrimento à racionalidade do branco. [...] Enquanto a civilização europeia seria fundamentalmente materialista, os valores negroafricanos estariam fundados na vida, na emoção e no amor. Para Senghor, estes atributos constituíam um privilégio do negro” (DOMINGUES, 2005).

Percebemos como o conceito cultura, além de sua definição ampla e geral, recebia então uma interpretação social nova: entendido tanto como objeto de conhecimento quanto como ideal, seu significado estava sendo constantemente renegociado e experimentado nesse contexto histórico, semelhante ao processo que Lilia Schwarcz (1993) percebeu em relação ao conceito de raça algumas décadas antes. Cultura ora aparecia mais articulado à raça, ora mais elástico (para envolver toda a produção humana), ora mais sociológico, como algo vinculado a uma determinada sociedade. Os termos empregados por Michaele, como "racismo as avessas" e "vultos ilustres de ascendência ameríndia" foram mobilizados inúmeras vezes no *CCEC* na recepção que ele e os outros sócios fizeram das pesquisas e da literatura de autores brasileiros associados a agendas semelhantes à de Segnhor – que eles definiram como uma escola baiano-carioca – com um tratamento particularmente caricatural ao seu conteúdo. Isso se deu, em primeiro lugar, combatendo as "Freyradas" (FREY...XADAS, 1953, p. 7).

Casa Grande e Senzala, que seus inúmeros críticos descreveram como “o livro mais discutido no país desde *Os Sertões*” (NICOLAZZI, 2011, p. 58), não poderia passar despercebido pelos euclidianos. Vale lembrar que até 1949 foram publicadas seis edições do ensaio apenas em terras brasileiras, além das traduções para outras línguas e que, entre 1935 e 1936, enquanto Faris Michaele se formava em Direito, Freyre ocupava, na Universidade do Distrito Federal, a cadeira de antropologia social e cultural, além da de sociologia. Segundo Marchese (2014), entre os autores citados nos livros desse autor, Freyre teria sido o que mais se destacou na quantidade significativa de suas obras nas referências bibliográficas e no acervo da sua biblioteca pessoal (representadas por 33 títulos). Além disso, entendemos que os livros (*Os Sertões* e *Casa Grande e Senzala*) guardavam entre si diversas ligações: primeiramente, retomando Fernando Nizolazzi (2011), a comparação com a obra de Euclides da Cunha como que se impunha a certos intelectuais, para os quais o relato sobre a campanha de Canudos se mostrava como o paralelo possível para se medir corretamente *Casa Grande e Senzala*, dadas suas vastas intenções e a forma como elas foram empreendidas:

era como se a grande interpretação da nação brasileira antes de Freyre tivesse sido realizada por Euclides [...] Não foram poucos os que colocaram os dois livros em um patamar de comparação cuja balança é difícil precisar para que lado pendia. [...] Freyre fora situado em pé de igualdade com Euclides formando o binômio que por décadas figurou como os dois maiores autores de estudos interpretativos sobre o Brasil (NICOLAZZI, 2011, p. 60).

Do seu lugar de tradição, *Os Sertões* foi usado para combater determinadas ideias de Freyre e de outros autores contemporâneos. Enquanto o próprio Freyre e esses autores se permitiram fazer sua leitura crítica de *Os Sertões*, os euclidianos fizeram uma contrapartida. Se o Brasil só poderia ter um livro número 1, teria de ser o livro de Euclides, e não o de Freyre:

Freyre confunde, maldosamente, o caso da Bahia, fenômeno puramente histórico (pois que ela foi a primeira Capital do Brasil, com as primeiras escolas e instituições culturais) com as preexcelências de sangue e cultura dos negros que foram trazidos para o Brasil. Contraditoriamente, combatendo todos os racismos, está, no entanto, criando um novo, que se processa às avessas...

Ante tal critério, um europeu estaria no direito de aventurar (o que, por certo, não agradaria) o seguinte juízo, mas conforme com a verdade histórica: "Sou a nata dos mortais, porque os maiores cérebros têm sido de raça branca". Sandice contra sandice, já se vê (FREY...XADAS, 1953, p. 7)

Não se sentindo incorporados no seu esquema interpretativo, os princesinos não identificaram brasilidade no mapa histórico da "Cana de Açúcar". Reconhecer um Brasil todo de Casas Grandes, escreveu Murilo Teixeira Barros (1957, p. 19), seria praticamente admitir que "nas zonas de pecuária não houvesse o caboclo". É interessante notar nesse processo que os articulistas do *CCEC*, que continha diversos filhos de imigrantes, falavam em nome de um "luso-brasileirismo" e de um "indianismo" a ele relacionado, em que pese nesse arcabouço a memória das famílias colonizadoras e tropeiras que se estabeleceram a partir do século XVIII na região dos Campos Gerais do Paraná. A "briga" com os livros de Freyre estava articulada em duas frentes: a) em menor grau, com a linguagem do sociólogo, cuja prosa foi elogiada por diversos críticos por sua capacidade de aproximar o leitor da realidade estudada, característica marcante do gênero ensaístico e valorizada pelos euclidianos em relação a outros autores, mas tida como bagunçada ou exagerada nos livros do sociólogo pernambucano. b) Em maior grau, com a generalização interpretativa de um fenômeno social que para eles deveria ser compreendido como exclusivo de certas regiões. Ao conferir um caráter localizado à validade histórica da obra, sua contribuição era deslocada para a compreensão da Bahia, recolocando a própria Bahia como apenas parte do Brasil e longe de corresponder ao centro de gravidade da nação. Afirmavam os euclidianos, mais uma vez, que a visão sobre o negro lançada por alguns ensaios da época seria aplicável apenas a uma região, enquanto que a sua visão sobre o índio e sobre o caboclo se aplicaria à sociedade em escala nacional.

Por outro lado, a “filosofia da história” marcada pela ideia de democracia social e étnica desenvolvida pelo autor lhes agradava: na ânsia de retirar da hibridação das raças o tumulto, colocando em seu lugar uma harmonia social, os *tapejaras* se atraíram por estas ideias, ainda que explicadas a partir de uma “ameríndia insofismável vocação conciliatória” (MICHAELE, 1950, p. 1). Nesse quesito, a sua tarefa interpretativa, foi marcada pela possibilidade de traçar uma generalização: “estabilizar uma imagem positiva para a História do Brasil” (NICOLAZZI, 2011, p.77-78). Através desse viés e até esse ponto, pela originalidade e pela qualidade temática que o livro *Casa Grande e Senzala* trouxe, evidenciava-se seu autor como grande expoente da interpretação sociológica brasileira também no *Tapejara*. De acordo com Marchese (2014, p. 76), as desavenças teóricas com Gilberto Freyre não excluíram seus postulados da obra de Faris Michaele, tanto que os dois foram correspondentes e em grande parte de sua produção, Michaele dialoga e compartilha ideias daquele autor.

Os articulistas de Ponta Grossa fizeram uma recepção de Gilberto Freyre que poderíamos caracterizar, junto a Nicolazzi (2011), como marcada pela ambiguidade de uma obra que fez de seu autor um santo e um demônio ao mesmo tempo. Lido como um dos sociólogos mais valiosos em toda a literatura brasileira, pelos documentos históricos e instrumentos metodológicos dos quais lançou mão, a obra de Freyre não deixou de ser reconhecida no *CCEC* pelo seu potencial de abertura ou consolidação de um caminho novo na historiografia e na sociologia, enriquecendo-as graças à formação culturalista e às práticas de pesquisa de seu autor. A substituição do conceito de “raça” pelo de “cultura”, o alargamento do leque de fontes pesquisáveis a partir de um olhar para fontes “populares” entre outras particularidades colocavam o autor próximo, em certo sentido, das rotas de pesquisa introduzidas pelo historiador Capistrano de Abreu “a brindar-nos com lúcidos e eruditos Capítulos de História Colonial” (HISTÓRIAS..., 1952, p. 1). Enquanto lia tais autores, o “núcleo duro” do *CCEC* sugeria que a História do Brasil ainda estava por ser escrita, com expectativas positivas mediante um cenário de rejuvenescimento da literatura documental e “um mundo de publicações” detida nos “problemas brasileiros”:

Temos para nós que ainda estamos por realizá-la, a sua execução exige o esforço de mais de um especialista. Só mesmo uma plêiade de grandes espíritos, movidos pelo amor da ciência como ciência (a exemplo da gigantesca Histórias da Literatura Brasileira, que a Casa José Olímpio está levando a cabo) só mesmo uma plêiade assim conseguirá apresentar-nos uma visão exata da nossa vida histórica, coletivamente considerada, para padrão pedagógico das novas gerações nacionais (HISTÓRIAS..., 1952, p. 20).

O autor de *Sobrados e Mocambos*, portanto, compunha a esteira desses especialistas, ainda que fosse preciso, conforme os editores do *Tapejara*, enquadrar alguns de seus livros em seu universo cultural regional próprio. Estabeleceram, desse modo, uma relação ambígua com o mestre de Apipucos. De certa forma, o autor seria visto como expoente de dois grupos, de duas comunidades interpretativas, como na frase de Murilo Teixeira Barros: “até o ilustre mestre Gilberto Freyre, líder do movimento afro-brasileiro, confessa lealmente: ‘poderíamos dizer que os brasileiros do nordeste do Brasil são, como os paulistas originais, tipicamente caboclos ou indígenas” (BARROS, 1957, p. 16). A partir daí, afirmavam, contra e junto com Freyre, uma espécie de ethos brasileiro, pautado no espírito/conduita bandeirante e na democracia racial.

Se há alguma política salutar de aproximação com os nossos irmãos da comunidade americana, que ainda não tenha sido explorada pelo governo e figuras ditas esclarecidas do Brasil (exceto, naturalmente o Prof. Gilberto Freyre, o máximo dos nossos sociólogos, e uns poucos mais), essa política é a do lastro comum ameríndio, o único em condições de nos integrar nessa maravilhosa comunidade (TAPEJARA E INDOAMERICA, 1950, p. 1).

Em intervalos de acusações, ele foi muito elogiado por seu “Indo-Americanismo”. Nos anos 1970, Faris Michaele chegaria a admitir, em artigo publicado no jornal *Diário dos Campos*, que teria sido uma colocação de Freyre a fonte de inspiração para um dos projetos nos quais mais ele e seu círculo de empreendedores culturais mais investiram: o do valor do lastro continental ameríndio (MICHAELE, 1973, p. 7).

O lugar do mestre de Apipucos na agenda do *CCEC* foi se constituindo a medida em que o próprio Freyre rebatia as críticas que recebia (sobretudo dos circuitos universitários) e que suas ideias circulavam pelo sul do Brasil com propostas que esticavam a própria tese a respeito da civilização lusitana nos trópicos. Em 1939 e em 1940, depois de retornar do exílio, Gilberto Freyre fez duas viagens ao Rio Grande do Sul, recuperadas por Leticia Nedel (2007), que são representativas de um momento em que este autor apresentou ao público gaúcho “Sugestões para o estudo histórico e social do Sobrado no RS”. Especialmente a partir de uma conferência denominada “Continente e Ilha”, que teve lugar no Instituto Histórico e Geográfico daquele estado, seus “autodenominados discípulos e admiradores do sul”, que faziam parte do grupo da livraria do Globo e do Museu Julio de Castilhos fariam uma série de usos renovados das

palavras do sociólogo. Esses intelectuais, não por acaso, eram interlocutores e correspondentes dos euclidianos princesinos, destaque-se aí Dante de Laytano (1908-2000), um importante folclorista e divulgador de Gilberto Freyre no estado.

Da sua passagem pelo RS, resultou todo um repertório escrito, onde “o recifence, conhecido por decifrar as diferentes formas de inclusão das regiões brasileiras na “civilização lusitana erguida nos trópicos”, ocupava-se da menos tropical delas e da mais tardiamente incorporada ao império colonial português” (NEDEL, 2007, p. 86). Segundo a historiadora, Freyre lhes ofereceu uma espécie de saída metodológica situando a heterodoxia cronológica do Rio Grande na forma particular pela qual o Império Colonial soube estender sua influência de norte a sul do continente americano: no norte pelos primeiros portugueses, no sul pelos luso-brasileiros e pela colonização açoriana, suficientes para deter as influências castelhanas. Ainda segundo Nedel (2007), foi em relação a esse fenômeno que a assimilação de futuras correntes migratórias foi pensada, já que depois de aculturadas, elas também prestariam serviço ao adensamento do “espírito nacional”. Esses postulados foram retomados nos anos 1940 e 1950 por autores gaúchos interessados em lançar as bases de uma história pacífica de “densidade folclórica” do Rio Grande do Sul, voltada a temas como arquitetura e religiosidade, buscando-se distanciar das teorias de fronteira e da história de caudilhos e revoluções, até então predominantes na historiografia. Tratava-se de historiar elementos da contribuição de “truncos originais” e das novas etnias para o caráter regional “sul-brasileiro”.

A ideia mestra do trabalho era a de que, ao lado do sentido continental do esforço colonizador na América, a “civilização atlântica” teria se forjado não só da forma comum – baseada na expansão de um centro dispersos para as áreas periféricas – mas através de “ilhas sociológicas” de coagulação da energia lusitana em áreas economicamente estratégicas, que depois se acentuariam em regiões mais amplamente culturais (NEDEL, 2007, p. 86).

Nesse sentido, a recepção de Freyre pelos euclidianos se fez muito próxima à que foi operada no Rio Grande do Sul no mesmo período e percorreu, em certo sentido, o caminho contrário à situação da recepção da obra no Brasil. Isto é, no período que segue aproximadamente entre meados de 1950 e o começo dos anos 1980, quando certa distância já permitiu juízos mais elaborados, ao mesmo tempo em que a situação política do país e o desenvolvimento de certos centros institucionalizados do saber acirraram as oposições ideológicas (uma ferrenha crítica) (NICOLAZZI, 2011, p. 58),

os integrantes do *CCEC* passaram a diminuir – ou mesmo deixaram de lado – as críticas sobre a interpretação que “privilegiava a cana de açúcar e o elemento africano”, para louvar suas iniciativas de antropologia cultural e indianismo. Em 1970, Gilberto Freyre realizou uma visita à cidade de Ponta Grossa a convite do Coronel militar Dácio César, que integrava o círculo euclidiano, “dando ocasião a que Faris o conhecesse pessoalmente” (WANKE, 1999, p. 159). Michaelae, leitor e comentador do recifense há muitos anos, teve então a oportunidade de estabelecer com ele uma relação que mais tarde renderia cartas e telegramas trocados. Posteriormente à ocasião, relatou-se o encontro nas “notas e notícias culturais” do *Tapejara*, com as seguintes palavras

Gilberto Freyre, o Mestre da Sociologia e da Antropologia esteve em Ponta Grossa, acompanhado da Exma. Espôsa. Diversos intelectuais e pessoas representativas da sociedade local compareceram ao cordial almoço, que lhe foi oferecido pelo Exmo Sr. Gal. Darcy Lázaro, comandante da I. D. 5ª. O eminente brasileiro causou a melhor das impressões (MAIS NOTÍCIAS, 1970, p. 11).

A afirmação desse (*entre*) lugar da sociologia freyriana, estava relacionada a uma faceta da história das Ciências Sociais no Brasil: a partir desta questão, percebemos anseios em torno de uma disputa de contornos disciplinares, que os sócios do “núcleo duro” do *CCEC* acompanharam bastante inquietos. Entre os elementos para se compreender as razões de determinada recepção, encontra-se a maneira pela qual os comentadores compreenderam o seu próprio contexto de produção literária e sociológica: Faris Michaelae, o antropólogo do grupo, em especial, estava atento aos “quehaceres antropológicos” e aos rumos que eles vinham tomando na América Latina e no Brasil. Para compreender as posturas mencionadas até aqui, procuramos refletir sobre a direção do seu olhar: é preciso ressaltar que os colegas latino-americanos ou brasileiros conhecidos como “americanistas” figuravam entre os interlocutores que ele próprio tratou de estabelecer e, assim, entre os autores que circulavam no *Centro* e, para além dele, nas próprias cadeiras que os membros do círculo assumiram na Faculdade de Filosofia (Geografia humana, História do Brasil e da América, Etnografia, Antropologia Física e Cultural, entre outras).

Concordando com Mariza Corrêa (2013, p. 19), parece impossível pensar a respeito da Antropologia feita no Brasil – incluída aí linguagem antropológica do *Tapejara* – sem pensar a Antropologia feita na América Latina. Como o grupo se filiou, via Euclidianismo, num embate disciplinar, suas tomadas de posição podem ser lidas

como sintoma da busca por uma Antropologia aliada às tendências latino-americanas de estudo de comunidades. Tais estudos, nas ideias propagadas no *Tapejara*, não tinham razão de ser em iniciar pelas (ou focalizar em primeiro plano nas) comunidades de ascendência africana no Brasil, quando o elemento mais antigo, nativo e “original”, poderia ser encontrado nas comunidades indígenas, caboclas e, em última instância, nos tipos regionais delas derivados, como os gaúchos, vaqueanos, etc. A partir daí, lançava-se no próprio editorial do jornal uma ressalva à chamada “africanização do Brasil”, imaginário vinculado a atuação, entre outros, de

Renato Almeida, Antonio Austregésio, Afrânio Peixoto, Artur Ramos, Dornas filhos [que] Falam em nome da Bahia e sabemos que a Bahia é apenas parte do Brasil [...] Para Dornas Filho 99% dos brasileiros são negros apenas escapa o Imperador D. Pedro II! [...] mesquinhos regionalismos e narcisismos melanoídes de certa gente, guiada por **mestres de gabinete** (TAPEJARA E INDOAMERICA, 1950, p. 1, grifos nossos).

Pelo próprio linguajar utilizado, aventa-se a distribuição de estudiosos num território disciplinar comum¹¹⁸: ser chamado de “mestre de gabinete” naquele cenário letrado, tinha o sentido de uma ofensa, de demarcar um modelo ultrapassado de estudioso. Dizia respeito, também, a filiações e heranças intelectuais. Se ao ramo dos estudos sobre negros atribuía-se como fundador Raimundo Nina Rodrigues, a recepção desses estudos pelo *CCEC* se deu pela criação de uma suposta oposição entre o legado de Euclides da Cunha e o legado de Nina Rodrigues, oposição esta que reclamaram para si em direção ao grupo de médicos-antropólogos que se diziam (ou não) devedores da influência de Nina, entre eles os nomes citados a cima e o próprio Gilberto Freyre. Integrantes de uma rede social, esses autores, situados entre Bahia e Rio de Janeiro, eram contemporâneos, conterrâneos e se encontravam articulados em cargos públicos de prestígio em pesquisa e educação.

¹¹⁸ Mariza Corrêa (2013) coordenou um extenso projeto de História da Antropologia no Brasil. Segundo esta autora, seria enganoso pensar nos antropólogos formados naquela época em regiões periféricas como isolados das correntes principais da vida intelectual de seu tempo: certamente havia uma diferença de ritmo em relação aos colegas dos centros culturais, econômicos e políticos do país – nas publicações, nos contatos com outras instituições, na formação de estudantes com orientação “profissionalizante”, entre outras coisas – e, sem dúvida, os muitos quilômetros que separam as regiões brasileiras uma das outras, eram também medidos em termos culturais. Essas pessoas possuíam ideias políticas divergentes, visões de mundo produzidas, enfim, por universos sociais dispares. No entanto “esses personagens se conheciam uns aos outros; faziam, de certa forma, parte da mesma história particular de uma disciplina, não importa quão dessemelhante fosse a realização específica de seus parâmetros mais gerais; tinham lutado, no mesmo campo ou em campos opostos, as mesmas lutas e compartilhavam uma linguagem, tendo atravessado variações semelhantes dela ao longo dos anos”.

Arthur Ramos que talvez tenha sido o mais duramente recebido no *Tapejara*, destacou-se nos anos 1930 no campo da psicologia social e com a criação da Universidade do Brasil, em 1939, assumiu a cadeira de antropologia e etnologia da Faculdade Nacional de Filosofia, depois de publicar diversas obras, entre elas um ensaio que repensava “O Negro Brasileiro”. Importante agente no processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil (apreciado como um de seus pais), Ramos realizou uma leitura crítica a respeito daquilo que considerava equívocos dos homens de ciência brasileiros, entre eles Euclides da Cunha e Nina Rodrigues, contrastando a herança das teorias racistas do século XIX, com a ideia progressista de "atraso cultural" partilhada em sua época de produção. No anos 1940, sua obra circulou nos Estados Unidos, enquanto ele participou de simpósios nas Universidades de Lousiana, California, Harvard e Columbia. No Brasil, obteve reconhecimento de muitos autores que estavam em alta, como Jorge Amado, Gilberto Freyre, José Lins do Rego e Graciliano Ramos, amigos e admiradores seus. Em 1949, quando o CCEC dava seus passos iniciais, ele se encontrava em Paris, atuando como diretor do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, na feitura dos primeiros contornos do *Projeto Unesco no Brasil*, desenvolvido nos anos 1950¹¹⁹.

A postura dos euclidianos a respeito de como a história e a identidade brasileiras estavam sendo definidas e (re)definidas no exterior estava associada, portanto, à reprovação, por parte dos pontagrossenses, das proporções de circulação que essa antropologia chamada por eles de “não-americanista” – junto ao sucesso do romance regionalista do nordeste – vinham alcançando. Essas falas tiveram lugar num contexto no qual houve um esforço de legitimação e rotinização de novas regras no campo de estudos das ciências sociais:

¹¹⁹ “No início da década de 1950, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) patrocinou um conjunto de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil. A origem deste projeto estava associada à agenda anti-racista formulada pela Unesco no final dos anos 1940 sob o impacto do racismo e da Segunda Guerra Mundial. O Brasil – considerado uma espécie de "laboratório" – desfrutava àquela época de uma imagem positiva em termos de relações inter-raciais, se comparado com os Estados Unidos e com a África do Sul. O objetivo do projeto era "determinar os fatores econômicos, sociais, políticos, culturais e psicológicos favoráveis ou desfavoráveis à existência de relações harmoniosas entre raças e grupos étnicos". Entre os diversos locais de pesquisa estava obviamente a Bahia, onde existia uma longa tradição de estudos sobre o negro, e a cidade de Salvador, que apresentava forte presença e influência da cultura africana. Ali, desde os anos 1930 já tinham feito suas pesquisas diversos norte-americanos, como Ruth Landes, Franklin Frazier, Donald Pierson, entre outros. Estiveram envolvidos no projeto Unesco Florestan Fernandes, Roger Bastide, Luiz de Aguiar Costa Pinto, Oracy Nogueira, Thales de Azevedo, Charles Wagley, René Ribeiro, Marvin Harris, entre outros” (A QUESTÃO RACIAL, CPDOC, 2017, p. 1).

Esforço este que adquiria contornos mais nítidos em São Paulo [...] [de modo que] o embate sobre caracterização das relações *raciais* no Brasil se misturava à luta pelo monopólio das regras do campo científico. O debate sobre a natureza das relações *raciais* no país se imiscuía com as lutas simbólicas relativas à definição da natureza mesma das relações *sociais*. Isso equivale a dizer que as pesquisas sobre a questão racial traziam implícitas uma discussão sobre o caráter e o destino das Ciências Sociais no Brasil. Em questão, estavam os pressupostos teóricos fundamentais, os métodos, a linguagem cientificamente legítima, o tema e os compromissos essenciais do campo científico (MEUCCI, 2007, p. 3-4)

Essas questões seriam explicitadas no texto "Euclides da Cunha, Artur Ramos e Gilberto Freyre", resultante da palestra de encerramento da Semana Euclidiana, lida no microfone da Rádio PRJ-2 em setembro de 1952, na qual Faris Michaele versou, sobretudo, sobre o segundo volume de "Introdução à Antropologia Brasileira" de autoria de Artur Ramos¹²⁰. As imperfeições da obra de Euclides da Cunha que este autor teria injustamente levantado, foram atribuídas como decorrência do próprio atraso da "ciência antropológica" do momento em que foi escrito *Os Sertões*:

Quero referir-me a dois nomes mui familiares dos leitores brasileiros, pois que, incontestavelmente, os seus trabalhos são inúmeros, conquanto nem sempre lhes sejam razoáveis ou fidedignos os conceitos, como iremos ver. São eles: Artur Ramos, já falecido, e Gilberto Freyre, ainda vivo, se bem não me cesse de vasculhar em coisas mortas.

[...] Começemos por Artur Ramos, o antropólogo das Alagôas [...] Inimigo declarado, por vocação e persuasão, do caboclo e de seu antepassado indígena; espírito dos mais versáteis e menos transigentes de sua época agitada; enfim, cultura das mais vastas em extensão e ilusórias em profundidade [...] Que era incongruente, intolerante, parcial, e, por vezes, superficial, um simples deletrear de seus livros fora suficiente para não-lo confirmar. Era psicanalista convicto, isto é, esposava um ponto de vista tipicamente do século XIX, mecanicista, sumamente simplista, e absorvente, pois que tudo procura explicar através de uma só das facetas da sociedade, e, paradoxalmente, dizia adotar o método histórico-cultural, de tendências relativistas, um tanto místico e quase sempre de resultados sujeitos a comprovações científicas (MICHAELE, 1952, p.10-11).

Naquele período, segundo Corrêa (2013, p. 10-11) "se estava se estabelecendo uma agenda de questões que pareciam importantes para a análise das variadas realidades

¹²⁰ Michaele abria sua conferência apresentando que Freyre e Ramos "são duas figuras tidas como altênticos tabus, de que não há discordar, já que, dizem os seus áulicos, ninguém, antes deles, e talvez ninguém, depois deles, terá tido a originalidade e o desplante de pensar por conta própria. Com eles, não, dizem os seus endeusadores. Procuram reabilitar o brasileiro, estudar-lhe as origens, a evolução e capacidades inatas, dentro do mais criterioso e imparcial dos métodos. [...] Como é natural, então, os nossos sociólogos, antropólogos e historiadores de antanho, são apontados como franco-atiradores, estudiosos de cultura falha e cheia de contradições, em suma, fatores nocivos e vergonhosos de nosso descrédito, lá fora. É longo o rosário: Sílvio Romero, Porto Seguro, Oliveira Lima, Euclides da Cunha... Euclides da Cunha! Como soa odioso e indesejável aos ouvidos desses depositários únicos da verdade o nome do gênio de "Os Sertões"!..." (MICHAELE, 1952, p. 10-11).

do Brasil [...] sendo enfrentadas por sucessivas gerações de pesquisadores” e as instituições a que estas pessoas ou grupos estavam ligadas constituíram pontos de referência de um território antropológico em formação. Nas cidades onde as Faculdades de Filosofia se instalariam mais tarde (como Ponta Grossa), a concentração daqueles que seriam depois definidos ou reconhecidos como antropólogos ocorreu, geralmente, em torno de um museu (o Museu Paraense ou o Museu Paranaense, por exemplo), de um movimento, como o da defesa do folclore, levado a cabo por Câmara Cascudo ou de Congressos de Escritores, como os “Congressos afro-brasileiros”, que ocorreram, respectivamente no Recife (1934), organizado por Gilberto Freyre e na Bahia (1937) por Edson Carneiro (CORRÊA, 2013, p. 48-49).

Lidando com o conhecimento que foi produzido nesses eventos e dialogando com essas diferentes instituições, recorria-se no *Tapejara* a textos da autoria desses autores que vinham nomeados em torno da chamada “Falsa influência Africana”: por exemplo, em janeiro de 1953, recortava-se um trecho de Câmara Cascudo a respeito da controvérsia sobre os ciclos africanos e ameríndios do Jabuti (estórias e fábulas do Jabuti amazônico), usando uma das vozes reconhecidas no cenário para o enfrentamento de uma disputa pela “raiz” das fábulas.

Enquanto os estudos de comunidade assinalavam o início dos estudos empíricos de sociólogos e antropólogos no país, entre os anos 1930 e 1960, ainda que tenham sofrido rupturas institucionais, políticas e ideológicas em que gradualmente passaram de modelos dualistas de análise para modelos mais dinâmicos, a antropologia foi praticada com um viés bastante comparativo: entre situações de vida “tradicionais” e “contemporâneas”, de comunidades tribais ou rurais e urbanas, conforme Corrêa (2013) levanta. Seguindo a ideia desta autora, seja a comparação de comunidades “isoladas” e “em contato”, nos estudos de Donald Pierson no projeto do Vale do São Francisco; entre comunidades “tradicionais” ou “progressistas”, no projeto Estado da Bahia – Universidade de Columbia, coordenado por Thales de Azevedo e Charles Wagley ou, ainda, entre o “Brasil provinciano” e o “Brasil urbano”, das cidades-laboratório de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. Essa direção acabou contribuindo para a popularização da ideia da existência de “dois Brasis” e “de certa maneira, o “problema do negro”, definido como marco inaugural da história da antropologia brasileira, era recolocado em cena ainda como sinal diacrítico nacional” (CORRÊA, 2013, p. 32).

A ênfase na pesquisa empírica ocorreu mais cedo em algumas áreas (como na etnologia e nos estudos das relações raciais) do que em outras, sendo estimulada, em

geral, pelo interesse dos norte-americanos na América Latina e por uma “ânsia de autoconhecimento razoavelmente bem estabelecida como tradição na intelectualidade brasileira”, de modo que esses projetos de pesquisa assumiam uma conotação coletiva e representavam a transição entre um primeiro momento da história das ciências sociais – o das grandes sínteses e avaliações globais da sociedade brasileira – e um terceiro momento, que seria inaugurado com a reforma do ensino universitário no fim dos anos 1960. Assim, “menos do que contestar aquelas grandes sínteses, parece que se tratava de colocá-las entre parênteses, enquanto se verificava, no campo, ‘a realidade brasileira’” (CORRÊA, 2013, p. 31-32). Nesse panorama, os trabalhos dos pesquisadores mais isolados geograficamente – como Faris Michaele – sofreram influência decisiva. Lembre-se que um dos maiores anseios dos euclidianos era justamente promover um projeto de estudos que envolvesse atores de cada região e de outros países.

Mediante o grande número de estrangeiros que chegavam ao país enquanto um “cenário imenso e único para expedições, [e] alguns acompanhavam os grupos indígenas sem seus prolongamentos dentro e fora do país geopolítico” (CORRÊA, 2013 p. 42, 11), os euclidianos, como outros estudiosos fizeram, “se socorriam de colegas mais experientes na lida com as ciências sociais, sobretudo os norte-americanos – até por injunções do contexto pós-Segunda Guerra”. Assim, ressalta-se a importância de professores-pesquisadores como Roger Bastide, Donald Pierson, Charles Wagley e Herberd Baldus num contexto mais amplo do que o paulista. Presentes no estabelecimento de vínculos internacionais entre os praticantes das ciências sociais, interligados por fios da própria política internacional, muitos deles localizados em diversos pontos do país.

Uma série de cartas trocadas entre Faris Michaele e Donald Pierson no ano de 1950, sinalizam que Pierson enviava alguns livros da “Biblioteca de Ciências Sociais”, coleção coordenada pelo sociólogo e que estava sendo distribuída pela Livraria Martins, que foi muito elogiada como “esforços afim de trazer para o português algo de rica bibliografia nas ciências sociais” (PIERSON, São Paulo, 8 set. 1950). Ele respondia questionamentos feitos pelo princesino acerca de algumas afirmações que compunham um livro deste último acerca das relações raciais no Brasil. Atente-se à carta de 8 de setembro daquele ano:

Prezado amigo Faris

[...] Quanto a sua pergunta sobre a fonte de certas afirmações minhas, as quais foram citadas por Edison Carneiro, acho-a perfeitamente em ordem,

uma vez que o “research man” tem o mais alto respeito pela verdade e se esforça sempre por melhorar seu conhecimento sobre os assuntos de que ele trata.

O meu livro sobre contato racial na Bahia se baseia em 1) observações e entrevistas que eu mesmo fiz e 2) leituras de estudos de outras pessoas, as quais são, presumivelmente, de confiança. Acontece que as minhas observações sobre Evaristo Ferreira de Veiga, Pedro Américo e José Basílio da Gama, foram baseadas no livro de Arthur Ramos, intitulado *The Negro in Brazil*, e publicado em Washington em 1939.

Na página 165 desse livro, por exemplo, lê-se o seguinte: “An interesting mulatto politician was Evaristo Ferreira da Veiga (1799-1837)”; e, na página 130, “Pedro Americo (1845-1903) was a mulatto, a native of Parahyba”. O nome de José Basílio da Gama está citado, entre outros, nesse mesmo livro, na página 138, num capítulo intitulado, “The Negro in Literature and the Sciences”. Embora não esteja tal coisa expressamente dita, a inferência é de que se trata de uma pessoa de (ao menos parcial) ascendência africana.

Estou grato, porém, por receber as suas sugestões, as quais muito aprecio. Arthur Ramos poderia estar errado; ou o erro talvez ser devido à tradução para o inglês, do manuscrito desse livro, feita por Richard Pattee. Caso houver outra edição do meu livro, tomarei em consideração suas valiosas sugestões (PIERSON, São Paulo, 8 set. 1950).

A resposta de Pierson denota uma perspectiva partilhada na época a respeito da “necessidade de fugir da solidão intelectual e iniciar um trabalho coletivo que garantiria a cientificidade almejada” (VILHENA, 1997, p. 83), coisa que Faris Michaele se esforçou em fazer a partir do lugar de presidente do *CCEC*. O princesino se empenhou, a partir daí, em dar continuidade ao tipo de trabalho que estudiosos como Afonso de Freitas vinham fazendo desde os anos 1920: provar a procedência racial de Diogo Feijó e outros brasileiros considerados ilustres, senão a partir da análise do seu cadáver, a partir de documentos históricos, prezando por combater as visões que lhes atribuíam marcas de mulato, para reinseri-los na descendência do tronco branco-indígena. Atento a detalhes das obras que estavam sendo lançadas, Michaele questionava seus autores, buscando participar e contribuir com o debate sociológico.

Cerca de duas semanas depois, mais uma carta chegaria. Em torno daquela questão, Pierson dizia ao “prezado amigo [...] que não há nenhuma necessidade de pedir qualquer desculpa por me ter indicado erros numa fonte de informações de meu estudo sobre a situação racial na Bahia. Aliás, para mim, foi simples cortesia sua, uma vez que a primeira lealdade do cientista é para com a verdade” (PIERSON, São Paulo, 26 set. 1950).

Em agosto de 1952, o norte-americano agradecia o envio de exemplares textos publicados no Paraná em que o princesino fazia referência a pesquisas realizados por ele e sua equipe no Brasil: “Agradeço, penhoradamente, a sua amável carta de 13 de agosto e o exemplar do ‘Jornal do Paraná’ que me enviou, e em que teve a gentileza de chamar

a atenção dos leitores para o nosso estudo sobre Cruz das Almas” (PIERSON, São Paulo, 25 ago. 1952). O sociólogo respondia com atenção, demarcando:

Fiquei sensibilizado ao saber que este modesto estudo vai servir de paradigma para outras pesquisas a serem feitas no sertão de Ponta Grossa. Não sei de nenhum outro meio de homenagear a nossa obra que seja mais do meu agrado.

Terá interesse em saber que, depois de publicado este volume, restavam notas suficientes para uma segunda obra, a qual está em manuscrito e talvez um dia seja publicada.

Talvez saiba que temos em andamento cinco estudos semelhantes no vale do São Francisco. Recebi no ano passado, do governo federal, uma verba para custear as despesas dos meus atuais e antigos alunos – aproximadamente vinte – que estão trabalhando nestas pesquisas. No projeto colaboram a nossa Escola, a Comissão do Vale do São Francisco, e o Instituto de Antropologia Social da Smithsonian Institution, cujo programa de pesquisas e de treino de pesquisadores no Brasil, dirijo desde 1945, em colaboração com a nossa Escola. [...] (PIERSON, São Paulo, 25 ago. 1952).

Essas correspondências revelam indícios preciosos sobre a circulação dessas pesquisas no Brasil. Inspirado por elas, o grupo reunido em torno de Michaela anunciava que desejava realizar pesquisas semelhantes “no sertão de Ponta Grossa”. E Donald Pierson, mesmo avisando que estava prestes a retornar por um tempo para os Estados Unidos¹²¹, indicava que outros núcleos de estudos continuariam a ser desenvolvidos para que Michaela continuasse a acompanhar os resultados das obras.

Ao longo dos anos 1950, *Tapejara* registrou em suas notas e notícias culturais as reuniões e congressos de sociologia e de antropologia que foram realizadas, colocando-se como difusor de seus resultados em Ponta Grossa. Em 1959, relatava-se com destaque o acontecimento da IV reunião Brasileira de Antropologia acontecida próxima do grupo, em Curitiba:

Realizou-se, de 15 a 18 de julho último, na cidade de Curitiba, a IV Reunião Brasileira de Antropologia. Promovido pela Associação Brasileira de Antropologia, constituiu esse conclave, uma das mais belas e produtivas provas de quanto podem o idealismo e amor à cultura. Contanto com a presença de Antropólogos de todo o Brasil, várias e importantes foram as comunicações e discussões feitas, sobressaindo-se as de antropologia cultural, linguística e paleontologia. Aí tivemos a satisfação de rever os grandes mestres Herbert Baldus, Egon Schaden, Loureiro Fernandes, Rosário Mansur Guérios, Matoso Camara Junior, Castro Faria, Darcy Ribeiro, Froés da Fonseca, Manuel Diégues Júnior, Eduardo Galvão, J. J. Philipson, Théo Brandão, René Ribeiro, Brasil Pinheiro Machado, Júlio Moreira, Oswaldo Pilotto, A. Blasi, Carlos Moreira, Carlos Altenfelder e tantos outros, que

¹²¹ Na mesma carta, Donald Pierson avisava a Faris Michaela que logo partiria aos Estados Unidos: Lamento dizer que sigo dentro dos próximos dias para os Estados Unidos, a fim de tomar um completo descanso. Fui atacado por um vírus que me trouxe a primeira doença desde a infância e o excesso de trabalho nos últimos anos está dificultando o restabelecimento.

enobrecem a cultura brasileira pelo seu trabalho eficiente e contínuo, no setor das ciências sócio-antropológicas. Embora patrocinada pela Universidade do Paraná e contasse com o apoio do Governo do Estado, da Prefeitura Municipal de Paranaguá, o Prof. José Loureiro Fernandes, quem, com seu idealismo e dinamismo inegável, contribuiu imenso a que as diversas partes do programa se entrosassem, de maneira admirável, proporcionando a todos um ambiente de conforto e camaradagem que jamais esqueceremos. Nossos agradecimentos e parabéns calorosos aos promotores do Conclave, que será esmiuçado condignamente em nossa próxima edição (IV REUNIÃO..., 1959, p. 10).

Tais Reuniões tiveram importância significativa nos encaminhamentos da produção antropológica, basta lembrar que a fundação da Associação Brasileira de Antropologia ocorreu, em 1955, durante a Segunda Reunião Brasileira de Antropologia, em Salvador. Nesse cenário, embates que grupos localizados em diferentes pontos do país estavam se travando em torno da definição dos objetos, direcionamentos e contornos que esse saber adquiria, num jogo em que se encontravam associadas “orientações teóricas modernas com tradições bem estabelecidas na visão dos intelectuais nacionais” (CORRÊA, 2013, p. 32). A linguística, por exemplo, encontrava-se muito próxima da antropologia na década de 1950 e a defesa do estudo e do “não esquecimento” do tupi por parte dos euclidianos seguia um léxico dos interesses e orientações ainda bastante vinculados ao tema da identidade nacional.

Em relação ao contexto latino-americano, a grande diferença entre a produção da pesquisa brasileira desse momento e a realizada em outros países estava em que, lá, a análise das populações indígenas assumia o primeiro plano, enquanto que aqui foram inicialmente as relações afro-brasileiras que ocuparam esse lugar. “Americanista”, até a década de 1960 era quase sinônimo de pesquisador da América Hispânica – e a América hispânica era indígena aos seus olhos. As “comunidades” estudadas em outros países da América Latina eram, principalmente, comunidades indígenas, e a “aculturação” era a dos descendentes dos mais antigos habitantes das Américas em contato com “a civilização branca europeia” – situação distinta da brasileira, em que as comunidades eram localidades rurais em sua maioria, e a aculturação se referia aos descendentes de escravos africanos ou à segunda e terceira gerações dos imigrantes europeus no cenário nacional (CORRÊA, 2013, p. 31-32).

A preocupação com o estudo das comunidades rurais, com a linguagem indígena e cabocla bem como com a aculturação foram temas predominantes no periódico do CCEC. Em meio a estas questões, criticar estudiosos localizados em centros intelectuais do país como Rio de Janeiro e Pernambuco não era algo com que todos os articulistas se sentiam confortáveis a fazer, por isso, por vezes, não assinavam seus artigos ou faziam usos de trechos de autores (re)conhecidos, como Afonso Arinos, Pedro Calmon, Sérgio

Buarque de Holanda e outros. E se mostravam entusiasmados com a vinda de pesquisadores estrangeiros:

Convidado pelo governo brasileiro, deverá, dentro de poucos dias, chegar ao nosso país, o Prof. Lynn Smith, das Universidades Americanas da Flórida e Lousiana. O insigne sociólogo e etnólogo virá realizar várias conferências, relacionadas com as populações rurais, porquanto, dado o seu conhecimento do assunto, muito irá contribuir para a projetada Reforma Agrária do Brasil. O seu nome já é muito conhecido entre nós, visto haver aqui permanecido por vários anos, sempre estudando e analisando com objetividade e dedicação científica. Daí a grande autoridade de que se revestem as suas obras, como, por exemplo, “Brazil, people and Institutions”, em que, ao contrário dos nossos sociólogos de gabinete, apresenta um quadro real nitidamente esboçado das nossas possibilidades em geral, não perdendo nunca de vista o drama das populações, num background **etnotelúrico**. Ao emérito Mestre Smith os nossos saúdes, com votos de feliz permanência (PROF. LYNN SMITH, 1956, p. 19, grifos nossos).

No *Tapejara* nº. 17, o artigo “Brazil, un offspring of Portugal”, todo escrito em inglês por Faris Michael, foi dedicado aos professores Donald Pierson, Lynn Smith e Alexander Marchant, coadunando com o espírito de intercâmbio e colaboração científicos entre americanistas. Fernando de Azevedo, então professor da Universidade de São Paulo e Helbert Baldus, professor na Escola de Sociologia e Política desde 1939, foram reproduzidos mais de uma vez no periódico. Eles eram representativos de um momento disciplinar em que não havia fronteiras muito claras entre as ciências sociais e de um grupo de cientistas sociais que se constituiu no interior de um aparelho do Estado (CORRÊA, 2013, p. 74).

Herbert Baldus, em especial, era considerado um autor que apresentava um contraponto “indigenista” à perspectiva “africanista” de Roger Bastide em São Paulo, assim como, no Rio, a tradição etnológica do Museu Nacional (lembrando aqui de Roquette Pinto, que presidiu a Comissão da Primeira Reunião Brasileira de Antropologia), iria contrastar com a atuação de Arthur Ramos na recém-criada Faculdade Nacional de Filosofia (CORRÊA, 2013, p. 44). Diversos livros de Baldus foram sendo adquiridos naqueles anos para a biblioteca pessoal de Faris Michael e do próprio *Centro*, impactando a construção do seu arcabouço teórico¹²².

Do estudo e ensino do Tupi às peças do museu do *CCEC* (que serão comentadas no próximo capítulo), transbordavam-se diálogos com a antropologia do Museu

¹²² Refiro-me a: *Ensaio de Etnologia Brasileira* (1937); *Dicionário de Etnologia e Sociologia* (1939); *Lendas dos índios do Brasil* (1946); *Bibliografia comentada de Etnologia* (1954); *Métodos e resultados da ação indigenista no Brasil* (1962); *O Estado atual da Etnologia brasileira* (1966) e *Tapirapé* (1970).

Nacional, com a sociologia paulista, com a Escola Nova. Faris Michaele, que costumava colecionar fotografias de indígenas tiradas por antropólogos em campo (algumas delas, enviadas por eles mesmos ao autor pontagrossense), guardou em seu álbum pessoal as fotos de A. Grossmann dos “índios Huambizas” e “aguarunas” e outras, sem nome de fotógrafo, que vinham acompanhadas de legendas escritas à mão. Nessas legendas, indicavam-se: “índio do Maranhão”; “índio de Pernambuco”; “Mameluco e Cafuso”, “Índio Caingangue civilizado”; “índios coroados”; “índias do Peru, descendentes dos Incas”; “índias paraguaia”, entre outros. Esses agentes experimentaram um momento em que os antropólogos começavam a se reconhecer no plural, registrando esse lugar de fala nas fotografias que vários deles exibiam. Da mesma forma, o euclidiano também fazia questão de tirar instantâneos junto aos grupos que estudava.



Figura 11 – Índios Guarani do Paraná e os professores S. Nascimento e F. Michaele, anos 1950.
FONTE: Acervo Faris Michaele – Centro de Documentação e Pesquisa em História UEPG.

Atentando à figura 11, percebe-se que a cena foi montada com cenário no fundo, não se sabe se em gabinete de fotógrafo ou em algum centro cultural ao qual os professores estavam relacionados. O desejo de se auto-representar como um antropólogo marcou sua trajetória individual e, como Faris Michaele ocupou um espaço de protagonista no *CCEC*, este desejo marcou também a trajetória da instituição. Os distanciamentos e aproximações operados na imagem podem ser pensado em seus

diversos elementos de vestuário e postura corporal: os professores se encontram de pé e acima, enquanto os meninos índios foram dispostos sentados abaixo; aqueles vestiam traje social completo (terno, gravata e sapatos), estes suas simples roupas (sujas e rasgadas) e se encontravam com pés descalços. Toda a cena simbolizava os personagens de *Os Sertões* em carne e osso. Os professores parecem se colocar como porta-vozes e, no limite, como protetores dessa população. O gesto de colocar sua mão direita no ombro de um dos meninos é sintoma desse ideário. Não procuravam vesti-los com as suas roupas, mas, ainda que eles não estivessem mais em suas comunidades, capturar uma espécie de indício vivo do popular e do tradicional.

Essas fotos (há pelo menos cinco delas em momentos e com objetos diferentes) compunham o álbum de Faris Michael e muito próximas dos recortes que ele fazia de livros e revistas para compor o que os euclidianos chamavam de um panteão de “brasileiros ilustres de sangue indígena”.

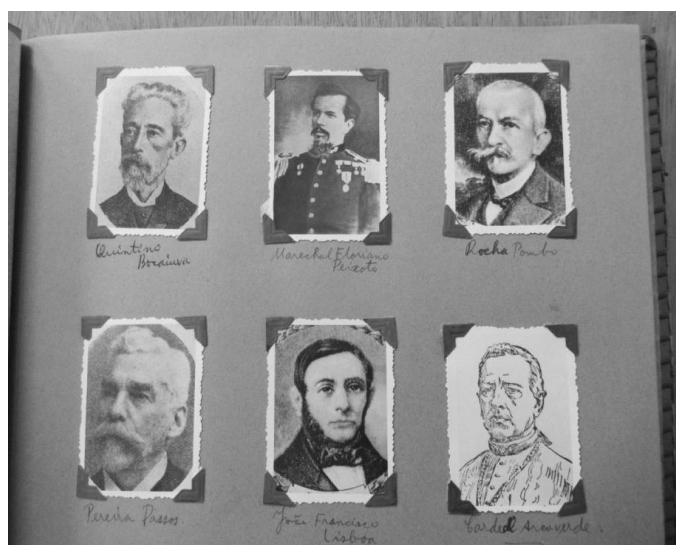


Figura 12 – Projeto “Brasileiros Ilustres de Sangue Indígena”.

FONTE: Acervo Faris Michael e – Centro de Documentação e Pesquisa em História UEPG.

A partir de tudo isso, a natureza do trabalho antropológico que era praticado no CCEC, tendo Faris à sua frente, destacou-se em forma narrativa justamente com esse projeto. Reclamaram para si – enquanto grupo – a originalidade da iniciativa de um estudo genealógico e etnográfico, que tinha por objetivo mapear os heróis nacionais de sangue indígena. Para essa coleção de indivíduos, muito ligada a uma história pátria de caráter moral, os euclidianos dedicaram seu tempo e boa parte do espaço de publicação

local do *Tapejara*. Com ela, era possível reunir os interesses antropológicos do líder do movimento euclidiano no Paraná, com toda uma tradição histórica, biográfica e memorialística há muito praticada pelos outros membros do grupo, com uma aproximação à elite regional identificada com o luso-brasileirismo e com valores conservadores. A figura 12 remete a esse trabalho – escrito à mão – desenvolvido por Faris Michaele e encorpado pelos demais escritos e falas do círculo euclidiano.

2.2.3 Sobre um sentimento temporal: o *topos* do Brasil cindido em dois em meados do século XX

Já ressaltamos que a correlação entre produção científica e movimento social (e cívico) aparecia de forma bastante evidenciada naquele contexto em que, conforme a definição de Lilia Schwarcz (2013), vivenciou-se no Brasil um momento muito particular de se “olhar para dentro”. O velho confronto entre modernidade e atraso vinha sofrendo deslocamentos e resignificações por intérpretes que substituíram, mediante os estudos de comunidades (rurais, por exemplo) a categoria de fanatismo por messianismo, a de inferioridade racial por inferioridade cultural, etc. O *topos* de um Brasil cindido em 2 países diferentes e desconhecidos entre si era retomado com novos instrumentos de análise e de representação disponíveis.

O tema da massificação da educação e a luta por uma educação pública de qualidade, junto às categorias sociológicas de “aculturação” e “integração” nacional foram correntemente objetos de reflexão dos euclidianos: a civilização do selvagem era uma pauta na agenda e Candido Rondon um dos patronos do *Centro* mais aclamados por seu trabalho junto às comunidades indígenas. Era possível, acreditavam, fazer diferente da tragédia que ensanguentou os sertões da Bahia. Contrários ao “conflito entre o litoral civilizado e o sertão agreste e viril”, posicionaram-se favoráveis à assimilação deste Brasil, na qual o Estado teria papel fundamental. Murilo Teixeira Barros elencou essa paisagem do nacional-desenvolvimentismo, com apreço ao discurso fundador de Euclides da Cunha:

A interiorização da Capital Brasileira, o saneamento da bacia do São Francisco com todas as obras complementares para regular a descarga em Paulo Afonso; a organização da lavoura e da pecuária em bases científicas; a abertura de estradas, escolas e postos de higiene; tudo que não se fez até agora em proveito das

populações sertanejas que vivem com 200 anos de atraso; são problemas que Euclides da Cunha pôs em equação e que, dentro de programas realizadores, reclamam estadistas de visão ampla, administradores de pulso e homens de fibra sinceros e patriotas. (BARROS, 1957, p. 18-19)

A harmonia e o desenvolvimento social que foram em vários sentidos defendidos pelo núcleo duro do *CCEC*, servem como indícios de ideias nas quais a fragmentação (econômica, populacional, cultural, etc.) assustava e era vista como problema nacional. Os euclidianos elegeram a educação, com peso significativo à Educação Nova, como a principal solução para o país. Nesse sentido, a retórica da existência de dois Brasis dava força ao grupo: a decadência do Velho Mundo vinha acompanhada das possibilidades de ascensão do Novo Mundo; a decadência espiritual – que percebiam na sociedade do seu tempo, devido ao materialismo e ao egoísmo – movia suas iniciativas espirituais e educacionais. A existência de um outro Brasil fornecia a eles objetos de ciência. Não se tratava de uma visão de mundo pessimista, ainda que assumisse tons de uma modernização conservadora. Concordando com Meucci (2007, p. 6), “o clima social dos anos 50 era, a um só tempo, de exaltação diante de uma oportunidade histórica de alcançar um novo lugar no concerto das nações e de apreensão diante dos efeitos indesejáveis das mudanças repentinas”.



Figura 13 – “Caboclo” aponta para o livro de Euclides da Cunha nas mãos de Faris Michael.
FONTE: Acervo Faris Michael – Centro de Documentação e Pesquisa em História UEPG.

A figura 13 permite refletir sobre a postura que assumiam ao falar nas “figuras regionais com seus curiosos meios de vida – Gaúcho, jagunço, vaqueiro, rastreador argentino, vaqueano, TAPEJARA” (TAPEJARA, 1950, p.1): definiram o seu lugar como uma espécie de tradutores e de observadores desse Brasil outro. E, mais do que isso, como agentes responsáveis pela união desses dois mundos, tamanha a importância do “movimento cultural do Brasil interior” (TAPEJARA..., 1952, p. 17).

Se acaso o Brasil se esquecesse dos índios, diziam, a nação perderia sua identidade fundacional (seu caráter místico): esse clamor estava associado, de uma maneira muito particular com o temor da “cidade universal” de Spengler e com os traumas da Segunda Guerra Mundial. A filosofia histórica da decadência, bastante lida por aquela geração de homens de letras e por vezes citada por eles, falava sobre elementos autonecrofágicos da civilização, justo quando a vulnerabilidade da civilização eurocêntrica foi posta em jogo. O campo (o interior) permanecia, aos olhos de alguns autores, menos suscetível ao cosmopolitismo e a estes riscos, ainda que permanecesse associado, muitas vezes, ao atraso. O interior como lócus de origem, sobrevivência e força da nação implicava num problema de tempo, de percepção e organização temporal.

Para articular coisas que pareciam inarticuláveis, era preciso dar lugar a um novo futuro. Isso seria possível, conforme os euclidianos, transformando esse passado rural em História e em objeto da ciência. Uma herança histórica, que ao invés de morta (afinal as coisas estavam mudando), pudesse viver através de rituais pátrios, de uma cultura histórica e da literatura. O índio deveria, assim, estar nos livros, nos museus, nos materiais escolares. Daí que, em seus discursos, uma das causas sociais e morais dos males presentes era a não valorização da presença do indígena na formação brasileira. Defensores do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), narradores de uma realidade rural do sertanejo (enquanto seu parente vivo), que não mais haveriam de ser negados ou vistos como negativos, se aquela realidade poderia (e deveria) ser convertida socialmente, via saúde e educação, acreditavam que o meio educacional era transformador.

Podemos interpretar as tomadas de posição veiculadas no *Tapejara* como uma autoleitura histórica que fizeram de sua sociedade: a história de uma elite (militar, estadista e, sobretudo, intelectual) toda organizada em panos de fundo moral e exemplos de ações destinadas ao bem comum, unia-se à história do brasileiro simples e rural (índio, caboclo, vaqueano, pantanero) espalhado pelo interior do Brasil. Suas narrativas

eram investidas, assim, de afinidades autobiográficas: enxergaram-se como indivíduos situados entre esses dois polos, seja porque eram moradores de uma cidade no interior, seja porque atuavam como mediadores culturais, seja porque se colocavam como herdeiros de Euclides da Cunha. Promovendo uma união de ambos os pólos no jornal, deram corpo a um futuro que imaginavam e desejavam para o país. Um futuro em que houvesse políticas públicas de saúde, educação e cultura no campo, que acabasse o fosso entre os dois brasis, sem, no entanto, ocasionar a perda daquilo que consideravam as nossas raízes, isto é, sem que a sociedade se autodestruísse no cosmopolitismo.

Nessa direção, derrotar as imagens de um Brasil africano ou mulato fazia parte de um sentimento mais profundo: o desejo de ter história. Uma história conciliatória entre indígenas e portugueses, entre nativos e bandeirantes, entre o Brasil Meridional e o tropical, entre campo e cidade. Uma narrativa do equilíbrio, enfim, que presentificava um futuro imaginado como viável.

O espanto de dar um “salto de cinquenta anos em cinco” para se emparelhar com o resto do mundo – hino da campanha de Juscelino Kubitschek – retomava, via política e obras públicas, sensações de deslocamento e cisão temporal e espacial do Brasil em relação com ele mesmo.

Vemos repetir-se aqui, com uma série de especificidades, a sensação de *coevalness* causada pela simultaneidade temporal, que o historiador Fernando Nicolazzi (2011) percebeu nas palavras de diversos homens de letras das primeiras décadas do século XX, como um descompasso entre tempos ou um desacordo na ordem histórica: “tudo parecia acontecer de maneira simultânea, passado e futuro coexistindo de forma caótica no presente”. A antiquada sociedade não estava ritmada com o moderno sistema político e sua paisagem soava como uma presença viva das forças do passado, que retornavam com o ímpeto de um conflito cultural de difícil compreensão: essa posição, “que indica um profundo sentimento de “deslocamento”, não é exclusiva de uns poucos autores; ela marca, com linhas fortes, uma perspectiva de pensamento sobre a nação que atravessou os tempos” (NICOLAZZI, 2011, p. 5).

Se a questão já não mais girava em torno de fazer história pelo viés de explicar as inaptidões brasileiras (físicas, sociais, antropológicas, etc.) em ingressar no cortejo das sociedades civilizadas¹²³, mais sim de apresentar imagens de Brasil enquanto uma

¹²³ No início do século “a constatação das profundas diferenças e dos consideráveis lapsos de tempo que separavam a cultura (brasileira) da civilização (ocidental), bem como as tentativas de “colocar-se no tempo do seu tempo”, segundo as palavras certeiras de Octavio Ianni, criaram as condições para a

civilização pertencente ao Novo Mundo e portadora de características próprias, ressaltava-se o nascimento nacional (o encontro entre o luso e o nativo americano) em seus caracteres enobrecidos. É nesse sentido que se aproximaram dos românticos do século anterior, que “tiveram a difícil tarefa de tentar conciliar as muitas vezes antagônicas esferas da cultura, isto é, do dado que singularizava a nação, sua História particular, e [...] a inserção daquela singularidade em um todo abrangente, moderno e universal” (NICOLAZZI, 2011, p. 5). Nessas representações, o índio encarnava atributos de uma brasilidade do tempo das raízes que não poderia se perder, com o risco de com isso, perder-se a história e o próprio futuro.

A escolha de Euclides da Cunha foi estratégica já que, estabelecendo ainda um diálogo com Nicolazzi (2011, p. 8), “Euclides conseguiu como poucos traduzir para a dimensão espacial o descompasso no tempo: cruzar os sertões era também atravessar os calendários, em um retorno anacrônico na História”.

Atente-se à persistência do problema fundamental do tempo (ou da multiplicidade de tempos de crescimento) da nação: não se mostravam interessados em avaliar o atraso e suas causas como a geração anterior, mas em transformar essa própria realidade na esfera narrativa, reinserindo-a no folclore, na tradição, numa representação de cultura rural mística e bucólica. Para os integrantes do *Centro*, o compasso do tempo dependia dessa libertação: exorcisar o que antes era negativo, transformá-lo em história, em folclore e avançar, deixar essa esfera no campo da escrita e dos museus. Sua produção era, portanto, uma forma de (re)orientar o tempo em seu presente. O editorial de lançamento do *Tapejara* explicitava esses anseios:

O século XX, disse-o alguém, entre outras particularidades que apresenta, constitui, de maneira iniludível, a consagração do mito. Noutros termos, em meio à geral inquietude dos tempos modernos; extraviado no bulício inervante da época atual; impotente, enfim, ante as sombrias perspectivas do imenso cosmos em ebulição, a que assiste; vai-se o espírito humano, a pouco e pouco, distanciando da realidade para ensimesmar-se e, como corolário, entregar-se, completamente, ao mito com suas infinitas fantasias. Daí, então, que se nos deparem criações míticas raciais, linguísticas, nacionais, históricas, econômicas, políticas e outras mais, confundidas as mais das

existência de um discurso sobre a ausência; a elaboração de uma imagem da pátria por aquilo que ela tinha de lacunar, por aquilo que lhe faltava ou, se isso for compreendido pela temática temporal, pelo topos do “atraso nacional”. Não era essa, pois, uma das principais perspectivas que a geração de 1870 construiu sobre o Brasil, encontrando na monarquia, na escravidão, no arcaísmo das estruturas sociais e no primitivismo das elaborações intelectuais as razões principais para o atraso? As palavras de Joaquim Nabuco, em 1866, citadas por Silviano Santiago, são apenas um dos exemplos: “entre nós as reformas parecem prematuras, quando já são tardias” (NICOLAZZI, 2011, p. 5-6)

vezes, umas com as outras e, quase sempre, para desgraça do homem e atraso da sua marcha ascensional (TAPEJARA, 1950, p.1).

O texto segue falando das possibilidades do habitante do Novo Mundo mediante “o incomparável da natureza americana, o soberbo das suas tradições e passado de glória das civilizações pré-colombianas”. Depois dos horrores vivenciados na Segunda Guerra Mundial, em que o velho continente – que até então havia servido de modelo civilizacional – caíra em declínio, representava-se que essa civilização havia sido enganada pelos mitos “Racismos nazistas, comunismos econômicos, ressurreições teocráticas de vários gêneros”. Aquele momento, em que os habitantes da América Latina integravam-se como nunca antes aos seus países, recusando os estrangeirismos que, nessa visão, mais lhe atrasariam do que outra coisa, poderiam finalmente realizar-se em toda a sua grandeza e riqueza nacional e continental (ecológica, de homens e ideias), deixando de ser “falsos civilizados” (TAPEJARA, 1950, p. 1). Tudo isso frente à sensação de desconforto da proliferação de “doutrinas alienígenas” e “ideologias contrabandeadas” que estariam “ameaçando a tranquilidade pública do Brasil”, discursos que Nedel também percebeu em grupos intelectuais do Rio Grande do Sul (NEDEL, 2007, p. 85).

Ser original – não copiar a intelectualidade europeia – assumia novas proporções após a Segunda Guerra e os horrores praticados pelos países do outro lado do Atlântico. Pela primeira vez o mundo europeu parecia ter menos a oferecer (em termos de respostas e de promessas) que o Novo Mundo, fenômeno ligado à colocação vitoriosa dos EUA na Guerra e à força institucional do movimento pan-americanista nos trópicos.

No esteio da perspectiva de que os latino-americanos estariam destinados às grandes conquistas, tal qual apregoava a doutrina do Destino Manifesto (EUA), levou-se em consideração nos textos do *Tapejara* o destino, por um lado, e o meio, por outro, na condução dos acontecimentos. Por tudo isso é que uma percepção temporal fragmentada estava empregada fortemente em seus escritos, resultando em tentativas de justaposição das dimensões do passado do presente e do futuro num todo intelegível. Tanto a escrita histórica, quanto a ficcional dos euclidianos podem ser encaradas, assim, como uma forma de expurgar suas próprias inseguranças temporais. O tom moral (moralizante) que seus discursos assumiram é sintomático disso: como resposta a esses problemas e à sensação de vazio temporal, uma lógica do dever ser (patriótica), um repertório de “homens de fibra e exemplos retirados do passado”, um encaixe de

personagens antagônicos num mesmo plano representacional narrativo. Muitas vezes apegaram-se a valores conhecidos, que entendiam que fizeram da sua geração (e das anteriores) bons homens, lançando mão de um passado estável, que desse a impressão de um porto seguro. Os euclidianos princesinos não foram os primeiros a fazer isso, mas antes, participaram ativamente de um processo de produção e de circulação de ideias que deu forma narrativa a esse conjunto partilhado de dilemas.

Conforme Gláucia Villas Bôas (2006), a produção dos anos 1950 marcou-se por um particular desejo de intervenção na espontaneidade dos acontecimentos, de mudar a feição das instituições, das mentalidades e da própria distribuição do poder. “Mudança provocada” foi termo corrente e tema central na literatura sociológica que despontava: alguns autores, a partir de concepções sociológicas progressistas, revelavam as profundas desigualdades sociais e raciais da sociedade brasileira, como foi o caso de escritos de Florestan Fernandes, Luiz de Aguiar Costa Pinto, Alberto Guerreiro Ramos, entre outros, que imprimiam às tarefas dos sociólogos um sentido no processo de implantação de uma ordem social moderna e democrática no país. Essas ideias adquiriram valor inestimável nas disputas pelo reconhecimento e legitimidade do campo da sociologia e a autora percebe aí a adoção de uma noção de tempo que relega o passado e privilegia o futuro. Atente-se, ainda, que a questão racial esteve presente não só como tema de investigação patrocinada pelas Nações Unidas, mas como questão política e existencial para intelectuais negros que se organizavam. Uma das mais significativas experiências de mobilização da época – a revista *Quilombo* (dez.1948-jul.1950), no Rio de Janeiro, sob direção de Abdias Nascimento – trazia como mote “Vida, problema e aspirações do negro” e informa um momento importante da luta anti-racista na história política e cultural do Brasil¹²⁴.

A narrativa sociológica brasileira de meados do século XX ocupa lugar de relevo no quadro mais amplo do pensamento sociológico, pelo desejo de

¹²⁴ O sociólogo Guerreiro Ramos, autor dos livros “Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo” (1954), “Introdução crítica à sociologia brasileira” (1957), “A redução sociológica” (1958); A sociologia numa era de revolução social (1963), entre outros, participou ativamente desses debates. No artigo “Contatos raciais no Brasil”, publicado em 1948 na revista *Quilombo*, referia-se que a questão do negro não era uniforme no Brasil, posto que havia diferenças regionais e de classe, sendo que o preconceito de cor não equivaleria ao preconceito racial. Problematicando como o homem de cor e o mestiço assimilavam os padrões da cultura dominante (branca), tendendo a camuflar suas marcas, enquanto os traços culturais africanos eram tratados como pitorescos, denunciava o caráter patológico das atitudes do branco e a alienação do próprio negro. No livro *Cartilha brasileira para aprendiz de sociólogo* (1954), defendeu a necessidade de elaboração de uma consciência sociológica da situação do homem de cor, afirmando o negro como ingrediente normal e não componente estranho da população brasileira. “Ao contrário, é a sua mais importante matriz demográfica” (A QUESTÃO RACIAL, CPDOC, 2017, p. 1).

conhecer, provocar, diagnosticar e examinar os efeitos das mudanças sociais. Voltando-se para a imagem de um futuro moderno, estudiosos e pesquisadores renunciaram à procura de um espírito nacional a caminho de si mesmo e tentaram romper com o círculo de ferro imposto pela herança dos modelos interpretativos anteriores, para legitimar, no seu próprio tempo, ideias que lhes apareciam como novas. As concepções igualitárias, universalistas e progressistas da sociologia tiveram, porém, de se defrontar com a eficácia simbólica das interpretações do caráter nacional brasileiro, sobretudo com uma visão da imutabilidade da vida social, uma vez que aquelas interpretações acentuavam a permanência no tempo de qualidades inerentes aos brasileiros, tais como a cordialidade, o autoritarismo, a desmesura, a violência, mas também a brandura e a conciliação (VILLAS BÔAS, 2006, p. 13).

Os euclidianos princesinos reagiram a esses fenômenos. Seu apego a um certo passadismo, vincula-se ao status quo do pensamento voltado para a construção da nação, distinto daquele que se anunciava voltado para a construção da sociedade nos termos de Villas Bôas. *Tapejara*, nesse sentido, promoveu um diálogo com os sociólogos, especialmente os estrangeiros que formaram a nova geração de estudiosos em São Paulo. Contudo, há que se perceber, que ao operar essas leituras, não ocorria uma mera adaptação de vocabulário, mas eles acabavam profundamente tocados por questões de tempo, ordem social, mudança, etc. na maneira de imaginar a nação. Isso implicava em respostas para o problema da qualidade ambígua do ethos brasileiro (um país cindido) e da instauração “precária” da ordem social moderna, vinculando-os a formas tradicionais de existência da ordem social. Nesse sentido, a ambigüidade antes atribuída ao caráter nacional se teria contrabandeado para os diagnósticos da sociologia na reflexão sobre a instituição do moderno na vida social e sobre o entrelaçamento da conduta e das ordens sociais concomitantemente modernas e tradicionais (VILLAS BÔAS, 2006, p. 16).

O grupo princesino, desse ângulo, estaria mais próximo de uma crença na imutabilidade da vida social ou então de modos de pensar que expressavam, concordando com Villas Bôas (2006) as próprias ambivalências da tensão entre as visões do passado e as imagens do futuro que ocuparam a intelectualidade brasileira. Apelando à tradição em momentos de crise e transformação, para usar as palavras de Leticia Nedel (2005, p. 46) “mais que uma reação contrária à modernidade, é uma face específica deste processo global de complexificação das relações sociais e de reconfiguração das formas de percepção do tempo”.

A celebração do passado, da sociedade e da cultura nacionais ainda constituía instrumento importante de legitimação social dos intelectuais. Contudo, estavam em

jogo deslocamentos no princípio coesivo da edificação da nação: a estabilidade do passado e a concepção de tempo contínuo calcada em propriedades atáticas e autóctones, permaneciam sendo vistos – no círculo euclidiano – como componentes necessários à afirmação da identidade nacional. Daí que entre suas finalidades, importava tanto encontrar o começo, “as origens” através de mecanismos que buscavam uma “sucessão de agoras”, negociando ou ocultando “a aporia entre a ordem do tempo como fluxo contínuo e a narrativa da continuidade ancestral” (DUARA, 1998, apud NEDEL, 2005).

Diante do que foi exposto até aqui, o terceiro capítulo busca compreender esses repertórios mobilizados pelo *CCEC* – em torno do espaço dos Campos Gerais do Paraná – do ponto de vista da sua disposição e inserção na configuração política e letrada paranaense. Acreditamos que uma cartografia de algumas relações que os euclidianos mantiveram com personagens chave daquele cenário, bem como de termos, como “Paraná tradicional”, sertão, autóctone, tropeiro, entre outros, que foram mobilizados e mesmo criados conforme disputas específicas no estado enriquecerem a compreensão sobre os temas abarcados nesse capítulo e no anterior.

CAPÍTULO 3

Poéticas do espaço: categorias regionais em tensão no Paraná e as relíquias dos Campos Gerais eleitas pelos euclidianos

Pode-se dizer que há uma vasta historiografia que se volta, a desvendar os repertórios e os dilemas de uma produção escrita e artística que se dedicou, no âmbito da primeira metade do século XX, à explicação e à exaltação da formação social e histórica do Paraná. Márcio de Oliveira (2009, p. 17) denominou essa produção como um não linear movimento regional de invenção e circulação de “figuras da diferença” constitutivas da autoimagem paranaense, cuja gênese se encontra situada, sobretudo, a partir da última década do século XIX, na agenda da geração simbolista, e cuja expressão máxima desembocaria em textos como “Paraná Vivo” (1953), “Um Brasil Diferente” (1955), entre outros, em meados do século passado¹²⁵.

O grande desafio enfrentado pelas elites paranaenses nos anos 50 foi a definição da vocação e da identidade do Estado. Este desafio fora assumido numa época cheia de simbolismos: aquela era a década na qual se comemorava o Centenário da Independência do Estado em relação a São Paulo. De fato, estava então em questão uma re-invenção do Paraná que, em certa medida recuperava, reatualizava e confrontava os ideais *paranistas* do início do século ao novo contexto (MEUCCI, 2007, p. 7).

Conforme aponta Simone Meucci, da obsessão em torno de uma identidade regional que não implicava na diluição ou justaposição no todo nacional, mas sim na afirmação da diferença, houve, pois, no limite, “uma mobilização para formulação da imagem de um Estado branco, fruto da colonização europeia, sem elementos negros e portugueses” (MEUCCI, 2007, p. 7). Tratava-se de um momento de rearranjos no interior do movimento conhecido como Paranismo, ou então de suas heranças¹²⁶.

¹²⁵ “Paraná Vivo” (José Olympio) foi escrito por Temístocles Linhares (Curitiba, 1905 — Montevideu, 1993) e “Um Brasil Diferente” (Editora Anhembi) por Wilson Martins (São Paulo, 1921 — Curitiba, 2010). Ambos atuaram como críticos literários, estudiosos da história paranaense e foram docentes de literatura na FFCL-PR. O primeiro se notabilizou como um dos fundadores da Revista “Letras” do Departamento de mesmo nome da UFPR.

¹²⁶ A origem do termo Paranista (em analogia ao termo “paulista”) teria sua origem no poeta Domingos Nascimento: referia-se àquele que vive no Paraná não importando realmente se ali nascera ou não, refletindo, pois, um sentimento de pertencimento. O movimento que se apropria do termo e o coloca em destaque foi composto por intelectuais e artistas paranaenses como, entre outros, Frederico Lange de Morretes, João Turim, Euclides Bandeira, Dario Velozzo, Sebastião Paraná e Romário Martins, que se reuniam no ateliê do pintor João Guelphi, na Confeitaria Esmeralda e no Café Belas Artes, no centro de

Márcio de Oliveira (2009, p. 18) percebe aí a marca da continuidade de um esforço consciente e renovado de criar uma história e uma coesão para o plano regional. Diante de um espólio significativo de signos que corporificavam o Paraná como “Terra do Futuro”, ainda que as “imagens da diferença” tenham perdido um pouco de força durante a centralização operada pelo Regime Vargas, funcionariam como espécie de mito modulador da historiografia regional entre os anos 1940 e 1960. Tendo isto em vista, José Szwako demarca que

As transformações que marcaram o Paraná, sobretudo durante os anos 1950, abriam uma série de novos dilemas e perspectivas. A entrada de capital cafeeiro e o desenvolvimento modernizante do estado, quer devido à modernização especial urbana da capital e das maiores cidades no interior, quer pela ampliação da população e dos níveis básicos de escolarização, transformavam e desafiavam de forma única o cenário paranaense “tradicional” (SZWAKO, 2009, p. 46).

Termos como “Paraná Moderno” e “Paraná Tradicional” se tornaram correntes aos contemporâneos do *CCEC*, herdeiros de um repertório de representações e de uma tríade de lugares autorizados na veiculação do auto-conhecimento (histórico, geográfico, literário, etc.) acerca do Brasil e do Paraná. Os repertórios criados pelos euclidianos lidaram com o peso dessas transformações e dessas categorias, eivadas, por sua vez, de disputas mais ou menos veladas que estavam se tramando no interior do Paraná. Como manter e renovar o apego às tradições? Esse parece ter sido um dos anseios partilhados pela intelectualidade dentro e fora do Estado. Mas tal pergunta vinha a reboque de outra: quais eram as tradições legítimas a serem rememoradas? Que lugar teriam os novos estudos (de folclore e das ciências sociais) na eleição dessas respostas? Já são conhecidos diversos personagens, instituições e dimensões estéticas e cívicas da literatura e da arte identificadas como paranistas, especialmente no que elas apresentam de continuidade entre si. Pouco se fala, no entanto, sobre outras manifestações que surgiram e – em alguma medida – disputaram esse território letrado, a ponto de grupos

Curitiba. Institucionalizando-se com a criação do *Centro Paranista* (em 1927) e a produção do periódico *Ilustração Paranaense* (1927-1930), o grupo teria trabalhado, na esteira da crença positivista no progresso, com o claro objetivo de criação, idealização e valorização, programática e estética, da história, da natureza e do povo do estado. Essa identidade produzida nos anos 1920 apresentava uma relação de proximidade com o tom regionalista assumido em movimentos em outros estados da federação e mesmo com o pensamento social construtor da identidade nacional da primeira metade do século XX (OLIVEIRA, M., 2009, p. 20-21).

como o reunido em torno do *CCEC* ser desconhecido ou então lido como mais um integrante do circuito paranista¹²⁷.

Uma imagem que os euclidianos se esforçaram para firmar foi justamente a de que não representavam uma extensão do que se produzia na capital. Ao se lançarem com auto-representações e rituais outros (buscados no Euclidianismo paulista) procuravam diferenciar-se, como uma espécie de vanguarda. Analisando essas relações mais de perto (neste caso, a partir do *CCEC*), percebemos nuances de sociabilidades, estratégias e de agenda de intelectuais que não filiaram ao signo “paranista”, nem representaram um de seus epígonos. Isso permite complexificar a compreensão desse cenário, que muitas vezes tem sido estudado por meio de uma cronologia extensa e quase sem pontos de inflexão, na qual a produção Paranista seria praticamente a única característica por cerca de quatro ou cinco décadas.

Aqui estamos lidando com uma gama de autores que não couberam ao manto do Paranismo, mas que partilharam com seus representantes uma experiência social. Um primeiro ponto que cabe lembrar é que os autores associados ao Paranismo situavam-se, sobretudo, em Curitiba e tinham a capital como menina dos olhos. Os princesinos, enquanto isso, falavam a partir de Ponta Grossa, considerada por eles a “Capital Cívica do Paraná”. Essa expressão foi cunhada quando da primeira visita de Getúlio Vargas à cidade de Ponta Grossa no ano de 1930, durante o desenrolar da marcha da sua comitiva rumo à capital federal, marcada por manifestações de apoio e festejos da população local ao futuro governante, que ali teria recebido a notícia para seguir em frente e tomar posse do governo. Por conta da ocasião, a cidade passou a ser representada dessa forma em diversos jornais paranaenses, especialmente no *Diário dos Campos* (de maior tiragem) de Ponta Grossa e *O Dia* (de Curitiba), que lhe atribuíam qualidades cívicas, como se inatas à cidade, imagem esta que as elites locais procuraram reiterar e reforçar pelas décadas seguintes. Tal categoria geralmente vinha acompanhada de apelos por um comportamento patriótico dos leitores, que foram fortemente empregados durante a Segunda Guerra Mundial (DAHNE, 2015, p. 50-51).

Tal representação, à época de fundação do *CCEC*, já se encontrava consolidada no imaginário local, a partir da qual se afirmava que a cidade guardava um “renome cívico” a ser zelado, cuja retórica (de dever e de exemplo) marcaria muitos dos atos

¹²⁷ De alguma maneira essa perspectiva ressoa nos trabalhos de Vieira (2007), Cordova (2016), Ditzel (2004), Peyerl (2010), Marchese (2014), entre outros, que, afinal, trouxeram contribuições fundamentais para se pensar uma História Intelectual do Paraná e o próprio debate levantado nesse trabalho, inclusive, para a necessidade de situar o nascimento do *CCEC* numa conjuntura em que o Paranismo predominava.

jornalístico-educativos dos euclidianos e da sua escrita em relação à sua cidade¹²⁸. Essas ideias não implicavam oposição direta entre os grupos letrados das duas “capitais” do Paraná, pois ambos demonstravam interesse no desenvolvimento e na exaltação das qualidades das principais cidades locais. Mas implicam numa ambiência social e intelectual pautada em imagens (que hora se complementam ora se chocam), que acreditamos contribuir para pensar as lides euclidianas que viemos esmiuçando até aqui.

O Paranismo serve de cotejo, nesse sentido, como uma tendência estabelecida no estado e que estava ganhando nova coloração no período de redemocratização: os euclidianos frequentaram seus eventos, leram suas obras, buscaram seu apoio para os seus empreendimentos, mas procuraram produzir outra coisa. Os paranistas, tampouco, descreditaram grupos e projetos culturais paralelos, como o euclidiano, uma vez que instituições letradas como o *CCEC* corroboravam seu ideal do progresso cultural do estado. Mas seus representantes, ao se corresponderem com os euclidianos, receberam o movimento conforme a sua semântica própria. Nesse ínterim, chamar-se mutuamente de “Patrícios” poderia ser referência a diversos planos (regional, nacional, continental ou espiritual) e suas trocas servem de indício das negociações operadas entre eles.

Interessa-nos, nesse capítulo, explorar justamente a maneira como os euclidianos se lançaram em relação a um cenário intelectual já constituído no estado, com importância ao lugar ocupado pelo laicato católico que atuava no Círculo de Estudos Bandeirantes, envolvendo-se também com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (em Curitiba). Invocar tais instituições, juntamente ao Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense e ao Museu Paranaense, é falar sobre o próprio amadurecimento de um espaço social letrado no Paraná do século XX. Tem-se em conta que esse espaço foi se formando a reboque de projetos de sociedade e de poder, em sua lida com as estruturas agrárias, a ocupação de novas fronteiras, as migrações, a urbanização, as heranças dos “complexos ervateiros, campeiros, as velhas forças produtivas, as antigas propriedades e relações sociais mediante novas formas de modernização [...] a reprodução e atualização de suas velhas elites em um mundo em rápida transição” (OLIVEIRA, R., 2016, p. 6-7). Essas facetas iluminam algumas relações entre

¹²⁸ Atente-se, nesse sentido, ao discurso oferecido por Luiz Reis, sócio do *CCEC*, na ocasião do 128º aniversário de fundação da cidade e que foi publicado no *Tapejara*: “[...] Com amplo respeito às crenças e opiniões religiosas ou políticas, aqui floresceram instituições admiráveis pelo seu sentido altruísta, humanitário, religioso e político. Os lídimos **princípios de liberdade e justiça, que outorgaram à vossa cidade o honroso título de Capital Cívica do Paraná**, foram por vós tão carinhosamente cultuados, que lograstes oferecer ao vosso Estado e à pátria brasileira o mais sugestivo exemplo de **vanguardeiros nas causas do bem**, nas causas do progresso, da independência e do civismo. Estais de parabéns, portanto, pontagrossenses!” (REIS, 1951, p. 3, grifos nossos).

intelectuais, cultura e política, em torno do forte interesse que se tinha em projetar elementos identificadores regionais (destaque-se aí a construção simbólica da “brasilidade” dos Campos Gerais), quando a unidade tradicional imaginada para o estado estava em jogo, frente a novos sujeitos e objetos que estavam sendo incorporados.

3.1 A INSERÇÃO DO *CCEC* NO PARANÁ: APROXIMAÇÕES E AFASTAMENTOS COM O PARANISMO

O movimento de saída da cidade de Ponta Grossa no intuito de adquirir formação superior dotou os agentes que fundaram o *CCEC* não apenas de conhecimentos especializados e dos respectivos diplomas das Faculdades de Direito e de Medicina, mas também, fundamentalmente, de um capital de relações sociais. Esse capital se mostrou importante na sua inserção social e simbólica enquanto uma “elite intelectual princesina”, conforme apontamos no capítulo 1. Cabe aqui retomar que eles procuraram estabelecer – via “conhecidos” espalhados pelos estados – um grupo heterogêneo de sustentação, que, além de dar volume ao movimento, funcionava como mecanismo de autorização e divulgação da sua produção, especialmente no interior dos circuitos dominantes da configuração intelectual local. O pertencimento formal a uma mesma instituição de ensino e as interações informais que tinham lugar nos grêmios literários, atividades extracurriculares e de lazer desenvolvidas desde a juventude, revelavam-se recursos potenciais a serem acionados em várias ocasiões futuras na carreira. Essas redes eram mantidas/cultivadas por cartas quando de seu retorno à cidade natal ou mudança dela (no caso dos euclidianos provenientes de outras cidades), e, por vezes, por convites e encontros em função de palestras, congressos, viagens, etc. Elas foram ativadas, logo de início, para que o *CCEC* pudesse emergir e ser reconhecido como legítimo, como demonstram as centenas de correspondências que o secretário e o presidente escreveram em nome do coletivo a diversos “conhecidos” dos sócios recrutados.

Entre os residentes no Paraná que foram acionados pelo *CCEC*, foi possível mapear ao menos cinco formandos da turma de 1936 da Faculdade de Direito do Paraná (turma de Faris Michaelle), então composta por 48 alunos: Basílio do Rego Monteiro

Campêlo (CAMPÊLO, Curitiba, 15 ago. 1956); Eloy da Cunha Costa (COSTA, Curitiba, 18 set. 1951); Manoel Oliveira Franco Sobrinho (SOBRINHO, Curitiba, 20 out. 1949); Newton Carneiro (CARNEIRO, Curitiba, 10 dez. 1951) e Ney Leprevost (LEPREVOST, Curitiba, 31 mai. 1948). Atente-se que os dois últimos foram convidados a integrar o *CCEC* na qualidade de sócio-correspondentes enquanto ocupavam cargos públicos de peso: Newton Carneiro era então Secretário de Educação e Cultura do Paraná e Procurador-Geral de Justiça, após ter presidido o Ministério Público-PR, e Ney Leprevost, na ocasião, era o Prefeito Municipal de Curitiba.

Esse exemplo ilustra a forma pela qual o grupo procurou inserir-se no meio letrado e político paranaense: a de enviar cartas convidando e diplomando diversos intelectuais como sócio-correspondentes (e alguns, especialmente, sócio-honorários). Entre tantos nomes, procuramos recuperar a dimensão dessas sociabilidades em relação a enunciadores, como David Carneiro, Bento Munhoz da Rocha, Rosário Farani Mansur Guérios, entre outros que instituíram discursos autorizados acerca da formação social e histórica do Paraná. Há que se considerar que o reconhecimento dos grupos aos quais eles pertenciam era fundamental para o sucesso do *CCEC*, que não anunciava uma postura de disputa de posição – quanto ao lugar que reclamavam pra si em seu estado – em relação a esses grupos já estabelecidos, mas que buscou, antes, certa integração, e (não menos) a sua proteção. Essa política de “boa vizinhança” que os euclidianos estabeleceram, provocou situações e ações ora de aproximação, ora de afastamento do grupo paranista e do grupo católico (ambos entrecruzando-se em várias direções), que são reveladoras de posições sociais, de objetos de estudo e de categorias simbólicas que se encontravam em tensão no seio daquela sociedade.

Em outubro de 1952, o *CCEC* recebera um “atencioso convite” para participar do *I Congresso Paranaense de Escritores*, que aconteceria em Curitiba no ano seguinte, como parte das comemorações patrocinadas pelo governo do Estado em torno do Primeiro Centenário da emancipação política do Paraná. Em 1953, o ânimo em torno do evento, como registrado em Atas de reuniões, ressaltava a preocupação dos euclidianos em fazer “excelente representação do nosso Centro na capital do Estado”, confirmando tal participação no sentido de “se estreitarem ainda mais os laços de amizade que vinculam os elementos representativos das culturas curitibana e pontagrossense” (*CCEC*, Ata nº. 45, 17 out. 1952). Em março de 1953, a Ata nº. 47 definia como premissa daquela reunião, “o assunto que estava na ordem do dia”:

[...] a caravana que iria representar o nosso Centro no importante conclave que se realizará proximamente na capital do Estado – o Congresso Paranaense de Escritores. Em se tratando dum congresso que traz em seu bojo a transcendente finalidade de reunir, pela primeira vez, os intelectuais e escritores da terra dos pinheirais, a que, de modo algum, êste Centro poderá deixar de comparecer, foram desde logo assentadas providências no tocante aos membros desta entidade, que irão a Curitiba especificamente para assistir e tomar parte ativa nos debates do primeiro Congresso, a reserva de acomodações, data da partida e demais pormenores relacionados com a ida da caravana. Após as discussões que neste sentido foram desenvolvidas pelos presentes, sempre dentro dum clima de fraternidade e boa camaradagem, ficou deliberado que a caravana que representará a nossa entidade no conclave em questão será composta de doze sócios, os quais citamos a seguir: dr. Faris A. S. Michaele, chefiando a embaixada cultural; prof. Plácido Cardon; sr. Arary Souto, jornalista; Ribas Silveira, escritor; Bruno Enei, professor e escritor; Edmundo Schwab, poeta; dr. Lourival Santos Lima, professor [...]. (CCEC, Ata nº. 47, 14 mar. 1953).

O convite e a respectiva reação de entusiasmo em torno da realização do Congresso sinalizam a inserção do CCEC no rol das letras “da terra dos pinheirais”. Além da proximidade geográfica das cidades (Curitiba e Ponta Grossa), que permitia que os euclidianos planejassem sua ida em maior número do que, por exemplo, nos festejos euclidianos de Rio Pardo (para os quais, quando muito, apenas um representante se fazia presente), explicitavam seu desejo grupal em fazer-se projetar como um expoente cultural no estado. Em junho de 1953, o evento – transcorrido durante os dias 29 a 31 de março daquele ano – recebeu novamente atenção, com exclusividade na pauta, agora numa sessão de apresentação do relatório feito por Faris A. S. Michaele, repassando aos sócios a mensagem de que o 1º Congresso Paranaense de Escritores

teve bastante êxito e reuniu um número elevado de intelectuais paranaenses que discutiu com calor os atuais problemas de cultura de âmbito não só paranaenses, mas também nacional; e por outro lado apresentou uma notável exposição de obras e inéditas de escritores paranaenses. [...] À conclusão do conclave intelectual, não pode este Centro Cultural deixar de fazer sentir sua admiração pelo trabalho dos organizadores do Primeiro Congresso [...] cujos frutos muito breve serão apresentados (CCEC, Ata nº. 49, 18 jun. 1953).

Conforme informava o relatório, os euclidianos Plácido Cardon e Faris Michaele leram seus trabalhos na sessão final do Congresso, presidida por David Carneiro, que também havia presidido a abertura do evento como um todo, e foi elogiado por empreender “belo discurso [que] evidenciou o panorama da cultura contemporânea da

terra das Araucárias” (CCEC, Ata nº. 49, 18 jun. 1953). A araucária como símbolo do Paraná, adotada no vocabulário do *Centro*, era uma referência tipicamente paranista, que funcionava como uma das bases da identidade regional na qual os euclidianos foram “formados” e cujo uso, aqui, denota o seu reconhecimento. Mais que um termo corrente na época, os documentos informam que os euclidianos usavam esse vocabulário quando falavam com e/ou para os sujeitos identificados por eles como paranistas. Os comentários também foram publicados no *Tapejara*, elogiando o “renomado intelectual patricio, Snr. Dr. David Carneiro, que proferiu belíssima oração”, bem como “o culto Dr. Oscar de Paula Soares, o qual, também, se houve magnificamente, representando o Exmo. Snr. Governador”, entre outros, lembrados pela sua “inteligência” e “cavalheirismo”, buscando demarcar o lugar do CCEC ao seu lado, como integrantes de um “espírito de originalidade e obstinação dos filhos do Paraná”:

O Paraná viveu, em fins de março e começos de Abril, alguns de seus grandes dias. Refirimo-nos à realização do Primeiro Congresso Paranaense de Escritores, sob o patrocínio direto do Centro de Letras do Paraná, sem favor, uma das mais notáveis entidades culturais do Brasil atual, no que foi secundado pela Academia de Letras José de Alencar, Museu Paranaense, Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, Academia Paranaense de Letras, Centro Feminino do Paraná, C. C. Euclides da Cunha, etc [...] Representou [...] uma oportunidade única de poderem os intelectuais de todo o Estado conhecer-se melhor e trocar úteis ideias a respeito do desenvolvimento extraordinário que o Paraná apresenta em todos os sentidos [...] com a notável EXPOSIÇÃO DE OBRAS E INÉDITOS, ficou, naturalmente, o nosso Estado colocado em pé de igualdade bibliográfica com as mais pujantes unidades da Federação (PRIMEIRO CONGRESSO..., 1953, p. 16).

Esses indícios são representativos das relações que os euclidianos mantiveram com a classe letrada curitibana e também sobre quais instituições ocupavam, naquele momento, posições centrais na produção da ciência, da história e da literatura no plano estadual.

Naqueles cem anos de existência política do Paraná, uma primeira geração de homens de letras – a “geração de 1870” – marcou a tonalidade de construção da noção de Paraná como província autônoma, enfrentando as questões de sua época, como a República, a Religião, a Imigração, etc. Conforme Bega (2013), data desse contexto, a produção de ideias-força e de instituições que delinearam a identidade paranaense no século XX, como o Museu Paranaense (1876) e o Club Curitibano – no interior do qual foi concebido o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense – IHGPR

(1900)¹²⁹. O Museu Paranaense foi o primeiro Museu do Paraná e o terceiro do Brasil¹³⁰. Pautado pelo ideal da construção histórica local, nasceu como instituição particular, criada a pedido do presidente da Província, com o apoio do governo, e financiada, fundamentalmente, pela população local, quando sua elite (que fazia constantes doações) mostrava-se ávida em toro de sua própria memória e projeção. Misto de coleções de história natural e casa de curiosidades, reunia moedas, rochas, minerais, insetos, pássaros, artefatos indígenas, entre outros objetos. A partir de 1882, transformado em órgão oficial do Estado, deixaria de configurar “depósito para ser [aos poucos] um centro de instrução e pesquisa, e propiciando a vinda de missões científicas para o Paraná” (PEYERL; SILVA; BOSETTI, 2010, p. 26).

Com viés nacionalista e uma ciência colada ao ideal de progresso, O Museu Paranaense daria visibilidade ao potencial econômico local, reiterando a fase moderna do país. Resgatando a história local, buscando conhecer a sua geografia e seus espécimes de flora e fauna, deu vazão a uma defesa das tradições brasileiras como manifestações culturais autênticas. A trajetória desse Museu expressa também o desenvolvimento urbano e cultural concentrado na Capital Curitiba, lembrando que nas primeiras décadas do século XX “foi dirigido pelos principais intelectuais paranaenses da época, ligados pelo Movimento Paranista” (PEYERL; SILVA; BOSETTI, 2010, p. 27).

O Museu, tal como o IHGPR, cada um com sua particularidade, buscaram conhecer o Paraná, voltando-se, em grande medida, à exaltação e escrituração dos fatos e feitos dos paranaenses ilustres e à reunião e ao o estudo de espécimes e de documentos sobre os limites geográficos do estado (BEGA, 2013, p. 103). Não cabe no recorte desse trabalho retomar esse contexto em detalhe, mas há que se destacar o papel fundacional de seus escritos e coleções sobre o grande tema da formação social e cultural do estado, com a preocupação de definir um “tipo paranaense”, calcada numa visão “branca” da sua sociedade (OLIVEIRA, M., 2009, p. 17). Destaca-se, nesse mesmo contexto, a importância do Simbolismo no processo de instituição da literatura na província, em que

¹²⁹ A revista do Clube Curitibano (1890-1913) se notabilizou como um dos principais veículos culturais da elite local, em torno da qual se agregaram os primeiros representantes do Simbolismo no Paraná. Enquanto isso, o Museu foi depositário dos produtos catalogados nas Exposições, bem como um espaço de guarda e divulgação do material considerado pela “burguesia do mate” como representativo da riqueza do estado, elementos norteadores na construção da identidade paranaense (BEGA, 2013, p. 96).

¹³⁰ O primeiro e o segundo foram, respectivamente, o Museu Nacional (1818) e o Museu Paraense (1871).

pese aí a criação do Centro de Letras do Paraná (1912). A intelectualidade de todo o século XX, afinal, jogaria com esse legado e com essa memória¹³¹.

Os articuladores de iniciativas como o Museu Paranaense, o IHG-PR e o Centro de Letras, no contexto do *CCEC*, ocupavam, assim, um lugar de fundadores da “tradição poética de nossa terra”, como se referiu, por exemplo, Leonor Castelhana (sócia-correspondente de Curitiba)¹³², em artigo publicado no *Tapejara*, elogiando o livro “Panorâma do Movimento Simbolista Brasileiro” (1952), do curitibano Andrade Murici, em que dezoito poetas paranaenses daquela geração eram lembrados. Segundo a escritora: “Eis aí como o Paraná retorna o seu lugar no panteon da glória poética: exsurgem das brumas do esquecimento para as clarinantes alegrias de sua gente e de sua terra, os nomes queridos de todos os poetas simbolistas” (CASTELHANO, 1954a, p. 11). A mesma autora, alguns meses depois, comentava a “História da Emancipação Política do Paraná” de autoria do curitibano David Carneiro, pela “integridade de propósitos nas suas ideias e nos seus sentimentos: o de divulgar e enaltecer os feitos da história do Paraná”, ele que já acumulava mais de 78 volumes publicados sobre o assunto em seus 50 anos de vida (CASTELHANO, 1954b, p. 13).

Esses espaços em que autores locais falavam sobre outros autores locais no *Tapejara* sinalizam trocas que existiram entre os euclidianos e uma gama de homens e mulheres de letras ocupantes de postos de prestígio na capital, bem como os diferentes usos que se fazia daquele passado intelectual e de seus materiais. Os articulistas do *CCEC* se apropriaram da historiografia paranaense, mas o fizeram, sobretudo, para recortar trechos que cabiam no (e que reforçavam) a sua agenda. Assim, em outubro de 1951, foi publicada uma transcrição denominada de “GUAIRACÁ ou Esta terra tem dono, Por Romário Martins – Saudoso Historiador Paranaense”¹³³:

¹³¹ Conforme Bega (2013, p. 309), aquele grupo particular de escritores, combinando as questões postas no cenário literário mundial, nacional e local às experiências pessoais de vida grupal, faz emergir uma forma específica de literatura que seria hegemônica no Paraná: o Simbolismo, que nasceu praticamente como sinônimo da poesia, primeira manifestação literária organizada da Província. Na configuração que se desenha no cenário paranaense, essa literatura esteve associada a um conjunto de ideias, como é o caso do positivismo e do anticlericalismo combinados ao Simbolismo (em seu propósito cosmopolita).

¹³² Leonor Castelhana (1899-1969) nasceu e viveu em Curitiba. Bastante atuante entre as mulheres de elite, já na década de 1920, ocorriam em sua casa encontros literários. Ela fez carreira como funcionária pública da Secretaria da Fazenda no Paraná, enquanto frequentava clubes, saraus literários, amostras de artes e declamações de poesias e escrevia na imprensa. Foi sócia do Centro de Letras do Paraná a partir de 1935 (e sua presidente entre 1949 e 1952) e particularmente atuante no Centro Paranaense Feminino de Cultura (a partir de 1940). Sobre a sua trajetória, indico o trabalho de Lorena Zomer (2013).

¹³³ Alfredo Romário Martins (1874-1948) foi encarregado pelo governo paranaense por pesquisar arquivos sobre a história do Paraná em São Paulo. Em 1902 foi nomeado diretor do museu paranaense, cargo que ocupou durante 25 anos. Ele foi, também, o idealizador do Brasão do Paraná e de efemérides curitiabanas, tais como a data do nascimento de Curitiba. Trata-se de um autor cujos livros, várias vezes

Guairacá (Lobo dos Campos e das Águas) era o cacique intrépido, o defensor formidável da sua raça e da sua terra, que se estendiam do Paranapanema do baixo Iguazu e do vale do Tibagi à margem oriental do Paraná. As expedições que visavam a conquista dessa imensurável região, da parte dos castelhanos dominadores dos rios da Prata e Paraguai, todas tiveram de enfrentar o valor guerreiro do GUAIRACÁ com os seus milhares de arcos vencedores. [...] Como CUAUHTÉMOC no México, ATAUÁLPA no Peru, CAUPOLICAN no Chile, ante os mesmos adversários, GUAIRACÁ, impediu no Brasil que a sua terra e a sua gente fossem senhoreados pelos conquistadores [...] Ele é o exemplo que se levanta, aos primeiros clarões e nossa história, decidido e sublime na defesa da Terra e em prol da Tribu. [...] Na literatura dos povos vizinhos do país de GUAIRACÁ há referências ao valoroso dominador e defensor das terras meridionais do Brasil margeadas pelo rio Paraná, tendo por centro os campos, as florestas e os rios de Guarapuava, por onde se estendia a fama guerreira do selvagem e bravo capitão (MARTINS, 1951, p.10).

As narrativas tradicionais, mobilizadas para atestar o que eles próprios chamavam de lastro ameríndio no Paraná, eram então transfiguradas para uma agenda apresentada ao público como moderna. Assim também foi publicado, do mesmo autor, “Caigangs do Paraná” (MARTINS, 1954, p. 16). E, em sentido muito próximo, podemos demarcar a transcrição dos textos “Louvores ao Povo Autóctone! Por Sebastião Paraná – Saudoso Geógrafo Paranaense” (PARANÁ, 1952, p. 15) e “Valor do íncola como elemento étnico. Uma Página do saudoso Prof. Dario Veloso” (VELOSO, 1953, p. 2). Vale lembrar, também, que no momento de institucionalização do CCEC, Emiliano Pernetá foi escolhido como patrono da cadeira assumida por Lourival Santos Lima; Rocha Pombo da cadeira de Gabriel Xavier Machado e Emílio de Menezes da cadeira de Leopoldo Pinto Rosas.

Além dos autores citados, conforme Bega (2013, p. 100, 321) há textos de Júlio Pernetá (1869-1920), datados do início do século, que evidenciavam “a figura do sertanejo e do sertão como os embriões da nacionalidade, ainda não contaminados pelos vícios inerentes à vida cosmopolita” e que elencavam alguns “causos caboclos” como parte integrante dos temas regionais, em estilo “quase pueril, simples e descritivo, mais próximo dos realistas que dos simbolistas”. O círculo dos que se denominavam “livrepensadores”, naquela época, lançou as primeiras críticas sobre o desleixo com que o Governo tratava a questão da condição dos índios brasileiros, fazendo “ouvidos moucos” à matança de silvícolas promovida pelos desbravadores do sertão paranaense. Em passagens do livro “Pelo selvagem brasileiro” (1911), em defesa do índio e da sua capacidade para civilizar-se, Emiliano Pernetá e Dario Velozzo lançavam críticas às

reeditados, serviam de referência no ensino das escolas públicas locais, destacando-se “História do Paraná” (1899); “O Brasil e o Paraná” (1913), etc.

práticas da Igreja Católica que teriam contribuído à escravização e violência portuguesas contra os nativos. Nessa direção, para alguns simbolistas, “trazer o índio para a civilização é uma necessidade imprecindível, pois é ele incontestavelmente, necessário elemento à compleição do tipo nacional [...] elemento autóctone, que tem as suas tradições neste solo” (BEGA, 2013, p. 232-323).

Os euclidianos, como já sabemos, interessavam-se muito por esses temas levantados pela geração de 1870 (do que pelo repertório paranista que se desdobrou dele). Mas como se aproximavam do nacionalismo católico, preconizavam uma defesa do índio calcada no elogio os jesuítas e à obra catequizadora da Igreja, invertendo as dinâmicas da civilização do aborígene proposta pelos anticlericais da década de 1910. Também a maneira como falavam sobre o índio, quatro décadas depois, adquiria um tom mais passadista do que futurista, isto é, de luta por tornar a língua e os costumes dos grupos autóctones um objeto de estudo (pesquisa e ensino) e mesmo de culto cívico.

Ainda que para a geração simbolista já estivesse em jogo uma substituição do mulato pelo caboclo nas representações identitárias regionais, os simbolistas mobilizaram a figura do caboclo – resultante do cruzamento entre portugueses e índios – como a raça a ser consolidada no território regional, real ou ideologicamente, em oposição aos imigrantes que estavam ascendendo socialmente num momento marcado por certo xenofobismo (BEGA, 2013, p. 159). Passado quase um século do início da imigração, os sócios mais atuantes do *CCEC*, eles próprios descendentes de imigrantes, retomavam a defesa do caboclo em outras direções. Faziam-no, agora, sobretudo, em oposição às ideias que estavam sendo produzidas pelo movimento negro e os congressos africanistas.

A própria valorização telúrica do Paraná já havia sofrido uma série de mutações: o Paranismo operou lentamente uma movimentação no cerne das imagens regionais, que deslocaria o “caboclo” do centro das representações e daria espaço crescente para a incorporação do imigrante europeu no panorama social. As trajetórias desses movimentos são atravessadas, portanto, por um processo de revalorização dos papéis sociais, sendo que o imigrante seria cada vez mais importante na comunidade regional imaginada por tais elites. Segundo Márcio de Oliveira (2009), uma das principais preocupações da intelectualidade paranista se daria em relação ao xadrez étnico presente no estado graças ao incentivo à imigração. O movimento intentava, pois, tanto diferenciar-se do tipo “paulista”, quanto abarcar todas as forças e culturas presentes no

território para a construção de um novo Paraná que não se apegaria ao termo nativista. No plano teórico do Paranismo, já no contexto do *CCEC*:

Terra de tardia ocupação e expansão demográfica, o estado do Paraná, durante a década de 1950, foi descrito como “diferente” basicamente por duas razões. Primeiro, porque não teria consolidado o padrão clássico da sociedade luso-brasileira que gravitava em torno das relações senhoriais e da mão-de-obra escrava. Em segundo lugar, porque a forte presença do imigrante europeu – a partir de meados do século XIX – teria modificado substancialmente o perfil populacional do estado sua economia e mesmo suas relações sociais (OLIVEIRA, M., 2009, p. 18).

É nesse sentido que Simone Meucci (2007) faz a leitura de “Paraná Vivo” de Temístocles Linhares: para este intelectual e o grupo em torno dele, não haveria no Paraná, devido à sua constituição histórica econômica peculiar em relação ao sudeste/nordeste do país, a opulência da economia baseada em monocultura, latifúndio e mão de obra escrava, tampouco teria existido aqui um enraizamento profundo do legado cultural ibérico. Antes, teria havido uma imigração alemã bem adaptada que teria disseminado “forte senso prático e enorme vocação para o trabalho (características bem opostas àquelas que Linhares atribui ao português)” e sugerindo particularidades do homem paranaense que dali em diante se formara bem como sua pertinência a um projeto de modernização econômica nacional (MEUCCI, 2007, p. 8).

Para os euclidianos, ao contrário, a experiência colonial e o elemento nativo eram recuperados em aspectos positivos, no sentido de “raízes”, que teriam marcado profundamente a sociedade regional/nacional. Diferenciam-se, também, porque não maximizavam a importância do imigrante, mas, sim, de uma elite miscigenada dirigente da nação. A afirmação de um *ethos* burguês direcionado ao Paraná como característica de um projeto de desenvolvimento econômico capitalista era vista com olhos de receio pelos integrantes do *CCEC*, seja devido ao passadismo que assumiam em relação à sociedade rural, seja pela proximidade que detinham com princípios católicos que denunciavam o materialismo do seu presente. No *Tapejara*, o Paraná não seria um estado de brancos, mas um estado de mestiços de brancos e índios, valorizando-se seu lastro rural e a simbologia de uma “vocação moral” atribuída às suas elites. Como se inspirados pela “coragem de Euclides da Cunha”, que revelou o “Brasil dos Sertões” para as elites das metrópoles que o desconheciam ou negavam, o “núcleo duro” do *CCEC* se colocava fiél “ao pensamento do nosso patrono, a famosa legenda do

“despertar do Brasil Caboclo” [que] traça uma orientação nacionalista” (BARROS, dez. 1956, p. 12).

Por um lado, os integrantes do *Centro* parecem reagir aos deslocamentos que vinham retirando o índio e o português do cerne da comunidade regional imaginada pelas elites locais. Por outro, estariam de acordo com as interpretações engendradas por elas no que dizia respeito ao apego à ideia de “democracia racial” e à primazia que lhe era atribuída: a intelectualidade curitibana e princesina concordavam, acima de tudo, em tentar preservar a imagem da harmonia social, quando as primeiras pesquisas lhe batiam de frente de forma mais sistemática. Esse foi o caso da obra de Octavio Ianni, um dos orientandos de Florestan Fernandes no programa de Sociologia da USP, que se voltou a investigar as relações raciais em Curitiba, entre 1955 e 1960 (tais pesquisas resultaram na sua tese de doutorado, *O negro na sociedade de castas* (1961), e no livro *Metamorfoses do escravo* (1962)).

O “Paraná” apareceu então como objeto de tensões no plano da sociologia praticada no país: enquanto a intelectualidade local se colocava contra Freyre porque não via tropicalidade e presença africana no estado, o grupo de Florestan – confrontando a premissa até então hegemônica da Democracia Racial como elemento constitutivo da sociedade brasileira – dotaria o Paraná de uma nova face. A pesquisa de Ianni apontava para o lastro escravocrata, de desigualdade, preconceito e marginalização do negro (e também do polonês) naquela sociedade.

O *CCEC*, vinculado ao ideário da Democracia Racial, foi então um lócus onde a reação a esses novos estudos se articulou tanto com tentativas de negar os apontamentos sobre os racismos e conflitos sociais no país (apontando, por exemplo, o “materialismo excessivo” ou a “falta de ufanía” que enxergavam nesse tipo de reflexão), quanto de absorver as novidades na linguagem e no conhecimento provenientes de outros nomes das ciências sociais paulistas, especialmente os que tocassem nos “assuntos indianistas” (como apontamos no capítulo 2). Desse modo, o grupo apregoava a permanência de uma visão racial que começava a ser denunciada como idealizada, usando-a para valorizar as tradições e a formação social brasileira. O que implicava uma revalorização de Freyre, mas sem escravo e sem tropicalidade. Nesse patamar, a tomada de posição dos intelectuais radicados no Paraná como um todo foi muito semelhante: estava implicado no jogo um projeto de Brasil que, quando questionado, parecia mais importante que as diferenças teóricas ou temáticas mobilizadas – como mais ou menos eficazes para defendê-lo – por cada grupo. Isto é:

As pesquisas de Cardoso e Ianni no sul do Brasil nasceram já marcadas por um confronto crucial. É que os dados obtidos no início dos anos 50, quando do desenvolvimento do *Projeto Unesco*, sobre as formas de manifestação e os efeitos do preconceito racial em São Paulo, colocavam em dúvida a tese sobre a existência de uma ‘democracia racial’ na cultura brasileira, difundida principalmente por Gilberto Freyre em suas numerosas obras. Instituiu-se então um confronto sistemático entre as interpretações de Freyre e de Fernandes que ainda hoje representa uma clivagem importante no pensamento social brasileiro. Tal debate manifestou-se como um confronto entre a ‘*sociologia de Freyre*’ e a ‘*sociologia científica*’ (MEUCCI, 2007, p. 3)

Ainda segundo Meucci, Ianni dissertava que a escravidão e seus efeitos em Curitiba foram estruturantes de um padrão de desigualdade, padrão que se observava em todo o Brasil. E mais, o legado colonial – especialmente o relativo ao regime escravocrata – apresentava-se de modo significativo na cidade, ao contrário do que queriam fazer crer alguns dos intelectuais regionais.

Diante do exposto, podemos pensar que o *Tapejara* dialogava com as teses paranistas quando diferenciava a natureza da sociedade local da “cultura luso-tropical freyriana”. Mas havia aí uma diferença sensível: os últimos, ambicionando, em certo sentido, realizar para o sul do Brasil o que o mestre pernambucano havia realizado para o país como um todo, afirmavam os limites da sua obra para pensar o Sul em geral (e o Paraná em particular), mostrando-se interessados, sobremaneira, nos processos de aculturação dos imigrantes de origem europeia e em diminuir a presença portuguesa e negra no Brasil Meridional. Alocaram, afinal, a história da imigração como elemento-chave para a compreensão dessa suposta diferença para com o restante do Brasil (OLIVEIRA, M., 2009, p. 25-26). Aqui, então, os euclidianos se afastavam novamente: não abraçaram como saída ao dilema da identidade regional os slogans que alçavam o imigrante como o diferencial da identidade sulina, contrariavam Freyre recorrendo a uma geografia da pecuária e do caboclo, ressaltando a presença portuguesa e indígena regional. Renovando votos de um luso-brasileirismo próprio, invertiam, assim, as proporções: para eles, a categoria de sertão cobria em extensão um território social e histórico muito mais amplo do que a própria caracterização Freyriana da Casa Grande e Senzala e dos Sobrados e Mucambos.

Enquanto parte da intelectualidade paranista se colocava em prol de uma produção identitária sulina exclusiva, os sócios do *CCEC* viam mais força num repertório que integrasse o sul com o restante do Brasil (numa versão de Brasil desafricanizada), e que permitisse isolar como “ilha” certos aspectos do Nordeste, especialmente os ligados à presença social, cultural e linguística afro-brasileira, embora

mantivessem o ideal freiriano da “harmonia mestiça”. Faris Michael demonstrava interesse etnográfico e produzia estudos sobre diferentes grupos negros e seus costumes, conquanto que entendidos como fenômenos histórica e geograficamente localizados, que não mexeriam com a ontologia do “Brasil Caboclo”. Encontraram, assim, várias maneiras de se sentirem representados – enquanto integrantes do Brasil Meridional – em “Os Sertões”, ainda que o livro retratasse “a terra, o homem e o conflito” que tiveram lugar na Bahia. Para esse grupo, a disposição sul x nordeste fazia menos sentido do que o jogo “caboclo x mulato”. Daí que se pode afirmar que a principal aproximação entre a intelectualidade paranaense nesse período tenha sido a de esvaziar a presença negra na formação do estado (SZWAKO, 2009).

Mobilizando esses usos, os euclidianos princesinos interpretaram o Brasil realocando os embates acerca dos imigrantes postos pela geração de 1870 e por seus desdobramentos paranistas. Ao se interessar pelo fenômeno da assimilação cultural, expressavam uma (auto)imagem: a do sucesso do projeto nacional assimilador. Ao menos no *Tapejara*, a maioria deles não chegou a expor nem dúvidas nem certezas sobre o lugar do imigrante na construção da nação. É como se tal relação já estivesse resolvida. Em parte, podemos aventar que essa postura guardava ainda fresca a experiência do Estado Novo, em que práticas de escrita e associação cultural em outras línguas, bem como símbolos de outras nacionalidades foram proibidos e perseguidos. É possível que esse nacionalismo de moldes autoritários em voga até então tenha sido internalizado e externalizado pela geração dos fundadores do *CCEC*, mas também não se podem descartar os efeitos da sua proximidade com o grupo de luso-brasileiros ainda detentor de poder e prestígio. Os euclidianos que eram filhos e netos de imigrantes converteram suas capacidades de fala, leitura e escrita em outras línguas em vocações de estudo (trunfos): políglotas, linguistas, professores de línguas estrangeiras, tradutores, mediadores culturais. Essas atividades eram consideradas como esforços patrióticos. Ensinar inglês, especialmente, estava associado à modernidade e ao futuro; usar o português, o espanhol, o inglês e o tupi em seu periódico – e não as línguas que aprenderam no seio de suas famílias – conferia um tom ufanista às suas práticas (já que eram línguas nascidas naquele continente). Enquanto isso, compreender autores alemães e franceses continuava sendo atributo intelectual importante para o ensino Secundário e nas Faculdades. Uma das raras vezes em que foram publicados textos em línguas europeias no *Tapejara*, eles se referiam às traduções do trecho “O sertanejo” de *Os Sertões* que estavam sendo feitas naquela década. Essas passagens mostravam sua

posição favorável e afeita ao intercâmbio cultural internacional, na crença de que o Novo Mundo e o Brasil estavam deixando aos poucos seu lugar de periferia no concerto das nações.

Quando retornamos às missivas trocadas entre o *CCEC* e alguns intelectuais que se colocavam como porta-vozes das origens e marcas históricas do Paraná, encontramos, ainda, elementos para pensar as negociações operadas nesses canais de sociabilidade. Atente-se às cartas que foram enviadas pelo curitibano David Carneiro (já mencionado anteriormente), pertencente a uma família de tradição ervateira, homem de largos recursos e de larga produção escrita. Em 5 de dezembro de 1951, respondendo à oferta da sua escolha para sócio-correspondente do *Centro*, dirigia-se ao “Exmo Dr. Secretário” Snr. Cyro Ehlke, com brevidade e formalidade:

Presado e ilustre patricio:

Agradecendo a comunicação constante da sua carta de 28 de outubro, e arrojando excusas pelo atraso deste agradecimento, venho pedir-lhe o favor de ser o porta voz das minhas expressões de gratidão aos consócios Srs. Daily Luiz Wambier e Major Murilo Teixeira de Barros que secundaram a proposta do meu ilustre amigo Dr. Faris A. Michael, relativamente à aceitação da minha pessoa como sócio correspondente do Centro Cultural Euclides da Cunha.

Aproveito a oportunidade para enviar à biblioteca do Centro os meus primeiros opúsculos da Série Botelhana, últimos publicados.

Do patricio muito grato,

David Carneiro

(CARNEIRO, Curitiba, 05 dez. 1951a).

David Carneiro se mostrava interessado em divulgar suas publicações através do *CCEC*. Diretor da recém-criada (em 1948) Escola de Música e Belas Artes do Paraná entre 1949 e 1953, ligada à Secretaria Estadual de Cultura (lembrando que ele seria um dos líderes do *I Congresso Paranaense de Escritores*), colunista no jornal *Gazeta do Povo* (Curitiba) e empresário, a partir dos anos 1940, passou a se dedicar integralmente às letras, tarefa que antes fazia nas horas vagas. A carta é vestígio de um momento bastante ativo da sua produção historiográfica. Junto àquela primeira, chegaram outras duas tendo como remetente Faris Michael. Dirigia-se pessoalmente ao “presado amigo e conterrâneo” em uma delas para agradecer-lhe pelo diploma de sócio-correspondente do *CCEC*, e, na última, para fazer um pedido bem específico:

Com a minha carta oficial de hoje, escrevo-lhe esta para fazer-lhe um pedido, que a princípio pensei transmitir ao todo[?], mas que, por fim, decidi fosse para às suas mãos em virtude do possível interesse cultural que a confirmação do fato viesse fazer.

Trata-se do seguinte:

Dois titulares do Império, os Barões de Itapura (Joaquim Policarpo Aranha) e de Anhumas (Manoel Carlos Aranha) nasceram em Ponta Grossa, o primeiro em 1808 e o segundo pouco depois. Eram irmãos.

Seria possível conseguir as certidões de batismo e a filiação desses dois homens?

Acredito que as certidões estejam em Castro, mas isso não é de difícil averiguação, ainda que lá esteja, para obter-se daí.

Aguardo as suas notícias com ansiedade e curiosidade. Se esses dois titulares são efetivamente pontagrossenses, Ponta Grossa será a cidade que haja dado maior número de titulares do Paraná. Um abraço e os agradecimentos condicionais do David Carneiro (CARNEIRO, Curitiba, 05 dez. 1951b).

A questão que ele mencionava estava diretamente ligada a seus projetos de reconstituição da genealogia e da memória das elites paranaenses, para os quais, segundo Cordova (2016), dedicou boa parte de sua trajetória, esforçando-se na identificação de um panteão de heróis regionais como elemento de integração, do que ele chamava de alma paranaense. Carneiro, que se lançou como seguidor e divulgador das premissas positivistas (da religião da humanidade) no estado, fundamentava parte significativa da sua obra nos valores da “Família, Pátria e Humanidade”. Ao longo da vida, angariou peças, documentos e obras de arte referentes à história paranaense, fundando em 1952 o *Museu David Carneiro*, contíguo à sua casa, no centro de Curitiba, que detinha a maior coleção particular de antiguidades do estado. Com voltas a um passado glorioso e à importância do meio físico e moral na explicação dos acontecimentos, esse autor recorria às redes, mostrando-se ávido em justificar símbolos regionais e a “preocupação de comprovar sua pesquisa por meio de fontes merecedoras de crédito” (CORDOVA, 2016, p. 236). Carneiro, assim, jogava com as posições de ambos nas cartas: usava seu capital simbólico para falar sobre o material que produzia, propunha formas colaborativas de trabalho com o *Centro*, aproximando-se especialmente de seu Diretor, e anunciava, enfim, possíveis lucros simbólicos tanto para seus colaboradores quanto para a cidade de Ponta Grossa.

David Carneiro definiu como marco histórico de ocupação territorial paranaense a fundação de Paranaguá e Curitiba, na busca em precisar a fundação das duas cidades enquanto raiz de uma civilização nascente (CORDOVA, 2016, p. 238). Em certo sentido, havia uma disputa velada em torno dessas definições, uma vez que para os euclidianos a raiz não estaria no litoral, mas no interior, enquanto que a civilização teria sido construída pelo “bandeirante anônimo”. Ele costumava ressaltar o “espírito” das bandeiras curitibanas do século XVIII como um ardor patriótico, aproximando-se, nesse ponto, da ideia veiculada pelo *CCEC*. Mas enquanto Carneiro situava as bandeiras em

solo paranaense – como acontecimentos memoráveis na história regional – contribuindo com a institucionalização dessa memória, fazia isso pelo prisma da história militar. Os euclidianos, por sua vez, buscavam dotar as bandeiras de um sentido mais amplo (étnico, cultural), como vimos no capítulo anterior. De todo modo, o grupo negociava com os sentidos adquiridos por suas obras, encontrando temas que podiam transitar entre as duas agendas.

Nas correspondências de personagens fortemente identificados com um sentimento de pertencimento “às coisas do Paraná”, como David Carneiro, destaca-se uma semântica própria, que pode ser percebida no uso da própria categoria “Paraná”. Ainda que partilhassem dessa categoria e de outras, como pátria e espírito, a forma como esses termos se relacionavam e a hierarquia entre eles assumia formatos diferentes, sendo “Paraná” o centro de gravidade neste caso: “aqui estarei às ordens dos consócios e do Centro, no constante desejo de elevar culturalmente o Paraná. Abraça-o muito cordialmente o patricio grato e admirador sincero (CARNEIRO, Curitiba, 5 dez. 1951b). Esse não era o direcionamento conferido pelos euclidianos ao seu próprio projeto em seus editoriais e falas. O que não significava, de modo algum, que ele seria negado.

Ainda que o pinheiro fosse um de seus principais símbolos acerca do esplendor da natureza, o Paranismo floresceu intimamente relacionado ao urbano, num arcabouço em que o Paraná era significado e exaltado como um centro intelectual, tendo Curitiba – não raras vezes representada como a “Coimbra Brasileira” – como meio universitário, cultural e artístico de criação por excelência, “numa modalidade toda nossa e da nossa gente” (ROCHA NETTO, 1930, apud CORDOVA, 2016). Mediante essas imagens, o CCEC proclamava que Ponta Grossa não se limitava a assimilar a produção cultural, mas era também um centro criador, e – no sentido conferido por ele ao interior – um dos centros de gravidade da nação. Essas ideias, enfim, pressupunham uma tensão.

A postura que o círculo princesino tomou em relação à figura de Bento Munhoz da Rocha Neto, é, também, representativa desse cenário: ele foi procurado e nomeado sócio-correspondente em setembro de 1951, enquanto já ocupava o cargo de Governador do Paraná (janeiro de 1951- abriu de 1955). Mais um intelectual e político herdeiro da elite familiar ervateira no Paraná, ele era detentor de considerável capital político, já que seu pai e seu sogro haviam presidido o Estado durante quase toda a

Primeira República¹³⁴. Bento Munhoz concorreu à eleição de 1950 por uma ampla frente coligada contra o fazendeiro Ângelo Lopes¹³⁵ – irmão do euclidiano Milton Lopes – que representava o PSD. Ainda que uma parcela significativa dos euclidianos estivesse filiada a este partido, ao fazer uso da alcunha de “apolítico” enquanto coletivo, o *CCEC* não correria o risco de não ser aceito/reconhecido pelo novo governador. Além de não prestar campanhas públicas para o opositor (ao qual, provavelmente, boa parte deles encontrava-se politicamente interligada), depois que Bento Munhoz foi eleito, logo trataram de prestar seu apoio institucional e uma série de elogios à sua trajetória intelectual em cartas.

Vale lembrar que a maioria dos euclidianos que eram funcionários públicos e que os professores, principalmente, vinculavam-se à Secretaria Estadual de Educação. Na documentação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa fica claro que, membros do *CCEC* começaram a atuar na instituição por nomeação ou transferência durante a gestão de Bento Munhoz e que ele foi o governador presente na primeira turma formada por aquela instituição (em 1952).

Segundo Maria Julieta Cordova (2016), a gestão de Bento Munhoz foi marcada pelo fortalecimento das ideias paranistas e pela projeção da cidade de Curitiba enquanto um centro do orgulho paranaense. Em outubro de 1951, a Imprensa Oficial do Estado passou a imprimir obras julgadas de valor científico ou literário de autores paranaenses ou ali radicados, selecionadas por comissão formada pelo novo governo. Conforme Meucci (2007), esse governador cercou-se de um grupo de intelectuais que, ainda que tivessem divergências, procuravam dar coerência e consistência a um imaginário que pudesse estruturar um destino para o Estado, que assinalasse a sua afinidade com o projeto desenvolvimentista. Destaque-se aí a construção de obras arquitetônicas – a Biblioteca Pública, o Teatro Guaíra e o Centro Cívico – e o planejamento de uma grandiosa festa do Centenário de Emancipação Política do PR em 1953 (comemorando os cem anos da sua separação de São Paulo). No esteio dessas obras e eventos públicos,

¹³⁴ Conforme Cordova (2016, p. 77), “as práticas e os discursos de Bento Munhoz orbitavam em torno da busca pelo progresso paranaense, contextualizado pelo fomento à economia cafeeira e à expansão territorial, e da construção identitária regional, calcada na relação familiar com a elite política ervateira”. Ressalte-se, ainda, que o pai – Caetano Munhoz da Rocha (1879-1944) – e o sogro – Affonso Alves de Camargo (1873-1958) – de Bento Munhoz da Rocha Neto presidiram o Estado sucessivas vezes na Primeira República, alternando-se no poder.

¹³⁵ Bento Munhoz da Rocha Neto foi candidato pela coligação PR, UDN, PST, PRP e PL. Ângelo Ferrário Lopes, a título de uma breve caracterização, era filho de Vicente Ferrer Lopes, dedicava-se à Pecurária em terras arrendadas e na Fazenda Santa Rita, em Palmeira. Ele foi prefeito interino de Curitiba em duas ocasiões anteriores (ZATTI, 2011).

o “núcleo duro” do *CCEC* seguia promovendo eventos comemorativos de natureza semelhante em Ponta Grossa e ansiavam, no plano municipal, pela construção da Biblioteca Pública, o que indica que partilhavam políticas em comum. Por outro lado, vivenciaram uma gestão estadual profundamente dedicada à cidade de Curitiba, que contrastava com o projeto euclidiano, onde o Paraná encontrava seu lugar em formas classificatórias nacionais centradas numa feição rural, que interessava mais a outros grupos políticos aos quais os euclidianos estavam mais próximos.

Bento Munhoz da Rocha Neto integrava o grupo fundador do Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB) – o qual presidiu entre 1939 e 1943 – que, à época de fundação do *CCEC*, notabilizava-se como uma das instituições letradas de maior peso no estado. Desde a sua origem em 1929, esse círculo congregava a intelectualidade paranaense católica leiga com vistas à sua formação filosófica e à promoção de estudos. De orientação tomista, entre suas finalidades, encontrava-se a de cultivar as tradições paranaenses, entendendo-se o catolicismo como uma delas. A aproximação dos euclidianos com esses “confrades de espírito” se manifestava com mais fulgor.

3.1.1 Confrades de espírito

Os intelectuais católicos tiveram uma atuação significativa na elaboração de projetos formativos, preconizando a formação religiosa, moral e cívica nas escolas paranaenses, aquilo que esse grupo costumava denominar de educação integral dos indivíduos. No contexto dos anos 1920, sinalizava a disputa entre os católicos e os anticlericais pelos espaços da escola pública, da imprensa, dos centros de cultura e dos poderes públicos, em torno da formação de elites dirigentes. Ao analisar o processo de constituição desse grupo católico no Paraná, Névio de Campos (2010) ressalta sua ligação ao fenômeno da (re)ação católica na Primeira República: esses intelectuais expressavam uma visão de mundo vinculada ao que encaravam como “problemas do mundo moderno”, incluindo-se aí o combate aos anticlericais. *O Alvor* (órgão mensal da associação dos ex-alunos do Instituto Santa Maria), *A Cruzada* (revista mensal da Mocidade Católica Paranaense), *o Cruzeiro* (órgão da Legião Paranaense da Boa Imprensa), *O Luzeiro* (órgão da confederação das Associações Católicas de Curitiba) foram periódicos produzidos no âmbito da imprensa católica curitibana, que ocupava largo espaço na sua imprensa em geral.

O *CCEC* reunia leitores e contribuintes dos periódicos dirigidos pelos intelectuais católicos e dividia com eles os espaços de formação da juventude. Entre as condições para produção científica e o debate sociológico que se desenvolveu entre os anos 1920 e 1950, a partir de Curitiba, Simone Meucci (2007) destaca a força atuante do catolicismo entre a elite local: a ideologia cristã persistia permeando as atividades da FFCL-PR em muitas dimensões e em tensões fundamentais do pensamento social brasileiro do período. Numa realidade na qual as Ciências Sociais eram precariamente desenvolvidas – quando não ligadas efetivamente ao ideário cristão – o seu ensino na Universidade do Paraná permanecia refém da produção/reprodução da elite Católica¹³⁶.

Serafim França, um dos fundadores da Universidade, também atuante na Academia Paranaense de Letras¹³⁷, foi também um dos convidados pelo *CCEC* a sócio-correspondente. Ele respondeu os euclidianos com uma carta inspirada, agradecendo sua nomeação e colocando-se à disposição de fazer o que pudesse pelo novo *Centro*, com “cordial abraço aos confrades”¹³⁸. Aproveitava a ocasião para reforçar laços e divulgar sua obra literária: “Envio para a biblioteca do Centro dois livros meus, sendo que o Barra Velha é premiado pela Academia Brasileira de Letras, no concurso de Contos e Novelas de 1938.” Mais que a solidariedade explícita neste manuscrito, nota-se uma certa identidade letrada sendo mobilizada:

[...] somente as obras do espírito poderão nos assegurar uma vida melhor, no mundo de confusão em que vivemos. Poucos são os homens que olham para o céu. Trava-se em toda parte uma luta de egoísmo inferior [...] destruindo as virtudes [...] invade-nos um materialismo grosseiro, destruidor de nossos princípios de civilização. Temos que congregar as forças imunes, num

¹³⁶ Segundo Meucci (2007, p. 11- 12), a dimensão do ensino das Ciências Sociais na Universidade paranaense envolveu, nesse período, um interesse muito tímido dos jovens pelo curso (no período compreendido entre 1938 a 1952, formaram-se apenas sete alunos), que seria mercado por deficiências na estrutura curricular, descontinuidade das disciplinas e um conteúdo programático caracterizado pela ausência de preocupação com a reconstrução do debate teórico-metodológico. A autora ressalta que o Instituto de Pesquisas Sociais da FFCL-PR foi criado em outubro de 1950, no contexto da federalização da Universidade, ocasião em que a instituição deixou de ser mantida pela União Brasileira de Ensino e Educação dos Irmãos Maristas e passou aos cuidados exclusivos da União, embora a influência do ideário cristão tenha permanecido nos Diretores (em especial na figura de Homero de Barros) e em práticas de leitura e pesquisa. Por exemplo, a seção de Sociologia daquele Instituto de Pesquisas (criada em 1952) voltou suas atividades aos temas da debilidade mental, da delinquência juvenil e da mortalidade infantil em Curitiba, baseando-se na monografia de Le Play, “autor católico francês muito difundido entre nós nos anos 30, mas que não era mais objeto de debate teórico metodológico naqueles anos 50”.

¹³⁷ A Academia Paranaense de Letras foi fundada em Curitiba, em 26 de setembro de 1936, sucedendo a antiga Academia de Letras do Paraná, criada em 1922 e dissolvida por disputas internas.

¹³⁸ Veja-se, por exemplo, essa passagem: “Recebi, desvanecido, o seu ofício, datado de 31 de Agosto último, comunicando-me que, em sessão desta ilustre Entidade Cultural, fui eleito Sócio Correspondente de tão prestigioso Cernáculo, e enviando-me o diploma respectivo [...] Sensibilizou-me profundamente o gesto honroso desse Centro e dele muito me envaideço de pertencer, contribuindo com tudo o que estiver ao meu alcance para a realização de suas magníficas finalidades” (FRANÇA, Curitiba, 10 set. 1951).

idealismo construtivo. A reação é como a dos raios luminosos no seio da treva.[...] Havemos de afirmar a nossa pátria com a inspiração colhida nas palpitações de sua grandeza e não com o negativismo intruso que nos rebaixa e destrói. Temos que estudar e sonhar, criar asas e não patas de chumbo. **Cada Centro Cultural é uma torre de sonho e de defesa.** [...] A causa é a da verdade sagrada, que tem energia invencível. Havemos de por sol no caos [...] (FRANÇA, Curitiba, 10 set. 1951, grifos nossos).

As palavras de Serafim França servem de vestígio acerca do diálogo que o CCEC operou com a intelectualidade católica. Alguns de seus expoentes receberam o movimento euclidiano como parte integrante da chamada “reação espiritual”, elogiando-os pela iniciativa, lançando mão de um vocabulário próprio de apego ao espírito e à moral. Visto que, nas primeiras décadas do século XX, Curitiba foi palco de feroz luta entre os “livre pensadores” e a Igreja Católica pela apropriação de espaços culturais (sobressaindo-se vitoriosos uma série de projetos católicos no período varguista), no contexto da redemocratização, o laicato católico daquela geração já compunha uma espécie de cânone literário local, através da sua inserção na revista “A Ordem”, que continuava circulando, e da própria produção do *Círculo de Estudos Bandeirantes*. O CEB lançou algumas das principais publicações de escritores locais através da *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes*, criada em 1934 para expor aos sócios, parte dos debates e do conhecimento produzidos no interior da instituição. O CEB teve sua sede social inaugurada na Rua XV, no centro de Curitiba, em 1945, e o grupo reunido em seu entorno esteve diretamente relacionado com a institucionalização da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (FFCL-PR), desde os anos 1920.

José de Sá Nunes, outro membro-fundador do CEB foi também acionado como sócio-correspondente do CCEC por proposta de Faris Michael, Daily Luiz Wambier e Joaquim de Paula Xavier. Ele respondera, em setembro de 1951, “com satisfação e ufania”, agradecendo a lembrança de seu nome por “eminentes consócios, bem como alguns oradores, ex-alunos meus”, brandando “a grandeza de seus corações” e colocando todos eles num mesmo plano de “companheiros de lutas intelectuais”. Seu reconhecimento do empreendimento euclidiano vinha explícito enquanto demarcava que “só aqueles que são ricos de merecimentos podem achar merecimentos em seu semelhante [...] Está escrito no Livro dos livros: ‘O louvor é a marca dos homens rectos’” (NUNES, Curitiba, 05 set. 1951)¹³⁹. Como fizeram outros autores, enviava em

¹³⁹ “Sou-lhes extremamente reconhecido pela honra que me concederam de ficar pertencendo ao seu grêmio, e de minha parte farei o que em mim couber para dignificar o meu diploma [...] faço ardentes votos para que o Centro Cultural Euclides da Cunha progrida rapidamente, desenvolvendo nesse meio

anexo o seu “Curriculum Vitae” atualizado, o que nos informa que o *CCEC* foi recebido como um novo propulsor dos produtores culturais locais e das motivações espirituais.

O historiador Itamar Lopes (2010) trabalhou em detalhe com as correspondências do *CCEC*, e como essas categorias em torno de uma “batalha espiritual” indicam uma atmosfera de entusiasmo intelectual particular, no interior do qual o significado e o sentido da Semana Euclidiana puderam ser relacionados a uma “ajustada plena de espiritualidade e cultura”, como uma pausa nas contemplações de ordem material e dos conceitos da matéria.

Desse rol de interlocutores paranaenses, vale destacar, por fim, a figura de Rosário Farani Mansur Guérios¹⁴⁰, contribuidor assíduo dos periódicos católicos e que se envolveu desde jovem em agremiações literárias e congressos católicos. Integrou o grupo de estudantes de Direito com quem Faris Michaele conviveu de forma intensa. Formou-se em 1935, um ano antes dele, mas a partir de 1934 passou a lecionar Português no Regente Feijó, permanecendo pelas rodas pontagrossenses até 1938, quando retornou à Curitiba e passou a lecionar em diversos estabelecimentos de ensino secundário e superior de prestígio. Nesse período, Guérios realizou parcerias com Faris Michaele e alguns dos futuros euclidianos no *Jornal do Paraná* e no *Diário dos Campos*. Estudioso e entusiasta de linguística portuguesa e indígena, seus objetos eram muito caros ao próprio Michaele e lhe serviram de inspiração, ficando conhecido pela autoria de livros que “formam linguística e patrioticamente”. Mansur Guérios foi um dos primeiros sócio-correspondentes nomeados, já em 1948, e suas cartas revelam seu papel de apoio decisivo ao *CCEC*:

Muito me honrou a nova de que foi o meu humilde nome eleito, unânime, para sócio correspondente do Centro Cultural “Euclides da Cunha”, e, por isto, [...] em agradecimentos à novel entidade, em especial ao proponente, meu ilustrado amigo e colega, sr. Dr. Faris Antonio S. Michaele.

Faço votos que o Centro ultrapasse as fronteiras da cidade, do Estado e da nossa República! E ponho-me, na medida de minhas forças, para o seu engrandecimento.

Outra vez – muito agradecido!

(MANSUR GUÉRIOS, Curitiba, 24 out. 1948).

propício ao cultivo intelectual a nossa literatura, as ciências e as artes, a fim de cumprir os altos fins a que se propôs os seus Estatutos” (NUNES, Curitiba, 05 set. 1951).

¹⁴⁰ Nascido em Curitiba, seu pai era natural do Líbano e a mãe da Itália. Mansur Guérios se formou em Direito pela Faculdade de Direito do Paraná em 1935. Entre 1934 e 1938 foi professor de Português no Colégio Regente Feijó em Ponta Grossa. Retornando a Curitiba, lecionou no Colégio Estadual do Paraná (1939-1952); na Escola Técnica de Curitiba (1945-1966) e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná, da qual foi um dos professores fundadores de cátedra em Antropologia. Mansur Guérios produziu uma série de estudos de gramáticas e antologias (CASTAGNOLA, 1966).

Estas palavras foram escritas num momento de auge da sua carreira intelectual, já que era então assistente de Linguística na secção de Antropologia e Etnografia do Museu Paranaense (desde 1941) e professor catedrático da FFCL-PR, além de circular (como sócio) pelo CEB, pelo IHGPR, pelo Centro de Letras do Paraná e pela recém-criada Comissão Paranaense de Folclore. Cabe destacar que Guérios, junto a José Loureiro Fernandes, representam nomes dessas instituições que atuaram e se destacaram nas novas atividades de pesquisa de campo que estavam sendo institucionalizadas via Museu Paranaense e Universidade, especialmente nos estudos de Folclore e dos Índios Xetá, último grupo indígena encontrado no território paranaense na década de 1950.

Guérios foi um dos divulgadores do material produzido no âmbito do *CCEC*, que se prestava a ajudar Faris Michaele na feitura e circulação de suas obras individuais e coletivas¹⁴¹. Repare-se, nesse sentido, na maneira como reagiu ao livro “Manual de Conservação da Língua Tupi” em abril de 1951:

Caro amigo Faris:

Viva!

Acuso recebido seu último livro – “Manual de Conservação da Língua Tupi” - lídima surpresa para todos os que amam as nossas coisas.

Não escondo, absolutamente, o prazer que sinto por ver mais uma conquista sua no terreno intelectual, honra para a Faculdade de Filosofia de P. Grossa e, por que não dizer, para o Brasil que estuda.

Faça que o volume tenha a maior divulgação no País, visto serem escassas, presentemente, as obras de Tupi. E é certo que terão nele um dos estímulos para o amor das coisas indígenas.

Ponha-o à venda no Rio, na Livraria Acadêmica - H.A. Cunha E Cia. Ltda, rua Miguel Couto, 49, e na Livraria J. Leite - J.A'tico Leite, rua S. José, n. 80.

Se restrição tenho a fazer, isso diz respeito ao sistema ortográfico que V. adotou, e à pronúncia. Esta, na atualidade, em muitos pontos, no Norte do Brasil, difere do que foi registrado. E curare e ema não são vocábulos tupis...

O colega Arion Rodrigues, a quem fiz entrega da obra, está preparando uma excelente gramática do Tupi antigo e elaborando um dicionário “sui generis” do mesmo. Breve ele acusará o recebimento do “Manual”, assim como do bem elaborado “Tapejara”. Bravo! Permita-me repetir – V. é uma honra para a Faculdade de Ponta Grossa.

¹⁴¹ Rosário Farani Mansur Guérios escreveu dois artigos para o *Tapejara*, onde foi apresentado como professor da Universidade do Paraná. Em junho de 1951, “Que é lei fonética”, era um texto de caráter didático, em que o autor apresentava ao público o debate, na ciência da linguagem, sobre a existência de lei fonética (falando na definição de dois campos, um adepto, o outro antipático em relação à denominação). Citando Saussure, pontuava os aspectos sincônicos e diacrônicos da fonética, defendendo a língua como fato social e diferenciando as leis fonéticas das leis sociais e das físico-naturais, situando-as no campo da possibilidade, com uma série de exemplos de conservação e inovação linguísticas. O segundo texto, publicado em dezembro de 1955, “Tabu do fogo”, vinha acompanhado do subtítulo: “Do livro em preparo – Tabus linguísticos”. Guérios apontava considerações de seus estudos acerca do fogo e como ele era considerado um ser vivo, senão também uma divindade em expressões comuns a numerosas línguas dos mais variados povos, retomando e explorando tais expressões no latim, no grego, português, armênio, em línguas de povos orientais, etc.

De minha parte, dentro de meses, V. receberá a minha colaboração no “Anuário” da Faculdade de Filosofia, digo da Universidade – “Investigações Etimológicas Tupis – Contribuição para um Dicionário Etimológico Tupi-Guarani”.

Quando virá V. até aqui? Nas férias?

Abraços, e mais uma vez - viva!

(MANSUR GUÉRIOS, Curitiba, 30 abr. 1951).

Os comentários acerca da leitura que fez da obra – demarcando erros, por exemplo – indica a proximidade existente entre eles. Guérios teria sido um elo importante entre o “núcleo duro” euclidiano e os sujeitos inseridos naquelas instituições situadas em Curitiba e também fora. Quando mencionava o nome do linguista Arion Rodrigues, com quem tinha contato, dizendo ter repassado tanto o livro de Faris quanto o periódico para ele, promovia o alargamento das redes dos princesinos. Também, na indicação do endereço de uma Livraria confiável no Rio, auxiliava-os com a sua experiência com o mundo da publicação. Atestava, ainda, o reconhecimento da atuação de Michaele na Faculdade de Ponta Grossa – lembrando que esse livro nasceu relacionado a um curso de extensão lecionado a partir desta instituição de ensino – quando o próprio Guérios promovia atividades semelhantes na Faculdade de Curitiba.

Tais cartas são materiais ricos no desvelamento das redes de pertencimento, como parte dos condicionantes e mesmo dos sentimentos que modulavam a produção de saber: definições de sentido acerca do Paraná, bem como da legitimidade de modelos, linguagens e atividades intelectuais transitavam entre esses indivíduos e grupos.

O “núcleo duro” do *CCEC* se mostrava menos interessado em definir os limites e as coisas próprias responsáveis pela unidade do Paraná em si, do que em definir uma Brasilidade em que o Paraná (ou ao menos parte significativa dele, a parte de onde falavam) se encontraria inserido. A atração por um panteão de heróis que contemplavam nomes locais, mas também de outros estados e países americanos, permitia que demonstrassem sua devoção aos paranaenses ilustres. Fundamentalmente, foi através dessas passagens, que se abriu um diálogo e que puderam negociar com as elites mais próximas das ideias paranistas. A um só tempo, a troca com os intelectuais curitibanos fortalecia um ideal de modernidade, pautado no intercâmbio com polígrafos e cientistas residentes em diversos lugares, cujo foco não era a identidade do Paraná.

Ao operar esses movimentos, pareciam buscar se diferenciar das vanguardas anteriores e mesmo contemporâneas do seu estado, sem romper com elas. Junto a tais estratégias, os euclidianos não veicularam uma disputa explícita pelo lugar de portavozes “do Paraná”, mas buscaram conquistar um espaço pra si ao lado da

intelectualidade hegemônica local (predominantemente curitibana). Como seus objetivos não se definiam em torno da categoria “Paraná”, que pouco aparece no periódico se comparado a outras, não se envolveram em polêmicas em torno dela, mas a partir da categoria de sertão, cuja elasticidade permitia englobar histórias, geografias e etnografias do estado, contrariavam, em alguns pontos, as representações correntes de um Paraná “europeizado”. Seus empreendimentos, atentos ao cenário político e de produção cultural do seu tempo, parecem marcados pela busca de atingir maior eficácia simbólica.

No anseio de atualizar e readequar as narrativas regionais tradicionais, o *CCEC* acabou articulando todo um repertório já existente a uma linguagem e a saberes considerados inovadores, oriundos das ciências sociais e dos estudos de folclore. Nesse sentido, parecem se interessar por uma outra história – distanciada da veia Paranista – mas que precisava negociar com os grupos e movimentos consolidados naquela realidade. A obra do *CCEC* pode ser vista, se não como uma revisão das interpretações canônicas sobre as origens históricas e culturais do estado (notando que a produção simbolista ocupa um lugar importante naquilo que fazem), das maneiras de trazê-las à tona, fruto do impacto das interlocuções travadas com intelectuais de outros estados e países americanos e de desdobramentos que estavam em curso em diferentes áreas do conhecimento sobre a leitura por eles produzida¹⁴². Estava em jogo formas de legitimação ou não do conhecimento e práticas da linguagem, no que elas implicavam para a própria representação dos Campos Gerais dentro e fora do Paraná.

Recuperando as considerações Letícia Nedel (2007, p. 89), podemos dizer que no bojo da disputa entre as elites culturais dos estados pela formulação de bens sancionados como autenticamente brasileiros, “forjavam-se identidades sociais e

¹⁴² Letícia Nedel (2005) analisou, nesse mesmo contexto, a emergência e os desdobramentos do movimento folclorista no Rio Grande do Sul, destacando que desde o aparecimento do IHGRS em 1920, até décadas depois da criação de cursos superiores de História em Porto Alegre, “autores locais, mutuamente classificados como *regionalistas* ou *não-regionalistas*, conciliando suas ocupações entre o jornalismo, o exercício literário e a crítica histórica; entre a direção de instituições, de projetos editoriais e a militância política, criaram e alimentaram uma tradição escrita que, de uma só penada, ditava os cânones de uma estética (o *regionalismo* literário), de uma disciplina (a história *regional*) e de um objeto de conhecimento – os elementos constitutivos de uma identidade *gaúcha*”. Lidando com esses repertórios, apesar de nutrirem interesse comum pelas “coisas do Rio Grande”, engajando-se na divulgação do que pensavam ser a *autêntica cultura regional* e participarem de um mesmo movimento em prol da preservação e levantamento do patrimônio folclórico, operaram o desenvolvimento de dois grupos menores, divergentes entre si. “Suas divergências dizem respeito ao significado de categorias centrais a investigação folclórica, aos projetos de retratação *regional* que defenderam e, sobretudo, aos recursos sociais e intelectuais de que dispunham para fazê-lo” (NEDEL, 2005, p. 7-8).

desenrolavam-se lutas classificatórias que serviriam, no percurso, para delimitar fronteiras entre os domínios da arte, da ciência e do patrimônio”.

3.2 A RESSEMANTIZAÇÃO E A MEMÓRIA DO “PARANÁ TRADICIONAL”

Oh! Que saudades infindas
Do tempo que longe vai! ...
De minha mãe carinhosa
E do bondoso papai,
Ele era um bravo gaúcho
Criado ao sol das campanhas,
Que me contava façanhas
Da Guerra do Paraguai.

Naquelas manhãs doiradas,
Meu bom pai me conduzia
Através da pradaria
Indo até Caracará,
Voltando por Uvaranas.
Eu ia ao colo, montando
No seu Cavalo tostado,
Que se chamava Pachá.

[...]

Passava os dias trepado
Nos arvoredos frondosos,
Comendo frutos gostosos,
Ouvindo alados cantores;
Ou me embalava na rede,
À sombra dos jasmineiros
Mirando os vernais canteiros
E as roseiras multicores.

[...]

Na subida do rio Verde,
Montando égua lampeira,
Disputei muita carreira
Com os lerdos trens de carga
E com o Expresso paulista
Passei por tanta aventura,
Que dariam contextura
A uma novela bem larga.
(SILVEIRA, 1951, p. 12).

Esses trechos fazem parte do poema “Minha infância”, de autoria de Ribas Silveira, publicado no *Tapejara* em outubro de 1951 com dedicatória “ao Dr. Faris A. S. Michaelé”. Em paráfrase ao poema “Meus oito anos” de Casimiro de Abreu (1859), o autor expressava profunda nostalgia da infância e apego à sua terra natal, como fez,

também, em diversos outros escritos. Combinando a exaltação da natureza com a memória de elementos da sua casa e família, fazia alusão, sobretudo, à figura masculina do pai, que era filho de tropeiro e foi retratado como personagem célebre dos campos: um gaúcho que conduzia o filho pela cidade e arredores no lombo do cavalo. Ergue-se, a partir daí, uma paisagem de Ponta Grossa que articulava os bairros, a ferrovia e a pradaria. No seio desses componentes, o autor projetava um sentimento de liberdade, especialmente expressivo nas aventuras a cavalo, como quando recordava da corrida que costumava disputar com as locomotivas. Assim como o poema original, caracterizava-se pela musicalidade na forma e por um vocabulário simples e adjetivado sobre árvores frutíferas, canto dos pássaros e toda uma atmosfera de inocência. Transmitiam-se, assim, sensações de um passado idealizado, que não mais voltaria, juntamente com indícios do início das transformações urbanas que mudaram as dinâmicas campeiras do lugar.

A poesia e a prosa de Ribas Silveira foram, em grande medida, autobiográficas e memorialísticas. Neste caso, ganhava a cena o poeta menino correndo descalço, em grande afinidade – por vezes uma simbiose – com a natureza onde vivia. Filiado a tendências estéticas que eram consideradas tradicionais na literatura brasileira, ele partilhava com o círculo euclidiano o desejo de (e investiu particularmente em) promulgar uma memória mais ampla acerca do espaço rural em que vários deles cresceram, no que acreditava que esse espaço tinha de comum com o universo rural brasileiro como um todo. O *CCEC*, nesse sentido, representava um lócus aonde esse mapeamento e a sua expressão vinham sendo feitos. Naquela conjuntura, os versos de “Meus oito anos” eram largamente conhecidos como parte de um repertório de cantos escolares. Além da sua presença em livros didáticos, o poema ganhou uma versão cinematográfica (curta-metragem dirigido por Humberto Mauro em 1955) junto à série *Brasilianas*, produzida pelo Instituto Nacional de Cinema Educativo. Afinados com esse tipo de material que circulava, os princesinos procuravam fazer mediações e suas próprias contribuições na construção da memória histórica.

A terra “tal como operada pelos autores tratados, não seria apenas reprodução das ‘terras realmente existentes’, mas projeção simbólica rica em significados” (MAIA, 2008, p. 15). Averiguar estes processos, concordando com Karvat (2016), é se distanciar de toda uma tradição historiográfica local que parte da constatação da região como um dado “em si”, uma existência independente dos discursos que a definem, como se constituída não conceitual, mas (puramente) espacialmente. Há que se destacar, ainda,

que essas conversões da realidade físico-espacial e social rural em realidade histórica, estética e paisagística, deram-se num contexto fortemente marcado pela reinauguração dos marcos históricos e geográficos do Paraná.

3.2.1 Categorias em construção, categorias em jogo

Na ocasião do 129º aniversário de Ponta Grossa, reproduzia-se no *Tapejara* a fala pronunciada pelo euclidiano Daily Luiz Wambier, na Câmara de Vereadores, sobre a cidade, significada, mais uma vez, como sua casa. Atente-se às imagens mobilizadas:

Não somos, porém, um povo excepcional. **Nem pretendemos nos colocar acima dos nossos irmãos do Paraná e do Brasil.**

Na verdade, como a Bagéense de Afrânio Peixoto, Ponta Grossa é uma cidade como as outras. Nem cheia de vícios, nem vazia de virtudes.

Pode, contudo, orgulhar-se do seu passado, das suas tradições. **Ligada a todo o território brasileiro e plantada no coração da terra paranaense**, Ponta Grossa muito fez no sentido de contribuir com a parcela de esforço que o Brasil lhe exigia, desde os tempos em que, entrecruzada de caminhos rudes, unindo o Sul ao Norte do País, era o ponto de passagem das tropas gaúchas que lemandavam as famosas feiras de Sorocaba.

A sua prosperidade não cresceu no clássico “do dia para a noite” das cidades do Norte do Estado. Ela foi edificada, ano após ano, através do trabalho incansável e ininterrupto as sua gente operosa, diligente e dinâmica. **A sua economia, por isso mesmo, repousa em bases sólidas.**

A contribuição pontagrossense, assim, tem sido das mais úteis à prosperidade estadual, de onde a situação de evidência em que se encontra (WAMBIER, 1952, p. 1-2, grifos nossos).

E continua, referindo-se, como era comum em seus textos, que dias de intranquilidade e angústias, de confusão e desassossego “se avolumam por toda a parte, e o mundo se desarvora e se desorienta”. Pensando caminhos para contornar “os abismos que nos ameaçam”, ele diz:

Aludo ao aspecto moral e espiritual que ela soube imprimir aos seus atos e atitudes, não obstante possuir uma população cosmopolita, quando os problemas dessa ordem se apresentam de solução mais difícil.

Efetivamente, não é de agora que Ponta Grossa vem se insurgindo contra a imoralidade e a indecência, nas suas múltiplas maneiras de se manifestar. Não é de hoje, que daqui se projetam, para o Brasil inteiro, os reflexos dos seus empreendimentos de cunho essencialmente espiritual ou seu sentido eminentemente moral.

Sua posição, em face do bem, é notória. Seus princípios cristãos firmes, como a estrutura dos granitos que enfeitam os verdes ondulados dos Campos Gerais do Paraná. [...] Meditemos, pois, e continuemos o nosso esforço construtivo e honrado, a fim de que o Paraná e o Brasil nunca possam duvidar da

capacidade criadora dos pontagrossenses nem da sua absoluta confiança dos gloriosos destinos da nacionalidade (WAMBIER, 1952, p. 1-2).

Os empreendimentos euclidianos foram relevantes nas tentativas de demarcação de um mapa do Brasil em que Ponta Grossa ocuparia um lugar representativo de algo central, de uma essência. A atuação do grupo foi relevante para ressignificar à importância econômica da rede ferroviária de PG na distribuição do comércio na primeira metade do século XX, que era reforçada no discurso pela importância história dos campos de passagem das tropas no passado. Enquanto Wambier veiculava uma ideia de prosperidade estadual, no interior da qual a cidade “marcha tranquila [...] convencida de que, hoje mais do que ontem, lhe cabe desempenhar papel importante no concerto dos demais rincões pátrios”, sinalizava, a um só tempo, sua reação mediante certa atmosfera de dúvidas sobre as “bases sólidas” da sua economia e mesmo “capacidade criadora”. O autor dava ensejo, ao falar do crescimento imediato das cidades do norte, a uma experiência que os membros do *CCEC* vivenciaram em meados do século passado: a representatividade econômica e política dos Campos Gerais no estado que decrescia – e que perdia sua “evidência” anterior – mediante a ideia que se tornou então corrente na opinião pública de que o estado do Paraná vivia um momento novo.

As assertivas sobre a vitalidade de um suposto aspecto moral e espiritual próprios da princesa dos Campos nesse “momento novo” surgiam, pois, como reafirmações do lugar que ela ocupava nos destinos imaginados para a nacionalidade. Estabelecendo uma relação poética entre os “princípios cristãos firmes” e a estrutura física do espaço – quando os granitos de Ponta Grossa ocupavam então um lugar de objeto privilegiado das pesquisas paleontológicas desenvolvidas no período – representava-se um espaço natural e social que foi construído em largo tempo e que, justamente por isso, trazia alento. Dotando esse espaço de tradições e de propriedades que não poderiam ser facilmente dissolvidas ou perder sua relevância, Wambier expunha que as novas cidades do Norte, ao contrário, caracterizavam-se pela falta de tradições enraizadas no tempo e no espaço.

Aquele dito momento novo inaugurado no estado foi traduzido de diversas formas em argumento geográfico, no qual se definia toda uma nova região interna: o chamado “norte pioneiro”. Um dos textos de *Tapejara* em que esse tipo de divisão que começava a circular se fez sentir com mais força foi escrito pelo Engenheiro Geógrafo do Exército J. de Mello Moraes. Ele circunscrevia que:

As raízes do progresso assombroso do Norte do Paraná encontram-se na ação pioneira de [...] sistema de colonização, começado em Londrina pela Companhia de Terras Norte do Paraná. [...] Não só concorreu para este resultado uma instituição estatal – a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração - instaurando naquela região o sistema de venda de lotes coloniais e abrindo estradas – como o influxo das organizações colonizadoras particulares de alguns municípios vizinhos. [...] Da rapidez incrível com que se desenvolveu a aludida região, atesta o próprio mapa do Paraná, impresso em 1948, para o quinquênio 1949-53, em que nem aparece a localidade de Toledo. Também entre Cascavel e Foz do Iguaçu nada havia praticamente de progresso antes do ano de 1951. Graças as ações desenvolvidas por empresas colonizadoras, tornou-se a região um eixo de progresso impressionante, como se observa em sedes (futuras cidades) que até o último mapa oficial (1953) não registra: Céu Azul, Matelândia, Medianeira, Gaucha e Cresciúma (MORAIS, 1954, p. 11-12).

Em “As empresas colonizadoras e as terras devolutas, nas suas relações com o progresso do Paraná”, o Tenente fazia um balanço do “hinterland” paranaense, elogiando a ação das empresas colonizadoras e denegrindo a imagem das regiões que permaneciam ocupadas por posseiros (um dos conflitos pujantes em torno da terra naquele período). Demarcava que nesse cenário moderno, “regiões inteiras do Paraná ainda não sentiram os efeitos da ação progressista das empresas colonizadoras” e estariam ficando “para trás”, marcadas pelo marasmo e estagnação, se comparadas às novas cidades que surgiam a cada dia. Nesse plano, a fundação de Londrina, centro do chamado Norte Novo, datava de 1931 e a de Maringá, de 1947, que destronariam nos anos 1950 a cidade de Ponta Grossa como a segunda maior do estado, enquanto que inúmeras cidades menores estavam sendo criadas em seu entorno e levadas de população eram atraídas pelas frentes pioneiras, deslocando-se, inclusive, dos centros de povoamento mais antigos do Paraná.

Essa movimentação dos limites territoriais, marcada por alto grau de velocidade, provocava modificações nos marcos simbólicos regionais, cuja integração não parecia mais suficientemente forte em coerência e os grupos buscavam diferentes soluções para abarcá-los. A comparação entre as regiões mais antigas e as mais novas do estado para significar esses processos pode ser vista em inúmeros autores do período. Essas descrições e argumentações geográficas mobilizavam categorias altamente tensionadas e, ao mesmo tempo, intensificavam o seu tensionamento.

O núcleo duro dos euclidianos criticava o sentido eminentemente empresarial – que chamavam de “materialista” – do processo de ocupação de terras no norte do Paraná, encabeçado por empresas como a “Paraná plantations Limited” que vinha de Londres, atribuindo um sentido diverso à história de ocupação dos Campos Gerais. Uma

história com densidade espiritual: nas relações da população com a natureza e da população entre si, os valores e atributos de honra da sociedade campeira foram sendo reapropriados sob um viés moralizador. Também viam com maus olhos a desestabilidade gerada naqueles processos pela explosão de movimentos agrários, silenciando qualquer conflito de natureza semelhante que possa ter ocorrido ao longo dos séculos na região dos Campos.

O norte do Paraná destoava da história da formação social conhecida até então e, concordando com Cordova (2016), adicionava-lhe um novo capítulo, um novo clima, de terra vermelha, lugar do café e de uma nova população: o tema da diversidade regional interna no Paraná despontou junto com o surto do café na pauta da intelectualidade paranaense, com o desafio de gerir as alteridades internas que a ideia de “região” carrega¹⁴³.

O café, que foi o principal produto agrícola explorado no norte, aparecia como elemento econômico determinante frente ao governo central, uma vez que o Paraná assumiria na década de 1950 a liderança no mercado nacional de exportação de café, concomitante à decadência da exportação paulista. Segundo Cordova (2016, p. 109), assim como a exportação da erva-mate em grande escala havia alterado o quadro socioeconômico, antes dominado quase que exclusivamente pela sociedade campeira, o café possibilitaria outra transformação, desta vez alterando a hegemonia ervateira de poder familiar no Paraná¹⁴⁴.

Tanto a elite ervateira quanto os herdeiros da elite campeira se viam em crise. O *CCEC* estaria situado, nesse sentido, num processo mais amplo de reconversão das

¹⁴³ Cordova (2016, p. 112) investigou esses discursos na obra de Bento Munhoz da Rocha sobre a formação social e histórica regional, que veiculava um olhar de descendente de uma família tradicional ervateira, ressaltando o grande valor das gerações passadas na construção da história paranaense, sobretudo dos Campos Gerais, contrastando esta região com a do norte pioneiro e, inclusive, pondo em disputa a beleza da paisagem tradicional do pinheiro, da erva-mate e da geada em relação à paisagem do calor, da terra vermelha e do café.

¹⁴⁴ Sobre as genealogias familiares e a alternância política entre Liberais e Conservadores em 35 anos de província, que sinalizava a disposição dos grupos políticos formados, sobremaneira, por fazendeiros dos Campos Gerais e por ervateiros do litoral, sugiro a leitura da tese de Ricardo Costa de Oliveira (2000). Segundo Bega (2013, p. 59-60, 51-52), até que o mate se tornasse o principal produto do Paraná, as relações sociais assentavam-se na propriedade rural, cujo trabalho era executado pela mão-de-obra escrava. A despeito do maior controle da máquina legislativa no século XIX pelo grupo pecuarista, os proprietários do mate alcançariam hegemonia no campo econômico, mediante o processo de estruturação produtiva e exportação da erva-mate, alcançando posição política dominante com o advento da República. A província do Paraná insere-se, a partir do Segundo Império, identificada como um espaço territorial sob o controle dos interesses imperiais e utilizado como margem de manobra contra as constantes pressões do Sul e dos Liberais de São Paulo. O processo de emancipação política se instalou neste jogo de forças e a estrutura produtiva decorrente do ciclo econômico da erva-mate propiciou uma organização social de base urbana a qual se combinam, na primeira metade do século XX, o latifúndio de gado e o território praticamente inexplorado, colonizado com imigrantes europeus.

elites do estado, em encontro com a própria reconversão social do grupo de descendentes de imigrantes. A crise dos negócios pecuaristas, datada a partir das últimas décadas do século XIX (em que pese aí a própria repartição hereditária da terra), sinaliza uma gradativa decadência dos fazendeiros, bem como uma das suas primeiras reconversões significativas: passaram a investir e obter renda em títulos da vida pública no contexto político-econômico de ascensão da elite ervateira, cuja base geográfica era outra, majoritariamente urbana.

Mesmo que o golpe de 1930 tenha mexido com esses quadros, já que se pode entender que parte da elite campeira parece se reinserir em altos cargos durante o Vargasismo, marcado pelo afastamento dos ervateiros que se encontravam no domínio até então, vemos famílias tradicionais princesinas buscando se reerguer¹⁴⁵. Como já dito, a origem da expressão “Capital Cívica” estava relacionada a esse processo.

Essas transfigurações atravessavam as autorepresentações dos intelectuais e vice-versa. O grupo euclidiano, pensado pelo prisma da geração, vivenciou intensamente aquele processo de expansão do Paraná, e aponta um envolvimento em debater a identidade nacional/regional num momento de tensão, em função de mudanças estruturais por que passava o estado (KARVAT, 2016, p. 5). A situação de perda da centralidade econômica e da hegemonia política da região dos Campos Gerais, que começou décadas antes, mas se acentuou em meados do século XX promoveu reordenamentos no panorama físico, social, político e cultural nos quais se encontravam inseridos.

Naquelas décadas, o debate político e intelectual nutria-se pela convicção de que havia muito a se fazer para conferir a PG e aos Campos Gerais um papel proeminente no quadro estadual/nacional, compatível com sua posição histórica relevante. Alguns membros da elite local optaram por ressaltar a importância da cidade na rede ferroviária, outros por defender a pujança das fazendas, aliada à indústria nascente e ao comércio a elas relacionados. O círculo reunido no *CCEC* realizou seus empreendimentos no seio desse debate, em que a imagem dos Campos Gerais nas outras regiões era um dos anseios colocados às elites. Eles seriam atacados em seus escritos, fundamentalmente,

¹⁴⁵ Conforme Cordova (2016), o golpe de 1930 e a consequente centralização getulista foram vivenciados como um grande momento de crise pela elite ervateira, deslocamento que se fez presente com a queda de Munhoz e Carmargo e ascensão do pontagrossense Manoel Ribas, membro do PSD, que se notabilizou como força política como interventor de 1932 a 1934, governador de 1935 a 1937 e interventor de 1937 a 1945. A conjuntura afetou diretamente o movimento paranista iniciado nos anos 1920, daí que alguns autores se referem a um “renascimento paranista” no período de redemocratização. Sobre as transformações no perfil da elite política paranaense nesse período, consultar: Dagostim (2011).

pelo viés do patrimônio cultural e natural da região. Não era fortuito, portanto, que do interior desse amplo processo de mudanças, surgissem manifestações e desejos de afirmação de uma identidade nacional calcada nos elementos dos Campos Gerais, bem como de autoafirmação de suas elites baseada nos valores morais e cívicos do trabalho, do patriotismo e da promoção de cultura.

Do ponto de vista de Ribas Silveira, “o significado social político e econômico do tropeirismo” haveria de ser destacado, uma vez que poderia ser atestado no processo de formação, povoamento, enriquecimento e representatividade nacional da região. O autor recuperava, desse modo, “o Glorioso Ciclo do Tropeirismo”, definindo que

Ponta Grossa deve seu estuante progresso, até a época do Centenário, toda a sua riqueza e prestígio, quase exclusivamente à pecuária, da qual o tropeirismo é a última etapa. Nos bons tempos do tropeirismo nossas fazendas se encontravam repletas de gado e reinava grande prosperidade nos campos sulinos, sendo exportado anualmente algum excesso de gado para os mercados paulistas.

Quando o negócio das tropas entrou em decadência, também nossos campos começaram a ficar despovoados, por falta de invernadores, e o desânimo se apoderou dos fazendeiros tradicionais, que mudaram de ramo, relegando a pecuária a um plano inferior. E qual foi o resultado? Precipitou a destruição da riqueza de flores tal do Paraná, e a nossa pecuária caiu a tal ponto, que hoje estamos importando anualmente milhares de bois para o consumo local. Rendamos, pois, nossas homenagens aos titãs que palmilharam os penosos caminhos paranaenses, durante quase um século, disseminando a riqueza, o progresso e bem estar, valorizando os produtos da lavoura e pecuária nacional, realizando uma grandiosa obra de confraternização e brasilidade! [...] Se não se registrasse o intercâmbio de pecuaristas, o Sul teria permanecido mais meio século isolado do Centro e Norte do país, o Paraná vegetaria numa pasmeira acabrunhante, até que a lavoura paulista entrasse em decadência [...] (SILVEIRA, 1956, p. 11).

Quando o “núcleo duro” do *CCEC* recuperava a memória da sociedade campeira, lidava, portanto, com a maneira como essa sociedade seria culturalmente percebida e significada, revertendo em “cultural” a desigualdade política que subsistia entre os polos do estado. Alguns desses intelectuais podem ser lidos – recorrendo a um termo utilizado por Sérgio Miceli (2001) – como “parentes pobres” da velha elite campeira. E a construção da sua identidade social como intelectuais, envolveu sentimentos comuns que davam liga ao grupo, como o sentimento de que PG seria uma liderança moral, ou a tarefa assumida pelo *Centro* de acompanhamento (e mesmo patrulhamento) em relação à produção intelectual nacional sobre o “Brasil dos Campos Gerais”.

A definição desse pedaço do Brasil, no seio da tensão entre um “Paraná Tradicional” e um “Paraná Moderno”, no interior do *CCEC*, marcou-se pela própria

legitimidade que alcançavam os estudos de folclore, de historiografia e de geociências em torno do espaço nomeado como “Campos Gerais”. Essas categorias implicavam uma hierarquia de valores por meio dos quais eram definidos diferentes graus de inclusão em uma suposta unidade cultural territorialmente circunscrita (Paraná, Brasil, América, etc). Para os grupos ligados aos novos empreendimentos cafeeiros, usar a categoria classificatória de “Paraná Moderno” era associá-lo ao progresso. Para os euclidianos, a categoria classificatória de “Paraná tradicional” não poderia ser aceita como negativa, na medida em que pressupunha propriedades e sinais de atraso. Preferiram, no lugar, a categoria “tradições”, usada com particular atmosfera de dinamismo regional: seu território poderia ser ressignificado como valor positivo e seus signos poderiam ser associados a um trabalho científico considerado moderno. “Campos Gerais”, dessa maneira, era assumido como termo de caráter científico, legitimado pelas pesquisas do espaço físico, geológico, zoológico, etc., e era privilegiado pelos euclidianos.

Associavam certas qualidades e propriedades de fenômenos de outra ordem (morais, por exemplo) a este espaço. Percebemos aí tentativas de associar tradição e modernidade: se o estudo das tradições era o que havia de mais moderno nas ciências sociais, interessaram-se por habitar os Campos Gerais de toda uma cultura material e oral tradicional, agenda, por sua vez, envolta por instrumentos de pesquisa e linguagem. Ao mesmo tempo, os euclidianos insistiam no valor espiritual e moral da cidade de Ponta Grossa, que mesmo distante do ritmo de desenvolvimento acelerado do Norde e do Sudoeste, continuava a contribuir com o desenvolvimento do estado, porque seria sua “capital cívica”, um centro de “ensinamentos espirituais”, um centro que se orgulha de suas tradições, um centro cultural.

A imagem do “antigo paranaense”, não corroborava, afinal, com a representação de modernidade e de vanguarda que os sócios do *CCEC* reclamavam para si. Seus artigos evidenciam, nesse sentido, formas de auto-representação no plano de uma tradição idealizada, desassociando-a da ideia de atraso. A tradição seria, antes, uma presença do Brasil naquela terra, uma identificação de brasilidade, único caminho possível para qualquer futuro. Adotavam uma atitude cognitiva em relação a essa brasilidade e a esses Campos que necessitariam de uma escrita e de uma roupagem novas.

Os esforços do *CCEC* foram paralelos e parecem ter impulsionado certa consagração e legitimidade do termo *Campos Gerais do Paraná*, para além do seu

emprego geológico. O termo, na sua acepção fitogeográfica (como ambiente natural) teria sido consagrado pelo geólogo alemão Reinhard Maack em meados dos anos 1940 quando este escreveu sobre o clima, os solos e a vegetação do Paraná, termo que já havia sido usado pelo viajante Saint-Hilaire na primeira metade do XIX (CASAGRANDE; SILVA e etc, 2015). Maack atuou como colaborador no Museu Paranaense, desenvolvendo pesquisas nas áreas de geografia e geologia e publicando artigos na Revista desse museu sobre o “espaço de Vila Velha e o arenito Caiuá” (MARANHÃO, 2009, p. 230).

O conjunto de formações rochosas conhecido como Vila Velha, pertencente à cidade de Ponta Grossa, constituía uma paisagem natural bastante reverenciada pela literatura, especialmente na poesia. Seus registros remontavam à literatura dos viajantes europeus do século XVI, quando das primeiras expedições portuguesas e espanholas – de Aleixo Garcia (1526), Pero Lobo e Francisco Chaves (1531), Alvar Nuñez Cabeza de Vaca (1541), entre outros – que atravessaram os vastos sertões onde se localizam os Campos e aquelas formações rochosas, que integravam o antigo caminho do “Peabiru” (trilha aberta pelos indígenas). Conforme as palavras de Ribas Silveira em “A expedição de Cabeza de Vaca – Passou por Ponta Grossa em Dezembro de 1541” e foi ali “recebida carinhosamente pela tribo de Pupebage, cujos presentes o governador retribuiu” (SILVEIRA, 1956, p.10). Reproduzindo trechos da narrativa original em espanhol, destacava-se que esses itinerários continham “valiosas notícias históricas de nossa terra e dos aborígenes”.

Aquele espaço, conforme o olhar proposto pelo *Tapejara*, guardava, ainda, uma rica imaginação indígena, de lendas “transmitidas oralmente, geração após geração, pelos matuari (os velhos), aos jovens” (LYRA, 2006, p. 402). Ele era retomado, sobretudo, por meio de reverências literárias, como nos versos denominados “Vila Velha” de Ribas Silveira: “Num éden de beleza e suavidade, Coroando os lindos campos princesinos/ Eleva-se a sublima majestade/ Desses rochedos mágicos, divinos...” (SILVEIRA, 1958a, p. 15). No poema “As furnas”, também de sua autoria, recuperava o imaginário das lendas indígenas:

[...] E as Furnas colossais, grotões rasgados
De chofre na colina, sem caídas
Ou ladeiras, escuros e isolados,
De fundura e extensão não concebidas.
São Moradoras de monstros ou de Iaras,
Que retém, invisíveis, águas claras

Tais elementos corroboravam ao próprio elogio da inspiração dos homens de ciência da “capital cívica”. Frederico W. Lange, assim, teria “nascido no coração dos imensos Campos Gerais, [...] [e] embalado pela sombra irreal daquelas formidáveis formações geológicas, esculpidas pelos cinzéis caprichosos do tempo, trazia em si o germe da Geologia e da Paleontologia” (SALAMUNI, 1953, p. 7).

Mas a intelectualidade princesina também procurava – cada vez mais – pensar esse espaço para além da poética literária. Em dezembro de 1956, *Tapejara* publicava uma palestra proferida pela professora Eulina dos Santos Schena no programa “A Voz Regentina” da Rádio P.R.J.-2, que é indicativo das referências aos estudos científicos contemporâneos e suas implicações no terreno da imaginação poética dos Campos Gerais:

Já visitei muitas vezes Vila Velha, esse recanto maravilhoso de nossa terra. Olhei embevecida as altas torres, as muralhas e castelos, ruas e becos, grutas e largos, mas não podia compreender a grandiosidade e significação desse monumento natural, apenas admirava a bizzaria das formas, o tamanho das pedras, o verdor da vegetação.

Depois que li Reinhard Maack, vejo Vila Velha com os olhos do espírito.

A minha impressão já não é apenas sensorial. Cada rocha, cada arbusto, cada depressão adquiriu novo aspecto, relevando a sua própria história.

Eu a denominava Cidade Adormecida, e Cidade de Pedra, expressões que ouvira de meus avós, e aliava aos contos de fada. Substituí essas denominações por “Massa Rochosa”, e aprendi que:

Os Campos Gerais, tão amplos e verdejantes, tiveram início com os bancos de um arenito branco que aparece na serra de São Luís. Os geólogos o chamam de arenito das Furnas, devido aos profundos caldeirões causados pelos desabamentos e às longas fendas de estrutura que o caracterizam.

Os Campos Gerais, que hoje estão a mais de 1300 metros sobre o nível do mar, no período Devoniano, que teve início há mais de 300 milhões de anos, eram um fundo do mar, cujas vagas corriam na direção de oeste e sudoeste. Era um fundo do mar raso. Hoje é um planalto continental (SCHENA, 1956, p. 10).

A autora mencionava as recentes pesquisas que estavam sendo feitas no território e que explicavam cientificamente as formações rochas trabalhadas pela erosão ao longo de milênios.¹⁴⁶ Relacionava ao espaço uma série de transformações da

¹⁴⁶ Os fósseis de invertebrados marinhos que se assentam em grande parte sobre folhelhos argilosos do Devoniano, encontrados em abundância na região de Ponta Grossa, ficaram conhecidos desde o ano de 1876 quando por intermédio da Comissão Geológica do Império (1875), dirigida por Charles Frederick Hartt e seu ajudante Luther Wagoner, percorreu e realizou investigações na área, encontrou alguns fragmentos fósseis que foram denominados por Orville A. Derby e Richard Rathbun como sendo de aproximadamente 400 milhões de anos. Desde os primeiros registros, a região de afloramentos de rochas do Devoniano do Estado do Paraná tornou-se um dos ‘laboratórios naturais’ mais investigados da Paleontologia brasileira: os arenitos e folhelhos dessa idade geológica ocorrentes na região fisiográfica

natureza a partir de suas respectivas denominações geológicas, encarando-se os fósseis encontrados nas “finas folhas empilhadas uma sobre as outras, tendo entre si os restos vitais daquela época, que são documentos valiosos” (SCHENA, 1956, p. 10). Eulina afirmava, ao final da fala, que mediante esse conhecimento da História Natural de Vila Velha, “talvez tenhamos perdido um pouco de ilusão poética que a imaginação fantasiava”, mas que adquiria-se, assim, maior capacidade para compreender a importância da ação da natureza – tanto quanto a ação humana – sobre os Campos Gerais. O sítio geológico, que já era destacado pelas elites locais como ponto turístico de Ponta Grossa, foi ressignificado com as novas pesquisas que reverberavam na imprensa, inclusive no próprio *Tapejara*. Vale lembrar que o Parque Estadual de Vila Velha foi criado em 1953 (Lei nº 2.192) com vistas a preservar as formações rochosas de arenito e os campos nativos do Paraná (e seria tombado em 1966)¹⁴⁷.

Essas acepções, que circularam num período em que a equipe do Museu Paranaense encabeçava estudos sistemáticos sobre o solo, a paisagem, a fauna e a flora paranaenses, coincidem também com as primeiras pesquisas de José Loureiro Fernandes sobre os povos indígenas, negros e caiçaras no Paraná. Elas mobilizavam a utilização de recursos audiovisuais na pesquisa antropológica, produzindo em fotografias e filmes inúmeros aspectos da geografia humana local.

As pesquisas de campo ou ‘excursões científicas’ realizadas entre as décadas de 1940 e 1950 pelo Museu Paranaense, muitas em parceria com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, foram registradas em fotografias e filmes 16mm pelo cineasta tcheco Vladimír Kozák [...] as imagens dessas expedições além de registrar a beleza e as características do território paranaense como a Serra do Mar, o Litoral, Vila Velha, os rios Paraná e Iguaçu com as Sete Quedas e as Cataratas, documentam também os danos ambientais e sociais provocados pelo desenvolvimento acelerado do Estado.

dos Campos Gerais, conjunto com seu singular e rico conteúdo fossilífero, têm sido alvo de grande número de trabalhos que, somados, representam mais de um século de investigação científica. Frederico Lange, por exemplo, tinha como base de estudos a monografia de John M. Clarke (1913) (PEYERL; SILVA; BOSETTI, 2011, p. 232).

¹⁴⁷ “Em 1948, foi criada, no Departamento de Cultura da Secretaria de Estado da Educação, a Divisão do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural e no ano seguinte foi instituído o Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná. Poucos anos depois, foi sancionada a lei estadual nº 1.211 de 16 de setembro de 1953, que dispõe sobre o Patrimônio Histórico Artístico e Natural do Estado do Paraná. [...] A ação da DPHA, frequentemente em conjunto com o IPHAN, contribuiu decisivamente para ampliar a proteção a bens culturais de interesse regional. [...] Em 1953 é sancionada a Lei nº 1211, que dispõe sobre o Patrimônio Histórico Artístico e Natural do Estado do Paraná. A unidade responsável pela proteção do Patrimônio Cultural denominava-se então Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico, ligada à Diretoria de Assuntos Culturais da Secretaria da Educação. Os primeiros tombamentos estaduais incidiram sobre bens já protegidos, desde 1938, pelo Patrimônio Nacional, sendo o primeiro tombamento registrado pelo Estado do Paraná o da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, em Paranaguá, ocorrido em 1962. Em 1966, é protegido, pela Lei 1211/53, o Conjunto de Vila Velha, Furnas e Lagoa Dourada” (PARCHEN, 2006, p. 24-25).

São imagens do Paraná em pleno crescimento econômico, cujas atividades estavam relacionadas à exploração da madeira, à pecuária e à agricultura, principalmente o plantio do café. São marcantes as cenas que retratam a exploração e o transporte de madeira pelo rio Paraná, o desmatamento das florestas subtropicais do noroeste do estado e o extermínio dos índios Xetá (MARANHÃO, 2009, p. 231).

No bojo dessas pesquisas, residia uma preocupação com a modernização do país e seus impactos sobre o meio ambiente e as populações “tradicionais”. Questões acerca da mudança cultural, que foi temática da produção sociológica e antropológica de diversos pesquisadores nas Universidades e do registro etnográfico em articulação com a Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e com a Comissão de Folclore, atestavam uma aspiração de maior cientificidade no estudo das expressões da cultura popular delimitada ao campo de etnografia (SALLAS, 2009, p. 242). Vários pesquisadores do Museu Paranaense passaram a compor o quadro docente dos cursos da FFCL-PR, para a qual cedia sua estrutura física e coleções. Maranhão (2009, p. 235) chega a falar mesmo que, enquanto José Loureiro Fernandes acumulou as funções de Diretor do Museu e professor da FFCL-PR, transformou a instituição em uma extensão científica da Faculdade, levando seus alunos em viagens pra realizar pesquisa. Entre elas, a visitação às “casas de caboclos” remanescentes na praia de Caiobá, portadores de tradições folclóricas e de uma “vida rústica” resultaram em artigos, comunicações e registros. Unia-se a isso às revelações de uma transição demográfica que invertia, pela primeira vez, a proporção da população brasileira que vivia no urbano e no rural.

Nesse panorama, entrava também a questão dos grupos indígenas remanescentes no país, entre um estado de dizimação e de proteção. Ao falar sobre “a finalidade altruísta de preservar, infinitamente, o tradicional direito dos verdadeiros donos do imenso solo pátrio, os índios brasileiros”, Arary Souto definia, em artigo publicado no *Tapejara* em maio de 1953, que o trabalho indianista era um trabalho daqueles “que desprezam o lado material das coisas e se entregam, espiritualmente, ao afã de incentivar a cultura”:

O criador do nosso caboclo é olhado, hoje, com o carinho e o respeito de que se faz merecedor e para êle os homens cultos voltaram a sua atenção, amparando-o e difundindo o seu idioma e os seus costumes. Foi criado, em Mato Grosso, um vastíssimo Parque Índigena, propriedade indissolúvel do índio brasileiro, iniciativa de ilustres patrícios da terra dos “chavantes”, “caiuás”, “terrenos”, “guaranis”, “carajás”, “guaicurus” e outros. Sim, o matogrossense sempre dispensou carinho e amor ao índio. O General Candido Mariano Rondon, para nós, que vimos de perto a sua obra em

benefício dos seus antepassados, os índios, é a aroeira que o tempo não corroerá porque já a tornou cerne (SOUTO, 1953, p. 1).

Apreendendo e colaborando para a instituição dessas tendências ainda muito na toada do SPI, na comunidade regional/nacional imaginada pelos euclidianos – em que pese aí a importância conferida as suas próprias vivências – o espaço se parecia muito com aquilo que João Maia (2008, p. 21) denominou de uma resistência, uma trincheira da tradição destinada a ser varrida pelos personagens e forças próprias de novas experiências sociais. Eles estabeleceram uma densa relação poética com esse espaço da tradição/espaço da vivência, de modo que não se pode perder de vista os laços afetivos e as relações de sensibilidade que essas poéticas do espaço guardam. Tome-se como exemplo a já mencionada expressão “Jagunçada do Arraial do Pitangui”, através da qual faziam autorreferência ao *CCEC*: esse Arraial configurava um espaço da imaginação, construído a partir de uma linguagem atrelada aos seus objetos de interesse, estudo e louvor. Ele pode ser pensado como parte integrante de um conjunto de representações de um “espaço íntimo” (ou que transforma em espaço íntimo o espaço do outro, do início, por exemplo)¹⁴⁸.

Pitangui, como fora nomeado pelos habitantes desse espaço imaginado, era termo indígena, proveniente do tupi antigo “*ybapytangy*” (*ybapytanga*, "pitanga" + 'y, "rio"), que poderia ser traduzido como rio das pitangas. Em artigo no *Tapejara* sobre a toponímia local, em junho de 1952, Gabriel Mena Barreto explicava a retomada do termo que, acreditavam eles, deveria ter se consagrado como nome da cidade. PG foi município criado em 1872...

Um ano antes, em 1871, houve por bem o governo provincial mudar o nome da cidade para Pitangui, numa primeira tentativa para reconduzir-nos – segundo um feliz asserto do ilustre general Mário Travassos ao referir-se à obra do nosso querido líder Faris Antonio S. Michaele – às nossas tabas de origem. Mas houve repulsa no espírito popular. E o antigo nome de Batismo – Ponta Grossa – voltou a prevalecer e dominar [...] (BARRETO, 1952, p. 2).

O articulista apontava diversas povoações, bairros e fazendas pelo país que naquela época se encontravam sob o mesmo nome (Ponta Grossa), numa campanha que criticava a forma como “a nossa admirável Princesa dos Campos” passou a figurar na toponímia nacional. “Pitangui” seria então recuperado para definir o círculo letrado que

¹⁴⁸ Gaston Bachelard nos inspirou a pensar diversas questões desse capítulo em torno dos Campos Gerais como “espaço íntimo” e “espaço da casa”. Fica aqui a indicação da leitura do livro de sua autoria denominado “A poética do Espaço” (1993).

reclamava pra si uma forte “consciência telúrica”, para definir um pequeno espaço da vida íntima dessas elites (localizado, por vezes, na própria casa de Faris Michaelle). Mas a força e a amplitude dessa imagem poética repousava, justamente, no que ela guardava de pertencimento ao mapa do “Brasil caboclo”. Esse mapa aparece delineado em seus diversos escritos como um espaço de segurança.

Dialogando com Felipe Cabañas da Silva (2015), podemos pensar que esses espaços de segurança sugerem uma particular articulação das dimensões do espaço e do tempo: sugerem que os seres humanos não querem passar no tempo. Diz respeito a um espaço habitado que reúne um corpo de imagens que dão razões ou ilusões de estabilidade que parecem ter a função de reter o tempo. A “casa” que criaram como coletivo desempenha um papel crucial na experiência dos euclidianos, entre outros motivos, porque entre seus diferentes níveis e estilos de apropriação do espaço rural, puderam estabelecer uma relação poética tanto individual quanto grupal com seus espaços de vivência: o lar fazendeiro, as festas populares, os costumes e heranças tropeiros de espaços de origem e formação.

Esse mergulho nos “espaços da intimidade” foi significativo no material produzido pelo grupo, na medida em que procuram expor e guardar imagens da “casa”, da “morada”, e do “coração” deles próprios, concebidos como objeto de pesquisa e de lastro para a definição da identidade nacional. Na luta em torno das categorias definidoras do “Paraná”, a significação da terra. “o encanto da terra que nos absorve, nos prende e nos fascina”, encontrava o marco da epopeia construtiva das bandeiras. O Paraná dito tradicional correspondia, afinal, com uma geografia da terra dos primeiros povoadores. A atuação do *CCEC* sinaliza tentativas de escrituração e musealização da importância regional/nacional dos componentes culturais desse processo.

A diversidade étnica e cultural que servia nos discursos paranistas como característica da unidade identitária regional não seria acionada pelo *CCEC*, ainda que os temas da assimilação e aculturação assumissem tom central de preocupação, eles foram direcionados à civilização luso-brasileira e ao índio (isto é, aquela associada à formação social brasileira de base), e não aos “pioneiros” que chegavam para povoar o norte do estado de vários outros locais. A estes era oposto uma imagem de uma sociedade já formada, estável e equilibrada. Aqui, mais uma vez, a insistência e o apego à ordem e à harmonia costumavam ser respostas de inseguranças frente às mudanças sociais.

É preciso lembrar que a própria cidade de PG teve como marca diversas ondas migratórias: personagens do próprio *Centro* provinham de outros locais do Brasil. Falar em termos de interior, nesse sentido, era uma forma de dar unidade ao próprio corpo do *Centro* e classificar a “região” dentro do “Brasil euclidiano”. Revitalizando-a pelo viés da cultura popular rural, contavam com a legitimidade que os estudos de folclore adquiriram nos anos 1950, como uma área influente e que se acreditava prestes a ser inserida como disciplina autônoma no interior das Faculdades. Operando uma ressemantização do que começava a se convencionar chamar de “Paraná Tradicional”, reiteravam o valor daquele espaço. Fizeram usos de documentos já valorizados pela historiografia tradicional, como os relatos de Saint Hilaire, Antonio Vieira, Henrique Dias, Estácio de Sá e Tobias Barreto, entre outros, reinterpretando-os pelo prisma da etnográfico/científico.

Mais ou menos paralelo à atuação do *CCEC*, encontramos indícios de iniciativas em Curitiba que apontam para a (re)formulação de uma agenda de pesquisas em torno da História do Paraná, que reclamavam pra si um rigor acadêmico inédito, ligadas ao Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Paraná. Esse grupo primava por se contrapor aos discursos de veneração do passado e exaltação identitária regional dos grandes vultos. Cordova (2016) destaca, nesse âmbito, a produção de Brasil Pinheiro Machado, pontagrossense radicado em Curitiba, que buscou estabelecer referências para o estudo da formação histórica regional, demarcando a formação do que se convencionou denominar de “Paraná Tradicional” e “Paraná Moderno”, adotando como diretriz metodológica o estudo das comunidades e de suas migrações. A procura por estabelecer um modelo de explicação histórica paranaense a partir de capítulos tópicos calcados nessa geografia, aparece em “Esboço de uma sinopse de História Regional”, texto de sua autoria publicado em 1951 pelo Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, cujas propostas seriam desenvolvidas ao longo daquela e das próximas décadas no âmbito da institucionalização do Departamento de História (desmembrado do Dep. de Geografia em 1959) na UFPR.

O recorte regional foi tema de estudo daquele Departamento acentuadamente na década de 1950 (e também de 1960), num direcionamento teórico da história demográfica e econômica, que resultou em análises quantitativas voltadas para um projeto de “história total” ao sabor Braudeliano. Nesse contexto historiográfico, encarando a história regional do Paraná como um dos capítulos da história regional do Brasil, o estudo monográfico das estruturas agrárias – de “uma economia quase

autárquica criada pelas famílias fazendeiras” – até o fim do século XIX, bem como o da sua posterior desagregação (em que a figura do imigrante e a sua integração ganharia importância), foi um dos objetos centrais¹⁴⁹. Com o uso de vasta listagem documental, aquela geração de historiadores acadêmicos se interessou por desvendar a economia de criação de gado, o comércio de muare, o elo entre as cidades e as fazendas paranaenses, a estratificação social dominada pela relação senhor-escravo, a camada social dos agregados, seus laços de compadrio e lealdade com a classe senhorial descendente da primeira geração de portugueses, etc.

Se o cerne dessas pesquisas históricas dizia respeito à história da posse e ocupação do território, Brasil Pinheiro Machado já no início dos anos 1950 tipificava dois planos distintos de expansão demográfica: o primeiro seria caracterizado como natural/espontâneo/popular, porque livre de coações governamentais quando uma população se assenhoreava das regiões geográficas próximas num movimento pela subsistência, sem finalidade política e com ausência do governo português. A este se atribuía a formação da “camada sedimentar da nacionalidade”, ou o dito “Brasil brasileiro”. Enquanto que o segundo tipo, entendido como obra delineada pelos estadistas portugueses, por impelir a população a se distender num plano político previamente traçado para atingir as fronteiras do território colonial, corresponderia a uma espécie de “Brasil não brasileiro”. O caso da formação do Paraná, de maneira geral, estaria incluído no último, enquanto um centro de irradiação de conquista e posse territorial, cuja expansão se fez pela região dos campos. Em uma escala regional, O “Paraná Tradicional” teria sido constituído, num primeiro momento em resultado da migração paulista – pelos homens ricos de São Paulo, Santos e Paranaguá, nos princípios do século XVIII – como um negócio a ser explorado e não como um movimento no sentido da bandeira de povoamento. Isso porque, conforme o autor, esses povoadores não se transportaram para o novo lugar com toda sua família e bens, mas tinham em vista o abastecimento de São Paulo e das regiões mineradoras, que ocasionou o surgimento de vilas pela sua localização na estrada das tropas e a existência de duas populações nos Campos Gerais: a permanente e a ocasional. Demarcava, nesse sentido, a formação da “sociedade campeira” no Paraná dito tradicional como um misto da herança paulista e do convívio com os gaúchos” (CORDOVA, 2016, p. 187-188).

¹⁴⁹ “[...] para Brasil, foi a partir do contexto da erva-mate e da madeira, e da própria introdução do imigrante na sociedade paranaense, que ocorreu uma desagregação no sentido de transformação da antiga classe dominante, a qual procurou se readaptar em face dessas novas mudanças na estrutura econômica e social dos Campos Gerais.” (CORDOVA, 2016, p. 191).

Ao se privilegiar o estudo das estruturas e das permanências de longa duração, o interesse nas “condições de formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais” resultaria em diversos trabalhos conjuntos de pesquisadores (como “Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná” (1963); “Campos Gerais: estruturas agrárias” (1968), “Nota prévia ao estudo da ocupação da terras no Paraná Moderno” (1968), entre outros). A produção desse grupo logo se firmaria como um marco referencial, enfatizando a colonização portuguesa como uma vasta empresa agrícola e comercial, evidenciada na valorização da propriedade rural na base da formação social brasileira e do que denominavam de “sociedade campeira”, na qual os “homens bons” figuravam como uma espécie de nobreza da terra. Delimitaram etapas da evolução social rural dos Campos Gerais e do mapeamento de ciclos econômicos e demográficos para a História do Paraná: o campeiro, o ervateiro, o cafeeiro, estudando os “movimentos de novas formas de acomodação e conflito” nesses ciclos. Começava-se a se definir, a partir daí, que a história do Paraná compreendia a formação de três comunidades regionais: a do Paraná tradicional, a do Sudoeste + Oeste e a do Paraná Moderno.

Esses esforços de caracterização da comunidade formadora da chamada “sociedade paranaense tradicional” diferiam da natureza do trabalho feito pelo núcleo diretor do *CCEC*, que congregava uma visão nostálgica daquela sociedade, lado a lado com os estudos mais sistemáticos da flora, da fauna, do solo e do lastro indígena nos Campos Gerais. O círculo euclidiano contava com descendentes dessas famílias que estavam sendo estudadas pela Universidade, mais voltados para a construção simbólica e de pertencimento à região do que de estudo monográfico sobre seus detalhes. De todo modo, o trabalho do *CCEC*, especialmente o do seu presidente, seria reconhecido pelo grupo universitário nos anos 1960. Indicativo disto é quando Faris Michaelle foi chamado – o único intelectual que atuava fora de Curitiba – para escrever um capítulo sobre a presença do Índio no Paraná e a formação étnica do Paraná, no terceiro volume de “História do Paraná” (publicada em 1969 pela Gráfica Editora Paraná Cultural – Grafipar)¹⁵⁰.

¹⁵⁰ A obra foi organizada pelo professor Faissal El-Khatib, diretor da Editora Grafipar e foi composto por 4 volumes que contaram com a colaboração de 12 professores-escritores. “Faris Michaelle também participa da empreitada da escrita da história panorâmica, colaborando com 129 páginas no terceiro volume da obra *História do Paraná* (1969). O intelectual escreveu sobre a presença do índio e a formação étnica do povo no Estado paranaense. Nos dois textos, vemos a preocupação latente do autor em trazer informações sobre as tribos que habitavam o território paranaense, a língua e a literatura desses povos, aspectos da cultura material e costumes tanto dos povos indígenas quanto dos imigrantes que vieram

O que interessa demarcar por hora, estabelecendo esses contrastes, é que o “núcleo duro” dos euclidianos esteve profundamente envolvido em veicular um conjunto específico de imagens acerca dos Campos Gerais: como as novas gerações conheceriam aquele passado e que papel caberia nessa história à elite luso-brasileira e aos indígenas que estavam sumindo do mapa, mas poderiam ser preservados e lembrados em repertório linguístico, histórico, folclórico, etnográfico, etc. Destacamos, assim, elos que uniam esse grupo de formação em torno do *CCEC*, cuja ação punha em prática um projeto supra-individual.

Os objetivos, os programas e a recepção de saberes que transitavam e circulavam em meados do século passado produzidos pelo *CCEC*, além de complexificar a caracterização da movimentação intelectual, permitem aventar uma faceta da história do declínio e da reinvenção/adaptação de um grupo social. Falo do grupo que deixou de ser hegemônico no estado e mesmo no país e que ansiava por ser memoriado, por figurar na história e, no limite, por freiar um pouco o tempo. O repertório euclidiano interessou, foi bem-vindo e se mostrou plástico o suficiente para casar com os seus anseios. Como já abordamos no primeiro capítulo dessa dissertação, indivíduos letrados de grupos médios se aproximaram, por uma série de canais, das elites com tradicional sobrenome rural, obtendo seu apoio e estabelecendo solidariedades. Isso não quer dizer que os euclidianos fossem meros reprodutores de uma ideologia partilhada por uma classe, nem pretende-se diminuir o papel que tiveram como vanguarda letrada local, mas apontar possíveis afinidades que podem ser percebidas entre o seu projeto de Brasil e alguns anseios desse grupo social, que pôde encontrar um lugar para si na instituição e nos materiais produzidos por ela.

A interpretação do Brasil de que lançava mão o núcleo central do *CCEC* dizia respeito a um cotidiano rural que vinha sofrendo mudanças. Essas imagens mudavam de acordo com cada posição e visão individual, ora mais, ora menos católica ou nostálgica, ora com foco na natureza, ora nos senhores das fazendas, ora nos índios e caboclos. O estudo do folclore era passível de ser identificado com o passadismo que alguns deles demonstravam, mas funcionava, também, como uma maneira de incorporar lugares e sujeitos que eram estudados pelos folcloristas, historiadores e cientistas sociais que estavam se especializando no país. Naquele momento, essa “elasticidade” era a força do

habitar as terras da erva-mate. O restante da referida obra trata do folclore paranaense, aspectos da música e da imprensa, da Universidade Federal do Paraná e, por fim, das personalidades filhas do Estado” (MARCHESE, 2014, p. 67).

CCEC, do seu recrutamento e inserção. Elemento que, no período seguinte, seria criticado pelos sociólogos, historiadores e outros profissionais como hibridez e (mesmo) falta de precisão literária. No “guarda-chuva” do *CCEC* cabia o pensamento católico, o positivismo que exaltava os vultos da ciência e um interesse amplo pela cultura popular – que encontrava o folclorismo incipiente –, sendo ajustados e negociados.

Trazer uma cor vívida da história para as imagens que estavam sendo formuladas na época dos Campos Gerais como uma estrutura tradicional (para alguns uma estrutura a ser superada), transfigurar essa estrutura em algo dinâmico e rico estava em jogo, ao menos para o núcleo dos sócios que mais investiu no Euclidianismo. Uma das grandes ambiguidades enfrentada pelo círculo era tornar a região passível de estudos enquanto continuavam buscando marcas identitárias de uma ontologia brasileira e americana. “Nesse sentido, o dilema de Euclides da Cunha é extensivo aos euclidianos, obstinados caçadores dessa originalidade [...] sobre nossa identidade nacional” (MAIA, 2008, p. 127).

Uma história pacífica, folclórica, bucólica do rural, das suas sociabilidades e sotaques, e uma proposta de musealização da cultura material foram alguns dos resultados dessas questões em que os euclidianos se debateram. Importava dotar-se de atributos modernos, mantendo os princípios da ordem social. O valor das lições do passado, do voluntarismo, do civismo e altruísmo era mantido, inclusive em relação aos indígenas estudados. Encontraram tal modernidade na doutrina pan-americana em voga e no intercâmbio de ideias com os pesquisadores nacionais e estrangeiros radicados no Brasil, em Universidades e Centros Culturais de outros países, bem como no próprio Paraná.

A ressemantização dos Campos Gerais, então também chamado por alguns grupos de “Paraná tradicional”, como uma área cultural passível de ser estudada, musealizada, e, assim, valorizada, pelos estudos de folclore, pela etnografia, pela historiografia, responde, em parte, o questionamento inspirado por Vilhena (1997), do porque e em que medida foi importante para esse segmento de intelectuais, no contexto institucional específico do *CCEC*, focalizar a “cultura popular” e tomá-la como fonte de respostas para os seus anseios de compreender e definir o caráter nacional.

A cidade e o campo produzidos pelos euclidianos, concordando com Maia (2008, p. 21), não podem ser entendidas “como imagens fixas que traduziriam paisagens, mas como formas sociais que propiciaram novas narrativas para as transformações históricas vivenciadas por escritores, poetas, intelectuais”.

Estabelecendo um diálogo com esta pauta, afim de perceber os processos de atualização e readequação das identidades regionais aos novos modelos em vias de legitimação de representação da sociedade e da natureza brasileiras, bem como a articulação estratégica do *CCEC*, no Paraná, com a obra de Euclides da Cunha, continuaremos a explorar, a seguir, as relíquias dos Campos Gerais que se destacaram nas interfaces dos empreendimentos euclidianos, considerando os esforços de musealização dos bens regionais eleitos pelo grupo.

3.3 OS BENS REGIONAIS ELEITOS DA ESCRITA À COLEÇÃO

O tropeiro foi o bandeirante pacífico, que efetuou o povoamento definitivo dos campos desertos [...] estimulando a pecuária e ensinando a agricultura aos selvícolas recém-domesticados. Ele animava as solidões com o tropel de sua cavahada e afugentava os tigres traiçoeiros com os brados que soltava estugando a marcha das tropas. O sincerro foi a trombeta da civilização que despertou a paz dos ermos paranaenses estimulando o trabalho e infundindo coragem, tanto nos homens quanto nos muares cansados de subir tantas serranias [...] (SILVEIRA, 1956, p. 10).

O espaço rural imaginado no círculo euclidiano desempenhou papel relevante, como viemos afirmando, num projeto de eleição, reunião e exposição de um conjunto específico de bens regionais. Nesse projeto, a fauna e a flora mantiveram-se com lugar de destaque, especialmente no que diz respeito à Vila Velha, e entre os fenômenos histórico-culturais que forneceram materiais, em afinidade com seus estudos e leituras e com uma campanha de preservação e divulgação do patrimônio cultural do “Brasil Caboclo”, encontrava-se o já mencionado Tropeirismo.

Repertoriando os sujeitos, os locais e os modos tropeiros, deram vazão a uma verdadeira geografia do Tropeirismo. A alimentação do personagem (feijão, charque, café e chimarrão, por vezes cangica ou pinhão cozido); os detalhes da paisagem bucólica (Ponta Grossa como “o Oasis onde repousavam, obrigatoriamente, os tropeiros na sua viagem); quem eram os abastados donos de vastas fazendas de pecuária que residiam nas cercanias da cidade, que Ribas Silveira chama de “capitalistas, que forneciam recursos aos tropeiros novatos para desenvolverem negócio”¹⁵¹; em que

¹⁵¹ “Citarei alguns dos nomes que me ocorrem no momento, pedindo desculpas pelas omissões involuntárias: Albino Nery de Canto, Jeremias e Hermogenes Carneiro, Cesar Ribas, Joaquim F. Guimarães, Lázaro Vargas, Nhoca Antunes e muitos outros... Castro contava com um grande milionário,

época do ano partiam (“em fins de junho começavam a partir desta cidade os tropeiros princesinos, enfrentando rigorosos invernos”); quando custava um boi e quantos invernavam anualmente (“nos Campos do Comendador Manoel Ignácio invernavam anualmente vinte a trinta mil mular”); quais caminhos eram percorridos na ida e na volta; que características definiam a comitiva (“de oito dez ou quinze peões e cerca de cinquenta a cem mulas vaqueanas”) e as pousadas pelos sertões. Recriava-se, assim, o mapa do fenômeno e um conjunto de suas relíquias. Atente-se ao texto de Ribas Silveira no *Tapejara* de número 17 (publicado em junho de 1956):

Transitavam anualmente pelos intrincados caminhos do Sul, com destino a Sorocaba, oitenta, cem, até cento e vinte mil bestas, e a maioria dessas tropas pertencia aos paranaenses. Até o ano de 1870, as viagens eram efetuadas pelo chamado sertão de cima, seguindo as comitivas via Lapa, Rio Negro, Campos Novos e Vacaria. Tratava-se de uma picada estreita, erichada de altas montanhas, rios caudalosos, infestada de bugres bravios, que assaltavam as caravanas desprevinidas. Para afastar esse perigo, era costume à entrada do sertão, em Campo do Tenente, incorporarem-se três ou quatro comitivas, marchando juntas até Campos Novos. [...] Em meados de 1870 foi inaugurada a nova picada, cruzando o sertão de Palmas. Começava nos campos de Guarapuava, atravessava o Iguaçu e embrenhava-se pelas sesmarias desbravadas pelo abastado fazendeiro princesino Hermogenes Carneiro, que anos antes domesticara os índios do sertão do Goien, atravessava próximo de Clevelância e seguia para o Sul até sair nos lindos prados de Passo Fundo.. Era necessário ter uma fibra de aço, como já não se encontra em nossa geração, para suportar a inclemência e as fadigas dessas odisseias anônimas [...] distava quase três mil quilômetros, que os nossos avós percorriam cavalgando dia após dia sem respeitar as chuvaradas e as nevasdas, nos campos abertos [...] (SILVEIRA, 1956, p. 10).

Levantando os “Roteiros e Jornadas” que seguiam entre rios e serras, percebe-se a valorização do conhecimento do solo de que eram detentores os tropeiros. Os sertões de que Ribas Silveira falava eram então recuperados a partir de objetos e diários antigos de viagens. A valorização da linguagem nativa é novamente acionada: cabresto, sincerro, bicharedo.¹⁵²

Ao colocar essas imagens ao lado de *Os Sertões* (e enquanto uma extensão do próprio projeto do livro), rogava-se à obra e ao seu escritor um lugar na identidade

talvez o homem mais rico do Paraná: Manoel Ignácio do Canto, proprietário das Fazendas Fortaleza e Monte Alegre, que poderia emprestar anualmente milhares de contos – e o mil reis valia cem vezes mais que o aviltado cruzeiro de hoje. Exagero? Absolutamente não!” (SILVEIRA, 1956, p. 10).

¹⁵² “A caravana era encabeçada por um rapazola de quinze ou dezesseis anos, que arrastava pelo cabresto uma égua madrinha, munida de um sincerro que badalava noite e dia, servindo de guia ao bicharedo. Seguiam-se três ou quatro cargueiros de provisões, panelas e roupas de viandantes. [...] A partir de Guarapuava, os tropeiros viajavam, às vezes, 3 ou 4 dias sem avisar um morador que lhes pudesse fornecer mantimentos. A viagem era penosa em virtude da estação hibernal, da rudeza dos caminhos completamente ermos, sendo as pousadas efetuadas em barracas de lona, que todas as manhãs apareciam engomadas de geada. A viagem redonda – ida e volta – durava três ou quatro meses, sendo assolada por perigos de toda a espécie [...]” (SILVEIRA, 1956, p. 10).

regional e, de maneira relacional, rogavam uma (re) definição do lugar da região na identidade nacional. O Euclidianismo do *CCEC* foi, em suma, um meio de reinventar “a capital cívica do Paraná”, com interesse na formação de uma agenda cívico-cultural e de um Museu que fossem acolhidos pelo Município e pelo Estado.

3.3.1 O Museu do *CCEC*: Museu dos Campos Gerais

O grupo euclidiano revelava sua admiração pelo Museu Paranaense desde o início da década de 1940, quando, antes mesmo do *CCEC* ser fundado, ansiava por criar uma versão ou extensão do Museu Paranaense em Ponta Grossa. O *Jornal Diário dos Campos*, em julho de 1947, já relatava o acontecimento de uma exposição de insetos realizada no salão nobre da Prefeitura, “com a esplendida coleção de propriedade do sr. Felipe Justus Junior”, então inaugurada pelo Governador do estado, Moisés Lupion, que teria representado, nas palavras do governador, “a 1.a Exposição Entomologica de Felipe Justus Junior, o que equivale dizer a 1.a Exposição no gênero em terras do Paraná”.

O espírito de dedicação à causa da ciência demonstrado por este colecionador nos faz dizer que é necessário o poder público amparar e estimular o trabalho e a abnegação desta iniciativa particular. Empenhados como estamos na defesa intransigente do patrimônio histórico, artístico e cultural do Paraná, vai o nosso governo adotar Ponta Grossa de uma Secção do Museu Paranaense, que será instalada o mais condignamente possível, onde se reunirão as coleções particulares de **vários homens que nesta capital cívica se dedicam a causa da cultura e da ciência** (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1947 apud PEYERL, 2010, grifo nosso).

O Museu Paranaense erguia-se enquanto instituição científica de referência no Paraná e, entre as décadas de 1940 e 1950, desempenhou papel fundamental no desenvolvimento das ciências sociais e naturais no estado. Enquanto um centro de produção, sobretudo de antropologia, arqueologia e história do Paraná, era composto de uma biblioteca especializada nas áreas de conhecimento das seções (Botânica, Zoologia, Geologia, Geografia e Paleontologia, Antropologia, História) e pela publicação periódica “Arquivos do Museu Paranaense” (1941-1953) (MARANHÃO, 2009, p. 225-226).

Na imprensa, os euclidianos vinham se lançando como porta-vozes do projeto de criação de um museu – a luta em torno de um novo “Museu Paranaense” a cerca de 100

km do original – que teria por objetivos a difusão cultural, o intercambio de ideias e um melhor conhecimento das peculiaridades da região¹⁵³. Enfrentando dificuldades políticas para a realização do feito, diziam não se poder contar com as autoridades municipais e nem estaduais que se encontravam em conflito quanto à criação da pretendida secção museológica na cidade, tomariam eles próprios as rédeas do empreendimento cultural.

O museu filiado ao *CCEC* nasceu com um conceito muito ligado à História Natural, com práticas classificatórias dos elementos encontrados na natureza, e à preocupação em torno de um panteão de exemplos, que reverberavam o dever da memória na educação. A escolha de objetos, fatos e heranças dignas de serem preservadas sob o nome Campos Gerais, formentaria uma memória e um discurso sobre a região que rememorava a cidade de Ponta Grossa como a sua “princesa” ou “metrópole princesina”, isto é, como ocupando uma posição central no interior da sua representação do Brasil.

Tendo em vista que em Ponta Grossa não havia um espaço de pesquisa institucionalizado, o museu do *CCEC* nasceu com pretensões à pesquisa e à guarda documental, inspirado pelo Museu Paranaense e alinhado com os laboratórios montados pelos próprios colecionadores que integraram o círculo.

O sócio Frederico W. Lange, particularmente, representava um pesquisador com amplo material reunido e com elos institucionais com o referido Museu. Após especializar-se em Geologia e Mineralogia pela Universidade do Paraná/Museu Paranaense em 1941, o pontagrossense assumiu o cargo de assistente da Seção Paleontologia (no interior da seção de Mineralogia, Geologia e Paleontologia) do Museu: Lange trabalhou no Museu Paranaense entre 1941 e 1955; iniciou sua carreira científica como assistente da Seção de Geologia e chegou a exercer mais tarde o cargo de Diretor. Lange publicou quatorze pesquisas durante este período, trabalhos que enfocavam

¹⁵³ Atente-se à seguinte passagem em 1950 no Jornal do Paraná: “Pois bem, volvidos alguns anos, a situação é a seguinte: do município nada podemos esperar, por falta de verba; do Estado, idem, pela mesma razão já que malmente chega para a sede de Curitiba a ajuda consignada no orçamento. E o resultado é, então, termos que contar com os nossos próprios meios os que, de fato, se interessam pela ciência, neste país do samba... É o que está acontecendo. Reunindo-se um grupo de estudiosos, naturalistas e sociólogos, a cuja frente se acham os Snrs. Frederico Lange, Felipe Justus, J. Batista Muzzolon, Dr. Faris Antonio S. Michaele, Dr. Lauro Justus, Daily Luiz Wambier e outros, ficou resolvido que se procedesse, imediatamente, á fundação de um Museu nesta cidade, devendo a sede provisória funcionar nos salões do Centro Cultural “Euclides da Cunha”, prestigiosa entidade de projeção continental, a que todos pertencem. Aos titãs que representam a gente culta dêste pedaço do Brasil os nossos votos de inteiro êxito, em tão patriótica empresa” (JORNAL DO PARANÁ, 1950, apud PEYERL, 2010).

principalmente os fósseis devonianos do Estado do Paraná (localizados em Ponta Grossa) (PEYERL; SILVA; BOSETTI, 2010, p. 25).

Em fins de 1947, mais ou menos paralelo às primeiras reuniões idealizadoras do CCEC pelo seu núcleo fundador, Frederico Lange tinha um laboratório instalado em sua residência em Ponta Grossa com voltas aos resultados de suas pesquisas vinculadas ao Museu Paranaense. Ele coordenou uma escavação em que foram encontrados fósseis de Megatério no município de Porto União, que representou um marco para a paleontologia praticada no estado. Em carta escrita por ele (de Ponta Grossa) em novembro daquele ano para Loureiro Fernandes, então Diretor do Museu Paranaense, Lange exprimia:

Estimado Dr. Loureiro,
Saúde.

Junto segue a prometida nota referente ao megatério, aliás os dados para a nota, pois com as minhas constantes viagens estou um tanto atrasado com o meu serviço e não há muito tempo para a redação definitiva que, como de costume, fica a cargo do DIP do Museu. É verdade que em ciência não se admite propaganda, mas penso que a divulgação de uma notinha poderá ser útil à ciência em geral e ao nosso Museu em particular, pois uma vez conhecida a importância destes achados, eventualmente as novas descobertas nos serão comunicadas.

[...] De acordo com o combinado, peço enviar os seguintes ofícios: [...] agradecendo o auxílio prestado quando da minha estada em Valões (conseguiram trabalhadores, condução, depósito do material, etc), e ao Snr. [...] proprietário do terro em que foi encontrado o fóssil, que não somente cedeu o mesmo gratuitamente, como ainda auxiliou na escavação, fornecendo ainda alimento. [...]

Quando e caso sair a nota, peço mandar 2 jornais a cada um dos mencionados srs, guardando-me também alguns. Antecipadamente grato.

Recomendações à sua Exma. Esposa, também de Mrs. Lange.

Um grande abraço amigo [...] (LANGE, Ponta Grossa, 19 nov. 1947).

A nota a qual Lange se referia foi publicada em 30 de novembro de 1947 no Jornal *O Dia*, sob o título “Valiosa aquisição para o Museu Paranaense”, destacando o papel do paleontólogo princesino nas análises do local e na retirada dos fósseis. No mesmo ano da descoberta, conforme Peyerl, Silva e Bosetti, (2010), ele se tornou Chefe do Setor de Geologia, onde permaneceu até 1954 (sendo que entre 1954 e 1955, foi Diretor do Museu, período em que coordenou um projeto que culminou na edição comemorativa de um volume sobre a “Paleontologia do estado do Paraná”, vinculado ao Centenário do Estado). Atente-se, ainda, que entre 1950 e 1955, também atuou como Professor da Faculdade Católica de Filosofia em Curitiba, e foi grande auxiliador de geólogos do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), determinando a posição

estratigráfica de fósseis encontrados em amostras de campo no Paraná¹⁵⁴. Os autores apontam que o paleontólogo armazenou vasto material ao longo dos anos, como mapas, relatórios, jornais, coleções conchiliológicas, fotos de expedições, notas de viagens e conferências, biblioteca, lâminas com microfósseis, revistas, etc., e que teve o fator regional dos Campos Gerais e, em especial, de Ponta Grossa fortemente aliado aos seus interesses de estudo na Paleontologia.

No momento de seu recrutamento ao *CCEC* – no ano de 1950 – os trabalhos de Frederico Lange já o haviam projetado no cenário científico, devido principalmente às pesquisas, descobertas e publicações da área das Geociências realizadas enquanto atuava no Museu Paranaense, que retratavam aspectos regionais e paleontológicos do Paraná, como, por exemplo, de espécimes de escolecodontes coletados nos folhelhos devonianos de Ponta Grossa. “Com a fundação da Petrobrás em 1953, e a instalação de um de seus polos regionais em Ponta Grossa, Paraná, em 1955, Lange foi convidado a continuar suas atividades de pesquisa paleontológica na empresa” (PEYERL; SILVA; BOSETTI, 2010, p. 30), como especialista de um dos seus três laboratórios regionais (Belém, Salvador e Ponta Grossa). Em carta enviada a Loureiro Fernandes em novembro de 1955, escreveu:

Meu caro Doutor,

Em primeiro lugar as minhas sinceras congratulações pelo sucesso da viagem à serra dos Dourados; acabo de ler no “Estado” as “Surpreendentes Revelações da selva paranaense” – pena que não tenha podido entrar em contato mais direto com aqueles nossos velhos patrícios. O principal, no entanto, foi constatar a sua existência; provavelmente viagens futuras trarão maiores esclarecimentos.

Acabo de receber uma radiograma do Rio, designando-me representante oficial da Petrobrás junto ao 9 Congresso Brasileiro de Geologia, a realizar-se a partir de 6 do corrente em Araxá, Minas. Devido ao acúmulo de serviço aqui, não tinha cogitado de participar neste ano, mas desde que a Companhia houve por bem indicar o meu nome, vou aproveitar a oportunidade, ao mesmo tempo inscrevendo-me então também em nome do Museu. – Devo seguir ao Rio de Janeiro de 2 ou 3 dias, e de lá prosseguirei para Minas. [...] (LANGE, Ponta Grossa, 01 nov. 1955).

Suas cartas mencionam muitas ocasiões de viagens, como quando afirmava: “estive fora alguns dias, motivo da demora em responder a sua amável carta” (LANGE,

¹⁵⁴ “O Conselho Nacional do Petróleo (CNP) havia sido criado em 1938 para avaliar os pedidos de pesquisa e lavra de jazidas de petróleo. O decreto que instituiu o CNP também declarou de utilidade pública o abastecimento nacional do produto e regulou as atividades de importação, exportação, transporte, distribuição, comércio e derivados, bem como o funcionamento da indústria do refino no país. As possíveis descobertas de jazidas passaram a ser consideradas como patrimônio da União.⁷ A criação do CNP marca o início de uma nova fase da história do petróleo e da Paleontologia no Brasil.” (PEYERL; SILVA; BOSETTI, 2011, p. 234).

Ponta Grossa, 29 ago. 1962)¹⁵⁵. Em 1962, sinalizava ao amigo que estava de volta a Ponta Grossa, “a cidadezinha”, depois de quase quatro anos morando no Rio. Nesse sentido, Frederico Lange “parava” em Ponta Grossa entre suas idas e vindas a trabalho, como pesquisador. Isso denota o caráter estratégico da sua indicação para o *CCEC* e para o Museu do *CCEC*, com todo o reconhecimento atrelado à sua trajetória, bem como o material e o conhecimento que ele agregaria ao novo Museu, uma vez que foi um de seus primeiros colaboradores, doando materiais fósseis, mas também já que se tratava de um homem bastante ocupado e que se ausentaria da cidade nos próximos anos.

Uma vez recrutado ao *Centro*, Frederico Lange participou da organização do Museu “dos Campos Gerais”, fundado em 15 de setembro de 1950, ocasião de homenagem ao aniversário da cidade. Na visão de Peyerl (2010), que reconstituiu com detalhes a trajetória intelectual do paleontólogo, a própria criação do *CCEC* se concentrava no objetivo de promover e preservar a cultura regional, e seus personagens buscaram maneiras e soluções para a construção do desejado Museu, tentando expor à sociedade a importância do desenvolvimento científico. Isto é, o anseio de construção de um museu regional fazia parte de agenda do grupo euclidiano fundador e já teria seus primeiros passos programados.

O grupo reunido em torno do *Centro* desejava que a cidade pudesse oferecer uma instituição de pesquisa e de guarda específica para os Campos Gerais, que até então estavam sendo estudados, sobretudo, no âmbito do Museu em Curitiba, e cujos profissionais, obtinham a ajuda de amadores e conhecedores locais da região, que por vezes guiavam ou acompanhavam os pesquisadores. Estava em jogo as respectivas especialidades e posições ocupadas nas escalas de prestígio e redes de reconhecimento local. O lugar da história natural no Museu do *CCEC* atestava, também, o destaque que a região vinha ocupando no rol das pesquisas das geociências.

A comissão organizadora do regulamento do novo Museu foi composta, além de Frederico Lange (o mais experiente nesses assuntos), por Faris S. Michaele e João Batista Muzzolon, que elevaram como seu objetivo central o de preservar a cultura regional e o de apresentar suas pesquisas à sociedade. Quando foi criado, o Museu levou

¹⁵⁵ Chegando a posições funcionais elevadas na Petrobrás, assumiria em 1958 a Chefia do Distrito de Exploração da Bacia Sedimentar do Paraná (DEBSP) e, em 1961, foi convidado pelo geólogo norte-americano Walter K. Link a ocupar o cargo de Superintendente-Adjunto do Departamento de Exploração (DEPEX/Petrobras) no Rio de Janeiro, do qual se referia em carta enviada para Loureiro em 1962: (durante os anos de 1961/1962, foi Superintendente Geral do DEPEX, o mais importante cargo na linha exploratória da Petrobras) (PEYERL; SILVA; BOSETTI, 2010, p. 30).

o mesmo nome de seu *Centro* difusor: Museu do *CCEC*, atestando a preocupação do círculo em demarcar o seu lugar na história da educação e da ciências locais. Cerca de um ano depois, já receberia o nome efetivo que mantém até hoje: Museu Campos Gerais. A Divisão Científica foi estruturada com base nos seguintes órgãos: Seção de História; Seção de Antropologia e Etnografia; Seção de Geologia; Seção de Zoologia e Seção de Botânica, e previa-se que os cargos seriam ocupados sem remuneração. Devido a dificuldades encontradas, a intenção inicial acabou por não se firmar, e o museu ficou orientado em três áreas básicas, conforme as trajetórias de seus respectivos diretores e porta-vozes: Etnografia (a cargo de Michaelé), Entomologia (a cargo de Felipe Justus) e Paleontologia (a cargo de Frederico Lange).

O estatuto da nova instituição cultural definia sua proposta principal como sendo a de coligir, classificar e conservar materiais da região dos Campos Gerais do Paraná: “tendo caráter mais ou menos regional, nele só encontraremos o que venha a interessar ao ambiente da região, trabalho já mais ou menos encetado pelos membros que se reuniram” (JORNAL DO PARANÁ, 1950 apud PEYERL, 2010, p. 34-35). O grupo de estudiosos da cidade, todos pertencentes ao *CCEC*, havia efetivado a criação do museu particular, que passaria a funcionar nos aposentos do próprio *Centro*, criando-se algumas mesas envidraçadas com materiais expostos. A iniciativa contou com o apoio da Prefeitura Municipal em sua inauguração e com verbas públicas articuladas, nos anos seguintes, sobretudo, pelos sócios que atuavam na esfera política municipal, como atestam as atas de reuniões:

É dada pelo sr. presidente a excelente notícia da verba de Cr\$ 30.000,00 para o Museu Campos Gerais, provinda pela Prefeitura Municipal desta cidade, para atender às eventuais despesas de conservação daquele órgão, que tem ficado à margem de qualquer amparo oficial. Foi autor do projeto o vereador Heitor Ditzel (*CCEC*, Ata nº. 54, 14 ago. 1954).

O lugar do popular e do folclórico no Museu do *CCEC* pode ser lido a partir do departamento de Etnografia, pensado e organizado por Faris Michaelé em torno do registro da cultura material. Ele incentivava que os sujeitos locais se engajassem em doar peças variadas sobre manifestações da cultura popular, especialmente indígenas, e em narrar histórias conhecidas no seio de suas famílias e vizinhança. A representação desse popular ancorava-se numa visão que articulava tais expressões com o “Nacional”, isto é, o folclórico como mediador do processo de representação do nacional e de algo

em vias de desaparecimento, aquilo que Sallas (2009) denomina de uma “colcha de retalhos etnográficos” ao se referir a processos semelhantes no Museu de Artes Populares e Arqueologia de Paranaguá (criado em 1962).

A perspectiva adotada no Museu do CCEC se assemelhou ao que era praticado no *Tapejara* no sentido de que “o interesse por relíquias servia à validação de tradições relevantes para a formação identitária, [como] a prova crítica de fontes tinha lugar na luta por uma recordação que assegurasse a identidade (ASSMANN, 2011, p. 57). Como registram as notícias lançadas no periódico, o Museu se formou de doações da população local, o que implicava na reunião de artefatos diversos de uma elite ciosa de se fazer representar e/ou que se mostrava interessada na criação de um “gabinete de curiosidades”, que por vezes escapava (ou ampliava o recorte) às ambições etnográficas de Faris Michaele. Tanto na escrita quanto na construção de coleções, os euclidianos operaram negociações com as elites locais, concedendo-lhe espaço de publicação ou homenagens, enquanto buscavam dotar a nova instituição de memória de cientificidade. Na prática, os diretores se viram diante de um cem número de objetos antigos, que não mais tinham valor comercial e que eram doados pelos sócios e personalidades da cidade. Repare-se na seguinte nota apresentada no periódico em março de 1951:

Museu dos Campos Gerais

Novas Contribuições Para as Diversas Seções do Mesmo

Durante os últimos meses, o Museu dos Campos Gerais recebeu o seguinte material: Do snr. Felipe Justus: um animal petrificado, um pedaço de madeira petrificada, um papo de bugiu, um pote de barro (arte indígena), um machado de pedra polida e 260 insetos diferentes; do snr. Frederico Waldemar Lange: um inseto (*philabalosoma*), várias conchas, um fragmento de tronco petrificado, vários fósseis menores e fragmentos de rocha, do snr. Francisco Blanski: um ovo de avestruz e uma jiquitiranabóia; do snr. Manoel Wambier: um tronco de árvore petrificado; do snr. Dulcício de Andrade: um porungo vegeal; do snr. Aparício Ribas Maia: uma bola de pedra e dois machados de pedra polida; do snr. João Henrique Domingues: uma ponta de flecha e dois bônus de cidades brasileiras; do snr. Ocyr Woitowicz: um quartzo (pedaço); do snr. Clydeu Carlos de Macedo: um conjunto de ornamentos indígenas guaranis; do snr. Manoel Machuca: um machado de pedra lascada (arte de sambaqui); do snr. Sargento Lauro Soares: um conjunto de arco e flecha (arte indígena amazônica); e do snr. João de Oliveira, por intermédio de Josefrelde de Oliveira: um machado de pedra polida (arte guarani). A todos esses valorosos patrícios os sinceros agradecimentos da Direção do Museu (MUSEU..., 1951, p. 8).

A nota no jornal era uma forma de agradecimento oficial: muitos desses doadores contribuíram com o Museu numa chave de entendimento cívica desta ação, por serem portadores de uma “cultura geral”. Além disso, com o desejo de institucionalização de uma memória – oficial – acerca da história e da cultura regionais

através do Museu Campos Gerais, atribuía-se novo valor à conservação de objetos culturais que perderam sua função original. O círculo criou, assim, um museu que começou com um acervo de algumas dezenas de peças, contemplando artefatos indígenas, amostras de minerais, insetos, moedas, etc. A maior parte desse material foi doada pelos moradores, sinalizando a valorização e a participação da comunidade na feitura do Museu. Os projetos e atividades do Museu Campos Gerais ganharam corpo conforme o grupo de pesquisadores já reunidos no *CCEC* investia nele, tomando decisões sobre a disposição dos objetos selecionados a comporem o acervo, de que maneira seriam expostos e visitados/contemplados.

Na figura 14, um grupo de mulheres acompanhadas por Faris Michaele (ao centro) posavam para a fotografia representando uma visita guiada ao Museu com fins de estudos:



Figura 14 – Faris Michaele com uma turma de alunas/professoras no Museu Campos Gerais.
FONTE: Acervo Faris Michaele – Centro de Documentação e Pesquisa em História, UEPG.

De forma semelhante ao que foi operado no Museu Paranaense, o Museu Campos Gerais serviu como uma espécie de laboratório aos alunos do Regente Feijó, da Escola Normal e da Faculdade de Filosofia. Contudo, não encontramos indícios de que tenham sido feitas explorações de campo a partir dessas interações. Programas em torno de efemérides como o “Dia do Índio”, que já vinham sendo realizadas pelo grupo euclidiano, ganharam mais um polo de apoio e expressão, especialmente voltado aos seus objetivos educacionais.

O Museu dos Campos Gerais foi criado junto a outras mobilizações semelhantes no estado, como, por exemplo, o esforço em torno do Museu da Revolução Federalista da Lapa, inaugurado no cinquentenário do Cerco da Lapa, em 1944¹⁵⁶. Ambos estiveram intimamente ligados à experimentação da mudança e da ruptura, e a uma percepção de que era necessário restabelecer a ligação com o passado e com o esquecimento (ASSMANN, 2011, p. 58).

A ideologia patriótica junto à compreensão da preservação do patrimônio como parte da construção do Estado e da formação da nação orientaram suas práticas, como era ainda comum às instituições de guarda documental dos anos 1950. Conforme Santos (2004, p. 56), os museus ainda se identificavam como espaço e veículo de um tipo de narrativa política e heroificante de fatos e personagens das elites e de representação da riqueza natural e histórica nacionais/regionais.

Enquanto davam corpo ao Museu, “o aparecimento” em 1953 de um grupo indígena caçador-coletor no noroeste do Paraná representou mais um impulso ao projeto mobilizado no âmbito do *CCEC*: sobreviventes dos Xetá que estavam sendo atingidos pela frente de expansão cafeeira buscaram sua aproximação com os brancos pela primeira vez, fato noticiado em toda a imprensa¹⁵⁷. O seu registro no mapa e na literatura antropológicas foi marcado por conflitos que vinham ocorrendo entre essa população nativa e os recém-chegados no norte do estado, que avançavam sobre o seu território:

Os Xetá foram a última etnia do estado do Paraná a entrar em contato com a sociedade nacional. Na década de 40, frentes de colonização invadiram seu território, reduzindo-o drasticamente [...] Xetá, Héta, Chetá, Setá, Ssetá, Aré, Yvaparé e até Botocudo são as denominações pelas quais os Xetá podem ser identificados na literatura, relatos de viajantes e fontes documentais que tratam da presença de povos indígenas no espaço que hoje constitui o Estado do Paraná. [...] Em 1955, informados do contato direto dos Xetá com os moradores da fazenda Santa Rosa, a 7ª Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios organizou expedições de contato à região da Serra dos Dourados (SILVA, C., Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil – Instituto Socioambiental, 2017, p. 1).

O acontecimento se deu no mesmo contexto de fundação da Associação Brasileira de Antropologia. Seu representante no estado, José Loureiro Fernandes,

¹⁵⁶ Atente-se que data de 1946 a criação do Comitê Internacional de Museus (International Council of Museums – Icom, 1946). Segundo Ferreira e Johansen (2010, p. 65), esse comitê definia Museu como uma instituição administrada para interesse geral, que conserva, valoriza e estuda elementos de valor cultural.

¹⁵⁷ A Serra dos Dourados se localiza cerca de 60 km do Mato Grosso do Sul, 600 km de Curitiba e 125 km do Paraguai.

organizou expedições ao lado de indigenistas do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), para investigar e fazer contato com o grupo Xetá nas proximidades do rio Ivaí (SANTOS, HELM, TEIXEIRA, 2006, p. 81). Em 1956, eles foram contatados, fotografados e filmados no interior da mata da Serra dos Dourados por Vladimir Kozák, que entre 1956 e 1960 realizou cerca de oito excursões para o local, mas não pode encontrar aquele primeiro grupo novamente, apenas sobreviventes isolados. O fotografo atuava junto a Loureiro no Museu Paranaense (desde 1946) e também na FFCL-PR. Kozák produziu extensa obra imagética “dedicada aos temas fundadores das Ciências Sociais no Paraná, articulados em torno de discursos patrimoniais, identidades regionais, manifestações denominadas como ‘cultura e artes populares’ e etnologia” (ROSATTO, 2009, p. 251). Esse material etnográfico foi feito no interior de processos de pesquisa de campo e pode ser lido, segundo Marcia Rosatto, como uma “formalização da interação com o outro”.

O contato e o registro dos indícios Xetá foi um processo gerador de experiências etnográficas, cujos retratos em forma de literatura etnológica e de iconografia trouxeram novos elementos para a interpretação de dados acerca do Paraná e da cultura indígena, operada em nível verbal e visual. Em 1958, na III Reunião da ABA, em Salvador, Loureiro Fernandes foi eleito presidente da entidade e apresentou trabalho denominado “Os índios da Serra dos Dourados (Os Xetá)”. A próxima reunião, sob sua direção, foi então realizada em Curitiba, na qual tanto Loureiro quanto Rosário Mansur Guérios apresentaram estudos em torno desse grupo indígena. Este último, interessado particularmente na coleta, transcrição e análise dos vocábulos, voltava-se a pensar “A posição linguística dos Xetá”, defendendo a tese de que se tratava de um idioma tupi-guarani¹⁵⁸.

A movimentação em torno dos Xetá resultou em propostas de criação de reserva de terra indígena¹⁵⁹. Faris Michael se notabilizou como um defensor da criação de

¹⁵⁸ Mansur Guérios definia que “o xtitá é um idioma tupi-guarani, mais próximo da modalidade guarani, porém misturado de elementos de uma língua que me parece isolada quanto ao parentesco próximo [...] Quando se fala em tupi-guarani, trata-se do grupo linguístico desse nome, que abrange numerosos dialetos ou falares – tupi, taipinambá, tamoio, tupiniquim, caeté, tembé, omágua, oiampi, guajajara, apapocuva, carijó, caingua, aré, guarani, etc. Vou provar que o xetá faz parte desse grupo, apresentando para isto concordâncias com vários dialetos e especialmente com o guarani – no âmbito dos possessivos, dos nomes das partes do corpo humano, pronomes pessoais prefixados aos verbos, partículas, partículas verbais do imperativo e do permissivo, nomes da natureza, de utensílios, de armas, nomes de parentela, de animais, dos numerais, e de alguns adjetivos.” (MANSUR GUÉRIOS, 1960, p. 95-96).

¹⁵⁹ “A primeira delas foi apresentada em outubro de 1955 pelo Deputado Estadual Antônio Lustosa de Oliveira [...] que propôs a criação de uma reserva florestal estadual com um local reservado aos Xetá. A área então indicada para reserva abrangeria uma parte do território tradicional Xetá. A proposta, mesmo

reservas e parques de proteção. Ainda que não fizesse referências diretas em *Tapejara* ao território tradicional Xetá e a questão da disputa fundiária no Paraná – posição que pode ser lida como estratégica mediante as elites políticas, inclusive o próprio governador do estado – buscava veicular textos provenientes de autores consagrados sobre o assunto. Uma passagem denominada “O Direito entre os Indígenas do Brasil” de Carlos Frederico Von Martius, acionada em abril de 1955, é indicativa da questão. A partir dela, o mediador explicava as particularidades culturais dos indígenas brasileiros na sua relação com a terra – que a posse de terrenos, por exemplo, era desconhecida e o direito de propriedade era adquirido como subordinada ou de usufruto de um território de toda a tribo – enquanto enfatizava a importância dos territórios onde essas comunidades viviam e da maneira como eram dispostos.

Em toda a extensão que as famílias de uma horda ocupam numa certa região, é esse território considerado propriedade da comunidade. Esta ideia está clara e viva na alma do índio e ele compreende a propriedade comum como coisa inteira, da qual porção alguma pode pertencer a um indivíduo só. [...] Essa ideia nítida de uma propriedade determinada da tribo toda, baseia-se principalmente na necessidade de possuir uma certa região de mata para terreno exclusivo de caça porque, ao passo que poucos hectares de terreno cultivado são suficientes para prover a subsistência de uma comunidade numerosa, a caça move-se em território muito maior. As vezes estendem-se tais territórios de caça até além do terreno ocupado pela tribo. Os seus limites são rios, montanhas, rochas, cachoeiras e grandes árvores, estes limites baseiam-se ora em tradições, ora em verdadeiros tratados (VON MARTIUS, 1955, p. 3).

Em *Tapejara*, a partir de Martius, apontava-se certa semelhança dos costumes indígenas com os de direito dos antigos gregos e germânicos, na maneira como se dividia o trabalho entre homens e mulheres nessas terras, como se organizava a habitação, a família, as cabanas transmitidas por herança de uma geração a outra, etc. Com tais ações de mediação cultural, quando do uso desse tipo de texto, essas pautas eram adicionadas a agenda de estudos mais apurados que estavam por se fazer sobre a ocupação do Paraná. Além dos interesses históricos e antropológicos, outro fator que

aprovada pela Assembléia Legislativa, foi vetada pelo Governador do Estado do Paraná, Moysés Lupion, sob a justificativa de que o estado não dispunha de terras. O veto à proposta do Deputado impulsiona a apresentação de uma nova modalidade de reserva florestal em 1957, desta vez, sob a forma de Parque Nacional, que incluiria parte da área florestal proposta anteriormente e também uma parte do território Xetá. É defendida, então, a criação do Parque Nacional de Sete Quedas por José Loureiro Fernandes. A aprovação do Parque Nacional em 30 de maio de 1961 reconhece nos limites do parque o habitat Xetá que deveria ser definido pelo Serviço de Proteção ao Índio do Ministério da Agricultura. No entanto, sua criação não implicou em garantia de território para aquele grupo que buscou o contato com o administrador da fazenda Santa Rosa e, tampouco, protegeu aqueles que ainda fugiam da aproximação com os brancos no interior da mata” (SILVA, C. 2017, p. 1).

orbitava o tema eram as próprias reticências que a elite princesina expressava em relação à colonização do norte do Paraná, que se encontrava e se amalgamava com a pauta da defesa de proteção ao índio. Algo semelhante se passava com o tema dos remanescentes dos caboclos nordestinos conhecidos como “sutis” no Paraná, que foram retirados de seus territórios pelas companhias colonizadoras¹⁶⁰.

Também entrava em pauta a chamada “fronteira guarani”: o território em torno de Foz do Iguaçu que, nos anos 1930, ainda se encontrava constituído, principalmente, de população guarani e argentina, com a língua e a moeda predominantes sendo o espanhol e o peso argentino. No governo varguista foram tomadas medidas para a nacionalização da fronteira que geraram disputas na máquina pública, até que o local foi palco de medidas reguladoras que resultaram na criação do Território Federal do Iguaçu (CORDOVA, 2016, p. 94)¹⁶¹. Esse processo desencadeou um amplo debate público acerca do povoamento, do latifúndio, do minifúndio, da ocupação territorial, da marcha para Oeste, dos conflitos pela posse da terra e da própria unidade territorial e cultural do Paraná.

Essas questões trouxeram temas que eram muito caros àquela geração de estudiosos – como a assimilação, a aculturação, o extermínio e a criação de reservas – para uma realidade próxima dos euclidianos. No plano simbólico, a formação étnica e cultural do Paraná e do Brasil ganhava destaque nas penas de intelectuais e de políticos ávidos em demonstrar seu pertencimento ao Brasil dos Campos Gerais. Ele foi retratado, no *Tapejara*, como uma das regiões onde se manifestou o nascimento da civilização brasileira, numa chave de longa duração, historicamente marcada pelas tradições nacionais, metaforizadas no caboclo, no tropeirismo e na democracia racial.

Os “tipos” indígenas e as comunidades caboclas remanescentes que estavam sendo mapeados e estudados ganharam investimentos afetivos, a partir dos quais se constituía a própria identidade letrada dos euclidianos. E enquanto problemática social contemporânea, desencadeavam reflexões com forte acento político. Conforme nos lembra Alonso (2002), “a própria nomeação é uma arma em meio a conflitos de

¹⁶⁰ Os estudos de Faris Michael indicariam que os Sutis seriam Caboclos descendentes de índios e de escravos muçulmanos conhecidos na historiografia como malês, que vieram do Nordeste para o Brasil meridional entre o fim do século XIX e o início do XX.

¹⁶¹ Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial o governo federal decidiu desmembrar seis territórios em regiões estratégicas da fronteira do país para administrá-los diretamente como Territórios Federais: Amapá, Rio Branco, Ponta Porã, Fernando de Noronha, entre outros. Em 1943, foi criado por decreto o Território Federal do Iguaçu, mas ele seria extinto pela Constituição de 1946, com a virada no jogo político (CORDOVA, 2016).

definição de identidades. Os termos estão, pois, inscritos num contexto de sentido; são construções tanto históricas como políticas” (ALONSO, 2002, p. 32).

Os Xetá encarnavam toda uma temporalidade que chegava sob diferentes suportes representacionais. Os materiais de Kozák representavam indivíduos particularizados, homens e mulheres nomeados e localizados no tempo em tomadas que aproximavam o “leitor” de um ingresso potencial nas cenas retratadas (ROSATTO, 2009, p. 261). Eram os últimos grupos indígenas encontrados no território paranaense, vestígios no presente de todo um universo imaginado, estudado, esmiuçado nas narrativas euclidianas. Toda a discussão intelectual a que se dedicavam fazia dos Xetá um passado vivo, que dava sentido ao que buscavam na história. Nas tradições guardadas por esses estratos situados à margem da sociedade moderna, dava-se vazão a representações de “incontornáveis rachaduras, sobrevivendo sós à destruição do tempo [...] uma ilusão do timbre original, lá onde, anteriormente, ressoaram harmonias perdidas” (VILHENA, 1997, p. 35). Processo repleto de ambiguidades, as narrativas que dele emergiram esboçavam os traços de uma experiência temporal, enquanto que “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo” (RICOEUR, 1994, p. 15). A impressão que se tinha com o rápido desaparecimento dos Xetás há pouco encontrados poderia ser muito bem expressada pelas palavras de Murilo Teixeira Barros, quando, alguns anos antes, falava no *Tapejara* sobre os planos da construção de Brasília, amplamente apoiados pelos euclidianos: “E no dia que o governo da República assinar o primeiro decreto da nova Capital do Brasil, dar-se-á também um grande acontecimento: ‘O tempo mudará no relógio da América’” (BARROS, 1951, p. 3).

O sertão imaginado no círculo euclidiano remetia a esse amplo espaço representacional objeto de olhares científicos, afetivos, políticos, poéticos: enquanto habitantes deste espaço, com ele mantiveram relações diversas em que cabiam projeções de futuro, narrativas de passado, aproximações operadas entre territórios e personagens que estavam geograficamente e temporalmente distantes com aqueles que lhes pareciam muito próximos. É comum encontrar em meio aos documentos do *CCEC* anotações manuscritas provenientes de cursos ou estudos, que pensavam o lugar onde viviam através dessas conexões:

Significação de Nomes Indígenas:

Iapó (Y + Apó = água + fazer, isto é, fazer água, alagado).

É o mesmo que igapó da Amazônia.

Itaiacoca, deturpação de Taiacoca (taiá = planta + coca = roça ou lavoura. Portanto, lavoura ou roça de taiá).

O I inicial apareceu por analogia com: Itararé, Itapetininga, etc.

Tibagi (Há duas interpretações: Tyba + Y, isto é, muita água, ou Tyba + Y, isto é, rio do pouso, como quer Teodoro Sampaio).

Pintanguí (Pintã, criança, +Y, rio, segundo a língua guarani, ou Pitanga, vermelho ou fruta, + Y, portanto, rio da pitanga).

(WAMBIER, manuscrito, s.d).

A nação continuava a ser imaginada num plano uno e original, cuja memória – inscrita em lugares que funcionam como pontos referenciais dessa unidade imaginária – deveria conectar seus habitantes em uma espécie de destino nacional preexistente a cada um. Dialogando com Leticia Nedel (2005), nesse tipo de arcabouço, a nação ou a região ganhavam um núcleo imune à passagem do tempo: pela afirmação da autoctonia, terreno em que se alça o núcleo ancestral à eternidade, a história se encontra com o gênero literário no qual paisagem, linguajar, usos e costumes definidores da sensibilidade própria de cada nação definem a cena e a trama. Na produção do *CCEC* não foi diferente: ciência e literatura participaram de um inventário que muito guardava das aspirações de um “belo-virtuoso-e-verdadeiro no domínio incerto do ‘popular’” e que ao depositar o princípio da comunidade de origem sobre “o povo”, parecia buscar resguardá-lo “das contingências violentas da experiência” (NEDEL, 2005, p. 46), dever que muitos intelectuais atribuíam na época à função social das disciplinas humanistas.

Ao longo desse capítulo continuamos a delinear uma cartografia do grupo euclidiano, indicando alguns de seus afetos e objetos sagrados, pensando-os em relação à sua inserção no ambiente letrado e político paranaense. A partir dela, podemos dizer que a produção do *CCEC* contribuiu para a demarcação da região dos Campos Gerais num entendimento de patrimônio natural, histórico e cultural e que, ansiando projetar seu “valor nacional”, o grupo de autores reconstituído aqui foi considerado por seus contemporâneos como profundamente espiritual e cívico. Tudo o que foi dito aqui permitiu sua autoestima e reconhecimento público como uma elite cultural e moral formadora/educadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os agentes reunidos no *CCEC* se apropriaram da obra de Euclides da Cunha e de uma celebração biográfica em torno deste autor, dando-lhes usos que acabaram por redistribuir, ao menos em parte, o espaço social e cultural local. Tornar-se um euclidiano teve, assim, significados sociais e culturais mais amplos que o de cultuar o autor de *Os Sertões*.

Os sócios envolvidos na institucionalização desse *Centro* já se encontravam embuídos de uma memória histórica literária na qual foram socializados e atuaram para reafirmar e atualizar um panteão do passado herdado, enquanto formulavam sua própria identidade cívico-letrada. Eles se fizeram representar como intelectuais nos temas que trabalharam e seus afetos para com os objetos indicam maneiras a partir das quais eles participaram da própria construção da memória.

Da maneira como se arranjaram, os “jagunços do Pitangui” contribuíram para a construção de um nicho de publicação e difusão cultural, que transitava entre meandros letrados e cívicos (por vezes indistintos), e cujas intersecções podem ser percebidas nas sociabilidades (interações e práticas) cultivadas por eles, bem como nos textos que produziam ou reverberavam. Pautados na ideia de vocação e de missão, partilhada por diversos grupos das elites nacionais, sua dedicação à atividade intelectual foi representada como parte do patriotismo, atrelada à busca pela identidade nacional, e se situava entre suas atividades de lazer e de ocupação profissional.

Os integrantes do *CCEC* prestaram devoção e buscaram referências caras à sua agenda, a um só tempo, em personagens como Candido Rondon e Donald Pierson, operando estratégias de seleção discursivas. A agremiação se envolveu, especialmente devido às ações de seu presidente, com embates em torno da definição de contornos disciplinares das ciências sociais, sinalizando, nesse processo, a permanência e a atualização de um repertório tradicional indianista e bandeirantista.

Os euclidianos se assemelham, em certo sentido, aos folcloristas estudados por Rodolfo Vilhena (1997): não tanto na natureza do trabalho que fazem (ainda que se importassem com a compilação e com a proteção do folclore), mas principalmente no seu *modus operandi*: concepções e práticas partilhadas acerca do papel do intelectual engajado nas tradições nacionais e que fala não apenas “sobre”, mas “a partir” dos campos, do interior, da cultura popular.

Portadores do que atualmente é associado a certo perfil de intelectual não acadêmico, eles podem ser descritos como elites egressas das Faculdades de Medicina e Direito, das Escolas Normais e Militares, que partilhavam uma identidade profundamente entrelaçada a uma “cultura geral”. Tal perfil, que posteriormente seria responsável pela dispersão e mesmo enfraquecimento/envelhecimento do grupo, no momento da sua institucionalização e no auge da sua produção constituíram elementos de força coletiva e de eficácia social e simbólica. Reunindo ao menos três gerações de estudiosos, escritores e oradores que vinham se destacando, sobretudo, no ensino secundário e na imprensa, os fundadores do *CCEC* reuniram capitais e tiveram uma série de empreendimentos culturais possibilitados pelo próprio círculo que conseguiram reunir. As redes implicavam circuitos institucionais que permitem dizer que esses autores se autorizavam pelo pertencimento.

A ocupação profissional dos sócios e as práticas cívico-letradas partilhadas por eles, somadas às suas redes, foram definidoras, portanto, do espaço que organizaram, que pode contar, desde o início, com a proteção e o apoio de pessoas de prestígio e recursos. Suas disposições imprimiram critérios elásticos de recrutamento e um engajamento que se revelam fundamentais na constituição do sucesso da agremiação na década de 1950: permitiram a conformação de um círculo que reuniu funcionários públicos, proprietários de terras e políticos, professores e alunos inseridos em meios de sociabilidade de elite comuns. Empenhando-se na criação de uma rede de espaços de enunciação, esse círculo teve “braços” de atuação distribuídos entre os sócios. Escorados numa reputação, que eles mesmos se empenharam para firmar, utilizaram seus capitais, suas redes e uma gama de estratégias, para pronunciar juízos sobre aspectos variados da sociedade e da cultura e para participar da formação da agenda política-cultural da cidade de Ponta Grossa, do Estado do Paraná e, também, do Brasil. O capital social e simbólico herdado de determinadas famílias (como o caso da família Ribas) se convertia em trunfo na produção de histórias, memórias e poéticas.

O periódico *Tapejara*, a partir daí, direcionava-se para dois públicos: o das elites locais, visando atrair especialmente os jovens, para o qual os momentos sociais de fala oral (cursos, palestras, discursos) importavam tanto quanto os da escrita (de cartas e textos) em seus jogos, mas também o público dos pares intelectuais de fora da cidade, com os quais dialogavam e que eram convertidos numa espécie de selo de qualidade “nacional” e “internacional” daquilo que faziam.

A maioria dos integrantes não se considerava “euclidiano” antes da mobilização coordenada pelo *CCEC* em torno dessa identidade. Ela serviu a vários interesses e sentimentos que se cruzavam no agrupamento, como, por exemplo, se diferenciar dos paranistas, atualizar/manter práticas de retórica e oratória de longa data, fortalecer uma agenda de interpretação do Brasil identificada com o cânone literário, institucionalizar os esforços de estudo e pesquisa locais que até então se davam em formatos individuais e isolados, entre outros.

O *CCEC* foi criado no mesmo ano que a Comissão Nacional de Folclore, indicando anseios que estavam na ordem do dia das elites brasileiras: a importância atribuída à institucionalização no ideal de avanço cultural, o esforço de aproximação com o Estado para financiar empreendimentos culturais das elites, as expectativas alimentadas em torno das agremiações para-estatais, o interesse na cultura popular e o problema da construção de um caráter regional brasileiro que passava pelo ruralismo e demarcava o interior como objeto privilegiado de estudo. Atente-se, nesse sentido, que a Comissão Paranaense de Folclore, atrelada à CNFL, ganhou sua sede na capital (Curitiba). Ainda que Faris Michaele se mostrasse um potencial candidato a acumular esse tipo de função e se esforçasse em contatar intelectuais do restante do país e das Américas, a situação política marginal da cidade de Ponta Grossa naquele contexto ditava algumas condições e limites às condições de produção da intelectualidade princesina. A cidade não mais seria um polo de obras públicas estaduais como fora anteriormente. O desejo não correspondido da intelectualidade pontagrossense de instalar uma subsessão do Museu Paranaense é sintomática disso. O núcleo fundador do *CCEC* encontrou no Euclidianismo a face nacional que a intelectualidade princesina ansiava pra si, atuando em negociação com a elite letrada e política do seu estado e em diálogo com os cientistas sociais e com os estudiosos do folclore, enquanto reinventava a “capital cívica” do Paraná.

A Casa euclidiana de Rio Pardo, que serviu de inspiração para esse *Centro*, encontrava-se na dianteira do movimento euclidiano desde os anos 1930 e funcionou como órgão central da articulação em rede do Euclidianismo no Brasil. Do ângulo do *CCEC*, a comissão euclidiana paulista recebeu bem a iniciativa princesina, operando uma transmissão de saberes e práticas em que um grupo não parece ter rivalizado, mas sim fortalecido ao outro, enquanto cada um estava inserido em disputas específicas nos seus estados. O *CCEC* e a Casa Euclidiana de Natal nasceram com um escopo muito mais amplo de objetivos e mesmo de temas se comparado ao do Grêmio riopardense.

Em Natal, porém, concentrava-se um núcleo de estudiosos de folclore consagrados e a agremiação se desenvolveu dialogando muito mais de perto com essas instituições. O *Centro* de PG, por sua vez, surgiu com contornos mais fluídos, com as marcas de uma cidade que não ocupava o epicentro cultural do seu estado, mas cujas elites ansiavam por participar dos debates que articulavam diagnósticos regionalizados da identidade nacional.

A pesquisa sinaliza, dessa maneira, importantes elementos para compreender em que condições os euclidianos pontagrossenses se lançaram e produziram no fim dos anos 1940 e na década de 1950. O *CCEC* reuniu indivíduos que atribuíram para si o lugar de uma elite capaz de educar e mesmo conduzir as massas, prerrogativa comum na época, que vinha sendo acrescida pelos debates da Escola Nova. Preocupados com a saúde e a educação públicas, partilharam uma experiência geracional marcada pelas relações de um mundo rural-urbano em transformação. A construção simbólica que mobilizaram do sertão se mostrou plástica o suficiente para abarcar suas projeções de carreira como educadores e suas relações afetivas com seus objetos de estudo e devoção na tentativa de viabilizar imagens do Brasil como sendo “rural por excelência”.

Esse projeto “intelectual” envolveu uma série de solidariedades, expressas nos prefácios e comentários que fizeram uns dos outros, e não esteve livre de constrangimentos e tensões. Entre os laços intensos que desenvolveram ao longo de suas trajetórias entre si e com a sua identidade cívico-letrada, elementos de “brasilidade” foram defendidos no folclore, na toponímia, na história dos homens ilustres e das ciências. Tudo isso tomou forma às voltas com as rápidas transformações que – a seus olhos – marcaram a sociedade de seu tempo. Alguns sócios investiram mais e por mais tempo no *CCEC*, formando o que denominamos de “núcleo duro” do agrupamento: Faris Michaele, Daily Luiz Wambier e Ribas Silveira foram os principais autores constantes no *Tapejara* e, ao mesmo tempo, nos bastidores. Essa disposição aparece na distribuição de cargos importantes da agremiação e nas fotografias. Alguns fundadores se mostraram ávidos e fieis ao projeto desde o *Centro Inter-Americano*, como Mário Lima Santos e Joaquim de Paula Xavier, outros, como Murilo Teixeira Barros, Thiago Gomes de Oliveira e João Alves Pereira, foram recrutados na fase inicial do *CCEC*.

As missivas e a eleição de sócios-correspondentes exerceram uma função-chave no objetivo de romper o isolamento. Entre centenas de cartas, aquelas trocadas com personagens do cenário letrado e político paranaense, indicam o quanto a produção de

literatura, de artes e de ciência ainda estava vinculada aos meandros políticos e as instituições tradicionais, criadas entre o fim do século XIX e início do XX, como o Museu Paranaense, o Centro de Letras e o Círculo de Estudos Bandeirantes. O “núcleo duro” do *CCEC* foi bastante estratégico em suas relações com a elite letrada já constituída no estado, e não teve problemas para se inserir em seus eventos. Mas operando aproximações e afastamentos, os euclidianos reclamaram pra si outra identidade que não a paranista. O nacionalismo de suas posturas encontrou no Euclidianismo um lócus que permitiu se diferenciar dos conterrâneos sem provocar um embate direto, bem como recorrer a repertórios bem-vindos aos seus diversos integrantes em várias direções. Como, por exemplo, a retórica moral e cívica, a troca com intelectuais de vários estados e de outros países, a valorização de uma história pacífica entre indígenas e bandeirantes, o amálgama uno entre passado, presente e futuro calcado no elemento autóctone. As categorias de “assimilação” e “integração” nacional mobilizadas no *Tapejara* encaixavam vários personagens e meios da história nacional num mesmo plano representacional, isso porque, para eles, esses personagens e meios faziam parte de um léxico de conceitos: sertão, interior, rural, popular, caboclo, jagunço foram importantes instrumentos de apreciação da realidade social brasileira.

A figura e as ideias de Euclides da Cunha revisitadas incorporaram questões latentes da sua experiência social e geracional e os temas que foram privilegiados pelos euclidianos princesinos podem ser vistos como representativos da demarcação de bens simbólicos dos Campos Gerais. As formas narrativas expressam dilemas de agentes identificados com as promessas contidas num passado épico – que conferia ao tronco étnico-linguístico tupi características de nobreza da terra – herdeiras do indianismo romântico e de uma literatura bandeirantista paulista. O culto a Euclides foi apropriado a responder anseios e disputas locais, entre eles o da ressemantização do “Paraná Tradicional” como integrante de um Brasil interior repleto de relíquias naturais e culturais. Esse processo se deu em meio a tentativas de acompanhar as ideias que estavam circulando a partir dos livros e periódicos produzidos por pesquisadores das Escolas de Sociologia e Antropologia (institucionalizadas ou não) e de participar da delimitação das agendas das novas pesquisas, entre elas a que emerge do projeto UNESCO, que em sua visão, não poderiam deixar de privilegiar a matriz rural, tupi-guarani e cabocla do Brasil em suas diversas manifestações nacionais-regionais.

O sertão imaginado no círculo euclidiano, afinal, dizia respeito ao Brasil do cânone literário que era imaginado como “muito mais rural do que urbano. Lá estava o

grande sertão, os sertões, as vidas secas (ABREU, R., 1998, p. 20). Ele reiterava o Americanismo no sentido de singularidade do Novo Mundo calcada no nativo, temáticas presentes no pensamento social desde os romances de José de Alencar e mobilizava uma revalorização de Gilberto Freyre, que se distanciava da tropicalidade atribuída a suas teses.

A aproximação com a intelectualidade paulista, tanto com os euclidianos riopardenses, como com todo um rol mais amplo de autores, confeccionadores da identidade bandeirante, indicam não uma tentativa de retorno da ligação entre Paraná e São Paulo (no sentido de “ser parte de São Paulo”), mas a própria plasticidade que as categorias épicas do sertão e das bandeiras, bem como dos tipos mestiços do branco e do índio guardavam no plano de uma brasilidade imaginada pela intelectualidade brasileira, inserida nas escolas e cultuada em uma série de escritos. O núcleo duro do CCEC detonava muito mais na força nessas categorias para projetar os Campos Gerais no contexto de disputas internas no Paraná e para representar o próprio “Paraná” em tudo aquilo que ele tinha de tradicional (o lugar do rural), positivamente revalorizado num país em transformação.

É por tudo isso que o estudo de trajetória (neste caso, coletiva) revelou ricas possibilidades para se pensar questões mais amplas, isto é, a trajetória não figura nesse trabalho apenas por si mesma. Ela permitiu, a partir do círculo dos euclidianos, acompanhar o próprio delineamento de uma configuração intelectual, em que o Colégio Regente Feijó ocupou um lugar de peso e em que circuitos se estabeleciam entre espaços de sociabilidade de elite, Faculdade de Filosofia e Centro Cultural euclidiano. Também denota que a emergência das Ciências Sociais como disciplina das universidades brasileiras foi marcante na produção dentro e fora dessas universidades, que naquele período contavam com contornos ainda muito líquidos.

Os euclidianos representam uma parcela das elites que foram extremamente preocupadas com sua autoimagem e com a imagem do país que era ensinada nas escolas e veiculada no plano internacional. Fenômeno que, se pensado numa chave de longa duração, atravessa o século XX e se faz presente em diversos outros grupos semelhantes, vindo mesmo a bater à porta do nosso tempo presente. É interessante, nesse sentido, destacar o caráter intergeracional do CCEC, que se fez a partir de professores e alunos, de recrutamentos e de fidelidades que atravessam as décadas, ainda que tendessem a perder força, especialmente com o desaparecimento dos seus fundadores nos anos 1960 e 1970. Esses agentes fizeram usos de suas condições sociais

e conjunturais para se lançarem como intelectuais. Essa movimentação, ao mesmo tempo, permitiu inserções sócio-políticas e ascensões de carreira em torno da institucionalização das Faculdades, dos Museus e da ampliação da educação secundária numa configuração em que o professor era dotado de muito prestígio social e valor moral.

O *CCEC* e as instituições que existiram na sua órbita, como o Museu Campos Gerais e o próprio curso de Geografia e História da FFCL, indicam um círculo de pessoas e um circuito de práticas e ideias que provinham de lugares sociais próximos, reforçados por relações de escola, vizinhança, trabalho e lazer. Havia credenciais sociais que mediavam a entrada e a participação no grupo e que instituíam diferenças entre professores e alunos, homens e mulheres, diplomados e não diplomados, herdeiros de famílias tradicionais e “*self made men*”. A entrada das mulheres como sócias não parece ter afetado a maior parte de suas dinâmicas já praticadas, já que a contribuição ao *Tapejara* se manteve marcada pelo gênero. Contudo, ainda ficou por se fazer um estudo mais aprofundado sobre as euclidianas e de que modo suas trajetórias e obras, ainda que também embebida pelas práticas da oratória e do civismo, tiveram de lidar com condições de produção próprias.

Após um auge de produção nos anos 1950, o grupo reunido em torno do *Centro* parece começar a se dissipar a partir do início dos anos 1960. Entre 1957 e 1965, enfrentando instabilidades financeiras, voltou a funcionar na casa de Faris Michaele. Esse retraimento, unido a outros sintomas – como o recrutamento das primeiras sócias mulheres em 1957, o falecimento e a saída da cidade de diversos sócios fundadores e a interrupção do *Tapejara* a partir de 1961 – circunscreve uma nova conjuntura no interior da instituição e na própria configuração intelectual. Por um lado, a sua agenda de interpretação do Brasil é vista por eles como vitoriosa quando da construção de Brasília, da institucionalização do Projeto Rondon e do retorno da Educação moral e Cívica nas escolas. Por outro lado, o grupo inicial não mais aparenta deter sua vitalidade inicial e parece sentir algumas de suas práticas envelhecendo: a escola secundária se tornaria cada vez mais técnica e a “cultura geral” começaria a perder terreno mediante a profissionalização das carreiras intelectuais de geógrafos, historiadores e cientistas sociais. Não por acaso, o lugar que reclamavam pra si mudaria: se na época da institucionalização do *CCEC* seus diplomas de direito e medicina figuravam como instrumentos de legitimação para os postos que almejavam e para a produção cultural

em geral, nesse outro momento, esforçariam-se para construir uma memória do grupo fundador como uma vanguarda no mundo litero-jornalístico de Ponta Grossa.

Uma série de artigos e homenagens públicas buscaria evidenciar a face autodidata dos sócios fundadores, processo que podemos ver concentrado na ocasião do Jubileu de 25 anos da fundação do *Centro* em 1973, com destaque para os “traços biográficos de euclidianos já falecidos”¹⁶². Nesse material, os sócios remanescentes procuravam perpetuar a imagem dos euclidianos como de uma contribuição cultural histórica “providencial”. Uma das pistas que o nosso trabalho abre, mas que devido ao recorte não podemos perseguir em termos de longo prazo, é justamente sobre essas autorrepresentações de elite letrada que sinalizam um pacto grupal ao longo do tempo. Uma pesquisa interessante, a partir daqui, seria um estudo mais aprofundado acerca da trajetória do próprio *CCEC* e de suas (auto)representações.

Diante da maneira como propunham respostas “tradicionais” a sentimentos de desconforto temporal, percebe-se que o apelo fortemente moral do grupo tende a resistir nas práticas e discursos sobre a educação, enquanto que perderia cada vez mais espaço no âmbito das Ciências Sociais, mas que a nova conjuntura modificaria também a própria figura do professor do ensino público. Em que condições o *Centro* continua operando mediante as profundas transformações sociais e políticas dos anos 1960, como a ascensão do regime ditatorial no Brasil, as reformas educacionais que passariam a unir moral e cívica e tecnicismo, o processo de modernização ou esvaziamento do espaço rural no país e o rearranjo das Faculdades na conformação da Universidade de Ponta Grossa, implicam novas relações entre campo e cidade, entre intelectuais e Estado e entre intelectuais e Universidade que estão ainda por ser estudadas.

A despeito das lacunas que um trabalho extenso geralmente contém – entre elas, a própria tendência de se abrir em diversas direções, algumas sem ter fechamentos apropriados – é nosso desejo que outros pesquisadores passem a se interessar pelo

¹⁶² Olhe-se a seguinte passagem a respeito de Daily Luiz Wambier, publicada no Jornal Diário dos Campos pelo Departamento de Imprensa do *CCEC* em 1973: “Auto-ditada como quase todos os da sua geração a sua vida decorreu em função da incessante luta pelo homem e pela sociedade [...] um autêntico precursor do gênero, que todos lemos, apreciamos e comentamos [...] não havia setor ou assunto, que lhe fosse estranho, sobre o qual não pudesse compor algumas linhas [...] ele não vacilou em doar mais de 200 livros de literatura da mesma à biblioteca do C. C. Euclides da Cunha, que o tem, assim, entre seus beifeitores. [...] esse espírito desprendido seriamente preocupado com a sua gente princesina, e superiormente dotado e capacitado, foi uma vitória inegável da vontade férrea e indefectível sobre a matéria que turva e dificulta a realização dos destinos da coletividade. Era doentio de físico, mas nenhum obstáculo jamais conseguiu detê-lo, principalmente quando na execução de um dever ou encargo que considerava sagrado. Ainda na véspera de seu falecimento (14 de setembro de 1965) redigira brilhante e patriótico artigo que muito impressionou os seus concidadãos de todos os partidos. [...]” (TRAÇOS BIOGRÁFICOS..., 1973, p. irreg.).

CCEC e, de forma mais ampla, pelos processos que envolvem a produção e a circulação de saberes e de rituais pátrios no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Jayme. A Educação Secundária no Brasil (Ensaio de identificação de suas características Principais). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 86, n. 212, jan.-abr. 2005. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/viewFile/849/824>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

ABREU, Regina. Emblemas da Nacionalidade: o culto a Euclides da Cunha. **RBSC**, n. 24, fev. 1994. Disponível em: <<http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/artigos/18-revista-brasileira-de-ciencias-sociais.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

_____. **O enigma de Os Sertões**. Rio de Janeiro: Funarte: Rocco, 1998.

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALTAMIRANO, Carlos. Ideias para um programa de História Intelectual. **Tempo Social**, v. 19, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12531>>. Acesso em: 18 out. 2016.

ARAUJO, Adalice Maria de. **Dicionário das artes plásticas no Paraná**. Curitiba: Ed. do Autor, 2006.

ARAÚJO, Ruy Magalhães de. As múltiplas edições de Os Sertões, de Euclides da Cunha: comentários filológicos. **Anais...** VII Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 2003. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno09-05.html>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

A QUESTÃO racial no Brasil dos anos 50. In: CPDOC: Dossiê Era Vargas, Segundo Governo. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/SegundoGoverno/QuestaoRacial>>. Acesso em: 06 set. 2017.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

ATHAIDES, Rafael. A Instalação da província paranaense da AIB: do “início esquecido” à fundação oficial (1932-1934). **Anais...** XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, jul. 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312814552_ARQUIVO_RafaelAthaid-es-textocompleto.pdf>. Acesso em: 15 set. 2016.

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BEGA, Tarcisa Maria Silva. **Letras e Política no Paraná**: Simbolistas e Anticlericais na República Velha. Curitiba: Editora UFPR, 2013.

Bencostta, Marcus Levy. Memória e Cultura Escolar: a imagem fotográfica no estudo da escola primária de Curitiba. **História** (São Paulo), v.30, n.1, jan/jun 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v30n1/v30n1a19.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

BENTHIEN, Rafael Faraco. **Interdisciplinaridades:** latinistas, helenistas e sociólogos em revistas (França, 1898-1920). Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BERTRAND, Michel. De la família a la red de sociabilidad. **Páginas**, n. 6, 2012. Disponível em: <<http://revistapaginas.unr.edu.ar/index.php/RevPaginas/article/view/94>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

BRETAS, Silvana Aparecida. As Faculdades Municipais de São Paulo: aspectos de sua origem e organização acadêmico-institucional (1960-1975). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 52, set. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640241>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales** (62/63), juin 1986.

_____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **Escritos de Educação**. Petropolis: Vozes, 2015.

CAMPOS, Maria José. Cassiano Ricardo e o “mito da democracia racial”: uma versão modernista em movimento. **REVISTA USP**, n.68, dez./fev. 2005-2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/13489/15307>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

CAMPOS, N.; MARCHESE, E. Faris Michael: trajetória de um intelectual moderno. **Olhar de professor**, v. 13, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/viewFile/3200/2340>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

CAMPOS, Nevio de. **Intelectuais e Igreja Católica no Paraná: 1926-1938**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

CARNEIRO, C. F. G.; OLIVEIRA, J. C. Edificações Escolares em Ponta Grossa a partir da gestão da “coisa pública” de Albary Guimarães. **Publicatio UEPG, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes**, n. 13, v. 1, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/viewFile/539/540>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

CARNEIRO, C. F. G.; MENEGOTTO, C. A. Escola Municipal “Professor Plácido Cardon”: a organização escolar na periferia do bairro da ronda de Ponta Grossa – Paraná. 1964 – 2009. **Anais... IX Jornada do HISTEDBR**, UFPA, Belém, 2010. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada9/_files/22araLhf.doc>. Acesso em: 22 abr. 2016.

CARVALHO, Silvana Maura Batista. Professores das primeiras instituições escolares de Ponta Grossa – região dos Campos Gerais – PR: uma relação entre memória e história do Colégio Estadual Regente Feijó. **Anais... VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas HISTEDEBR**, Campinas, 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/S/Silvana%20Maura%20Batista%20de%20Carvalho1.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2016.

CASAGRANDE, A.; SILVA, M. C. e etc. Uma breve análise sobre a emergência histórica do termo “Campos Gerais” do Paraná na bibliografia. In: **Anais... I Congresso de Patrimônio Cultural “Patrimônio Cultural e Natural dos Campos Gerais”**, v. 1, Ponta Grossa: FMC/UEPG, 2015. Disponível em: <<http://culturapg.com.br/periodicos/patrimonio/article/view/94>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

CASTRO, Elizabeth Amorim de. **Arquitetura das escolas públicas do Paraná (1853-1955)**. Tese (História), UFPR, Curitiba, 2010.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARLE, Cristophe. Nascimento dos intelectuais contemporâneos (1860-1898). **História da Educação**, Pelotas, n. 14, 2003. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30225>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

CHAVES, Niltonci Batista. **Entre “Preceitos” e “Conselhos”**: discursos e práticas de médicos-educadores em Ponta Grossa/PR (1931-1953). Tese (Doutorado em Educação) UFPR – Curitiba, 2011.

CORDOVA, Maria Julieta Weber. **Bento, Brasil e David**: o discurso regional de formação social e histórica paranaense. Curitiba: Editora UFPR, 2016.

CORRÊA, Mariza. **Traficantes do simbólico e outros ensaios sobre a história da antropologia**. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

COSTA, Francisco. A Legião de Euclides da Cunha. **REVISTA USP**, n. 54, jun.-ago. 2002. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/35212/37933>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

CRUZ, A. L. R. B da.; LEANDRO, J. A. Cidade, Ciência e Modernidade: debates e práticas da Associação Médica de Ponta Grossa, 1931-1950. In: CHAVES (org). **Medicina em Ponta Grossa**: Histórias da Associação Médica. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2006.

CUNHA, Maria da Salete Queiroz da. As representações de Manoel Rodrigues de Melo e a Casa Euclides da Cunha, no Rio Grande do Norte. **Resumos... IX Semana de Humanidades**, UFRN, 2003.

DALCASTAGNÈ, Regina. A personagem no romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 26, jul.-dez. 2005.

DAGOSTIM, Maristela Wessler. **A república dos conselhos**: um estudo sobre a transformação do perfil da elite política paranaense (1930-1947). Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – UFPR - Curitiba, 2011.

DAHNE, Caroline Luise. **Patriotismo e Nacionalismo no Front interno**: os discursos do Jornal Diário dos Campos acerca da Segunda Guerra Mundial (Ponta Grossa, 1942 e 1944). Dissertação (Mestrado em História) - UEPG - Ponta Grossa, 2015.

DEL PRIORE, Mary. **Matar para não morrer**: a morte de Euclides da Cunha e a noite sem fim de Dilermano de Assis. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

DITZEL, Carmencita de Holleben Mello. **Manifestações Autoritárias**: o Integralismo nos Campos Gerais (1932-1955). Tese (Doutorado em História) – UFSC – Florianópolis, 2004.

_____. **O arraial e o fogo da cultura**: os euclidianos pontagrossenses. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 1998.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. Mediações – **Revista de Ciências Sociais**, v. 10, n.1, jan.-jun. 2005. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/2137/2707>>. Acesso em: 28 out. 2017.

DUTRA, Eliana Freitas. Mediação Cultural e percursos da cultura no Brasil dos anos 1930: o caso da coleção brasileira e da Cia Editora Nacional. In: RODRIGUES, Helenice; KOHLER, Heliane. **Travessias e cruzamentos culturais**: a mobilidade em questão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. Observações sobre a fofoca: a importância, sociologicamente falando, da circulação de boatos numa comunidade. In: _____. **Estabelecidos e Outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

ESTEVES, Fernando Segismundo. Venâncio Filho, Fernando de Azevedo e Euclides da Cunha. Revista da Faculdade de Educação-Semana Fernando de Azevedo, **Instituto de Estudos Brasileiros USP**, v. 20, n. 1-2, abr. 1994. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/33538>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

FAGUER, Jean-Pierre. Les effets d'une "éducation totale" [Un collègue jésuite, 1960]. In: **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 86-87, mar. 1991. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/ars_0335-5322_1991_num_86_1_2967>. Acesso em: 19 jan. 2017.

FERREIRA, Antonio Celso. **A epopeia bandeirante**: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). Ebook Kindle. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FRASSON, A. C.; GEBARA, A.; PILATTI, L. A. A progênie do ensino superior no interior do estado do Paraná: a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa. **Revista HISTEDBR On-line**, n. 58, set. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/download/8640376/7935>>. Acesso em: 08 set. 2016.

GUEBERT, C. A.; KARVAT, E. C. De Histórias e Tradições: o Centro Cultural Euclides da Cunha e a Historiografia no Tapejara (1950-1961). **Ateliê de História**, v. 3, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/ahu/article/download/8065/4780>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

GOMES, A. C.; HANSEN, P. S (Orgs.). **Intelectuais mediadores**: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A fome e o paladar: a antropologia nativa de Luis da Câmara Cascudo. **Estudos Históricos**, vol. 1, n. 33, 2004. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2210/1349>>.

GONZATTO, C.; DENIPOTI, C. Horizontes de expectativas: leitores e continuadores de Euclides da Cunha nas páginas do jornal *Tapejara* em Ponta Grossa, 1952. **Revista de História Regional** - UEPG, inverno, 2007.

HEINZ (org). **Dos intelectuais na política à política dos intelectuais**: Pensadores, escritores e militantes no diálogo com o poder. Anpocs, 2015.

_____. Nota sobre o uso de anuários sociais do tipo *Who's Who* em pesquisa prosopográfica. In: **História social de elites**. São Leopoldo: Oikos, 2011.

HOLZMANN, Guisela. Frey. **Colégio Regente Feijó (1927-1977)**: 50 anos de história. Ponta Grossa: Imprensa Universitária – UEPG, 1977.

KARVAT, Erivan Cassiano. As vidas de Faris Michael: reflexões acerca de trajetórias de vida, biografias e escritas da história. **Anais... XV Encontro Regional de História (ANPUH)**. UFPR, Curitiba, jul. 2016. Disponível em: <http://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1468183488_ARQUIVO_anpuhpr16cwbERIVAN.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2017.

LEANDRO, Rafael Voigt. **Aberto Rangel e seu projeto literário para a Amazônia**. Dissertação (mestrado em Linguística) - UNB, 2011.

LOPES, Itamar Cardozo. **Os Dilexantes e as lides do Espírito**: um estudo sobre o entusiasmo intelectual nas cartas do Centro Cultural Euclides da Cunha, de Ponta Grossa (1948 – 1959). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011.

LOPES, I. C.; DENIPOTI, C. Entusiastas da Cultura: O Universo do Livro e suas Representações nas Cartas do Centro Cultural Euclides da Cunha. **História**, v.29, n.1, mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742010000100021&script=sci_abstract>. Acesso em: 20 jul. 2016.

MACHADO, Valéria Floriano Peixoto. **“Diatribes viperinas e digressões quixotescas”**: debates intelectuais e projetos educacionais na década de 1950. Tese (Doutorado em Sociologia) – UFPR – Curitiba, 2009.

MAIA, João Marcelo Ehlert. **A terra como invenção**: o espaço no pensamento social brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

MAIO, M. C.; LIMA, N. T. Tradutores, intérpretes ou promotores de mudança? Cientistas sociais, educação sanitária rural e resistências culturais (1940-1960). **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 2, mai.-ago. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v24n2/08.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

MANNHEIM, Karl. “El problema de las generaciones”. **REIS – Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, n. 62, abr/jun. 1993. Disponível em: <http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS_062_12.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2016.

MARANHÃO, Maria Fernanda Campelo. Conhecendo o homem e a paisagem paranaense: o Museu Paranaense e o desenvolvimento das ciências sociais e naturais no Paraná entre as décadas de 1940-1950. In: OLIVEIRA, M.; SZWAKO, J (orgs). **Ensaio de Sociologia e História Intelectual do Paraná**. Curitiba: Editora UFPR, 2009.

MARÇAL, Maria Antônia. Regente Feijó: memórias de uma escola. In: CHAVES, N. **Visões de Ponta Grossa: cidade e instituições**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2004.

MARCHESE, Elisa. **O Intelectual Faris Michaele (1940-1977) e sua dimensão regional: questões da cultura e da educação**. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFPR – Curitiba, 2014.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Um lar em terra estranha: a casa da estudante universitária em Curitiba e o processo de individualização feminina nas décadas de 1950 e 1960**. Curitiba: Editora UFPR, 2012.

MARTINS, Jefferson Teles. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956)**. Tese (Doutorado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2015.

MELO SOUZA, Reginaldo Carlos de. Manoel Rodrigues de Melo, da várzea à academia: questões na escrita de biografias para a produção historiográfica. **Anais... 8º Seminário Brasileiro de História da Historiografia**. Ouro Preto: EDUFOP, 2014.

_____. O Romântico e a Varzea: Manoel Rodrigues de Melo e a paisagem da Várzea do Açú. **Anais... VII Simpósio Nacional de História Cultural**. USP, 2014. Disponível em: <<http://gthistoriacultural.com.br/VIIsimposio/Anais/Reginaldo%20Carlos%20de%20Melo%20Souza.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

MEUCCI, Simone. Octavio Ianni em Curitiba: os dilemas e nexos entre ciência social, ideais de modernidade e identidade regional. **Anais... XIII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia: mai.-jun., 2007, UFPE, Recife (PE)**. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=668&Itemid=170>. Acesso em: 08 dez. 2017.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. Prefácio. In: BEGA, M. T. S. **Letras e Política no Paraná: Simbolistas e Anticlericais na República Velha**. Curitiba: Editora UFPR, 2013.

MOLAR, Jonathan de Oliveira. **Faris Michaele: cultura e modernidade no Centro Cultural Euclides da Cunha de Ponta Grossa – CCEC (1930 – 1983)**. Tese (Doutorado em Educação) – UFPR, Curitiba: 2014.

MOTTA, A. B.; WELLER, V. A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sociológica. **Revista Sociedade e Estado**, v. 25, n. 2, mai./ago, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v25n2/05.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2016.

MURARI, Luciana. Paisagens noturnas: ficção, lenda e história nas narrativas sertanejas de Coelho Neto. **Aletria**, Belo Horizonte, v. 25, 2015.

NAVES, Santuza Cambraia. **O Violão Azul**: modernismo e música popular. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

NEDEL, Leticia Borges. A recepção da obra de Gilberto Freyre no Rio Grande do Sul. **MANA**, v. 13, n. 1, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132007000100004>. Acesso em: 15 set. 2016.

_____. **Um Passado Novo para uma História em Crise**: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965). Tese (Doutorado em História) - UNB, Brasília, 2005.

NEEDEL, Jeffrey D. **Belle Époque tropical**: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. Trad. Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de História**: a viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa Grande e Senzala e a representação do passado. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

OLIVEIRA, Marcio de. Por uma Sociologia do Brasil Mericional. In: OLIVEIRA, M.; SZWAKO, J (orgs). **Ensaio de Sociologia e História Intelectual do Paraná**. Curitiba: Editora UFPR, 2009.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Prefácio. In: CORDOVA, Maria Julieta Weber. **Bento, Brasil e David**: o discurso regional de formação social e histórica paranaense. Curitiba: Editora UFPR, 2016.

_____. **O silêncio das genealogias**: Classe Dominante e Estado no Paraná (1853-1930). Tese (Doutorado em Sociologia) – UNICAMP – Campinas, 2000.

OLIVEN, Ruben George. Cultura Brasileira e Identidade Nacional (O eterno retorno). In: MICELI, Sergio (Org.). **O que ler na Ciência Social Brasileira**, vol. 4. São Paulo: ANPOCS, Brasília: Sumaré, 2002.

ORTIZ, Renato. Imagens do Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, v. 28, n. 3, set.-dez. 2013. Disponível em: <<file:///C:/Users/Proprietario/Desktop/MESTRADO%20UFPR/Disserta%C3%A7%C3%A3o/renato%20ortiz.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

PEYERL, Drielle. **A Trajetória do Paleontólogo Frederico Waldemar Lange (1911-1988) e a História das Geociências**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UEPG, Ponta Grossa, 2010.

PEYERL D., SILVA, E. A., BOSETTI, E. P. Trajetória intelectual de Frederico Waldemar Lange (1911-1988) como elemento de conexão entre a ciência, a região e um projeto nacional. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, jul-dez 2011.

_____. O trabalho do paleontólogo Frederico Waldemar Lange (1911-1988) no Museu Paranaense entre 1941 a 1955. **Terra e Didática**, v. 6, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://www.ige.unicamp.br/terraedidatica/>>. Acesso em: jul. 2017.

PINTO, L. C.; DENIPOTI, C. O livro como dádiva: as dedicatórias manuscritas nos livros do centro cultural Euclides da Cunha – Ponta Grossa – 1950- 1960. **MÉTIS: história & cultura** – v. 7, n. 13, p. 233- 255, jan./jun. 2008.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: LE GOFF, Jacques. **Enciclopédia Einaudi**, v. 1. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

PONTES, Heloísa. **Destinos Mistos: os críticos do grupo clima em São Paulo (1940-1968)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Intérpretes da MetrÓpole: história social e relações de gênero no teatro e no campo intelectual, 1940-1968**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2010.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Prefácio. In: FERREIRA, Antonio Celso. **A Epopeia Bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. Ebook Kindle. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

RANZI, S. M. F.; SILVA, M. C. da. A Imprensa e a situação do ensino secundário no Paraná - (1891-1925). Anais... II Congresso Brasileiro de História da Educação. Natal, 2002. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/3120.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

RICOEUR, Paul. Tempo e Narrativa (tomo 1). Campinas: Papirus, 1994.

RINGER, Fritz. **O Declínio dos Mandarins Alemães: A Comunidade Acadêmica Alemã, 1890-1933**. São Paulo: Edusp, 200.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 23. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

ROSATTO, Márcia. Vladimír Kozák e suas imagens. In: OLIVEIRA, M.; SZWAKO, J (orgs). **Ensaio de Sociologia e História Intelectual do Paraná**. Curitiba: Editora UFPR, 2009.

SALLAS, Ana Luisa Fayet. O lugar do popular e do folclórico no Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR. In: OLIVEIRA, M.; SZWAKO, J (orgs). **Ensaio de Sociologia e História Intelectual do Paraná**. Curitiba: Editora UFPR, 2009.

SANTOS, S. C. (Org.); HELM, C. M. V.; TEIXEIRA, S. A. **Memória da antropologia no Sul do Brasil**. Florianópolis: Editora da UFSC/ABA, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. Imaginar é difícil (porém necessário). In: ANDERSEN, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. (Orgs). **História do Brasil Nação - Olhando Para Dentro: 1930-1964**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

SETTON, Maria da Graça Jacinto. **Rotary Club: habitus, estilo de vida e sociabilidade**. São Paulo: Annablume, 2004.

SILVA, Carmen Lúcia da. Xetá. **Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil** - Instituto Socioambiental. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/xeta/print>>. Acesso em 21 agos. 2017.

SILVA, Felipe Cabañas da. Geografia e poesia lírica: considerações sobre a poética do espaço, de Gaston Bachelard. **GeoUSP: espaço e tempo**, v. 19, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/80079>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

SILVA, Giovane José da. Universidade do Ar: Jonathas Serrano e a formação dos professores de história pátria pelas ondas do rádio. In: GOMES; HANSEN (org). **Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

SILVA, Ítala Byanca Morais da. A memória na história: a Sociedade Capistrano de Abreu e as estratégias de consagração de seu patrono na historiografia brasileira (1927-1969). **Anais... XXIV Simpósio Nacional de História (ANPUH)**. São Leopoldo, 2007.

_____. A Sociedade Capistrano de Abreu e construção da memória de seu patrono na historiografia brasileira (1927-1969). **História, Historiadores, Historiografia - Projeto História**, n. 41, dez. 2010. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6556>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

SOUZA, Natalia Peixoto Bravo de. **A militância em torno de Euclides da Cunha: um projeto político-ideológico**. Dissertação (USP) – São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27042010-105742/pt-br.php>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

_____. O papel dos euclidianos cariocas na monumentalização de Euclides da Cunha. **Anais... XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1301262004_ARQUIVO_Textoanpuh2011.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. O Naturalismo de Euclides da Cunha: ciência, evolucionismo e raça em Os Sertões. **Fenix - Revista de História e Estudos Culturais**, v. 7, n. 2, mai-ago. 2010. Disponível em: <<http://www.revistafenix.pro.br/vol23vanderlei.php>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 19, n. 39, jun. 2011. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31689>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

TROVATO, Carmem. **A tradição euclidiana: uma ponte entre a história e a memória**. Rio de Janeiro: Arte Ciência, 2002.

SZWAKO, José Eduardo Leon. O Paraná das etnias: ensaio sobre racismo na produção intelectual de Bento Munhoz da Rocha Neto. In: OLIVEIRA, M.; SZWAKO, J (orgs). **Ensaio de Sociologia e História Intelectual do Paraná**. Curitiba: Editora UFPR, 2009.

TEIXEIRA, Ancimar. Imagens da leitura: os significados de Os Sertões na leitura dos integrantes do Centro Cultural Euclides da Cunha, de Ponta Grossa/ PR (1948-1952). **Tempo, Espaço e Linguagem**, v.1, n.2, maio/ago. 2010, p.49-69. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tel/article/viewFile/2627/1969>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

VERDEAMARELOS. **Dicionário CPDOC**: A Era Vargas dos anos 20 a 1945. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/ArteECultura/VerdeAmarelos>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

VILLAS BÔAS, Gláucia. Apresentação. In: _____. **Mudança Provocada**: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

VIEIRA, Carlos Eduardo (org). **Intelectuais, Educação e Modernidade no Paraná (1886-1964)**. Curitiba: Ed. UFPR, 2007.

VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e Missão**: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964). Rio de Janeiro: Funarte/FGV, 1997. Disponível em: <http://www.cnfcp.gov.br/pdf/Luis_Rodolfo/CNFCP_Projeto_Missao_Luis_Rodolfo_1.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2017.

_____. Os intelectuais regionais: os estudos de folclore e o campo das ciências sociais nos anos 50. **RBCS**, n.32, ano 11, out. 1996.

ZARGISKI, Andreia de Fatima. Trajetórias Individuais e as Redes de Sociabilidade: os sócio-correspondentes do Centro Cultural Euclides da Cunha. Monografia (História) – UEPG – Ponta Grossa, 2008.

ZOMER, Lorena. As publicações de Leonor Castelhana entre os anos de 1924-1969: a conquista de um espaço para si. **Revista Ártemis**, v. 15, n. 1, jan-jul. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/16639>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

ZOREK, Bruno. A construção do horizonte de expectativa sobre São Paulo na década de 1950. **Anais...** 7º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia. Ouro Preto: EdUFOP, 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu/32015790/A_constru%C3%A7%C3%A3o_do_horizonte_de_expectativa_sobre_S%C3%A3o_Paulo_na_d%C3%A9cada_de_1950>. Acesso em: 10 ago. 2017.

ZULIAN, Rosângela Wosiack. A nova Ponta Grossa: cidade religiosa? Catolicismo e educação em Ponta Grossa - 1889-1930. In: DIZTEL; LOWEN (org). **Espaço e Cultura - Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001.

FONTES

Antologias, Biografias, Dicionários Biográficos e Necrológicos:

BARRETO, Carlos Ney M. Um homem - uma vida. In: _____. **Textos escolhidos de Gabriel Menna Barreto**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2009.

BARROS, Murilo Teixeira. **Faris A. Michaele**. Ponta Grossa: Publicações Euclidianas - Centro Cultural Euclides da Cunha, 1957.

BARROS, Luiz. O Centenário do Dr. Alerano de Barros. **Revista do Instituto do Ceará**, anno XCVI, 1982. Disponível em: <<https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1982/1982-OCentenariodeAleranodeBarros.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

CASTAGNOLA, Luigi. Rosário Farani Mansur Guérios. Uma vida dedicada à ciência da linguagem. **Revista de Letras**, 1966. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/letras/article/download/19843/13076>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

CORIONE, Ari. Dr. Paula Xavier. In: Ruas da História: conhecendo Ponta Grossa passo a passo. **Diário dos Campos**. 10/07/2014. Disponível em: <<http://www.diariodoscamos.com.br/blogs/ruas-da-historia/2014/08/dr-paula-xavier/20060/>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

DICIONÁRIO Histórico-geográfico dos Campos Gerais. Projeto de extensão UEPG. Disponível em: <<http://www.uepg.br/dicion/igeral.htm>>. Acesso em: 09 jun. 2016.

EDGARD Roquette Pinto. In: **Os Diretores do Museu Nacional**. UFRJ/Museu Nacional: Rio de Janeiro, 2007/2008. Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/site/assets/pdf/memoria_1.pdf> Acesso em: 26 fev. 2017.

FERREIRA, Adriano José. Felipe Justus Jr. In: **Glossário HISTEDBR - História, Sociedade e Educação no Brasil (UNICAMP)**. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_felipe_justus_jr.htm>. Acesso em: 11 dez. 2016.

FLÁVIO Carvalho Guimarães. **Dicionário Biográfico CPDOC-FGV**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/flavio-carvalho-guimaraes>>. Acesso em ago. 2017.

FONTES, L. C. S.; CHERES, L. F.; ZAN, S. M. **Biobibliografia da Academia de Letras dos Campos Gerais**. Ponta Grossa: Gráfica Planeta, 2015.

GUIMARÃES, Flávio Carvalho. Prefácio. In: BARROS, M. T. (org). **Faris Michaele**. Ponta Grossa: Publicações Euclidianas - Centro Cultural Euclides da Cunha, 1957.

KUBASKI, Aline. Reynaldo Ribas Silveira. **Glossário HISTEDBR - História, Sociedade e Educação no Brasil (UNICAMP)**. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_reynaldo_ribas_silveira.htm>. Acesso em: mar. 2016.

LAUBER, Thaysa. **Felipe Justus Jr. e sua paixão por colecionar insetos**. Museu da Pessoa, maio, 2016. Disponível em: <<http://www.museudapessoa.net/pt/conteudo/historia/felipe-justus-jr-e-sua-paixao-por-colecionar-insetos-115336>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

LES IMMORTEIS: Leopold Sédar Senghor - Biographie. Disponível em: <<http://www.academie-francaise.fr/les-immortels/leopold-sedar-senghor>>. Acesso em: 03 out. 2017.

NEY Leprevost. **CPM - Centro de Preservação da Memória do MPPR**. Acessível em: <<http://www.memorial.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=71>>. Acesso em: 10 out. 2017.

OLAVO Soares (1931-2014) - Rochas, dinossauros e elefantes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 de outubro de 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/10/1538401-olavo-soares-1931-2014---rochas-dinossauros-e-elefantes.shtml>>. Acesso em 10 de novembro de 2017.

OLIVEIRA, Josofredo Cercal de. **Educadores Pontagrossenses (1850-1950)**. Editora UEPG: Ponta Grossa, 2002.

PROFESSOR Aguiar morre – e deixa história marcada na UEPG. **UEPG notícias**, 19/10/2010. Disponível em: <<http://www.tibagi.uepg.br/uepgnoticias/noticia.asp?Page=8878>>. Acesso em 15 ago. 2016.

PROFESSOR emérito Reynaldo Porchat (1868-1953). **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, v. 49, 1954. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66199/688099>>. Acesso em: 11 mar. 2017.

SILVEIRA, Ribas. **Antologia Pontagrossense**. Ponta Grossa: Edições Euclidianas, 1960.

TRAÇOS biográficos de euclidianos ilustres já falecidos. 23 artigos – Jubileu de Fundação do CCEC. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 1973.

WANKE, Eno Theodoro. **Faris Michael, o Tapejara**: Uma Biografia. Rio de Janeiro: Plaquette. 1999.

_____. **Memórias (7)**: tempos universitários. Edições Plaquette: Rio de Janeiro, 1996.

_____. Pequena história de Ponta Grossa e um levantamento dos seus homens de letras. In: **O vôo da pombinha (poemeto)**. Curitiba: Papelaria Max Roesner, 1964.

ZATTI, Carlos. **Campeiros do Paraná Tradicional (Comarca de Curitiba)**: Esboço Genealógico (Campeiros, capatazes, tropeiros, escravos e peões constantes na literatura histórica). Terceira Edição. Curitiba: Clube dos Autores, 2011.

Arquivo do Colégio Regente Feijó:

CADERNOS de Registros do Colégio Regente Feijó, manuscritos, s.d.

COLÉGIO Estadual Regente Feijó - Escolas Tombadas. Governo do Paraná, Tombo 104-II: processo n.13/90, 1990.

RELATÓRIO 1º e 2º ciclos apresentado por Helly Espínola (abril, maio e junho de 1946).

Arquivo José Loureiro Fernandes (CEB - PUCPR):

FACULDADE Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa. Carta para José Loureiro Fernandes. Ponta Grossa, 21 ago. 1969.

LANGE, Frederico Waldemar. Carta para José Loureiro Fernandes. Ponta Grossa, 19 nov. 1947.

LANGE, Frederico Waldemar. Carta para José Loureiro Fernandes. Ponta Grossa, 01 nov. 1955.

LANGE, Frederico Waldemar. Carta para José Loureiro Fernandes. Ponta Grossa, 29 ago. 1962.

MICHAELE, Faris. Carta para José Loureiro Fernandes. Ponta Grossa, 10 jan. 1966.

WANKE, Eno Theodoro. Carta para José Loureiro Fernandes. Rio de Janeiro, dez. 1972.

Arquivo UEPG:

FICHAS Individuais RH: Docentes aposentados da FFCL.

PROGRAMAS das Disciplinas do Curso de Geografia e História - FFCL (1950-1960).

Regimento Interno FFCL, 1949.

Relação do Corpo Docente e Docente - FFCL (1950-1959).

Centro de Documentação e Pesquisa em História (UEPG) - Acervo Faris Michaelae:

Cartas:

BARROS, Murillo Teixeira de. Carta para Faris Michaelae. Vitória, 03 jul. 1952.

BARROS, Murillo Teixeira de. Carta para Faris Michaelae. Vitória, 21 set. 1952.

CAMPÊLO, Basílio do Rego Monteiro. Carta para Antonio Armando Cardoso de Aguiar. Curitiba, 15 ago 1956.

CARNEIRO, David. Carta para Cyro Ehlke. Curitiba, 05 dez. 1951.

CARNEIRO, David. Carta para Faris Michaelae, Curitiba, 05 dez. 1951.

CARNEIRO, Newton. Carta para Faris Michaelae. Curitiba, 10 dez. 1952.

COSTA, Eloy da Cunha. Carta para Cyro Ehlke. Curitiba, 18 set. 1951.

FRANÇA, Serafim. Carta para Cyro Ehlke. Curitiba, 10 set. 1951.

GALOTTI, Oswaldo. Carta para Faris Michaelae. São José do Rio Pardo, 25 mai. 1948.

GALOTTI, Oswaldo. Carta para Faris Michaelae. São José do Rio Pardo, 09 mar. 1949.

GALOTTI, Oswaldo. Carta para Faris Michaelae. São José do Rio Pardo, 10 abr. 1951.

GALOTTI, Oswaldo. Carta para Faris Michaelae. São José do Rio Pardo, 23 abr. 1951.

GALOTTI, Oswaldo. Carta para Faris Michaelae. São José do Rio Pardo, 07 mai. 1951.

GALOTTI, Oswaldo. Carta para Faris Michaelae. São José do Rio Pardo, 22 mai. 1951.

GALOTTI, Oswaldo. Carta para Faris Michaelae. São José do Rio Pardo, 22 jul. 1951.

GALOTTI, Oswaldo. Carta para Faris Michaelae. São José do Rio Pardo, 01 ago. 1951.

GALOTTI, Oswaldo. Carta para Faris Michaelae. São José do Rio Pardo, 07 set. 1951.

LAUSEIR. Carta para Faris Michaelae. Ponta Grossa, 11 out. 1949.

LEPREVOST, Ney. Carta para Plácido Cardon. Curitiba, 31 mai. 1948.

MANSUR GUÉRIOS, Rosário Farani. Carta para Faris Michaelae. Curitiba, 24 out. 1948.

MANSUR GUÉRIOS, Rosário Farani. Carta para Faris Michaelae. Curitiba, 06 ago. 1949.

MANSUR GUÉRIOS, Rosário Farani. Carta para Faris Michaelae. Curitiba, 30 abr. 1951.

MIRANDA, Ruy Noronha. Carta para Cyro Ehlke. Curitiba, 15 set. 1951.

NUNES, José de Sá. Carta para Cyro Ehlke. Rio de Janeiro, 05 set. 1951.

PIERSON, Donald. Carta para Faris Michaelae. São Paulo, 18 jul. 1950.

PIERSON, Donald. Carta para Faris Michaelae. São Paulo, 08 set. 1950.

PIERSON, Donald. Carta para Faris Michaelae. São Paulo, 26 set. 1950.

PIERSON, Donald. Carta para Faris Michaelae. São Paulo, 25 ago. 1952.

ROCHA NETO, Bento Munhoz da. Carta para Faris Michaelae. Curitiba, 10 mai. 1951.

ROCHA NETO, Bento Munhoz da. Carta para Cyro Ehlke. Curitiba, 13 set. 1951.

RODRIGUES DE MELO, Manoel. Carta para Faris Michaelae. Natal, 06 ago. 1952.

RONDON, Candido. Carta para Faris Michaelae, Rio de Janeiro, s.d.

SILVA, Agripino Ribeiro da. Carta para Antonio Armando Cardoso de Aguiar. São José do Rio Pardo, 14 ago. 1951.

SOBRINHO, Manoel Oliveira Franco. Carta para Presidente e Diretores do CCEC. Curitiba, 20 out. 1949.

Centro de Documentação e Pesquisa em História (UEPG) - Acervo Centro Cultural Euclides da Cunha:

Atas de Reuniões do Centro Cultural Euclides da Cunha (1952-1985).

Jornal Tapejara:

ALMEIDA, Guilherme de. A paineira de Euclides. Tapejara, Ponta Grossa, n. 13, 1954, p. 14.

ANTOLOGIA de poetas pontagrossenses. In: Notas e Notícias Culturais. Tapejara, Ponta Grossa, n. 22, 1961, p. 15.

ARANTES, Altino. Euclides. Tapejara, Ponta Grossa, n. 6, 1952, p. 11.

AS PRIMEIRAS euclidianas pontagrossenses. In: Notas e Notícias Culturais. Tapejara, Ponta Grossa, n.19, 1957, p. 20.

BARRETO, Gabriel Menna. Ponta Grossa na toponímia e no folclore. Tapejara, Ponta Grossa, n. 7, 1952, p. 2.

BARROS, Joaquim Alerano Bandeira. A Ilíada, a Eneida e a Bíblia. Tapejara, Ponta Grossa, n. 15, 1955, p. 6.

_____. E o benfeitor não foi esquecido. Um episódio da Revolução Federalista. Tapejara, Ponta Grossa, n. 20, 1958, p. 6.

_____. O indianismo na formação da raça e dos costumes brasileiros. Tapejara, Ponta Grossa, n. 6, 1952, p. 5.

_____. Os sertões de Euclides da Cunha. Esboço crítico. Tapejara, Ponta Grossa, n. 10, 1953, p. 10.

BARROS, Luiz de. Atualidade de Euclides da Cunha. Tapejara, Ponta Grossa, n. 14, 1954, p. 9.

_____. Um jornal diferente. Tapejara, Ponta Grossa, n. 10, 1953, p. 18.

BARROS, Murilo Teixeira. A maior vitória na campanha de Canudos (Do livro 'A gente da terra de Ibirapitanga' - Capítulo 50 - Prudente de Moraes). Tapejara, Ponta Grossa, n. 8, 1952, p. 4.

_____. A Mudança da Capital Federal. Tapejara, Ponta Grossa, n. 4, 1951, p. 3.

_____. A seca no Nordeste. Tapejara, Ponta Grossa, n. 11, 1953, p. 11.

- _____. A visita de um ilustre médico. Tapejara, Ponta Grossa, n. 16, 1955, p. 12.
- _____. Discurso oferecendo um jantar ao Senador Flávio Carvalho Guimarães. Tapejara, Ponta Grossa, n. 6, 1952, p. 3.
- _____. Exmo Diretor da Biblioteca do Exército: Carta aberta. Tapejara, Ponta Grossa, n. 15, 1955, p. 14.
- _____. José de Anchieta. Tapejara, Ponta Grossa, n. 19, 1957, p. 12.
- _____. Malba Tahan. Tapejara, Ponta Grossa, n. 14, 1954, p. 7.
- _____. Nós, brasileiros, e a economia política. Tapejara, Ponta Grossa, n. 13, 1954, p. 7.
- _____. O folclore no Ceará (Palestra realizada no dia 15 de Agosto de 1956, por ocasião do encerramento da Semana Euclidiana). Tapejara, Ponta Grossa, n. 18, 1956, p. 12.
- _____. O Rio São Francisco. Palestra de encerramento da Semana Euclidiana. Tapejara, Ponta Grossa, n. 5, 1951, p. 14.
- _____. Palestra sobre o Dia Pan-Americano, em 14 de Abril de 1956, no Instituto Brasil-Estados Unidos. Tapejara, Ponta Grossa, n. 17, 1956, p. 10.
- _____. Trecho do livro “A gente da Terra de Ibirapitanga” (Da autoria do Snr. Major Murillo T. Barros. Tapejara, Ponta Grossa, n. 7, 1952, p. 17.
- _____. Visão mística. Tapejara, Ponta Grossa, n. 12, 1954, p. 17.
- _____. 15 minutos de inesquecível emoção. Tapejara, Ponta Grossa, n. 2, 1950, p. 3.
- BRAZIL, um offspring of Portugal. Tapejara, Ponta Grossa, n. 17, 1956, p. 17.
- CASSAL, Barros. O poema da raça. Tapejara, Ponta Grossa, n. 15, abril 1955, p. 5.
- CASTELHANO, Leonor. O sentido profundamente paranista das obras intelectuais de Andrade Murici. Tapejara, Ponta Grossa, n. 13, 1954, p. 11.
- _____. História da emancipação política do Paraná. Sobre o livro deste nome de David Carneiro. Tapejara, Ponta Grossa, n. 14, 1954, p. 13.
- CINQUENTENÁRIO da Morte de Euclides da Cunha. Tapejara, Ponta Grossa, n. 21, 1959, p. 9.
- EHLKE, Cyro. O civismo de Euclides. Tapejara, Ponta Grossa, n. 1, 1950, p. 2.
- FREY...XADAS. Freyradas. Tapejara, Ponta Grossa, n. 9, 1953, p. 7.
- GALERIA dos jornalistas euclidianos: Arary Souto. Tapejara, Ponta Grossa, n. 8, 1952, p. 18.
- GROTT, Manoel. Política Trabalhista. Tapejara, Ponta Grossa, n. 12, 1953, p. 16.

- HANNS, Ottokar. O Sentido das Comemorações Euclidianas. Tapejara, Ponta Grossa, n. 1, 1950, p. 3.
- HISTÓRIAS do Brasil e História do Brasil. Tapejara, Ponta Grossa, n. 7, 1952, p. 1-20.
- IV REUNIÃO Brasileira de Antropologia. Tapejara, Ponta Grossa, n. 21, 1959, p. 10.
- LAURIA, Marcio José. Da influência indígena no Português. Tapejara, Ponta Grossa, n. 8, 1952, p. 17.
- LEAL DE BARROS, Joaquim Cavalcante. As disciplinas. Tapejara, Ponta Grossa, n. 19[?], 1957, p. irreg.
- MAIS NOTÍCIAS. Tapejara, Ponta Grossa, n. 21, 1970, p. 11.
- MANSUR GUÉRIOS, Rosário Farani. Que é lei fonética?, Tapejara, Ponta Grossa, n. 4, 1951, p. 8.
- _____. Tabu do fogo. Tapejara, Ponta Grossa, n. 16, 1955, p. 11.
- MARTINS, Romário. Caigangs do Paraná. Tapejara, Ponta Grossa, n. 14, 1954, p. 16.
- _____. Guairacá ou “Esta terra tem dono”. Tapejara, Ponta Grossa, n. 5, 1951, p. 10.
- MICHAELE, Faris Antonio S. Euclides da Cunha. Tapejara, Ponta Grossa, n. 1, 1950, p.1.
- _____. Euclides da Cunha, Artur Ramos e Gilberto Freyre (Palestra de encerramento da Semana Euclidiana, lida pelo Dr. Faris Antonio S. Michaelle, ao microfone da PRJ-2). Tapejara, Ponta Grossa, n. 8, 1952, p. 10-11.
- _____. Faculdade de Filosofia de P. Grossa: Espécie e Raça. Tapejara, Ponta Grossa, n. 17, 1956, p. 13-14.
- _____. Devemos estudar a Língua dos Selvagens do Brasil? Tapejara, Ponta Grossa, n. 22, 1961, p. 4-5.
- MORAIS, J. de Mello. As empresas colonizadoras e as terras devolutas, nas suas relações com o progresso do Paraná. Tapejara, Ponta Grossa, n. 14, 1954, p. 11-12.
- MUSEU dos Campos Gerais, Tapejara, Ponta Grossa, n. 3, 1951, p. 8.
- OLIVEIRA, Thiago Gomes de. Coisas do Nordeste: O Sonho do Marroeiro Tabirua. Tapejara, Ponta Grossa, n. 3, 1951, p. 4.
- _____. “Sobrados e Mucambos” visto por um sertanejo. Tapejara, Ponta Grossa, n. 7, 1952, p. 7.
- _____. A aparição na Carnaubinha, reminiscências. Tapejara, Ponta Grossa, n. 2, dez. 1950, p. 9.
- OPINIÕES a respeito do livro “Roteiros e Jornadas” de Cyro Ehlke. Tapejara, Ponta Grossa, n. 14, 1954, p. 3.

OS SERTÕES e a crítica norte-americana (Extraído da Edição especial da “Gazeta do Rio Pardo”, brilhante folha euclidiana, 15 de agosto de 1951). Tapejara, Ponta Grossa, n. 6, 1952, p. 14.

DEPARTAMENTO de Folclore do Centro Cultural Euclides da Cunha. Página do folclore, Tapejara, Ponta Grossa, n. 20, 1958, p. 7.

PARANÁ, Sebastião. Louvores ao povo autóctone!. Tapejara, Ponta Grossa, n. 6, 1952, p. 15.

PEREIRA, João Alves. Ligeiros aspectos da obra literária de Euclides da Cunha. Tapejara n. 1, 1950, p. 4.

_____. Pensando. Tapejara, Ponta Grossa, n. 2, 1950, p. 1.

POEMA DO AMOR. Tapejara, Ponta Grossa, n. 20, 1958, p. 16.

PORTO ALEGRE, Alvaro. Destruição de Jerusalém por Tito. Tapejara, Ponta Grossa, n. 20, 1958, p. 14.

PRIMEIRO congresso paranaense de escritores. Tapejara, Ponta Grossa, n. 10, 1953, p. 16.

PROF. LYNN Smith. Tapejara, Ponta Grossa, n. 17, 1956, p. 19.

REGULAMENTO do Prêmio Euclides da Cunha. Tapejara, Ponta Grossa, n. 17, 1956, p. 6.

REIS, Luiz. Ponta Grossa. Tapejara, Ponta Grossa, n. 5, 1951, p. 3.

RODRIGUES DE MELO, Manoel. O Rio Açú. Tapejara, Ponta Grossa, n. 10, 1953, p. 2.

SALAMUNI, Riad. Frederico W. Lange, caso sui generis na ciência brasileira. Tapejara, Ponta Grossa, n. 11, 1953, p. 7.

SCHENA, Eulina dos Santos. Vila Velha. Tapejara, Ponta Grossa, n. 18, 1956, p. 10.

SILVEIRA, Ribas. A expedição de Cabeza de Vaca Passou por Ponta Grossa em Dezembro de 1541. Tapejara, Ponta Grossa, n. 18, 1956, p. 10.

_____. Minha Infância. Tapejara, Ponta Grossa, n. 5, 1951, p. 12.

_____. As Furnas. Tapejara, Ponta Grossa, n. 20, 1958, p. 15.

_____. O glorioso ciclo do Tropeirismo. Tapejara, Ponta Grossa, n. 17, 1956, p. 10-11.

_____. Vila Velha. Tapejara, Ponta Grossa, n. 20, 1958, p. 15.

SIMONSEN, Roberto C. Euclides da Cunha, uma lição de amor ao Brasil. Discurso pronunciado pelo falecido Dr. Roberto Silmonsén, por ocasião das comemorações euclidianas de São José do Rio Pardo, em 1943. Tapejara, Ponta Grossa, n. 7, 1952, p. 11.

SOUTO, Arary. Boiada Pantaneira (dedicado ao peão matogrossense). Tapejara, Ponta Grossa, n. 2, 1950, p. 7.

_____. Puraukeçaua Maranguaua Opanaíma Tenhên. Tapejara, Ponta Grossa, n. 10, 1953, p. 1.

TAPEJARA. Tapejara, Ponta Grossa, n. 1, 1950, p. 1.

TAPEJARA. Tapejara, Ponta Grossa, n. 8, 1952, p. 17.

TAPEJARA e Indoamerica. Tapejara, Ponta Grossa, n. 2, dez. 1950, p. 1.

THIAGO, Arnaldo S. "Manual de Conversação da Língua Tupi". Tapejara, Ponta Grossa, n. 5, 1951, p. 10.

VELOSO, Dario. Valor do íncola como elemento étnico. Tapejara, Ponta Grossa, n. 11, 1953, p. 2.

VERÍSSIMO, Inácio José. Euclides da Cunha (Conferência pronunciada em São José do Rio Pardo, por ocasião do Cinquentenário dos Sertões). Tapejara, Ponta Grossa, n. 16, 1955, p. 17.

VON MARTIUS, Carlos Frederico. O Direito entre os Indígenas do Brasil. Tapejara, Ponta Grossa, n. 4, 1955, p.3.

WAMBIER, Daily Luiz. A coragem de Euclides da Cunha. Tapejara, Ponta Grossa, n. 1, 1950, p. 1-4.

_____. Aniversário da fundação de Ponta Grossa. Discurso que, como vereador, pronunciou no aniversário da cidade, a 15 de setembro de 1952. Tapejara, Ponta Grossa, n. 8, p. 1.

_____. Repressão e moralização das publicações infanto-juvenis. Contra as historietas em quadrinho e a "literatura de gângster"; Tapejara, Ponta Grossa, n. 6, p. 1.

_____. Literatura pontagrossense. Levantamento conciso sobre os escritores e poetas da cidade - Palestra proferida por Daily Luiz Wambier no Rotary Club em 5-6-1957. Tapejara, Ponta Grossa, n. 19, 1957, p. 10.

Livros:

CARDON, Plácido. **Poeira do meu Caminho**: versos. Ponta Grossa: Editora Luz e Vida, 1953.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**: campanha de canudos. 29 edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Brasília: INL, 1979.

EHLKE, Cyro. **Roteiros e Jornadas (Ensaio, Discursos, Crônicas e Jornalismo)**. Ponta Grossa: Edições do Centro Cultural "Euclides da Cunha", 1952.

LIMA SANTOS, Mário. **Política Trabalhista**. Ponta Grossa: Edições do Centro Cultural Euclides da Cunha, 1953.

WAMBIER, Daily Luiz. **Prelúdio (Crônicas)**. Edições do Centro Cultural Euclides da Cunha[?] 1950.

Centro de Documentação e Pesquisa em História (UEPG) - Cadernos de Descrição Bibliográfica:

GOMES, Josélia Maria Loyola de Oliveira. Descrição bibliográfica do Acervo do Centro Cultural Euclides da Cunha (1948-1985): Caderno 1. Documento eletrônico – Ponta Grossa: CDPH/UEPG, 2012.

_____. Descrição bibliográfica do Acervo particular do Prof. Faris Michael: Caderno 4. Documento eletrônico – Ponta Grossa: UEPG/DH/CDPH, 2012.

_____. Índice alfabético e numérico do jornal literário “Tapejara” do Centro Cultural Euclides da Cunha (1950-1976): Caderno 3. Documento eletrônico – Ponta Grossa: UEPG/DH/CDPH, 2012.

Jornais - Hemeroteca Digital (Biblioteca Nacional):

CAMPANHA Pró Faculdade de Direito em Ponta Grossa. **O Dia**, Curitiba, 04 de julho de 1953, p. 5.

CRUZ VERMELHA Brasileira, Seção Ponta Grossa. **O Dia**, Curitiba, 09 de janeiro de 1943, p. 3.

ELEITOS os novos imortais do Centro Cultural Euclides da Cunha. **Jornal do Paraná**, Ponta Grossa, 12 de março de 1950.

ROTARY CLUB. **O Dia**, Curitiba, 22 de agosto 1951, p 3.

CONFERÊNCIAS no Centro Cultural Euclides da Cunha. **O Dia**, Curitiba, 02 de abril de 1949, p. irreg.

HOSPEDES e Viajantes. **A República**, Curitiba, n. 28, 1922, p. 2.

INAUGURADOS os dois postos de puericultura de Ponta Grossa. **O Dia**, Curitiba, 21 de novembro de 1941, p. 5.

INDEPENDENCE DAY. Notícias dos Campos Gerais. **O Dia**, Curitiba, 09 de julho de 1949, p. 4.

NOTÍCIAS dos Campos Gerais: Atividades do “Centro Cultural Euclides da Cunha”. **O Dia**, Curitiba, 27 de setembro de 1949.

JANTAR de regosijo pela nomeação do Dr. Lourival Santos Lima. **O Dia**, Curitiba, 06 de setembro de 1949, p. irreg.

MICHAELE, Faris. Abraços Caboclos de Mestre Gilberto Freyre. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 15 de setembro de 1973, p. 7.

NOTÍCIAS de Ponta Grossa: afirmações da cultura princesina. “Centro Cultural Euclides da Cunha”, entidade dos intelectuais pontagrossenses. **O Dia**, Curitiba, 01 de junho de 1948, p.3.

NOTÍCIAS de Ponta Grossa: posse da diretoria do “Centro Cultural Euclides da Cunha”. **O Dia**, Curitiba, 09 de julho de 1948.

O ABRIGO da casinha em que Euclides escreveu Os Sertões e que foi inaugurado há um ano. **Revista do Grêmio Euclides da Cunha**, Rio de Janeiro, 1930, p. 6.

UMA EXPOSIÇÃO de pintura de José Daros. **O Dia**, Curitiba, 29 de novembro de 1939, p. 6.

UM CONVITE honroso - Dr Helly. **Correio do Paraná**, Curitiba, 10 de outubro de 1932, p. 2.

Outras:

Álbum de Ponta Grossa: Gestão Albary Guimarães, 1936. - Museu Campos Gerais.

ATA da reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, realizada em 02 de dezembro de 1964 [registrando sua constituição em princípios de maio de 1959]. **História: Questões & Debates**, n. 50, jan./jun. 2009.

COSTA, M. J. F. F. da.; SHENA, D. R.; SCHMIDT, M. A.. **Primeira Conferência Nacional de Educação**, Curitiba, 1997. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/123679>>. Acesso em: 08 dez. 2016.

GUÉRIOS, Rosário Farani Mansur. **A posição linguística dos Xetá**. Anais... IV Reunião da Associação Brasileira de Antropologia. Curitiba, 16 de julho de 1959.

KACZMARECH, Marcelo. **Astronomia Amadora em Ponta Grossa**: pontagrossenses em busca das estrelas. Clube de Autores, 2017.

LYRA, Cyro Corrêa. Parque Estadual de Vila Velha: Conjunto de Vila Velha, Furnas, Lagoa Dourada. In: **Espirais do Tempo: bens tombados do Paraná**. Governo do Estado do Paraná/Secretaria de Estado da Cultura. Curitiba, 2006. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=287>> Acesso em: 08 dez. 2017.

PARCHEN, Rosina Coeli Alice. Introdução. In: **Espirais do Tempo: bens tombados do Paraná**. Governo do Estado do Paraná/Secretaria de Estado da Cultura. Curitiba, 2006. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=287>> Acesso em: 09 dez. 2017.

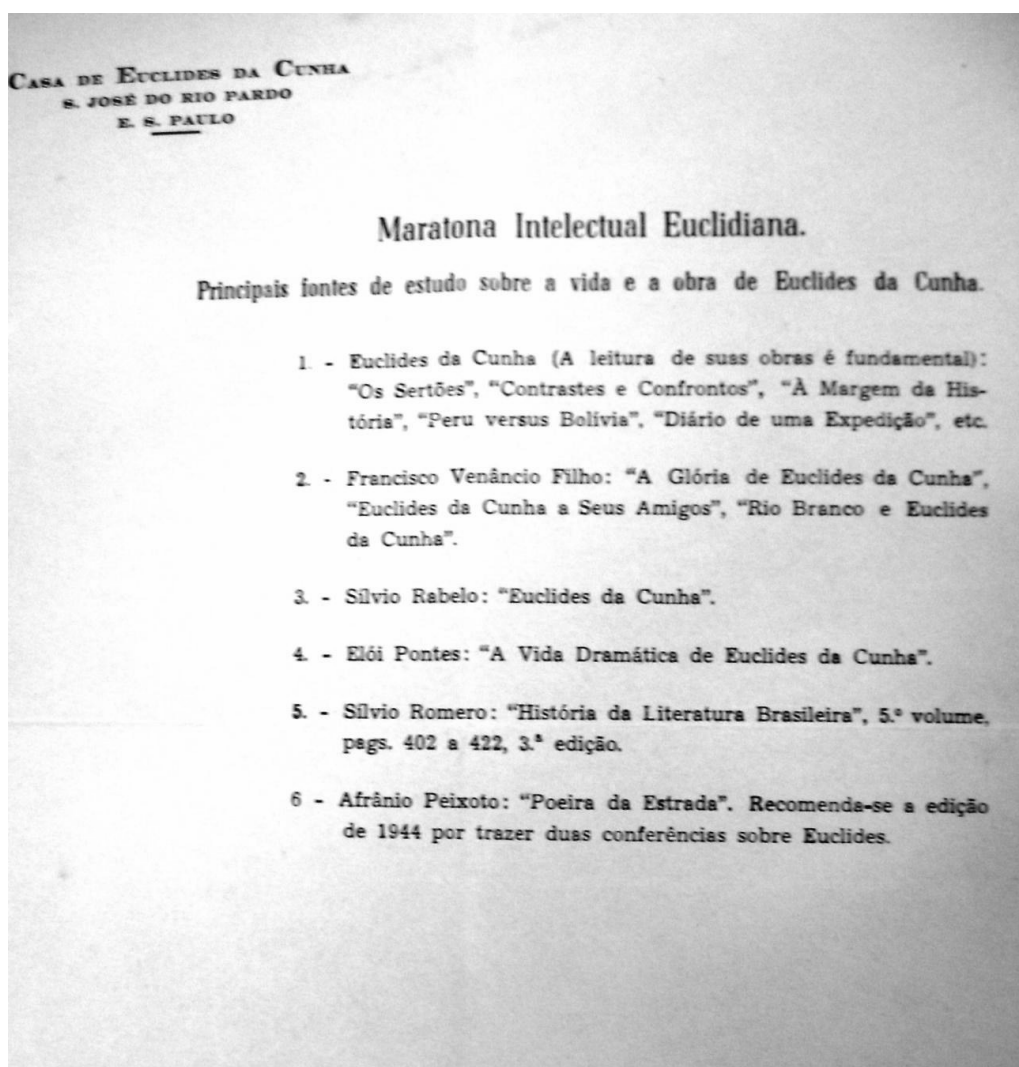
ROTARY CLUBE de Ponta Grossa: 25 anos! (1936-1961). Ponta Grossa: **Revista Comemorativa**, Distrito 463, 1961 - Museu Campos Gerais.

WAMBIER, Daily Luiz. [Nomenclaturas Indígenas]. **Manuscrito**, s.d. - Acervo Daily Luiz Wambier, Centro de Documentação e Pesquisa em História (UEPG).

Anexo A



Retrato de Euclides da Cunha - Acervo CCEC.
Centro de Documentação e Pesquisa em História (UEPG).



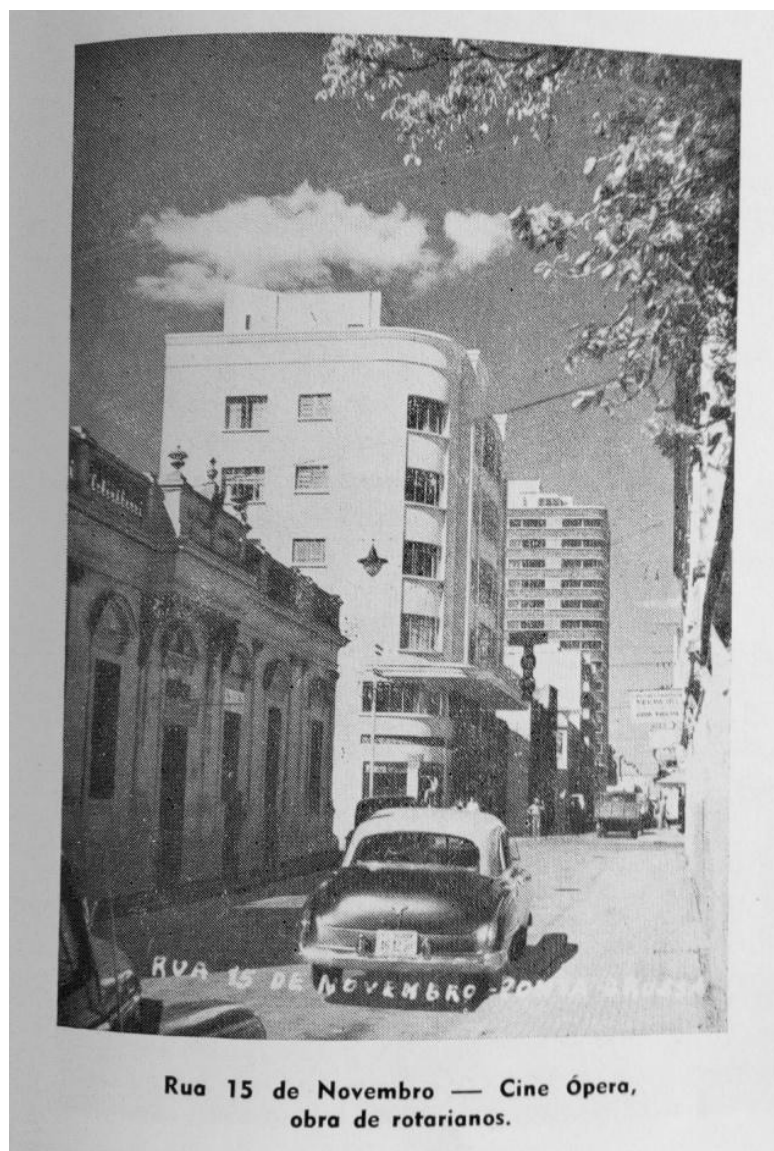
Bibliografia da Maratona Intelectual Euclidiana de São José do Rio Pardo, 1951.
Centro de Documentação e Pesquisa em História (UEPG).

Anexo C



Detalhe do Segundo Edifício do Colégio Regente Feijó, 2017.
Foto da Autora.

Anexo D



Edifício Ópera - Rua XV, Ponta Grossa, início dos anos 1960.
Rotary Clube de Ponta Grossa 25 anos! (1936-1961).

Anexo E



Intelectualidade princesina reunida por ocasião do Aniversário de 39 anos de Faris Michael, 1951.
Acervo Faris Michael - Centro de Documentação e Pesquisa em História (UEPG).

Anexo F



Intelectualidade princesina reunida por ocasião do Aniversário de 39 anos de Faris Michael, 1951.
Acervo Faris Michael - Centro de Documentação e Pesquisa em História (UEPG).